



I HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO

HEITOR LYRA

brasíliana

volume 320



HISTÓRIA DA QUEDA
DO IMPÉRIO

TOMO I

BRASILIANA

Volume 320

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

HEITOR LYRA, 1893 -

HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO

TOMO I

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

981
B823
v. 320/t. 1

64

Dentre quantos dispensaram o seu interesse ou deram o seu concurso para a elaboração d'êste trabalho, desejo destacar os nomes de dois prezados amigos, ALEXANDRE EULÁLIO, redator responsável da *Revista do Livro*, órgão do Instituto Nacional do Livro, e M. PAULO FILHO, diretor do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Pelo auxílio que ambos me prestaram com a indicação de novas fontes de consulta, preciosas para um melhor e mais completo conhecimento dos fatos ligados à queda do Império e subsequente implantação da República no Brasil, deixo aqui expressados todos os meus agradecimentos.

H. L.

*O historiador, apesar
da superioridade do seu
poder, não cria a História;
ela forma-se de fatos, que
acusam e responsabilizam
os seus autores.*

EUNÁPIO DEIRÓ

SUMÁRIO

TOMO I

<i>Prefácio</i>	XV
<i>Explicação necessária</i>	XXVII
1 — Início da propaganda republicana	1
2 — O Manifesto de 1870	6
3 — <i>A República</i> , órgão dos republicanos	13
4 — A Convenção de Itu	22
5 — Declínio da propaganda republicana	27
6 — Apostasia de Lafayette	36
7 — Início da “questão militar”	43
8 — Entrada em cena do General Câmara	46
9 — Deodoro, comandante das armas do Rio Grande do Sul	52
10 — Generais políticos	57
11 — “Tirroteando nos postos avançados”	66
12 — O Dr. Benjamim Constant	75
13 — Chegada do Marechal Deodoro à Côte ...	79
14 — Reunião do Recreio Dramático	85
15 — Exoneração do Ministro da Guerra	92
16 — Deodoro se desdiz e volta atrás	100
17 — Pôr a tropa na rua	106
18 — Debate Pelotas-Cotegipe	115
19 — João Alfredo prepara-se para assumir o Governo	123
20 — O ministério “arranhado”	128

XII — HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO

21 — Prossegue a questão militar	134
22 — Fundação do Clube Militar	138
23 — O Imperador adoece gravemente	145
24 — O Imperador na Tijuca	152
25 — A Princesa Imperial na Europa	156
26 — Partida do Imperador para a Europa	164
27 — Regência da Princesa Isabel	168
28 — Notícias alarmantes sôbre o Imperador	184
29 — O “pretendente”	189
30 — Impopularidade do Conde d’Eu	204
31 — Cotegipe e os militares	213
32 — Queda do Gabinete Cotegipe	218
33 — Os fazendeiros e a República	228
34 — A Igreja e a República	234
35 — Anuncia-se a volta do Imperador	240
36 — Chegada do Imperador à Côrte	245
37 — O Imperador e a questão romana	251
38 — O cadete Euclides da Cunha	254
39 — Deodoro é afastado do Rio de Janeiro	258
40 — Agitadores republicanos. Lopes Trovão	262
41 — Silva Jardim	266
42 — Decadência da Monarquia	275
43 — Cresça e apareça	280
44 — O que significavam as vitórias republicanas	284
45 — O Império era o Imperador	308
46 — “Monarca à fôrça”	314
47 — A tolerância do Imperador	322
48 — Descrença da Monarquia	328
49 — Demissão do Gabinete João Alfredo	334
50 — Federação com ou sem a Coroa	341

51 — Gabinete Ouro-Prêto	356
52 — Os militares no Gabinete Ouro-Prêto	361
53 — Agradar ao Exército	372
54 — Inutilizar a República	380
55 — 14 de Julho de 1889	384
56 — Viagem do Conde d'Eu ao Norte	391
57 — Ouro-Prêto e o Exército	397
58 — Volta de Deodoro à Côrte	404
59 — Patriarca da República	410
60 — Benjamim Constant antimilitarista	413
61 — Cidadão de farda	419

P R E F Á C I O

PODE-SE CONSIDERAR a bibliografia histórica republicana, nos seus variados aspectos, como extremamente abundante. A massa imponente de estudos sobre o regime se distribui em todos os campos da historiografia, desde as narrativas sistemáticas de conjunto, até a publicação de documentos, passando pelas memórias e depoimentos, as biografias, os ensaios interpretativos e os estudos teóricos ou doutrinários de caráter jurídico, político, literário, econômico ou sociológico. Se se fizer um levantamento comparativo entre toda essa gama de estudos históricos sobre a República e aqueles referentes ao Império, não sei qual dos dois grupos, hoje em dia, será mais numeroso. Aliás, a equivalência em volume e importância das duas bibliografias é perfeitamente compreensível, uma vez que a República já dura entre nós quase tanto quanto durou a Monarquia, mesmo considerada esta na sucessão de regimes diferentes, que existiram entre 1808 e 1889. Não esqueçamos, na verdade, que a Monarquia brasileira está longe de apresentar, mesmo no plano político, a unidade remansosa que observadores superficiais nela proclamam. Não foi só nos setores estranhos às instituições políticas que a Monarquia foi abalada por movimentos profundos tais como a luta entre Estado Unitário e Federação; as crises financeiras; o desenvolvimento industrial; a conquista do trabalho livre; as relações entre a força militar e o poder civil; os deslocamentos das correntes de popula-

ção e a urbanização; as guerras externas; a imigração e o desenvolvimento populacional; a evolução da cultura humanística para a técnica, e tantos outros. Cumpre não esquecer, com efeito, que as próprias instituições constitucionais passaram da Regência do Príncipe para o Reino; dêste, para o Império autocrático e em seguida constitucional; dêste, para as Regências Trina e Una e, desta, para o Império parlamentar. Os historiadores que falam, assim, em uma espécie de *pax brasiliana* sob a Monarquia, contrastante com a agitação republicana, passam por cima dos fatos sociais e institucionais e demonstram apenas o seu preconceito pró-monarquista ou anti-republicano. De qualquer forma, a experiência dos 81 anos de Monarquia, por mais agitada que fôsse, não supera, no particular, a dos 75 anos de República. É justificável, portanto, que a bibliografia do regime atual seja comparável, a esta altura, tanto em extensão quanto em importância, àquela dedicada ao passado regime.

Ainda mesmo sobre um aspecto limitado, como o da fase crucial de transição que compreende, a um só tempo, a queda do Império e a proclamação da República (e este aspecto constitui a matéria do magistral estudo de Heitor Lyra, que tenho a honra de prefaciar), não são poucas nem despiciendas as obras impressas existentes, a êle dedicadas ou que com êle tenham estreita relação.

Ainda agora, antes de iniciar a redação destas páginas, procedi junto das minhas estantes a uma pesquisa rápida, naquela espécie de passeio sem compromisso junto às fileiras de livros, que Montaigne considerava salutar ao espírito. E, apenas sobre o tema da queda do Império e instalação da República, recolhi a lista naturalmente muito incompleta de títulos e autores que passo a fornecer.

Em primeiro lugar alinharei os trabalhos que constituem ou contêm testemunhos ou depoimentos pessoais de figurantes ou espectadores diretos do drama. Nesta lista incluirei os artigos de Rui Barbosa para o “Diário de Notícias” (1889) publicados em oito volumes das suas *Obras Completas*; o *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, do Visconde de Ouro-Prêto (1891) e a *Década Republicana*, do mesmo autor (1899); *L’Idée Républicaine au Brésil*, de Oscar Araújo (Paris, 1893); a *História Constitucional do Brasil*, de Felisbela Freire (1894); os *Apontamentos para a História da República*, de Campos Pôrto (1896); os *Oito Anos de Parlamento*, do Conde de Afonso Celso (1901); os *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, de Eduardo Prado (1902); as *Recordações*, de Aristides Maia (1902); *Sous la Croix du Sud*, de Dom Luís de Bragança (meu exemplar deste interessante livro está sem a fôlha de rosto e, portanto, sem data); os *Contrastes e Confrontos*, de Euclides da Cunha (1907); *Atas e Atos do Governo Provisório*, de Dunshee de Abranches (1907); *Da Propaganda à Presidência*, de Campos Sales (1908); *Pesquisas e Depoimentos para a História*, de Tobias Monteiro (1913); e as *Páginas do Passado*, de Serzedêlo Correia (1919).

A êsses livros de depoimentos pessoais, juntaremos biografias, como a de Deodoro, por Raimundo Magalhães Júnior; de Rui Barbosa, por Luís Viana Filho e, ainda, por João Mangabeira; do Barão de Lucena, por Flávio Guerra; de Júlio de Castilhos, por Otelo Rosa; de Benjamim Constant, por Teixeira Mendes; de Saldanha da Gama, por Pedro Lafayette; de Jorge Tibiriçá, por Rodrigo Soares; de Bernardino de Campos, por José Maria dos Santos.

Estudos interpretativos valiosos, e mesmo da mais alta importância, são os de Oliveira Viana, sôbre *O Ocaso do Império*; de Gilberto Freyre, *Ordem e Pro-*

gresso; de Ivan Lins, sôbre a *História do Positivismo no Brasil*.

Finalmente, não podemos esquecer, sempre tendo em vista o mesmo assunto do fim da Monarquia e implantação da República, os livros de carácter geral, como as *História do Brasil* de Rocha Pombo e Pedro Calmon, ou a *História da República*, de José Maria Belo.

Nos anos de trabalho que durou a composição da biografia de meu pai, em estudos da minha cadeira de Direito Constitucional ou da minha já longa vida parlamentar, ou, ainda, por simples curiosidade e prazer do espírito, tenho lido e relido as obras citadas, assim como muitas outras, sôbre a República brasileira. E, pois, com alguma experiência, que ousou dizer que o livro de Heitor Lyra, que o leitor tem entre as mãos, é a maior contribuição até hoje oferecida às letras nacionais sôbre o assunto delimitado pelo seu título. Parece-me ser a obra definitiva do historiador de Pedro II; definitiva quanto a êle próprio, que publica um livro que, desde o primeiro dia, será um clássico da nossa historiografia, e quanto à matéria tratada, a qual só muito difficilmente poderá ser apresentada em um conjunto mais completo e mais exato.

Claro está que análises críticas atentas poderão completar, aqui ou ali, algum pormenor; retificar, nesta ou naquela passagem, algum engano. Mas a maciça construção resistirá seguramente às análises e ao tempo. Insere-se em carácter permanente, desde já, no nosso patrimônio cultural.

A razão principal do seguro successo dêste livro é que êle não aparece como obra de circunstância, ou trabalho improvisado. Sendo, sem dúvida, uma monografia, as pesquisas a que deu lugar e a técnica mesma da sua composição são, antes, as de um verdadeiro tratado.

Mas isto não seria tudo. De fato, pode-se perfeitamente conceber a hipótese de um escritor documentar-se o mais possível sobre o assunto limitado do seu livro, utilizar escrupulosamente a documentação coligida, dar um tratamento amplo à redação do trabalho e, ainda assim, produzir obra de circunstância, na medida em que a sua informação cultural não abranger outros aspectos gerais da matéria, não diretamente relacionados com o setor especial que o autor tinha em vista. Com esta *História da Queda do Império* tal coisa não ocorreu. Os conhecimentos fatuais, as posições críticas e até mesmo os preconceitos políticos do autor, foram-se acumulando, precisando, em uma palavra, amadurecendo vagarosamente ao longo das suas leituras e trabalhos anteriores, especialmente durante o preparo da sua extensa biografia do segundo Imperador. Assim, quando se lançou à obra, Heitor Lyra já dominava um terreno bem mais amplo que o ponto demarcado para ela, o que é a única forma de verdadeiramente se dominar este ponto.

Voltando à documentação reunida especialmente para o livro, creio que o seu levantamento e sua utilização foram praticamente completos. Livros e folhetos, correspondências e artigos de imprensa, conferências, palestras e narrativas orais, nada foi esquecido ou desaproveitado, quando utilizável. Alguns dados são inéditos, como o conteúdo bastante elucidativo de vários ofícios enviados a seus governos, por diplomatas acreditados na Côrte de São Cristóvão.

Mas, ainda que grande parte do material já seja conhecido, o que é verdadeiramente original e lhe dá certo caráter de ineditismo, é o arranjo sistemático do mesmo, num alto e bem sucedido esforço de coordenação construtiva. Não esqueçamos que o historiador tem qualquer coisa do construtor. O material acumulado

junto à obra não é uma construção, até que se ordena harmoniosamente em seguimento ao plano estabelecido. Este esforço de ordenação é que dá vida ao material inerte, conferindo-lhe uma função que lhe atribui força verdadeiramente original. Esta sensação de riqueza de material e de ordem e disciplina na construção não faltará ao leitor do livro de Heitor Lyra.

Estas qualidades fazem da *História da Queda do Império* uma obra que nos ensina e enriquece, ainda quando estejamos em divergência com pontos de vista importantes do Autor. Sôbre alguns dêsses pontos de vista fiquei, como leitor, em dúvida, inclusive sôbre a questão capital, que é a do caráter inevitável da República. Não desejando alongar demais êste prefácio, não farei citações diretas, mas tive a impressão, do conjunto da obra e de numerosas das suas mais de 800 páginas, que Heitor Lyra tende, às vèzes, a considerar o advento da República como uma espécie de acaso imprevisito, um pouco no gênero do absurdo irremediável das tragédias gregas. É verdade que, em outros pontos, êle dá impressão contrária, ou seja, parece convencido, menos da fatalidade do nascimento da República do que da fatalidade da morte do Império. Aí é que me parece que o seu julgamento trai o preconceito monarquista, que creio existir no espírito de Heitor Lyra. Como historiador avisado, êle sabe que o Império estava no fim. Mas uma espécie de anti-republicanismo sensível no seu espírito não o faz aceitar fàcilmente o aparecimento natural do nôvo regime. Neste ponto é que, apesar de admirar muito a narrativa honesta e minuciosa de todos os episódios em que Lyra vê o artificialismo do movimento republicano, não me convenci da tese que êle insinua mais do que defende.

O fim do Império não era um fato, mas um processo, que envolvia a concomitância de muitos fatos

contraditórios. A linha geral do processo é que era evolutiva e irreversível. O mesmo, exatamente, se deve dizer do advento da República. Pouco importa, portanto, que os fatos, na aparência superficiais, mostrem a improvisação sem base do movimento, o personalismo do seu desfecho, a relativa facilidade com que aquela crise poderia ser conjurada. Note-se bem, *aquela crise*. Mas isso não altera a convicção de que a Monarquia estava no fim e, estando no fim, só poderia ser substituída pela República, uma vez que, felizmente para o Brasil, a união nacional estava consolidada. Dizer que a República seria evitada se o Imperador chamasse Saraiva e não Silveira Martins para substituir Ouro-Prêto, é o mesmo que dizer que a Terceira República não viria, em França, se o Conde de Chambord não se obstinasse no caso da bandeira tricolor. A teimosia de um Conde de Chambord, de um Pedro II, de um Washington Luís, nos últimos momentos dos regimes que encerraram, não é senão um sintoma, entre outros mais importantes, da desagregação geral, do desabamento de velhas estruturas diante do impacto incessante da História. A Terceira República Francesa, cuja vitalidade superou a de qualquer outro regime naquele país, foi um parto muito mais difícil do que a nossa própria República. Basta dizer que, durante cinco anos, ela não se consolidou. No entanto, é evidente que a realidade histórica estava com ela, como veio demonstrar a sua vitória na primeira Grande Guerra. Apenas, os processos da evolução social são demasiado complexos para se identificarem, de perto, logicamente.

Sem deixar de reconhecer, no conjunto, o fim inevitável do Império, Heitor Lyra, quando descreve os pormenores, dá, às vezes, a impressão do contrário. Como que lhe custa aceitar aquilo de que não gosta, ainda no passado.

Já que estamos no capítulo dos reparos, não deixarei de fazer constar aqui alguns outros, que me ocorreram no percurso das páginas. Por duas vezes (vol. I, págs. 55 e 250) Lyra diz que Deodoro dissolveu a Constituinte. Ora, o que o golpe de 3 de novembro de 1891 dissolveu temporariamente foi o Congresso, dividido nas duas Casas, no qual se transformara a Assembléa Constituinte desaparecida desde 24 de fevereiro, data da Constituição. À página 346 do volume II, lemos, em nota, o seguinte: "Disse-se que, tendo o Imperador perguntado a Saraiva quem, no seu entender, podia encarregar-se, com sucesso, de organizar o futuro Governo, aquêle lhe indicara o nome do Visconde de Ouro-Prêto. Há, porém, engano: o monarca limitou-se apenas a dizer-lhe que mandasse chamar o senador mineiro. Nem era, aliás, o caso de Saraiva indicar-lhe um nome para futuro organizador ministerial". No entanto, na página 359, deparamos o que passo a transcrever: "Cabia até indagar como é que Saraiva, uma criatura, afinal, em tudo diferente de Ouro-Prêto, um homem tão prudente, tão moderado e de tanto bom senso, o havia indicado ao Imperador. É verdade, como vimos atrás, que êle justificara essa indicação, dizendo que o senador mineiro era a pessoa que a Princesa Imperial desejava para organizador do Ministério, razão pela qual êle, Saraiva, não pudera aceitar a incumbência: nesse caso, tendo de indicar um nome, não era possível escolher outro". Ora, o que vimos atrás é que há engano na imputação a Saraiva da responsabilidade de indicar "o homem de feitio impulsivo, por vezes até violento, cheio de impaciências e de espírito de luta" que era Ouro-Prêto, no retrato traçado por Heitor Lyra. Não é gôsto, que não tenho, de caçar nugas, que me faz colocar os dois trechos lado a lado. É que a matéria é importante, por envolver o arbítrio do Poder Moderador no fim do

Império, e também a responsabilidade do prudente “solitário de Ipojuca”, na escolha, para tantos desastada, do bravo e digno Visconde de Ouro-Prêto.

Outra passagem que também não entendi bem, foi aquela em que Heitor Lyra afirma que a última sessão da Câmara dos Deputados do Império, reunida a 15 de novembro, realizava-se “depois de oitenta e três anos de vida sob o regime monárquico”. Logo depois acrescenta, como que para tirar qualquer dúvida: “Pode-se bem dizer: depois de oitenta e três anos de glórias parlamentares, de ver passar em seus bancos todos êsses dignos varões que tanto dignificaram os anais do Império do Brasil” (vol. II, pág. 388). Ora, é sabido que a Assembléia Constituinte do Império, primeira manifestação parlamentar do Brasil, cuja convocação foi solicitada ao Príncipe Dom Pedro pelo Conselho de Procuradores das Províncias a 3 de junho de 1822, foi convocada por decreto daquele mesmo dia, eleita de acôrdo com as instruções baixadas por José Bonifácio em aviso de 19 do referido mês de junho (eleição indireta levada a efeito em dias diferentes, nas várias Províncias) e só se reuniu a 3 de maio de 1823, sendo que, daí por diante, até o fim da Primeira República, essa data de 3 de maio passou a ser a da reunião do Poder Legislativo brasileiro.

Mas essas e outras pequenas falhas, acaso existentes, e que serão devidamente apuradas pelos críticos especializados e corrigidas em edições posteriores, não empanam o admirável valor geral da composição, nem comprometem a confiança do leitor na enorme tela em que Heitor Lyra, sábio e minucioso pintor de motivos históricos, fixou, com mão de mestre, o amplo painel que representa o drama da queda do Império.

Usando de ênfase, eu diria que Lyra é mais um historiador da escola de Tácito que de Tito Lívio.

Menos apegado à beleza formal e à emoção da História como arte (seu estilo denota, às vèzes, monotonia e frouxidão), dando importância relativa, e em certos pontos nenhuma, à interpretação sociológica e econômica dos acontecimentos (a parte quase nula que reserva aos aspectos econômicos da República surpreende ao leitor já habituado com esta faceta da nossa historiografia), Heitor Lyra move-se, contudo, admiravelmente na exumação, articulação e narração dos fatos. Seu talento é evidentemente este, e aí excede e supera a qualquer outro dos que se ocuparam do assunto antes d'êle. Extraordinário pela exatidão minuciosa (enganos pequenos como os que salientamos não têm nenhuma importância no caudaloso fluxo do livro), o autor da *História da Queda do Império* compôs um imenso e colorido mural, no qual a verdade do passado emerge com a fôrça de um romance, de uma pçça de teatro, ou de um filme de cinema.

Os fortes sentimentos pessoais do Autor apenas aparecem por debaixo da grande composição: sua ternura pelo Imperador, sua antipatia por Rui Barbosa. A honestidade intelectual de Heitor Lyra amordaça as manifestações que sentimos por detrás do que êle chega a escrever, quando trata daquelas e outras personagens.

E, para um leitor como eu, habituado a ler também o que não está escrito, acompanhar tais movimentos profundos da alma é uma nova razão de interêsse pelo livro.

*

Ao têrmo dêste descosido prefácio, escrito às pressas, sob a pressão afetuosa do Autor, depois dos dias tumultuosos que vimos de viver, penso que me serão permitidas algumas palavras de homenagem pessoal ao já glorioso historiador do Segundo Reinado.

Conheci Heitor Lyra há precisamente quarenta anos, quando êle veio servir, em Genebra, como secretário da Delegação do Brasil à Liga das Nações, então chefiada por meu pai. Lyra era, como recordei no livro *A Alma do Tempo*, “o *enfant terrible* da delegação, faiscante e mordaz, muito vibrátil na sua exígua estatura”. Em capítulos de memórias por êle próprio publicadcs na imprensa brasileira, lembro-me de que recordou, também, essa fase distante da nossa mocidade.

Poucas vêzes nos temos encontrado depois, neste quase meio século transcorrido desde as nossas conversas, à beira do Léman, sôbre Eça de Queirós e Anatole France. Êle sempre no estrangeiro, onde se fixou definitivamente, depois de aposentado; eu envolto, um pouco contra a vontade, no atribulado destino da nossa geração, quando não também em missões no estrangeiro, distantes dos pontos de sua residência. Nas vêzes em que tenho passado por Lisboa, onde êle vive, não nos pudemos ver. O fato, porém, de andarmos desencontrados nestes quarenta anos, não impede que eu lhe haja acompanhado a exemplar vida de funcionário e o prosseguimento da sua já consagrada obra de escritor.

É por isto tudo que, saudando o ilustre historiador Heitor Lyra, que depois dêste grande livro bem poderia vir sentar-se na Academia Brasileira à sombra de Taunay, de Garcia, de Oliveira Lima ou de Pereira da Silva, exprimo o meu entusiasmo de leitor pela vitória do meu amigo de mocidade.

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

Botafogo, 1.º de maio de 1964.

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Este livro é, num certo sentido, um complemento à *História de Dom Pedro II*. A bem dizer foi planejado e encetado, no sentido das primeiras pesquisas e dos primeiros apontamentos para a sua elaboração, em 1940, quer dizer, logo depois da publicação do terceiro e último volume daquela obra. Era então intenção do autor escrever uma *História da Proclamação da República no Brasil*, conforme se poderá ver pela relação das obras “em preparo” que figura no citado volume. Foi só mais tarde, no correr de seus trabalhos, que o autor se deu conta de que ela iria ser muito mais uma história da queda do Império do que propriamente da proclamação da República, a qual não passara de um mero incidente ou, melhor dizendo, de um inesperado incidente, ocorrido em consequência dos acontecimentos que se haviam dado na capital do País na manhã de 15 de novembro de 1889.

Ainda porque, e rigorosamente falando, não houve propriamente “proclamação” da República. Pelo menos nesse dia. De fato, no Manifesto que o Marechal Deodoro iria lançar na noite de 15 de novembro, êle se limitaria a dizer que o Exército e a Armada tinham “decretado” a deposição da Família Imperial e a extinção da Monarquia, abstando-se cautelosamente de declarar que a República havia sido instituída ou proclamada — mesmo porque de fato não o tinha ainda sido. Não há, mesmo, nesse documento, a palavra “República”. Para diante

veremos que a ausência, nesse Manifesto, de qualquer referência ao regime que seria implantado horas mais tarde fôra proposital, pois não era intenção nem do Marechal nem de Benjamim Constant, autor do Manifesto, impô-lo naquele momento ao País — mas deixar que êste mesmo o adotasse, se quisesse, fôsse por meio de um plebiscito, fôsse por meio de uma Assembléia Constituinte. Foi só no dia seguinte, 16 de novembro, quando, antevendo-se um perigo nesse adiamento, com a constituição de um nôvo Gabinete monárquico, resolveu-se precipitar os acontecimentos e logo proclamar a República, o que foi feito por meio de um Decreto do intitulado e na realidade ainda não existente Governo provisório; mas ainda assim “provisoriamente”, isto é, até que a Nação o confirmasse por via de uma Assembléia Constituinte, como de fato se deu.

*

Iniciada, como se disse, em 1940, e prosseguida no decorrer dos vinte e dois anos seguintes, esta obra iria sofrer repetidas interrupções, em virtude dos múltiplos afazeres do autor nos diversos países por onde então andou; sem falar nas vêzes em que estêve no Rio de Janeiro, no desempenho de cargos no Itamaraty. Assim que só lhe foi possível ocupar-se dêste trabalho, de maneira continuada e sem interrupções, depois de abril de 1958, quando foi aposentado no serviço diplomático e se instalou nesta cidade, onde as condições de clima, de tranqüilidade, de ordem e de estabilidade de vida favoreciam, melhor do que em qualquer outra parte, a elaboração de um trabalho desta natureza.

Por que se decidiu o autor a escrevê-lo? Já ficou dito acima: por lhe parecer que uma vez terminada a

história do último Imperador do Brasil, e que é, afinal, a história do 2.^o Reinado, esta só ficaria completa com a narração dos acontecimentos que tinham concorrido para a extinção da Monarquia. Todos sabemos que se tem escrito um grande número de trabalhos mais ou menos ligados à implantação da República. Mas são todos trabalhos esparsos ou incôpletos, as mais das vêzes apaixonados, afastados, intencionalmente ou não, da verdade histórica, sobretudo os que foram publicados em seguida ou poucos anos depois do 15 de Novembro (e são a maioria), quando o pouco tempo decorrido não bastava para uma exposição e uma interpretação serena e imparcial dos acontecimentos em causa.

Faltava, assim, até hoje, uma obra de conjunto e quanto possível completa. Completa e verdadeira, no sentido de despida de paixão ou de facciosismo, que abrangendo todos os fatores que tinham concorrido para a queda do Império, descrevesse, ao mesmo tempo, as causas que levaram o País a aceitar, sem maiores reações, o regime republicano. É precisamente o objeto dêste livro. Está-se a ver por aí que êle não pretende se ocupar exclusivamente das atividades a que umas poucas dezenas de pessoas se entregaram, no correr dos últimos trinta anos do Império, visando a instituição da República entre nós. É isso porque a sua implantação, como fato em si, nada teve que ver com essas atividades. Não foi o resultado, a consequência ou o epílogo delas.

*

De fato, é hoje mais do que sabido que a República só se tornou uma realidade em 15 de novembro de 1889 por ter o Marechal Deodoro, à frente de um pequeno grupo de forças do Exército aquarteladas no Rio de

Janeiro, apeado do poder o Gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto. Deposto o Ministério na manhã dêsse dia e não tendo o Imperador constituído um outro no correr dêsse mesmo dia, para recompor rapidamente a ordem constitucional destruída, o País ficou praticamente sem Governo, entregue a si mesmo, sem ninguém para o amparar ou defendê-lo. Foi quando três chefes republicanos — Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo e Francisco Glicério, — encabeçados pelo Tenente-Coronel Benjamim Constant, se aproveitaram astuciosamente daquela caos para considerarem extinta a Monarquia e se constituírem, êles mesmos, em Governo republicano — com a anuência, já se vê, embora a contragosto, do Marechal Deodoro, que tendo sido bem sucedido na “quartelada” daquela manhã se tornara, com a abstenção do Imperador, o senhor único da situação.

Que o País estava predisposto a aceitar o nôvo regime, apesar do modo inesperado com que êle lhe foi impôsto, é um fato incontestável, do qual se teve a prova na facilidade com que êle foi instituído e na ausência de qualquer reação contra a nova ordem de coisas que se estabelecia, tanto de parte das Províncias como da capital do Império. Mas essa predisposição resultava menos de um desejo ou de uma aspiração de vê-lo implantado, do que da indiferença pela sorte da Monarquia, de um desapêgo a ela, da descrença na sua manutenção por mais tempo no Brasil, sobretudo com a perspectiva da morte do Imperador, que todos esperavam não estivesse longe. Dada a circunstância de que a Monarquia estava encarnada na sua pessoa, a grande maioria da Nação não compreendia a possibilidade da sua sobrevivência uma vez êle desaparecido.

E muito menos com a falta de um ambiente que possibilitasse a inauguração de um 3.º Reinado — ou melhor, pela indisposição que havia em aceitá-lo, traba-

lhado que estava, nesse sentido, o espírito público, pela impopularidade da herdeira do trono e de seu marido, que por ser um príncipe estrangeiro e pelos defeitos que lhe atribuíam, não pudera ou não soubera conquistar o mínimo de simpatia ou de tolerância indispensáveis para o aceitarem como marido da futura Imperatriz.

Assim, a extinção da Monarquia, com a deposição da Família Imperial, em dias de novembro de 1889, não fêz senão anteceder um fim que já todos esperavam. O que explica o consenso com que o país inteiro aceitou o *fato consumado* da implantação da República.

H. L.

Lisboa.

HISTÓRIA DA QUEDA
DO IMPÉRIO

Início da propaganda republicana

A propaganda republicana pròpriamente dita, ou melhor, o que se convencionou chamar de “propaganda republicana” datava, a bem dizer, do ano de 1870. Precisamente de 3 de novembro dêsse ano, isto é, da data da instalação no Rio de Janeiro do primeiro clube republicano que se fundou no Brasil.

A idéia dêsse clube partiu, ao que parece, de um jovem maranhense, Miguel Vieira Ferreira. De sentimentos confessadamente republicanos, herdados, aliás, do pai¹, Miguel Ferreira viajara por essa época para o Rio de Janeiro. Passando pelo Recife, aí conhecera Borges Carneiro, antigo deputado às Côrtes de Lisboa, para quem trazia carta de recomendação do pai. Perguntou-lhe com quem podia êle se entender na Capital do Império para um trabalho de propaganda republicana. Respondeu-lhe o outro que não se fiasse em quem já estivesse com os cabelos brancos, como êle: era gente estragada pela Monarquia, gente podre; mas que na

(1) Num folheto intitulado *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, diz Miguel Ferreira que só havia, por aquela época, no Maranhão, dois republicanos: seu pai e Antônio Enes de Sousa, aos quais Viveiros de Castro (*Contribuições para a biografia de Dom Pedro II*) acrescentaria mais dois, Sátiro Antônio de Faria, figura excêntrica, “explosivo como uma bomba de dinamite”, e Joaquim de Sousa Andrade, “espécie de quaker”, poeta originalíssimo, autor, entre outros trabalhos, de um poema, *O Guesa Errante*, que tendo vivido largos anos nos Estados Unidos, talvez tivesse trazido de lá suas idéias republicanas. De onde se conclui, portanto, que na melhor das hipóteses eram quatro os republicanos existentes no Maranhão, por volta de 1869.

Côrte havia dois moços, Francisco Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu (êste um antigo deputado liberal por Minas, de onde viera eleito na legislatura de 1866), redatores do *Correio Nacional*, órgão radical², aos quais êle tinha por sinceros. “São republicanos, disse, e não me parecem corrompidos; procure-os”³.

Chegando ao Rio, apressou-se Miguel em ir à redação dêsse jornal, onde conheceu, além dos dois citados redatores, vários outros republicanos. Sugeriu-lhes então a fundação de um clube, onde os republicanos se pudessem reunir mais à vontade, se conhecerem melhor e debaterem suas opiniões políticas num ambiente de franca camaradagem; sugeriu também a criação de um jornal, o qual seria o intérprete do pensamento do clube. Tais sugestões foram prontamente accitadas, com tanto maior entusiasmo quanto elas iam de encontro a idéias semelhantes lançadas fazia pouco por Saldanha Marinho, e sôbre as quais êste já vinha conversando com alguns elementos republicanos, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça entre outros. Saldanha propunha também a criação de um clube “que agremiasse todos os simpatizantes mais ou menos declarados da idéia”, o qual se transformaria em seguida em partido, lançando-se então um manifesto para explicar ao público as verdadeiras finalidades do movimento. Nesse sentido, aliás, Quintino e Salvador vinham fazendo umas conferências na Côrte, mais ou menos bem sucedidas⁴.

(2) Aliás redatores e fundadores dêsse órgão de imprensa. Tinham sido ambos redatores da *Opinião Liberal*, e haviam lançado o *Correio Nacional* em novembro de 1869, com idéias radicais das mais avançadas. Reclamavam, por exemplo, a extinção do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravatura. Batiam-se, além disso, por um Senado temporário e eletivo e pela eletividade também dos presidentes de Província, primeira etapa para uma futura Federação. Eram, em suma, as idéias dos radicais exaltados, dos que chamaríamos hoje da extrema-esquerda, e se confundiam com as próprias idéias republicanas, salvo, naturalmente, a supressão do trono.

(3) Viveiros de Castro, *op. cit.*

(4) Carlos Sússekind de Castro, *Salvador de Mendonça, Democrata do Império e da República*.

Convocados os principais elementos republicanos e liberais-radicaes do Rio, reuniram-se êles numa espécie de sessão preparatória do futuro clube no escritório de advocacia onde trabalhava Salvador de Mendonça, no Beco das Cancelas, entre as ruas do Ouvidor e do Rosário. Eram cêrca de umas quinze pessoas, entre as quais se achavam além de Salvador — Miguel Vieira Ferreira, Francisco Rangel Pestana, Henrique e Antônio Limpo de Abreu, Aristides Lôbo, Antônio Ferreira Viana, Bittencourt Sampaio e José Maria de Albuquerque Melo.

Assentada definitivamente a criação do clube republicano, foi êle instalado semanas mais tarde, ou melhor, a 3 de novembro de 1870, com uma sessão inaugural realizada no escritório de Rangel Pestana, que era então num sobrado da Rua Direita (depois 1.º de Março), esquina da Rua do Ouvidor, com a presença de umas trinta e tantas pessoas, entre as quais se contavam, além das acima citadas, Cristiano Benedito Ottoni e Lafayette Rodrigues Pereira, ambos liberais-radicaes de Minas Gerais, mas sabidamente simpáticos ao republicanismo. Lafayette era um moço de cêrca de 36 anos de idade. Começava a ser conhecido por seus estudos jurídicos, havendo publicado, no ano anterior, um volume sôbre direitos de família. Pouco depois de formado pela Faculdade de Direito de São Paulo fundara na Côrte, com Flávio Farnese, o jornal *Atualidades*, que se intitulando “órgão político de idéias adiantadas”, deixava traír suas tendências republicanas. Como liberal-progressista, antes de alistar-se no Partido Radical, havia sido Presidente do Ceará em 1864, e do Maranhão em 1867. Como advogado trabalhara a princípio no escritório de Teixeira de Freitas, passando-se depois para o de Andrade Figueira. Mas agora tinha a sua própria banca de advogado.

Cristiano Benedito Ottoni era quase um veterano. Ia completar 60 anos. Fôra, por várias vêzes, ou melhor,

4 — HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO

nas legislaturas de 1848, 61, 64 e 67, representante de sua Província na Câmara dos Deputados. Filiado, a princípio, ao Partido Liberal, alistara-se nas fileiras radicais em 1868. Era irmão do falecido Senador Teófilo Ottoni, antigo chefe da revolução mineira de 1842.

Presidiu a sessão de instalação do Clube Cristiano Benedito Ottoni, secretariado por Lafayette, cabendo a Antônio Ferreira Viana expor as suas finalidades. Houve debates, que se tornaram, por vêzes, calorosos, sobretudo quando se cuidou de dar um nome à nova sociedade. Foi sugerido que se chamasse “Clube Republicano”, com o que, entretanto, não concordaram Ottoni e Lafayette, que insistiam por que se chamasse “Radical”. Achavam inoportuno o nome “Republicano”, que a Lafayette parecia mesmo “contraproducente”, no sentido de poder chamar a atenção da Polícia; estava de acôrdo, em princípio, com que se trabalhasse pela República, mas de uma forma discreta, sem alertar o Govêrno, porque do contrário êste procuraria anular fâcilmente os propósitos dos fundadores da nova sociedade.

Ottoni era ainda mais cauteloso: para êle não havia então no Brasil “tendências democráticas”, sendo, assim, inútil qualquer trabalho em prol do estabelecimento de uma República. Só serviria para pôr em risco a unidade nacional, “responsabilidade que não quero assumir”, disse. Havia, depois, o problema do cativo, ainda longe de uma solução, e Ottoni não compreendia “República com escravidão doméstica”. Êle não renegava seus sentimentos republicanos, mas entendia que seria um êrro precipitar qualquer movimento dessa ordem, e ainda menos pelos meios revolucionários, como queriam alguns. Para êle, a solução do problema estava na criação de um movimento radical dentro das idéias professadas por Silveira da Mota, e graças ao qual, “sem nada precipitar”,

se alcançassem as reformas democráticas cuja coroação seria a própria República⁵.

Ainda dentro dessa ordem de idéias não concordaram, nem êle, nem Lafayette, com a sugestão alvitrada de se lançar um Manifesto. Houve exaltação de ânimos. Miguel Ferreira taxou a atitude de Lafayette de “pouco digna”, dizendo que, longe de ser inoportuno o nome que se pretendia dar ao clube, era o que devia ser, para que o povo se acostumasse a ouvir a palavra *República*. Afinal, venceram, como era de esperar, os radicais exaltados ligados aos republicanos, os quais formavam, aliás, a maioria, dando-se os demais como conformados. O clube passou a chamar-se, assim, “Republicano”, e o seu jornal *A República*. Ficou também decidido o lançamento do Manifesto e a organização de um partido republicano. Tudo isso se passava, como dissemos, em novembro de 1870, quando estava no Poder o Partido Conservador na pessoa do Visconde, depois Marquês de São Vicente, que assumira o Governo a 29 de setembro daquele ano, sendo Ministro do Império o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, deputado pela Província de Pernambuco, e Ministro da Justiça o Visconde de Jaguarí, senador pela Província de Minas.

(5) C. B. Ottoni, *O Advento da República no Brasil*.

O Manifesto de 1870

Para a redação do Manifesto foi instituída uma comissão de cinco membros, composta de Saldanha Marinho, como relator⁶, Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Antônio Ferreira Viana, Flávio Farnese, Aristides Lôbo e Cristiano Benedito Ottoni. Este, porém, se excusou, como recusaria, a princípio, a assiná-lo, declarando que o fazia, “não por divergência de opiniões, mas por questão de oportunidade e conveniência da idéia”, coerente, aliás, com o que expusera poucos dias antes. Instado, entretanto, acabou por dar a sua assinatura, embora a contragosto. Mas, aborrecido com tudo isso, pensou em retirar-se do clube, não o fazendo somente para não provocar escândalo e não parecer que *cortejava a Monarquia*, segundo diria êle anos mais tarde⁷.

O Manifesto saiu publicado no primeiro número do *A República*, a 3 de dezembro de 1870. Tratava-se de um documento longo, de leitura difícil e fatigante, com

(6) De fato redigido por Quintino Bocaiúva, com a colaboração de Salvador de Mendonça, que escreveu o capítulo “A verdade democrática”.

(7) *Op. cit.* — Segundo Carlos Süssekind de Mendonça (*op. cit.*), o Manifesto foi assinado em casa de Salvador de Mendonça, sendo que dos presentes, o único que o deixou de assinar foi José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário, por entender que para o fazer precisaria antes pedir sua reforma de oficial de Marinha. Ficou então assentado, por sugestão de Saldanha Marinho, que os oficiais de terra e mar, para não se exporem à sanção do Governo, inscrevessem seus nomes numa lista à parte, que ficaria secreta. Num capítulo de memórias escrito no *O Imparcial* do Rio de Janeiro, Salvador de Mendonça diz que Floriano Peixoto, então tenente-coronel, foi também signatário dessa lista secreta. Ver adiante, no capítulo “O papel de Floriano Peixoto”, o que se diz sobre o seu prolapado sentimento republicano.

58 assinaturas, encabeçadas pela de Saldanha Marinho, o qual era, depois de Ottoni, de todos o mais idoso, com cêrca de 54 anos, e, certamente, o mais conhecido no País por sua atuação na política e no jornalismo de combate. Polemista vigoroso, iria ganhar grande notoriedade com o pseudônimo de Ganganelli, que adotaria na imprensa por ocasião da desavença entre o Govêrno Imperial e a Igreja Católica, provocada pela atitude de dois bispos do Norte em face da Maçonaria brasileira. José Maria dos Santos considera-o, talvez com certo exagêro, “uma das maiores e mais belas figuras do movimento democrático do Brasil”⁸; mas, é certo que, em sua longa existência, foi um dos que mais se bateram, entre nós, pela implantação dos princípios liberais. Em 1870, Saldanha Marinho tinha já sido Presidente de Minas Gerais e, pouco depois, de São Paulo, e era agora deputado radical por Pernambuco, Província onde nasceu. Além dêle e dos três acima citados, assinavam também o Manifesto, Quintino Bocaiúva⁹, Lafayette Pereira, Otaviano Hudson, Pedro Ferreira Viana, Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu e Salvador de Mendonça — para só citar aquêles que iriam ter, no futuro, uma atuação destacada na propaganda republicana. Ainda porque muitos outros dêsses signatários abandonariam cedo ou tarde a causa republicana, voltando uns a se integrarem nos dois partidos constitucionais do Império, e outros a desinteressarem-se de tôda ocupação política.

*

(8) *Os republicanos paulistas e a Abolição.*

(9) Cujo verdadeiro nome era Ferreira de Sousa. Chamava-se, como o pai, Quintino Ferreira de Sousa, mas, adotara, não sabemos desde quando nem por quê, o sobrenome de Bocaiúva. Sua mãe era uma argentina, de nome Maria Candelária Moreno de Alargón. Tendo perdido o pai quando ainda criança, Quintino fôra educado pela mãe, que lhe inculcava, muito provávelmente, os sentimentos de simpatia e de admiração que sempre tivera pela Argentina e os argentinos, dizendo-se mesmo que aprendera a falar e a escrever o castelhano antes do português.

Contrariamente ao que esperavam os signatários do Manifesto, a repercussão que êle teve no espirito público foi, em todos os sentidos, a mais limitada, para não dizer quase mínima. Foi um documento que não impressionou, nem pelo fundo nem pela sua forma. Redigido em termos jornalísticos, pretendia provar que a Monarquia não correspondia mais às nossas necessidades nem às exigências do tempo em que se vivia. Combatendo o chamado “poder pessoal” do Imperador, que outra coisa não era senão a centralização do Poder Executivo, causa, segundo êle, de um possível desmembramento do País, entendia que unicamente a descentralização desse Poder, adotada sob a forma federativa, podia dar tôdas as garantias para a manutenção da nossa unidade política. Quanto ao mais, lançava contra o Império as mais sedições acusações, que os próprios homens da Monarquia, tanto conservadores como liberais, se tinham cansado de fazer tôda vez que se viam constrangidos a se passarem para a opposição, e insistia na tese de que a cura de todos os nossos males estava unicamente na adoção de uma federação republicana. “No fundo, o que êles fizeram, escreve Oliveira Viana referindo-se aos redatores do Manifesto, foi reproduzir, copiados dos *Anais* do Parlamento e dos artigos da imprensa política, os clamores dos dois partidos imperiais em opposição, as suas objurgatórias, as suas invectivas, os seus protestos. Das velhas acusações contra o “poder pessoal”, da grita dos liberais e dos conservadores caídos em desgraça, do ressentimento dos ministros postos pela Coroa no ôlho da rua; destes materiais suspeitíssimos, rebuscados, catados, arrumados em florilégio, é que compuseram a maior parte do seu formidável libelo contra o velho regime e contra o velho Monarca”¹⁰.

(10) *O Ocaso do Império*.

Para José Maria Belo, faltava ao documento vibração e originalidade, pois tudo o que diziam, “numa digressão fria contra o Império”, não passava de “um sumário de críticas feitas no Parlamento e na imprensa”¹¹. É o que diz também José Maria dos Santos, para quem os redatores do Manifesto não se deram nem mesmo ao trabalho de redigir, limitando-se a citar, “colhendo citações indiferentemente nas manifestações democráticas ou na reação conservadora, desde que, mesmo partindo de pontos de vista diferentes e contraditórios, bem se acordem, afinal, no ataque a São Cristóvão”¹². José Maria Belo assinala ainda que, no fundo, “as questões políticas, ou mais exatamente, os erros e os vícios da prática do regime representativo, eram os supremos motivos do Manifesto, que não tentava sequer descer ao estudo das grandes realidades econômicas e sociais do Brasil”, como, por exemplo, o problema da escravidão, “seiva ou essência da Monarquia”, que mesmo depois da “dolorosa experiência dos Estados Unidos da América, os republicanos brasileiros de 1870 não julgavam prudente tocar”¹³.

O que também concorreu para a pouca repercussão do Manifesto, além da falta de substância e de originalidade do documento, foi a ausência, naquele tempo, de um ambiente antimonárquico que lhe pudesse dar ressonância, ambiente que só podia ser de fundo republicano. Ora, como confessa um de seus principais signatários, o País não mostrava, então, “tendências demo-

(11) *História da República*.

(12) *Op. cit.*

(13) Veremos adiante que uma das razões desse silêncio ou dessa reserva dos republicanos de 1870, diante do problema da abolição da escravatura, estava no fato de muitos deles serem senhores de escravos, sobretudo em São Paulo, em Minas Gerais e na Província do Rio, e não se mostravam inclinados a se desfazerem deles por motivos puramente políticos ou ideológicos. Mas há que reconhecer também que, por ocasião da publicação do Manifesto, a escravidão não se apresentava ainda como um problema para o País, pois muito poucos eram aqueles que admitiam a possibilidade da sua extinção, mesmo no correr dos anos mais próximos.

cráticas”; e, se no partido que estava na oposição surgiam uma vez que outra declarações republicanas, elas logo desapareciam quando esse partido conquistava o Poder. Ottoni diz mais: que não só por ocasião da publicação do Manifesto como nos anos imediatamente seguintes, “apenas se apercebia que havia no País uma aspiração republicana”¹⁴. A verdade é que dos poucos republicanos que ainda restavam dos anos da Independência e da Abdicação, uns se haviam integrado nos partidos constitucionais do Império e outros tinham desaparecido completamente da vida pública.

Isso por um lado. Por outro lado, a Monarquia, muito embora não tivesse ainda criado (como de resto nunca criaria) raízes no solo brasileiro e fôsse objeto de ataques de seus próprios partidários, ou melhor, de seus próprios servidores, era, afinal, o regime que vigorava no Brasil havia quase meio século, sob o qual se haviam formado duas gerações de homens públicos, homens que tinham agora em mãos a responsabilidade dos destinos do País. E, bem ou mal, êle vinha sendo aceito por todos ou quase todos, sendo bem raros aquêles que admitiam, mesmo para uma época mais remota, a eventualidade de uma mudança de instituições. Assim, como a Nação não estava preparada para a aceitação de uma tal mudança, o Manifesto tornava-se uma coisa absolutamente fora da realidade, um ideal ou um sonho de uns poucos ingênuos, para não dizer uma brincadeira de rapazes, que não se podia levar a sério e como tal devia ser lido a título de curiosidade e pôsto simplesmente de lado.

E isso, com tanto maior razão quanto o regime republicano, se afigurava à quase totalidade da Nação cheio de surpresas e de não poucas apreensões, dada a amostra bem pouco animadora que se tinha dêle ali

(14) Cristiano Benedito Ottoni, *op. cit.*

mesmo no Continente, nos sucessivos golpes de Estado e nas sangrentas revoluções em que se debatiam os nossos vizinhos, em comparação com a ordem, a estabilidade, a segurança e a liberdade que reinavam no Brasil. Porque a verdade é que a idéia republicana era encarada, nessa época, com a mesma desconfiança que se teria, mais tarde, pela idéia socialista e, em nossos dias, pela idéia comunista. E isso sem se falar na penosa experiência de govêrno eletivo que tivéramos nós mesmos na Regência, quando o País se vira a braços com as maiores dificuldades, que, por pouco, não o levaram à guerra civil e ao desmembramento, e das quais só conseguíramos livrar-nos com a antecipação da maioria do Imperador.

Esse ambiente de aceitação do regime monárquico ou, se quizerem, de tolerância com êle, iria modificar-se no correr dos anos, sobretudo com a moléstia e a velhice prematura do Imperador. Mas, por enquanto, era o que existia. Ainda porque não se podia fazer a menor idéia de como nem quando se processaria essa mudança de regime que os republicanos reclamavam. Com a morte do Imperador? Mas êle era então, nesse ano de 70, um homem jovem, com apenas 45 anos de idade, são e forte, e não era de presumir que desaparecesse tão cedo, salvo por meios violentos, possibilidade que ninguém admitia. Com a sua abdicação? Como e por quê? Por um ato voluntário não era de esperar-se, porque embora êle fôsse o Monarca menos agarrado ao trono que se podia imaginar, sempre entendera de seu dever cumprir até ao fim a missão histórica que o destino lhe dera. Uma abdicação imposta pela opinião pública ou pela Fôrça Armada, como se passara com o pai e se daria com êle, vinte anos depois? Não era provável, pelo menos tão cedo¹⁵. Com a pacificação geral do País,

(15) Num artigo escrito no *O Imparcial* do Rio de Janeiro, com data de 8 de junho de 1913, Salvador de Mendonça refere-se a "um

passado o período difícil de sua adaptação ao regime representativo, e a implantação da ordem constitucional, não havia mais ambiente para revoluções ou golpes de força, tanto de elementos civis como militares, porque uns e outros estavam plenamente integrados no sentimento de respeito às leis e aos órgãos constitutivos da Nação. Nessas condições, a possibilidade de uma República aparecia a quase todos como uma coisa inteiramente fora da realidade, longe de toda possibilidade, pelo menos num futuro mais ou menos próximo.

Contribuiu, também, para a falta de repercussão do Manifesto a relativa pouca importância de seus signatários, os quais eram, exceção de Saldanha Marinho e de Cristiano Benedito Ottoni, nomes por assim dizer quase desconhecidos no País, muito embora alguns deles já houvessem figurado nos Anais do Parlamento. Era o caso, por exemplo, de Aristides Lôbo e de Henrique Limpo de Abreu, que haviam sido deputados nas legislaturas de 64 e 67, o primeiro por Alagoas e o segundo por Minas Gerais; de Francisco Bittencourt Sampaio, deputado por Sergipe em 64; e de Manuel Fontenelle e José Maria de Albuquerque Melo, deputados na legislatura de 67, o primeiro pelo Rio Grande do Norte e o segundo pelo Ceará. Nenhum, porém, tinha mais assento na Câmara na época do Manifesto, e eram, assim, politicamente, pessoas sem significação. Os demais signatários eram completamente estranhos à política: médicos, muitos bacharéis em Direito, três empregados públicos e nove comerciantes. Nenhum prelado. Nenhum militar¹⁶. E em sua grande maioria gente ainda moça, no comêço da vida.

plano" elaborado pelo Capitão Pompílio de Albuquerque, de conviência com outros militares e civis republicanos, visando um golpe de Estado contra a Monarquia nas vésperas do Imperador partir para a sua primeira viagem ao estrangeiro, em maio de 1871. Não conhecemos, porém, nenhuma outra informação a este respeito.

(16) Ver o que se disse, páginas atrás, a propósito de umas "listas secretas" assinadas por militares.

A República, órgão dos republicanos

O primeiro número do *A República* saiu, como dissemos, a 3 de dezembro de 1870, quer dizer, um mês, exatamente, depois da instalação do Clube Republicano, o que provava o espírito de decisão e a fôrça de vontade de seus inspiradores. Era impresso na tipografia de um maranhense amigo de Miguel Vieira Ferreira, chamado João Aranha, e tinha como seus principais redatores Miguel Ferreira, Pedro Soares de Meireles, Lafayette Rodrigues Pereira, Salvador de Mendonça, Rangel Pestana, Aristides Lôbo e Flávio Farnese, o qual era, por assim dizer, o compositor do jornal, e devia morrer prematuramente no ano seguinte.

Muito embora o nome de Quintino Bocaiúva não figurasse no corpo dos redatores, a verdade é que êle, Salvador de Mendonça e Miguel Vieira Ferreira eram os principais colaboradores do jornal, os que de fato o "faziam", com o concurso, já se disse, de Farnese. "Manda, porém a justiça, confessará Salvador anos mais tarde, que aqui se consigne que nenhum outro redator mostrou maior dedicação e carinho ao nosso cometimento, que Miguel Vieira Ferreira, cujo mérito, energia e zêlo incansável o tornaram, para logo, um benemérito da causa republicana"¹⁷. O jornal se apresentava como "Propriedade do Clube Republicano". Pouco de-

(17) Salvador de Mendonça, *Cousas do meu tempo*.

pois acrescentava, em subtítulo: “Órgão do Partido Republicano”. Tinha sua redação num prédio da Rua do Ouvidor, o mesmo onde funcionaria mais tarde, e por muitos anos, a Confeitaria Pascoal.

O propósito confessado do jornal era “derramar pelo povo as idéias republicanas”; analisar o sistema monárquico comparando as duas formas de govêrno, e mostrando a superioridade da forma republicana — “o que faremos com o maior esforço e sempre de preferência (...) Mostrar que o govêrno monárquico é tão mau que, por melhor que seja o homem, a realeza força-o a perder o que êle tem de bom; que a Monarquia é má para o País, estraga os homens, ata-lhes as mãos, corrompe o Rei”¹⁸.

“Era um jornal curiosíssimo, observa Carlos Süsekind de Mendonça, dêsses que hoje, só a muito custo, com muito esforço de imaginação, se pode conceber. De formato regular, com quatro páginas, vivia principalmente, senão exclusivamente, para a propaganda da idéia republicana. De anúncios teria apenas o necessário para se manter. Telegramas, os que ocupavam somente a metade ou, quando muito, dois terços da primeira coluna. Tudo o mais era texto, texto cerrado, tipo miudinho, com a preocupação evidente de poupar espaço, redigido com apuro e com o cuidado constante de tirar partido dos mais insignificantes acontecimentos para o combate às instituições monárquicas”¹⁹.

Para se ter uma idéia de como sabiam tirar êsse partido, basta reproduzir os títulos de algumas notícias policiais que estampavam: “A polícia desordeira”; “Policiemos a polícia”; “Cenas do Baixo-Império”; “Despotismo ridículo”. E, ao lado disso, o que o jornal cha-

(18) G. Boehrer, *Da Monarquia à República*.

(19) Lúcio de Mendonça: *anos de formação*.

mava *Calendário da República*, o qual não era senão uma relação de fatos, com as respectivas datas, ocorridos durante os dois Reinados, e possíveis de ferirem a imaginação popular, atraindo para ela a aversão pelo regime monárquico. Por exemplo, no Reinado de Dom Pedro I, à data de 12 de novembro de 1823: *Dissolução da Constituinte brasileira à mão armada*. 13 de janeiro de 1825: *Fuzilamento de Frei Caneca*, 17 de março de 1825: *Enforcamento de Ratcliff*. Reinado de Dom Pedro II, a data de 2 de fevereiro de 1849: *Assassinato de Nunes Machado*. 20 de outubro de 1851: *Desaparecimento de Pedro Ivo da prisão*. E assim por diante. O 7 de setembro era, para o jornal, a Farsa do Ipiranga²⁰.

A fôlha teve logo um relativo sucesso: tendo começado por sair três vêzes por semana, têrças, quintas e sábados, passou a ser um diário a partir de 4 de outubro de 1871, com uma tiragem de dois mil exemplares. Em maio de 1872, Salvador de Mendonça tomou conta da sua direção, associando-se a um médico republicano, Dr. Luís Barbosa da Silva, seu antigo companheiro no jornal *A Atualidade*, um jornal liberal que se publicava na Côrte, pelos anos de 64, sob a direção de Flávio Farnese. Recém-vindo dos Estados Unidos, o Dr. Luís Barbosa imprimiu ao jornal uma feição moderna, copiada da imprensa norte-americana, para o que investiu na empresa, do seu bôlso, cêrca de 30 contos de réis, quantia relativamente grande para o tempo. Começou por instalar a redação num prédio de dois andares, no local talvez o mais movimentado da cidade, na Rua do Ouvidor quase esquina com a Rua Gonçalves Dias, ponto dos bondes da Companhia Jardim Botânico, que serviam os bairros sul, já então residência preferida pelas melhores famílias da Côrte.

(20) *Op. cit.*

“É difícil imaginar agora, escreveria, anos depois, Salvador de Mendonça, o pasmo, a estupefação, que se apoderaram desta pacata cidade burguesa, quando uma bela manhã viu erguida na frontaria de um sobrado de dois andares, em plena Rua do Ouvidor... uma grande tabuleta com as palavras em letras que queriam ser vistas — *A República*”²¹. E, com isso, novos métodos de publicidade que o velho Rio de Janeiro ainda não conhecia e que Luís Barbosa trouxera certamente dos Estados Unidos: a exposição da fôlha nas paredes externas da redação, em grandes quadros, para a leitura gratuita do público, e a sua venda avulsa pela cidade, “ao anúncio dos vendedores em altos brados”. Foi a época mais próspera do jornal, que chegou a tirar cêrca de 12 mil exemplares, cifra que se pode considerar enorme para a época.

Mas essa fase durou pouco, porque, em virtude das divergências que se abriram entre os republicanos cariocas, Luís Barbosa se viu na contingência de se retirar da direção do jornal, seguido, a curto intervalo, por Salvador de Mendonça. Isso em outubro de 1872. Foi quando Quintino Bocaiúva tomou a direção da fôlha, deixando ela então de ser o porta-voz do Partido. Passou a ser, conforme declaração em seu cabeçalho, um “órgão autônomo”, que exprimia unicamente as idéias de seu principal redator, muito embora continuando a interpretar as aspirações do Partido. Tôda essa crise, que se abriu entre os republicanos da Côrte, prendia-se, em grande parte, à questão de saber-se se lhes cabia ou não aceitar os empregos da Monarquia, tese controvertida, que acabou por obrigar Quintino a deixar também a direção do jornal, a qual passou, em novembro dêsse ano de 72, para Francisco Cunha, um jornalista de Pôrto Alegre, onde havia dirigido um jornal republicano intitulado

(21) *Op. cit.*

A *Democracia*. Fazendo-se muito amigo de Quintino, acabou casando-se com uma de suas filhas.

Quando o *A República* deixou de ser o órgão do Partido, tentaram alguns republicanos fundar um outro jornal, ficando Rangel Pestana encarregado disso, o qual entretanto nada conseguiu, sobretudo por sua pouca disposição em arcar com a empresa, persuadido de que não era possível manter um órgão de imprensa nas condições em que o haviam incumbido. "Não tenho, disse êle, muita fé na existência de uma fôlha política e diária, que viva na dependência de um partido"²². Era, no fundo, a tese de Quintino e Francisco Cunha, que entendiam "que um jornal devia refletir a opinião de seus diretores, mesmo que êstes discordassem algumas vêzes do Partido".

Tendo falhado a tentativa de um outro jornal chegou-se a um compromisso: o *A República* voltaria a representar o pensamento do Partido, mas conservando a liberdade de expressão em tudo o que não contrariasse as diretrizes do movimento republicano. Isso se passava em dezembro de 1872, ao se proceder a uma remodelação da comissão diretora dessa agremiação. O jornal continuava a ser uma empresa particular, mas que preenchia satisfatoriamente, por seus sentimentos republicanos, "as nossas necessidades na imprensa da Capital", conforme se declarou numa circular expedida pela comissão diretora do Partido.

*

Esse *modus-vivendi* foi mais ou menos mantido nos anos seguintes, ou melhor, até quando o jornal suspendeu definitivamente a sua publicação, em fevereiro de 1874,

(22) G. Bohrer, *op. cit.*

quer dizer, depois de pouco mais de três anos de vida. Seu desaparecimento se deve, em grande parte, às novas e sucessivas divergências que se abriram em sua direção, e em parte menor ao relativo pouco interesse que êle passou a despertar quando deixou de ser uma novidade e o movimento republicano, atravessada a primeira fase de entusiasmo que se seguira ao aparecimento do jornal e o lançamento do Manifesto de 70, entrou em franco declínio.

Já um ano antes de sua suspensão êle estêve em risco de desaparecer. Foi por ocasião dos motins que se deram no Rio quando da proclamação da República espanhola, que o jornal entendeu de festejar ruidosamente, com discursos inflamados e iluminação especial na fachada da redação, o que logo provocou a reação de grupos contrários, com intervenção da Polícia, prisões, protestos etc. Os ânimos ficaram exaltados sobretudo com a exibição na sacada do jornal, ladeando um grande retrato de Emílio Castelar, de várias bandeiras de países republicanos europeus (Espanha, França e Suíça), e no meio delas uma suposta bandeira brasileira republicana, com listas verdes e amarelas, inspirada, já se vê, no pavilhão nacional norte-americano. A reação contra essa idéa foi violenta de parte de populares, com a tolerância, senão mesmo com a conivência das autoridades policiais, que nada fizeram para impedir o apedrejamento da sede do jornal e inutilização de uma parte de sua instalação, só intervindo os bombeiros quando os manifestantes tentaram pôr fogo ao prédio onde êle funcionava.

A primeira idéa do jornal fôra promover simplesmente uma passeata em homenagem à nova República espanhola. Prèviamente consultada pelos interessados, a Polícia fêz saber que não lhes daria para isso autorização, com receio, bem fundado, que isso pudesse provocar desordens nas ruas; mas que consentiria numa manifes-

tação “interna”, isto é, na redação do jornal, com decoração e iluminação da respectiva fachada. Quando o *A República* se viu atacado pelos populares, um de seus redatores desceu para fazer ver ao delegado ali de serviço que a Polícia havia proibido passeatas; ao que a autoridade respondeu que sim, mas dos republicanos, não tendo recebido ordens para impedir a dos populares²³. Semelhante atitude das autoridades públicas provocou, como era de esperar, grandes protestos por parte dos outros órgãos de imprensa da Côrte, mesmo daqueles sabidamente simpáticos ao Govêrno, assim como protestos também no Parlamento, todos censurando e responsabilizando o Ministério conservador presidido pelo Visconde do Rio Branco.

Quanto à improvisada bandeira brasileira, que foi o que mais irritou os populares, o jornal procurou explicar que não pretendia ser republicana, pois “nenhum lema, nenhum símbolo, nenhuma alusão lhe dava êsse caráter; era pura e simplesmente um pano com as côres nacionais, que nos pertencem também como brasileiros que somos”. Como justificativa não convenceu, é claro, a ninguém, e a brincadeira acabou custando caro ao jornal, que se viu na contingência de suspender por algum tempo a sua publicação, sob a alegação, até certo ponto justa, de falta de garantias. Foi o comêço de seu declínio e uma das causas de seu próximo desaparecimento.

Não teve, assim, o *A República* uma vida longa — pouco mais de três anos. Contudo, deve-se a êle, sem nenhuma dúvida, o primeiro verdadeiro impulso que tomou no Brasil a idéia republicana. Foi o ponto de partida de tôda a propaganda que se iria fazer nos anos seguintes em favor da implantação da República. Isso

(23) José Maria dos Santos, *Os republicanos paulistas e a Abolição*.

se deve não só à excelente administração que teve a fôlha, permitindo uma tiragem excepcional para a época, portanto uma expansão da idéia que ela exprimia muito além do que era de esperar-se, como ao valor de seus colaboradores, à frente dos quais estava Quintino Bocaiúva, já então consagrado como um dos mais brilhantes jornalistas brasileiros.

Mais talvez do que ao Manifesto de 70, deve-se a êsse jornal a “fé republicana” com que se conseguiu despertar tanta consciência adormecida, que se mostrava indecisa ou descrente da possibilidade de uma mudança de regime político no Brasil, da quase impraticabilidade de se poder abalar os alicerces da Monarquia e atingir o dogma da sua infalibilidade. Não apenas no sentido de impulsionar essa fé republicana, senão também, e sobretudo no de chamá-la à vida, de tirá-la do casulo em que adormecia desde os anos da Independência e da Maioridade, dar-lhe asas e ajudá-la em seus novos vôos. “O aparecimento, diz Joaquim Nabuco, nesse ano de 1870, em 3 de dezembro, de um nôvo jornal intitulado *A República*, é um acontecimento que, se houvesse presenciado em política, eclipsaria todos os outros. Não era uma dessas fôlhas efêmeras, como tantas tinham aparecido antes, advogando a idéia republicana: era uma grande fôlha diária, destinada a ter vasta circulação, com tipografia própria, centro de reuniões do nôvo partido”.

Tendo sido o primeiro²⁴, foi também o único jornal republicano digno dêsse nome que se conseguiu publicar

(24) Rigorosamente falando, o primeiro “jornal” republicano que apareceu no Rio, precedendo cinco meses o *A República*, foi um jornalzinho de estudantes, que saiu a 9 de junho de 1870, com o nome de *O Radical Acadêmico*, uma simples fôlha avulsa que só tem hoje significado histórico pelos nomes de alguns dos estudantes que nela colaboraram, e iriam ter mais tarde uma certa projeção política na República, como Ramiro Barcelos, Mata Machado, Lopes Trovão e poucos mais.

no Rio em todo o tempo do Império. Como foi ainda o único que chegou a inquietar o Governo monárquico, não só pelo alcance de suas investidas contra o trono, a maneira inteligente e num certo sentido original com que o fazia, como pelo vigor de seus ataques e o número de prosélitos que atraía, a ponto de levar João Alfredo, Ministro do Império, a alertar as autoridades responsáveis para que não deixassem passar “sem reparo as idéias contra as instituições que procura insinuar a referida fôlha, a fim de evitar que se abrace irrefletidamente aquelas insinuações, tanto mais deploráveis quanto não poderiam ter outro resultado senão perturbar a ordem pública”. Recomendava ao mesmo tempo que procurassem “confirmar no espírito público as vantagens reconhecidas das nossas instituições, fazendo neste intento com que se combatem na imprensa oficial e jornais que apoiam a administração, as idéias subversíveis da nova escola política”.

A Convenção de Itu

Dissemos acima que se devia sobretudo a êsse jornal o despertar das idéias republicanas, que adormecidas desde o tempo de Independência passaram a ser abraçadas por várias pessoas que alheias, até então, a toda preocupação política, se deixaram entusiasmar por elas. Não falando nas diversas conversões ao republicanismo de antigos liberais que havia integrados no Partido Radical, nem na transformação de diversos clubes radicais em clubes republicanos. Isso se deu especialmente em São Paulo e em Minas Gerais. Foi o caso, por exemplo, do Clube Radical da cidade de São Paulo, o primeiro, talvez, a passar por essa transformação, verificada nos últimos dias de 1870, quer dizer na ocasião mesma do aparecimento do *A República* na Capital do Império.

De tôdas as Províncias, talvez tenha sido em São Paulo onde maior se fizeram sentir os efeitos da propaganda republicana promovida por aquêle jornal. Deve-se, pelo menos, a êle a conversão ao republicanismo de um grupo de liberais-radicaes paulistas, homens sob um certo sentido eminentes, que iriam ter daí por diante um papel cada vez mais saliente na expansão das "novas idéias", sendo que dois dêles chegariam a ser, sob o nôvo regime, presidentes da República. Tais foram, entre outros, Campos Sales, Prudente de Moraes, Luís Gama, João Tibiriçá, Françaço Glicério, Jorge de Miranda, José

de Almeida Prado — para não falar no mais culto e mais respeitado de todos, Américo Brasiliense, verdadeiro inspirador do republicanismo paulista, organizador ali do Partido Republicano, em janeiro de 1872, e a alma, por assim dizer, da Convenção Republicana que se reuniu na cidade de Itu, em abril do ano seguinte.

Tem-se falado muito e ainda mais escrito sôbre essa célebre Convenção, quase sempre para exaltar-lhe o significado e a suposta grande influência que teria tido na evolução da idéia republicana no Brasil. José Maria dos Santos chega a dizer que ela foi “a mais considerável manifestação que, em gênero, se tenha visto no Brasil”²⁵, no que há um evidente exagêro. A menos que êle queira referir-se, não à disseminação e fortalecimento da idéia republicana, mas ao ato mesmo em si, ao fato de se reunirem numa cidade do interior paulista, de uma importância afinal secundária, cêrca de 133 cidadãos vindos de vários Municípios dessa Província e mesmo da Capital do Império, para discutirem em congresso as bases práticas de uma doutrina que se pode dizer não tinha então a menor ressonância no ambiente político da época. Mas se essa Convenção teve, no tempo, uma certa repercussão, aumentada, naturalmente, com o correr dos anos e quase endeusada depois da proclamação da República, cabe ao historiador consciencioso e imparcial de hoje, quando ela se aproxima já do centenário, fixar-lhe o verdadeiro significado e os limites extremos de seu alcance.

Para isso, conviria, antes de tudo, esclarecer que uma parte e não pequena da repercussão que ela teve em seu tempo se deve ao fato de seus promotores se terem lembrado inteligentemente de convocá-la numa cidade (e na mesma ocasião) onde se ia efetuar a inauguração

(25) *Os republicanos paulistas e a Abolição*. — As citações, entre aspas, feitas no correr d'êste Capítulo, são tiradas dessa obra.

oficial do ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, verdadeiro acontecimento para a época, que atraía, além do chamado “mundo oficial”, uma grande quantidade de forasteiros, tanto entre convidados como entre os muitos curiosos que aparecem sempre nessas ocasiões. Ora, tal circunstância, que os promotores da Convenção não deixaram certamente de pesar para a escolha dessa cidade, só podia concorrer para dar-lhe uma importância e uma ressonância que, por certo, não teria num outro local e numa outra ocasião²⁶. Porque fora disso nada aconselhava a indicação de Itu, ao contrário, tudo estava a mostrar que essa cidade era a menos indicada para uma reunião desse gênero, de vez que se tratava de um dos maiores centros escravocratas da Província, onde para uma população de apenas 10 821 habitantes contavam-se 4 425 escravos. Daí o fato de a maioria dos presentes à Convenção ser formada de fazendeiros, de lavradores, possuidores alguns de grande número de escravos — 78 lavradores para 55 de outras profissões, inclusive comerciantes de escravos! “O motivo inicial da grande afluência popular, escreve o citado autor, era certamente a inauguração do ramal ferroviário; mas, enxertando-se na solenidade oficial, a demonstração revolucionária enormemente ganhou em volume e alacridade, benefi-

(26) José Maria dos Santos, *op. cit.*, diz que a escolha de Itu foi devida aos esforços em favor dessa cidade feitos por José de Almeida Prado e Jorge Tibiriçá, ali residentes (eram primos), vencendo os que se inclinavam, uns por Campinas e outros pela Capital da Província; e que só depois de decidido que a Convenção seria em Itu é que se tratou de fixar uma data para a sua realização. Foi quando se resolveu que a melhor época seria por ocasião da inauguração do ramal ferroviário, dadas as facilidades de condução que ia haver de se chegar até lá, com a composição de trens especiais e outros meios fáceis de transporte, que seriam postos à disposição dos que desejassem assistir à inauguração do ramal. “Seria uma excelente ocasião: haveria trens especiais, muita gente viria da Capital e dos Municípios vizinhos, hastero decidir os *leaders* republicanos dos vários clubes existentes, para que a reunião se completasse”. Mas ainda que se admita como exata essa versão, não é menos certo que se não foi a circunstância da inauguração ferroviária em Itu que decidiu a escolha dessa cidade pelos republicanos, foi essa circunstância, em todo o caso, que prevaleceu para a fixação da data da Convenção.

ciando-se com todos os atrativos que o acontecimento ferroviário determinou". Como se sabe, a inauguração desse ramal teve lugar a 17, e a reunião da Convenção no dia seguinte, isto é, a 18 do abril de 1873.

Presidida por João Tibiriçá, em cuja casa, aliás, ela se realizou, foi secretariada por Américo Brasiliense, tendo como principal ou mesmo única finalidade "autorizar uma eleição de representantes para um futuro congresso republicano com sede na Capital". Propósito, como se vê, bem limitado, para o qual não precisava, em rigor, toda aquela encenação de Itu, promovida, evidentemente, num ambiente e numa ocasião propícios a causar impressão no espírito público. E tanto os seus promotores visavam sobretudo isso, que tiveram o cuidado de se reunirem na véspera da sessão inaugural (que durou, aliás, um só dia, para não dizer apenas algumas horas), em casa também de Tibiriçá, numa espécie de sessão preparatória destinada a fixar os limites da ordem do dia da sessão do dia seguinte. A essa sessão prévia estiveram presentes "apenas as principais figuras das várias delegações, quer dizer, de 16 Municípios paulistas e do Município Neutro — a Capital do Império, sendo esta formada dos irmãos Cremildo e Cândido Barata Ribeiro e do jovem Eduardo de Oliveira Amaral.

Durante a sessão solene "tudo ia correndo como previsto", diz-nos José Maria dos Santos, quando apareceu um orador propondo que se resolvesse sobre "os meios de manter uma imprensa republicana, visto ser o jornal o mais poderoso e eficaz instrumento da ação política, indagando-se do que seria melhor, se reservar os recursos do Partido à imprensa local, se enviá-los à imprensa do Rio de Janeiro; ou ainda dividi-los entre as duas". Levantou-se então Cremildo Barata Ribeiro com violentos ataques ao *A República*, da Côrte, acusando-o de fraqueza e de deserção, o que logo motivou uma série de acusa-

sões contra o Gabinete Rio-Branco, seguidos de uma grande confusão de vozes, de protestos e de gritos dos assistentes.

Vendo as coisas malparadas, e sob o pretexto de que a questão de imprensa não se enquadrava na ordem do dia assentada na véspera, o presidente da Convenção teve a feliz idéia de levantar a sessão e dar por findos e concluídos os trabalhos. Era já noite, e os convencionais, na falta de melhor, se dirigiram quase todos para o Largo da Matriz, a fim de assistirem ali à queima de fogos de artifício, que as autoridades monarquistas haviam encomendado para festejarem a inauguração do ramal ferroviário.

Na sala dos trabalhos ficaram apenas o secretário e uns poucos mais, ocupados a redigirem a Ata da sessão. Feito o que, e não havendo mais à mão os convencionais para assinarem o documento, pois a quase totalidade se havia dispersado para assistir à queima dos fogos, foram dados como presentes todos quantos haviam escrito seus nomes na lista de entrada, quando foi do início dos trabalhos. Não sem que Américo Brasiliense tivesse tido antes o cuidado de riscar dessa lista o nome de um conhecido e pouco conceituado negociante de escravos, que Bernardino de Campos descobrira ali entre as muitas assinaturas²⁷.

Em compensação, a de Prudente de Moraes, que ali não figurava porque em 1873 êle não era *ainda* republicano e não comparecera por isso à Convenção, seria enxertado na Ata uns poucos anos depois quando, convertido ao nôvo credo e tornado um dos corifeus do republicanismo paulista, fazia-se necessário, para prestígio seu e do Partido, que êle fôsse dado como participante da reunião de Itu. E assim se faz a História...

(27) José Maria dos Santos, *op. cit.*

Declínio da propaganda republicana

Depois do desaparecimento do *A República*, em fevereiro de 74, foram feitas repetidas tentativas para a publicação de um outro jornal, que mesmo que não fôsse órgão do Partido, pudesse interpretar as suas aspirações e ser num certo sentido o seu porta-voz. Mas tôdas essas tentativas falharam. Conseguia-se, por vêzes, fazer sair um jornal, ainda que modesto, mas para logo desaparecer, principalmente por falta de recursos financeiros. Porque nem os anúncios, que eram poucos, nem as assinaturas, que também não eram muitas, nem a venda avulsa do jornal, davam-lhe o mínimo necessário para viver. Os vários apelos que se faziam ao patriotismo e à generosidade dos republicanos ou de seus simpatizantes para obtenção de fundos necessários, não davam resultados satisfatórios. Todos se confessavam bons republicanos, dispostos alguns a se sacrificarem até à morte pela realização de seus ideais; mas a verdade é que bem poucos ou quase nenhuns, mesmo aquêles sabidamente ricos ou que viviam pelo menos na abastança, davam um mínimo que fôsse de suas bôlsas em favor da causa que haviam abraçado. Parodiando um conceito que se faz hoje dos socialistas franceses, podia dizer-se que os corações de alguns brasileiros daquele tempo podiam ser, possivelmente, republicanos, mas que os seus bolsos eram certamente conservadores.

Haja vista o que se passou em São Paulo nesse ano de 1874, quando vários republicanos se reuniram para angariarem fundos destinados à fundação de um jornal que seria o órgão oficial do Partido, e teria o nome de *Província de São Paulo*²⁸. Convidado a dar a sua contribuição, um deles, Manuel de Moraes Barros, fazendeiro de largas posses e possuidor de numerosos escravos se escusou, em seu nome e no de seu irmão Prudente, dizendo que os inspiradores do jornal tivessem paciência, mas que não lhes era possível atender ao que se lhes pediam; e que tendo falado nesse sentido ao irmão, este “prontamente respondera que não podia”. José Maria dos Santos, que cita o fato, acrescenta que João Tibiriçá e José de Almeida Prado, “também solicitados, não mostraram maior entusiasmo, apesar de não haverem respondido por uma recusa tão clara e peremptória”. A maioria dos republicanos “achava que não valia a pena”, entendendo que o jornal não se podia sustentar. Dizia Manuel de Moraes Barros: “Vocês terão de fazer enormes sacrifícios e por fim hão de cansar”. E como que justificando a sua recusa perguntava: “Não acham que o movimento republicano está algum tanto esmoecido?”²⁹.

Conseguiu-se, é verdade, graças sobretudo aos esforços de Campos Sales e do chamado “grupo de Campinas”, obter o capital necessário para o lançamento do jornal, com a subscrição não somente de republicanos como de outras pessoas alheias à política; mas para isso foi necessário declarar que o órgão não seria republicano, mas um jornal apolítico. E, de fato, no seu primeiro número se dizia não ser êle “órgão de partido algum, não estando em seus intuitos advogar interêsses de qualquer deles”. Entre os subscritores se contavam

(28) O atual *O Estado de S. Paulo*.

(29) *Op. cit.*

vários dos conhecidos republicanos paulistas dêsse tempo, tais como o citado Campos Sales, Américo Brasiliense, Francisco Glicério, Rangel Pestana e Américo de Campos (não figurava seu irmão Bernardino). João Tibiriçá e José de Almeida Prado sempre se decidiram a participar da empresa³⁰.

*

Pouco antes do desaparecimento do *A República*, ou melhor, em junho de 1873, os republicanos da Côrte e da Província do Rio organizaram um congresso, presidido por Saldanha Marinho, com o fim de criarem uma União Republicana Federal, composta dos vários clubes existentes no País, que mantendo embora uma autonomia local, obedecessem a uma direção geral comum, a qual seria instalada na Capital do Império e daria a todos uma mesma orientação na propaganda pela República. Foi essa a primeira tentativa que se fêz para dar uma certa unidade à causa republicana, coisa que não se tinha até então conseguido, evitando assim que fôsem dispersados os esforços que se vinham fazendo um pouco em tôda a parte em favor de uma mudança de regime. Entrava também no plano dessa União a criação de três jornais, um na Côrte, outro no Norte e outro no Sul do País, porque se achava, e com razão, que os vários pequenos jornais republicanos, a maioria dêles insignificantes, que apareciam e desapareciam nas diversas Províncias, “não contribuía para fortalecer o Partido, e era indício de falta de unidade”, conforme declarou Quintino Bocaiúva numa das reuniões que realizaram.

Mas todo êsse plano não foi por diante. Como tantos outros que se faziam para consolidar e dar um sentido

(30) *Op. cit.*

mais objetivo ao *sonho* republicano, também êsse ficou apenas em projeto. A igual do Clube Republicano Federal, que instalado no Rio de Janeiro em 1873, anteriormente, portanto, à idéia da União, para substituir o Clube Republicano de 1870, não foi também avante. Todos êsses fracassos vinham mostrar que a “onda” republicana, aparecida com tantas esperanças em dezembro de 1870, ameaçando infiltrar-se nos alicerces mais profundos da Monarquia, vinha diminuindo sensivelmente de impulso; e que o ímpeto inicial com que ela se lançara começava a perder, três anos depois, grande parte da sua fôrça. Era a constatação melancólica de que todo aquêlê entusiasmo nascido com o aparecimento do *A República* e o lançamento do famoso Manifesto não passara, afinal, de um simples fogo de palha.

A verdade é que a não ser a velha guarda do Partido, composta, aliás, de bem poucos, que se mostrou sempre confiante e esperançosa na vitória final do republicanismo, muitos dos que se haviam associado a êle nas primeiras investidas contra o trono, foram pouco a pouco se afastando, uns desanimados, outros descrentes ou decepcionados, e outros francamente derrotistas, achando que era trabalhar em pura perda por um ideal que para muitos não passava, afinal, de um simples jôgo político. Nesse ambiente de descrença não poucos dos republicanos da primeira hora, que se haviam deixado entusiasmar por essa cruzada de libertação política do Brasil, segundo a pregação dêles, tais como Ottoni, como Lafayette, como Salvador de Mendonça, voltaram à velha casa de seus antigos partidos. Não chegou a ser um “salve-se quem puder”; mas foi uma deserção que tomou por vêzes o aspecto de um pânico.

Uma das causas dêsse retrocesso foi, de um lado, a infiltração no Partido de numerosos fazendeiros escravagistas, provocando com isso o desgosto e o afastamento

de muitos republicanos tidos como *puros*; de outro lado o fato de o Partido, sobretudo em São Paulo, como, aliás, já vimos antes, abster-se de tomar posição, sobretudo de dar sua adesão ao movimento em favor da libertação dos escravos, que justamente por essa época, isto é, pouco depois da promulgação da lei do Ventre Livre, em 1871, começava a apaixonar a opinião pública. Essa abstenção, que a muitos parecia menos uma tática política do que simplesmente uma cobardia, foi que levou muito republicano, sobretudo os que tinham vindo do radicalismo, a se afastarem de um movimento que, por comodismo ou falta de coragem, cruzava simplesmente os braços diante de um problema como o do elemento servil, muitíssimo mais importante para os destinos do País do que esse outro de uma simples mudança de regime político.

Não resta a menor dúvida em que, apreciados os fatos do ponto de vista da época, essa atitude de reserva, esse silêncio ou essa abstenção de muitos chefes republicanos com relação ao problema então chamado do elemento servil, podia parecer indesculpável e ser interpretada, de fato, como uma pusilanimidade. Mas se formos apreciá-los depois da queda da Monarquia, quer dizer, depois que o problema fôra resolvido com a Lei de 13 de maio, cabe indagar se aquêles chefes republicanos não estavam, no fundo, com a razão. Quer dizer, se não andaram certos abstendo-se de se definirem em face de uma questão que acabou, afinal, por explodir nas mãos da própria Monarquia.

Escrevendo ao seu amigo e correligionário Bernardino de Campos (carta de 10 de julho de 1884), Francisco Glicério iria definir muito bem a tática que os republicanos deviam assumir em frente ao problema que era já então o da Abolição, e que se resumia, afinal, em deixar simplesmente que êle se resolvesse *desastra-*

damente com a responsabilidade da Corôa, como êle diz. O argumento de Glicério era claro: tudo fazia supor, segundo êle, que a questão da Abolição teria de ser decidida antes da implantação da República, sob a responsabilidade, portanto, da Monarquia. Ora, se assim teria que ser, porque iriam então os republicanos se antecipar com uma definição que, qualquer que fôsse ela, só podia trazer prejuízos ao Partido? Glicério não diz, mas compreende-se o seu raciocínio: se os republicanos se declarassem partidários da Abolição, iriam com isso desgostar e incompatibilizar-se com muito fazendeiro que, simpático embora à República, não queria perder os seus escravos; se se declarassem contrários à libertação dos escravos, iriam perder o apoio de muitos correligionários, para quem República e Abolição eram dois princípios inseparáveis — no sentido, sobretudo, da tese defendida por Bernardino, isto é, que a República, sem ser precedida pela Abolição, era uma utopia. É verdade que a terceira posição, que era a da neutralidade em face do problema, justamente a que Glicério defendia, iria também desgostar muito republicano; mas era ainda, e apesar de tudo, a que traria um mal menor. “Tôda reserva em nossa attitude nos trará imensos resultados”, dizia Glicério a Bernardino. Ainda porque, acrescentava, “nosso objetivo é fundar a República e não libertar escravos”³¹.

*

Foi numa tentativa para sustar tanto quanto possível as numerosas deserções que se iam dando no Partido que alguns chefes republicanos da Côrte, por iniciativa, parece, de Aristides Lôbo, prepararam um documento (aliás dois, datados, respectivamente, de 20 de setembro

(31) José Maria dos Santos, *op. cit.*

e 27 de outubro de 1877) intitulado *Térmo de compromisso e de adesão*, a fim de recolherem assinaturas não só daqueles que entendessem reafirmar sua confiança no Partido, como dos que tendo-se conservado até então estranhos a êle quisessem ingressar em suas fileiras.

Os signatários dêsses documentos não foram muitos (76, ao todo), o que decerto deve ter decepcionado seus promotores. Mas o interessante a assinalar são os nomes de alguns dos novos adeptos do republicanismo que apareciam agora em público pela primeira vez — João Clapp, Tomás da Porciúncula, José do Patrocínio, Demétrio Ribeiro, Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Eram uns rapazolas desconhecidos, que se deixavam levar pelo entusiasmo das novas idéias. Teixeira Mendes andava pelos seus 22 anos, Porciúncula, Patrocínio e Miguel Lemos pelos 23. O significado de suas assinaturas nesse documento só vale hoje pelo papel que iria caber a cada um dêles dez anos mais tarde, na última fase da propaganda e nos primeiros dias do nôvo regime. Clapp seria um dos mais ativos agitadores republicanos da Côrte. Porciúncula iria ser o primeiro governador republicano do Maranhão, desempenhando depois um papel destacado na política do futuro Estado do Rio de Janeiro. Patrocínio, todos sabemos, se tornaria um dos jornalistas mais populares na campanha da Abolição e na tarde de 15 de novembro de 1889 seria o primeiro a “proclamar” a República na Capital do Império. Demétrio seria um dos ministros de Deodoro. E quanto a Miguel Lemos e Teixeira Mendes, seriam os fundadores da Igreja Positivista Brasileira.

O alcance dêsse documento devera ter sido bem diverso daquele que esperavam os seus inspiradores. Visando dar com êle uma demonstração de fôrça do republicanismo na Côrte, dava, como bem observou José Maria dos Santos, uma prova da sua fraqueza. De fato,

se o Partido continuava forte e coeso, como apregoavam os seus componentcs, e nada perdera da confiança que depositava em seus membros, não havia necessidade de exigir-lhes um nôvo juramento de fidelidade aos ideais republicanos. E se o exigiam, e por outro lado procuravam angariar novos adeptos, era porque lhe faltava aquela confiança e as suas fileiras mingravam assustadoramente. No fundo, êsse têrmo de compromisso não foi senão uma sonda lançada nas águas republicanas, para saber-se qual era a profundidade delas. Como se vê, não eram nada profundas.

Pouco antes, os republicanos já haviam feito uma sondagem de outro gênero. Foi quando decidiram concorrer pela primeira vez às eleições municipais da Côrte, em maio desse mesmo ano de 77, com o fim de auscultarem até onde podiam contar com a opinião votante a seu favor. Apresentaram três candidatos: Saldanha Marinho, Cristiano Ottoni e Antônio Felício dos Santos. Os dois primeiros — é importante assinalar — não se apresentaram como candidatos exclusivamente republicanos, pois seus nomes figuraram também em outras listas eleitorais, enquanto o último se apresentou ao eleitorado unicamente como republicano. O resultado não podia ser mais expressivo da fraqueza eleitoral republicana: Saldanha e Ottoni foram eleitos, com cêrca de 5 mil e tantos votos cada um; ao passo que Antônio Felício dos Santos, que representou o papel de cobaia, saiu fragorosamente derrotado, com apenas 220 votos! É de supor-se que existiam, por aquêlê tempo, mais de 220 republicanos na Côrte em condições de votarem, e êsse número ínfimo de votos só se podia explicar pelo indiferentismo de seus partidários ou falta de organização do corpo eleitoral republicano.

Possivelmente por uma e outra coisa. Mas, sobretudo pela fraqueza mesma da propaganda republicana,

sua falta de profundidade e de receptividade na opinião pública do país. Pode ser que se essa sondagem eleitoral tivesse sido feita pouco depois do lançamento do Manifesto de 70, quando o republicanismo era uma novidade e o jornal do Partido tirava milhares de exemplares, quando novas adesões à causa republicana se sucediam umas às outras — pode ser que o resultado da eleição de Felício dos Santos tivesse sido bem mais auspicioso. Mas sete anos depois, passado o entusiasmo dos primeiros tempos, ela resultava no que se via, o que vinha provar que a idéia republicana baixara sensivelmente de nível, perdera o impulso inicial e grande parte da sua consistência. E estava agora reduzida a bem pouco.

Apostasia de Lafayette

Se era essa a situação dos republicanos no Rio de Janeiro nesse ano de 1877 — e nas Províncias não devia ser melhor — pior seria no ano seguinte, quando arreventou a bomba da deserção de Lafayette Rodrigues Pereira das fileiras republicanas e sua entrada, como Ministro da Justiça, para o Gabinete Sinimbu, formado a 5 de janeiro dêsse ano. Foi, de fato, uma bomba, que espalhou a confusão e a desorientação por todos os setores republicanos do País.

É verdade que as convicções republicanas de Lafayette nunca tinham sido lá muito cristãs. Vimos atrás suas indecisões e suas dúvidas, dêle e de Cristiano Ottoni, quando se tratou da fundação do Clube Republicano da Côrte e do lançamento do Manifesto de 1870. Mas, por mais frágeis que fôssem êsses sentimentos, não se acreditava que chegassem ao ponto de êle poder aceitar, oito anos depois de ter assinado o famoso Manifesto, ser ministro do Imperador. E todos perguntavam o que significava isso: se uma simples e pura renúncia aos seus ideais, se uma fraqueza sua de caráter, deixando-se subornar por uma pasta ministerial, se uma manobra de Sinimbu, visando desmoralizar o republicanismo e neutralizar, assim, os efeitos que êle acaso pudesse vir a ter na opinião pública.

O motivo dado por Lafayette, em discurso que pronunciou na Câmara dos Deputados, para justificar

a aceitação dessa pasta ministerial, não convenceu ninguém, tão frágil êle era, tanto na forma como no fundo, pois se limitou a dizer que a sua nomeação tivera “o cunho da mais perfeita legitimidade”, e que aceitara ser ministro como um simples “soldado da Democracia moderna”, pronto a prestar seus serviços a todo regime que praticasse o govêrno do povo, o govêrno da Nação pela Nação. Por outro lado, alegando que o nôvo Ministério se propunha instituir a eleição direta e sendo êle partidário dêsse sistema eleitoral, entendera do seu dever não lhe negar colaboração. Mais convincente e certamente mais sincera foi a explicação que Sinimbu deu, também na Câmara dos Deputados, ao dizer que a entrada de Lafayette para o seu Ministério visava “desfalcicar os republicanos de tão valioso elemento”, pondo ao mesmo tempo à prova a “sinceridade e firmeza dos republicanos”, quer dizer, a certeza de êles não serem tão invulneráveis nem tão sinceros quanto apregoavam, no apêgo aos seus ideais.

Mas fôsse como fôsse, o certo é que essa deserção de Lafayette espalhou um verdadeiro pânico nas fileiras republicanas, sobretudo entre os velhos propagandistas, os ortodoxos da doutrina, receosos de que a ela se seguissem outras deserções, e que a debandada republicana para o campo liberal acabasse por abalar as vigas mestras do Partido. Alarmados com tudo isso, não se fêz esperar a reação. Os propagandistas paulistas, reunidos em congresso lançaram um manifesto, incitando os seus correligionários a se manterem firmes, “íntegros”, no seu pôsto de combate³². No Rio de Janeiro êles logo se reuniram por iniciativa de Aristides Lôbo, para combaterem corajosa e abertamente a atitude de Lafayette. Colocando a questão com muita habilidade, para obter

(32) Campos Sales, *Da Propaganda à Presidência*.

melhor ganho de causa, Aristides atacou em termos severos o procedimento de seu antigo companheiro, conseguindo que fôsse aprovada uma moção que, sendo uma formal condenação daquele correligionário, valia ao mesmo tempo como uma declaração de princípio. Dizia assim: “Considerando que a situação atual [*a situação liberal que se inaugurava com o Gabinete Sinimbu*] representa princípios incompatíveis com os do Partido Republicano; e considerando que o fato de um republicano, signatário do Manifesto de 1870, ter sido arrastado por qualquer motivo a fazer parte do atual Governo, longe de modificar a nossa atitude é, pelo contrário, lamentável, por ter-se pôsto ao serviço da Monarquia”³³.

Por certo que o procedimento de Lafayette, aceitando ser Ministro de um Gabinete monarquista — Gabinete liberal, acentue-se de passagem — era censurável dentro da pureza dos princípios republicanos; sobretudo pelo mau exemplo que dava a outros republicanos, deixando-os

(33) G. Boehr, *op. cit.* — Essa questão de se aceitar ou não empregos da Monarquia, era muito controvertida entre os republicanos. Muitos destes entendiam que não havia mal em aceitá-los, desde que não fôsse um cargo político e não implicasse isso no repúdio às idéias republicanas. Foi o caso, por exemplo, de Salvador de Mendonça, que apesar de republicano confesso e de um dos signatários do Manifesto de 70, não hesitou em aceitar o cargo de Cônsul em Baltimore, nos Estados Unidos, em 1875, nomeado pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Caravelas (o 3.º), com a aprovação do Presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco e a “tolerância”, como êle próprio diz, do Imperador. A notar que se tratava de um Governo conservador. Justificando a sua própria nomeação ao seu irmão Lúcio, dizia Salvador que ia para os Estados Unidos, “ao contrário do que muita gente supõe ou finge supor, tão republicano como antes do Consulado”. Acrescentava que a sua nomeação não importava em confiança política, e ninguém lhe perguntara por suas crenças nem lhe pedira o sacrifício delas, “donde depreendo, e digo em honra dos que me nomearam, que no Brasil a crença republicana, professada com a moderação que há de ser sempre a principal condição de vitória da verdade, não é obstáculo para que o brasileiro preste serviços ao País”. Aprovando sua atitude, respondia-lhe o irmão Lúcio, tão exigente, aliás, com outros *desvios* republicanos, que no Brasil, “como em tôda a parte”, o republicano não precisava renunciar aos seus direitos de cidadão para ocupar cargos públicos que não envolvessem confiança política, bastando “que tivesse capacidade para preenchê-los” (Carlos Süsskind de Mendonça, “Lúcio de Mendonça: últimos anos de estudante”).

tentados de aceitarem empregos da Monarquia. Mas a verdade é que êle não fizera, nem fôra solicitado a fazer, para aceitar o cargo, nenhuma declaração de repúdio aos seus sentimentos republicanos. De onde se pode concluir que o fato de colaborar com um Govêrno liberal, embora monárquico, não significava forçosamente, nem para êle nem para quantos fizessem o mesmo, uma abdição de seus ideais partidários. Provava apenas o que se estava vendo nos pleitos, nos acordos e conchavos eleitorais que se faziam por tôda a parte entre republicanos e liberais, isto é, que longe de se excluïrem, pelo contrário, êsses ideais se harmonizavam e num certo sentido se completavam com os ideais liberais.

Provava que os dois conceitos — republicanismo e liberalismo — não eram assim tão irreconciliáveis quanto pretendia Aristides Lôbo, e que o fato de professar idéias republicanas não impedia de colaborar com os liberais, pois salvo na questão de forma de Govêrno, em quase tudo o mais as aspirações de uns e de outros podiam muito bem harmonizar-se. A tese era sobretudo liberal, mas não impedia, antes concorria para muito republicano se passar para as fileiras liberais sem renegar suas crenças republicanas, deixando-se assim atrair pela perspectiva do Poder, do conchego do Govêrno, e de tudo que êle podia proporcionar em satisfações e apetites de mando.

*

A prova disso estava não sòmente no fato de Lafayette poder ser ministro do Gabinete Sinimbu, de ser, digamos, republicano em casa e liberal no Ministério. Aliás, eram também ministros dêsse mesmo Gabinete, Silveira Martins e Osório, que apesar de filiados ao Partido Liberal, podiam ser tidos de sentimentos confessa-

damente republicanos, muito mais republicanos, até, do que os de Lafayette. Sobretudo Osório, que longe de ocultar tais sentimentos sempre fizera alarde dêles, confessando que os tinha “no coração” desde os seus anos de juventude, e que se nunca se batera pela implantação da República fôra por que sempre entendera que a Nação não estava ainda preparada para adotá-la.

Ora, a inclusão dêsses dois nomes no Gabinete Sinimbu, sem que isso provocasse maiores censuras, vinha reforçar a tese de que liberalismo e republicanismo, apesar de uns poucos princípios que os distanciavam, podiam sempre encontrar um terreno comum de colaboração, mesmo independente de qualquer interêsse de ordem puramente pessoal ou empreguista. Daí a razão de não terem surtido maiores danos para Lafayette, tanto de ordem moral como políticos, por ter êle aceitado ser ministro de Sinimbu. Tampouco as censuras que alguns republicanos mais ortodoxos lhe fizeram por essa ocasião não impediram que republicanos e liberais continuassem a entender-se numa quase perfeita comunhão de vistas. Sobretudo os liberais que se tinham destacado do Partido por ocasião da queda do Gabinete Zacarias, em 1868, provocada pela attitude facciosa de Caxias, então comandante-chefe no Paraguai, e haviam formado o Partido Radical, que nós chamaríamos hoje de extrema esquerda liberal, com um programa de tal modo avançado de reformas que chegava, como acentua Viveiros de Castro, “aos limites da forma republicana” — descentralização, extinção do Poder Moderador, Senado temporário e eletivo, extinção da escravatura e eleição pelas Províncias de seus respectivos Presidentes.

Era um programa que qualquer republicano podia subscrever sem ferir com isso a pureza de seus sentimentos políticos. Do mesmo modo que qualquer liberal podia aceitar o programa republicano, sem precisar

modificar em sua essência as aspirações por que se batia. Quando foi do lançamento do manifesto radical, Leão Veloso escrevia da Bahia ao Conselheiro Nabuco de Araújo: “Aqui não havia republicanos, e agora não somente os há, como não há liberal que não se mostre disposto a sê-lo”. E Nabuco, por seu lado, escrevia a Sinimbu: “Tenho mêdo de que não haja outra alternativa senão entre conservadores e republicanos”³⁴.

Porque se a questão de forma de Govêrno era, a bem dizer, a única que separava liberais e republicanos, ela não chegava a ser, entretanto, uma barreira que os impedisse de se entender em tudo o mais que dissesse respeito aos ideais políticos. Ainda porque muitos só eram monarquistas no sentido de não combaterem, ou melhor, de respeitarem a forma monárquica de Govêrno, de transigirem com ela, sem que isso significasse uma preferência pela forma republicana. Aceitavam a Monarquia porque ela existia entre nós — por tolerância, por condescendência, simplesmente para “deixar como está”; se ela, acaso deixasse de existir amanhã, nada os impediria de aceitarem a República, com a mesma tolerância com que recebiam hoje a Monarquia. “Se não somos ainda republicanos, dizia Leão Veloso na carta acima citada, não tememos a República”.

Ainda porque para muitos liberais, a Monarquia no Brasil não passava de um simples govêrno de transição, convencidos que estavam de que uma vez obtidas as reformas necessárias, a Nação adotaria por si mesma a forma republicana — pela ordem natural das coisas ou simplesmente por determinismo histórico, sem que fôsse necessário para isso recorrer a qualquer espécie de violência ou a processos ilegais. Entendiam que obtidas aquelas reformas, a Monarquia deixaria de ter conteúdo

(34) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*.

e perderia a sua razão de ser. E ainda quanto a isso êles pensavam como muitos republicanos, isto é, que se iria chegar à República por processos rigorosamente constitucionais, pela conquista sempre crescente da opinião pública, até que a Nação, consciente da sua personalidade, se decidiria ela mesma pela forma republicana de govêrno. E por que não ? Não era essa também a opinião da própria filha do Monarca, da futura Imperatriz, — de que o País iria elegendo mais e mais deputados republicanos até que, sendo êstes maioria, “nós nos retiráramos ?”.

Ou isso, ou o processo sugerido na Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, quando ali foi aprovada por 4 votos contra 1, uma moção propondo que no caso do falecimento do Monarca, o País fôsse consultado “por meio de um plebiscito, se convém a sucessão no trono brasileiro de uma senhora obcecada por uma educação *jesuítica*³⁵ e casada com um príncipe estrangeiro”. Excetuada a parte de intolerância e má vontade contra a Princesa Imperial, restava o fundo democrático da idéia, e foi o que sobretudo concorreu para ela ser adotada por outras Câmaras Municipais do Império, tanto do Rio Grande do Sul como de São Paulo e de Minas Gerais, onde foram aprovadas moções semelhantes a essa. E se a idéia não foi para diante, ou melhor, se não vingou, deve-se sobretudo às providências tomadas pelos presidentes das respectivas Províncias, no sentido de serem processados os vereadores responsáveis — processo, aliás, que não se efetivou, por não os ter querido pronunciar o Poder Judiciário.

(35) Expressão que a própria Câmara de São Borja mudou para *religiosa*, ao ser aprovada a moção.

Início da “questão militar”

O fato de a propaganda republicana ter quase desaparecido durante os seis Ministérios liberais que sucederam ao Gabinete Sinimbu (um dos quais presidido pelo próprio Lafayette), num período de sete anos, devia dar a impressão de que o Império se achava definitivamente consolidado e que o Imperador podia estar certo de terminar tranqüilamente os seus dias, sem grandes dificuldades ou maiores abalos para as instituições vigentes.

Mas aconteceu que justamente por essa ocasião, ou pouco depois de voltarem os conservadores ao Poder, com a subida do Gabinete Cotegipe, em agosto de 1885, começaram as divergências entre o Governo e os militares, as célebres *questões militares*, que em crises sucessivas e cada vez mais agudas, iriam acabar atirando a Monarquia por terra. O primeiro desses desentendidos deu-se no ano de 1886. O Coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, militar turbulento e indisciplinado, cujo nome não saíria mais do cartaz político até ao dia da Proclamação da República, foi o causador. Aliás, já antes desse ano de 86, ou melhor, em outubro de 1882, esse mesmo oficial motivara um incidente, infringindo o regulamento disciplinar de 1859, que proibia aos militares ocuparem-se dos seus superiores pela imprensa, e fôra por isso censurado pelo então Ministro da Guerra, Conde Carlos Afonso, irmão do futuro Visconde de Ouro

Prêto. Era, pois, como se vê, um reincidente nos mais elementares deveres de disciplina militar.

Em fevereiro de 1886 Cunha Matos fiscalizava uma companhia de Infantaria sediada no Piauí. Havendo verificado ali importantes desvios de fardamentos, deu parte disso ao Ministro da Guerra, Conselheiro Alfredo Chaves, como, aliás, lhe competia, propondo que fôsse instaurado um inquérito a respeito — mas com a condição de ser afastado daquela unidade o respectivo comandante, Capitão Pedro José de Lima, por suspeitá-lo envolvido na irregularidade. O capitão não gostou da queixa do coronel, e logo se dirigiu ao Governo, acusando, por sua vez, o seu camarada e superior de se haver deixado levar, em sua denúncia, por influências políticas locais. Não obstante, mandou o ministro que o capitão fôsse submetido a Conselho de Guerra.

Com tal não concordou, porém, um deputado conservador daquela Província, Simplício Coelho de Resende, que entendeu de tomar a si a tarefa ingrata de transformar em caso político o que não passara até então de um simples incidente de quartel, “uma intromissão lamentável do parlamentar, como dirá com razão Cunha Matos, em assuntos privados de caserna”. Subindo à tribuna da Câmara, Simplício pronunciou um discurso inflamado, atacando o Ministro da Guerra por haver mandado o Capitão Lima a Conselho de Guerra, e insinuando que o militar que o acusara fôra de fato levado em sua atitude por sentimentos puramente políticos, isto é, por ser o capitão elemento conservador na Província e Cunha Matos um liberal extremado.

Tanto bastou para êste sair a campo pela imprensa, acusando o deputado de o haver insultado da tribuna, disse êle, *irresponsável* do Parlamento. A isso replicou Simplício, de novo da tribuna da Câmara, mas desta vez para insultar mesmo o coronel, dizendo, entre outras

coisas, que êle estivera na Guerra do Paraguai a sôlido do inimigo: prisioneiro de Lopez, "dirigira a artilharia inimiga contra as tropas brasileiras". Cunha Matos, como era de esperar, revidou o insulto com outro artigo, logo seguido de um terceiro, já agora contra o próprio Ministro da Guerra, a quem acusava de haver errado no despacho que dera sôbre o tal incidente no Piauí. Trazido a debate público, o Ministro advertiu-o em Ordem do dia, mandando ao mesmo tempo prendê-lo por 48 horas na sala do Estado-Maior. Isso se passava em julho de 1886. Justificava êsse seu ato com as disposições militares vigentes, as quais citava, que proibiam a qualquer official alimentar discussão pela imprensa sem prévia autorização do Ministro da Guerra.

Alfredo Chaves tinha aí inteira razão, pois de fato todos os Avisos expedidos pela Repartição da Guerra, de recentes e antigas datas, que êle citava, eram taxativos no sentido de proibirem a qualquer official discutir pela imprensa sem a prévia licença de seus superiores. E se não bastassem os têrmos insofismáveis dêsses Avisos, o mais elementar princípio de disciplina, militar ou não, lhe daria carradas de razões. Questão, até, de simples bom senso.

Entrada em cena do General Câmara

Assim não entendeu, entretanto, uma das mais altas patentes do Exército, militar *doublé* de legislador, o General José Antônio Correia da Câmara, senador liberal pela Província do Rio Grande do Sul, terra onde nasceu e à qual estava ligada a sua família, quase tôda de militares. Era tido por oficial bravo e competente, muito embora Pandiá Calógeras achasse que “não passava de um bom general de cavalaria”. Em todo o caso portara-se muito bem na Guerra do Paraguai, em cuja última fase havia tido uma atuação destacada, sobretudo na perseguição final a Lopez, quando ficara conhecido por haver comandado o pelotão que surpreendera e liquidara com a vida do ditador paraguaio. Fôra, por isso, agraciado pelo Imperador com o título, que já pertencera ao avô, de Visconde de Pelotas³⁶.

Amigo de Cunha Matos, entendeu êle de tomar-lhe ostensivamente a defesa contra o Ministro da Guerra, o que fêz da maneira mais irrefletida, não só porque dava, com o seu exemplo, uma triste impressão do que era a disciplina militar entre nós, como porque procurava envenenar ainda mais o incidente a ponto de intrigar o ministro já não mais com o oficial que fôra punido,

(36) O Imperador o estimava, como se poderá ver dêste trecho de uma carta sua à Condessa de Barral, datada de 29 de abril de 1880: “Esta manhã chegou e veio logo cá o Pelotas. Sempre gostei dêle. Ainda era Tenente-coronel quando levou-me a Caçapava no Rio Grande a notícia da derrota dos Paraguaioes em Jataí, seguindo eu depois com êle para Uruguaiana” (Alcindo Sodré, *Abrindo um Cofre*).

mas com tôda a classe militar. É preciso não esquecer que o ministro era um civil, um *paisano*, como gostam de dizer os militares e, como conservador, antagonista político do general. Não seria impossível que essas duas circunstâncias tivessem influído na atitude por êle assumida, tanto quanto os laços de camaradagem que o prendiam a Cunha Matos. Sem contar o feito arrebatador e por vêzes violento de Pelotas, tão comum, aliás, à gente do Rio Grande do Sul.

Fôsse, porém, como fôsse, o certo é que se devem sobretudo a êle, ao assumir essa atitude, tôdas as tristes ocorrências que se iriam depois verificar entre o Poder Civil da Nação e um grupo de oficiais irriquietos e pouco afeitos à disciplina militar. As sucessivas “questões” que teriam lugar de agora para diante, entre êsse grupo de oficiais e o Govêrno, e tanto mal iriam causar ao País, foram resultado, pode dizer-se, dessa atitude de Pelotas. Não fôsse êle, ou não fôsse ela, e o incidente entre Cunha Matos e Simplício de Resende teria ficado em seus justos limites e se encerrado automaticamente; ter-se-ia limitado à punição disciplinar do primeiro, por se ter permitido travar debates na imprensa sem licença de seus superiores, e à péssima impressão deixada pelo segundo, insultando um seu desafeto, militar ou não, da tribuna da Câmara dos Deputados, que se não era irresponsável, como a taxara Cunha Matos, desfrutava, em todo o caso, de privilégios que a tornavam inacessível ao outro, deixando-o, assim, na impossibilidade de se defender com as mesmas armas com que fôra atacado.

Foi a intervenção intempestiva de Pelotas que tudo envenenou. Sem o incentivo do seu nome, de sua fama de grande soldado e da solidariedade que emprestou primeiro a Cunha Matos, depois a Deodoro, e os muitos oficiais que iriam sair a campo para se porem ao lado dêste contra o Govêrno, não se teriam permitido a tanto.

“Cotegipe, escreve Tobias Monteiro, atribuía-lhe com razão a maior responsabilidade dos acontecimentos. Uma semente produz uma grande árvore e as palavras de Pelotas foram a semente da questão”³⁷. Pode-se mesmo afirmar que o vírus da indisciplina que se iria espalhar daí por diante nas fileiras do Exército originou-se dessa atitude de Pelotas, do mau exemplo por êle dado a tóda a officialidade brasileira, ao declarar, como declarou, da tribuna do Senado, em alto e bom som, aos olhos estarecidos da Nação, que a lei, para o soldado, não era a que estava escrita e fôra votada pelos órgãos constitucionais do Estado, — inclusive por aquêle mesmo Senado a que êle pertencia e o qual tinha, num certo sentido, o dever de prestigiar — mas unicamente o livre arbítrio dêsse mesmo soldado, sua exclusiva vontade, a concepção que êle mesmo fazia de seus deveres não sòmente de soldado mas também de cidadão.

De fato, subindo à tribuna do Senado, que devera ser, aliás, na opinião de seu amigo Cunha Matos, tão irresponsável quanto o era a da Câmara dos Deputados, disse Pelotas que Cunha Matos não fizera senão usar do direito de defender-se, pela imprensa, dos insultos que recebera. A seu ver todo official “ferido em sua honra tem o direito imprescindível de desagrar-se”. E a um aparte do senador pernambucano Barros Barreto, ponderando — “se as leis o permitirem”, acrescentou ante o pasmo de todos os Senadores presentes: *Não digo que as nossas leis o permitem; estou dizendo ao nobre Ministro da Guerra o que eu entendo deve fazer um militar quando é ferido em sua honra. E fique sabendo o senador por Pernambuco que quem está falando assim procederá, sem se importar que haja lei que o vede. Ponho a minha honra acima de tudo.*

*

(37) Pesquisas e depoimentos para a História.

Como era de esperar, o exemplo dado por Cunha Matos e tão veementemente defendido por Pelotas não tardou em frutificar. Assim, logo no mês seguinte, isto é, em agosto dêsse ano de 86, publicava o Tenente-Coronel Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro do Rio Pardo (Rio Grande do Sul), no *A Federação*, órgão republicano de Pôrto Alegre, dirigido por Júlio de Castilhos, um artigo em que procurava defender-se das acusações que o Conselheiro Franco de Sá lhe fizera no Senado, a propósito da demissão que o mesmo lhe dera em 1884, quando era Ministro da Guerra e Madureira comandante da Escola de Tiro do Campo Grande, no Rio de Janeiro.

*

Com o aparecimento em cena dêsse tenente-coronel, a *questão militar* ainda mais se complicou, pois por seus antecedentes, por seu valor combativo e absoluta rebeldia de espírito, não iria ser fácil *amansá-lo* ou chamá-lo ao bom caminho. Como oficial, do ponto de vista profissional, Madureira podia ser tido por brilhante, e é certo, como diz Tobias Monteiro, que era “muito estimado entre os militares letrados, sobretudo da nova geração”. Mas era, por outro lado, ou vinha sendo desde que ingressara nas fileiras do Exército, um péssimo elemento encarado pelo aspecto da disciplina militar. “Temperamento impulsivo de insubordinado recalcitrante e reincidente”, como o retrata Oliveira Viana³⁸. E a tal ponto que sendo ainda oficial subalterno, chegou a pedir demissão do Exército levado unicamente por seu feitio de inconformado. O fato se passou em 1868, quer dizer, em plena Guerra do Paraguai, provocando um despacho de Caxias,

(38) *O Ocaso do Império*.

comandante-chefe, em tѐrmos francamente desabonadores para Sena Madureira. “É oficial de inteligѐncia, disse Caxias, e tem mostradó valor, mas é muito indisciplinado, tendo acabado de cumprir uma sentenęa imposta pela Junta Militar em consequęncia de ter faltado ao respeito a um general dѐste Exército, debaixo de cujas ordens servia. Talvez seja por despeito que agora pede demissão, e parece-me que ela não deve ser concedida, não só porque não o julgo com direito adquirido, como porque tal concessão iria ofender diretamente a disciplina do Exército, além de ser falso que tenha numerosa família, pois é moęo e solteiro”³⁹. De que conceito de insubordinado em que o tinha Caxias era o mais precedente, ter-se-ia a prova nos anos seguintes, quando Madureira iria revelar-se um dos mais inconformados oficiais do nosso Exército, sempre pronto a criar dificuldades e motivos de repreensão para os seus superiores. Assim, vamos encontrá-lo, em maio de 1879, de mistura com outros oficiais do Exército e da Armada (entre êstes Wandenkolk), protestando contra a emenda a um projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados, que suprimia ou diminuía patentes militares, visando a aliviar os cofres públicos. Poucos anos depois, em 1883, aparecia êle novamente em foco, como porta-voz de uma comissão de militares intitulada “Diretório de Resistência” (só o nome valia por uma definięão), constituída para protestar contra um projeto de lei que alterava as condięões de reforma nas duas corporaęões militares.

Repreendido, não se emendou, e no ano seguinte voltava ao cartaz quando comandava a Escola de Tiro de Campo Grande, nos arredores do Rio, e ali recebeu com grande estardalhaço o jangadeiro cearense Francisco do Nascimento. A um pedido que lhe fêz a êsse propó-

(39) Tobias Monteiro, *op. cit.*

sito o Marquês da Gávea, Ajudante-General do Exército, respondeu com insolência, dizendo que não o reconhecia com autoridade para interpellá-lo sobre o serviço interno da Escola, por ela depender, nesse particular, exclusivamente do Conde d'Eu, Director-geral da Artilharia. Sentindo-se melindrado, como era natural, Gávea dirigiu-se ao Ministro da Guerra, que era então o Conselheiro Franco de Sá, o qual não hesitou em repreender Sena Madureira em Ordem do dia, exonerando-o, ao mesmo tempo, do comando da Escola. Foi justamente a propósito dessa demissão, ou melhor, das explicações que Franco de Sá deu mais tarde sobre ela, da tribuna do Senado, que Madureira voltava agora a escrever para os jornais, reincidindo, uma vez mais, na mesma falta por que já havia antes sido punido.

Deodoro, comandante das armas do Rio Grande do Sul

Era nesse tempo Comandante das Armas e 1.º Vice-Presidente do Rio Grande do Sul o Marechal-de-Campo Manuel Deodoro da Fonseca, homem de seus 60 anos (nascera em 1827), pertencente a uma família de militares originária de Alagoas. Seu pai, Manuel Mendes da Fonseca, militar como êle, era Comandante da Polícia da Província em 1839, época de grande agitação política que precedeu à Declaração da Maioridade do Imperador e devia prolongar-se ainda por alguns anos até ser constituído o Gabinete da Conciliação, formado pelo Marquês do Paraná. Comprometido, como tantos outros oficiais daquele tempo, nas lutas políticas que agitavam o País, pusera-se à frente de um movimento sedicioso, do qual resultara a deposição do Presidente da Província. Por sinal que êsse fato se deu a 15 de novembro de 1839, quer dizer, exatamente 50 anos antes de o filho fazer o mesmo na Capital do Império, mas em “escalões” mais altos e com conseqüências de muito maior gravidade. Como se vê, tinha a quem puxar... Menos feliz, porém, do que seria o filho, Manuel Mendes foi facilmente vencido pelas forças legais mandadas de Pernambuco para o restabelecimento da ordem constitucional em Alagoas. Prêso e submetido a Conselho de Guerra, foi, entretanto, absolvido.

Mas, apesar dessa tradição de indisciplina na família, eram êsses FONSECAS uma gente boa e muito patriota. Gente brava. Dos oito filhos de Manuel Mendes e de Dona Rosa da Fonseca que, enviuvando cedo, praticamente os criou, seis marcharam para o Paraguai, Deodoro inclusive; três dêles ficaram no campo da luta. Todos se houveram com coragem, conquistando ali suas promoções por atos de bravura. Deodoro não foi dos que menos se distinguiram. Havendo partido para o Paraguai com o posto de Capitão, em 1866, de lá voltara Coronel, terminada a guerra. Em 1874 fôra promovido a Brigadeiro e em 1884 a Marechal-de-Campo; nomeado Quartel-Mestre General do Exército em maio de 1885, cinco meses depois era mandado para o Rio Grande do Sul como Comandante das Armas, cargo que, aliás, já havia desempenhado em 1883. No começo de 1886, a pedido do Barão de Lucena, Presidente do Rio Grande do Sul, foi nomeado Vice-Presidente da Província.

Apesar de filiado ao Partido Conservador, não se podia dizer que êle fôsse, no sentido partidário do termo, um general político. Podia ter simpatias políticas e votar como político; mas não *fazia política*, como o faziam, por exemplo, Osório, Pelotas ou num certo sentido, o próprio Caxias, para citar apenas os mais conhecidos⁴⁰. Mas se êle mesmo não *fazia política* consentia,

(40) De Caxias, o que se pode dizer com acêrto sôbre a sua atuação no cenário político da Monarquia, é que ela se limitou às duas vezes em que êle desempenhou a presidência do Conselho de Ministros, cargo eminentemente político. Fora disso, e apesar de filiado a um dos partidos constitucionais, suas atividades políticas foram sempre as mais limitadas e discretas, tanto no campo partidário propriamente dito, como na esfera parlamentar, isto é, no desempenho do mandato vitalício de Senador do Império. O Imperador, que o conhecia bem, e muito melhor os políticos, sôbre cuja sinceridade fazia suas reservas, achava que Caxias era um homem "pouco político", lendo-se em seu *Diário*: "Creio que o Caxias é leal e meu amigo, mesmo por ser pouco homem político". Certa vez, abrindo-se ao Monarca, Caxias confessaria que não se envolvia em política militante, porque "era soldado, e estava sempre livre para servir quando fôsse preciso" (Arquivo da Casa Imperial), do que daria, aliás, uma prova quando aceitou ir comandar no Paraguai sob as ordens de um Gabinete presidido por um seu adversário político.

em todo o caso, que outros a fizessem em seu nome ou à custa d'ele. Homem irrequieto, voluntarioso e impulsivo, é claro que os seus correligionários conservadores o tinham como um rebelde, politicamente falando. O que não impedia, entretanto, de o guardarem em reserva para fazê-lo, em dado momento, caso fôsse preciso, o general do Partido, "o segundo Caxias", como dissera Cotegipe ao Barão de Lucena, depois que os conservadores haviam ficado, com a morte de Caxias, sem o seu general. Era também intenção de Cotegipe dar a Deodoro um título nobiliário, o de Barão de Alagoas, e uma cadeira no Senado, coisas que, afinal, não se realizaram, em virtude da atitude agressiva que o marechal iria assumir contra o Gabinete Cotegipe, ou antes, contra o próprio Presidente do Conselho. Com aquêlê título foi agraciado o irmão de Deodoro, Marechal Severiano, mas já sob o Ministério João Alfredo⁴¹.

No tempo em que comandava no Rio Grande do Sul, Deodoro já era considerado, por sua bravura pes-

(41) José Maria dos Santos em seu livro *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, diz que Cotegipe quis fazê-lo "Visconde de Mato Grosso", o que não é exato, porque há uma confidência do próprio Cotegipe a Lucena, referida por Flávio Guerra (*Lucena, um estadista de Pernambuco*), segundo a qual o título que se cogitava de dar a Deodoro era o de Barão de Alagoas, o que se explicava por ser êle originário dessa Província. Depois, por que "Mato Grosso"? Deodoro não tivera, até essa época, maiores ligações com essa longínqua Província. Havia estado ali a serviço, como Capitão, em 1859, por um espaço de dois anos e pouco, e só voltaria lá vinte e dois anos depois, já Marechal-de-Campo, como Comandante das Armas, e assim mesmo por muito pouco tempo. Nada justificava, assim, o título de Visconde de Mato Grosso, muito embora tais títulos fôsem dados no Império, as mais das vêzes sem que houvesse qualquer ligação de família, de serviços ou que mais fôsse com o galardoado, o que valia tirar-lhes tôda e qualquer significação. Talvez por isso o Imperador não os levasse muito a sério. O Barão de Paranapiacaba (cujo nome, por sua extensão, era transformado pelos que o troçavam em Barão de Nuncamaisseacaba) insinuava, certa vez, ao Monarca, a concessão de um baronato ao seu amigo Salvador de Mendonça que, apesar de se dizer republicano, prestava, como Cônsul, bons serviços à Monarquia. "Aí vem o Sr. com a mania das tetéias! objetou-lhe o Imperador; admira que certos homens se enamorem de embelecocos..." Acrescentando depois: "Eu sou como Carnot: não gosto de honras que se despem com a casaca" (Carlos Süsssekind de Mendonça, *Salvador de Mendonça, democrata do Império e da República*), querendo com isso se referir aos penduricalhos das condecorações.

soal, pela independência e nobreza de suas atitudes e seus serviços na guerra, como um dos mais prestigiosos generais do nosso Exército. Numa ocasião em que não mais existiam Caxias, Osório, Polidoro, Argolo, Pôrto-Alegre, Andrade Neves, Mena Barreto e tantos outros heróis da Guerra do Paraguai, Deodoro podia ser tido, sem favor, como um dos militares de maior projeção, tanto nas fileiras como no cenário político do Império. O único que podia ganhá-lo em prestígio e popularidade era o General Câmara, com a glória que conquistara por haver perseguido e acabado com Solano Lopez.

Não sendo um homem de grandes expansões de amizade, Deodoro sabia, no entanto, como angariar amigos e criar devoções. Oliveira Lima, que o iria conhecer no comêço da República, dizia que êle tinha uma cabeça fraca mas um bom coração; que "foi a cabeça que o fêz insurgir-se contra o seu Soberano e atraiçoar a sua fé, e foi pelo coração que expiou a sua falta pois que, da mesma forma que o Imperador, não quis que se derramasse sangue brasileiro para sustentar-se no Poder"⁴². Para o historiador pernambucano, Deodoro não era um "tarimbeiro vulgar, como o descreveram os seus adversários: tinha certa nobreza de sentimentos e certa elevação de idéias, se bem que não possuísse ilustração". De fato, êle era sabidamente um homem de poucas letras, o que acontecia, aliás, com grande número de oficiais-generais daquele tempo, que, entrando para o Exército ou assentando praça na primeira juventude, mal haviam tido tempo de aprender a ler e a escrever. Deodoro, por exemplo, assentou praça com 16 anos de idade,

(42) Oliveira Lima, *Memórias*. Oliveira Lima queria referir-se à situação difícil em que se encontraria Deodoro depois de haver dissolvido a Constituinte republicana, quando só poderia manter-se no Poder, como faria pouco depois Floriano Peixoto, se tivesse querido enfrentar militarmente seus adversários políticos. Não quis, preferindo renunciar à Presidência da República.

e não é de crer que depois disso, com as obrigações militares que teria, lhe sobrasse tempo para se ilustrar.

Não se podia dizer que fôsse um homem inteligente. Mas como era bom observador e sabia ouvir, aprendia com relativa facilidade o que lhe diziam. Seduzia geralmente o seu interlocutor pelo seu feitio simples e acolhedor, ao lado de uma rude franqueza de expressões que agradava, muito embora por vêzes exagerasse, deixando confusos e meio contrafeitos aquêles que o ouviam. Conhece-se a resposta que êle deu quando, já Chefe do Govêrno, lhe falaram num projeto de lei instituindo o divórcio. Perguntando em que situação ficava a mulher divorciada, disseram-lhe que se podia casar de nôvo. Ele então observou: "Isso se chama p..., e já aqui temos há muito tempo".

Generais políticos

Tem-se dito que “quase todos os generais da Monarquia eram políticos, a começar por Caxias, o espada do Partido Conservador”, citando-se, em abono dessa afirmativa, uma frase do General Tibúrcio, que achava “quase impossível deixar-se de fazer política”. Há certamente exagêro nessa apreciação, sobretudo nessa generalidade, porque com exceção de uns poucos, pode dizer-se que de uma maneira geral os militares daquele tempo não se metiam em política, ou melhor, não *faziã*m política⁴³, e muito menos se locupletavam com ela, no

(43) Dentre os mais conhecidos generais do Segundo Reinado — Caxias, Osório, Polidoro, Argolo, mesmo Câmara — pode dizer-se que o único que era realmente *double* de político, mas visceralmente político, político até à alma, era Osório. “O homem de São Cristóvão, dizia-lhe uma vez Caxias referindo-se ao Imperador, manda perguntar se não é possível você deixar de ser tão político”. Sendo um dos mais brilhantes e dos mais bravos dos nossos generais, Martinho Campos dizia que apreciava muito mais nêle o político do que o militar. Seria talvez mais exato dizer que êle era tão brilhante político quanto o era militar. Porque se a sua glória está hoje ligada, sobretudo, aos seus feitos de guerra, o certo é que em seu tempo, sua atuação política não deixava de ser igualmente elogiada — e requestada, a ponto de seus camaradas apelarem para êle sempre que precisavam angariar votos entre a officialidade e os subalternos do Exército, transformando-o, assim, numa espécie de cabo eleitoral. Quando Caxias, por exemplo, se candidatou a uma cadeira no Senado, foi para Osório que êle recorreu, apesar dêste ser, politicamente, um seu adversário, para o fim de ir cabalar nos quartéis de Bagé — e cabalar *forte*, dizia Caxias, deixando “o mais” por conta dêle. E acrescentava, justificando o pedido, que se os soldados não votavam, “os cabos e officiais não deixam de fazer número”. De outra vez era o Marechal Marques de Sousa, Conde de Pôrto Alegre, que apelava igualmente para Osório, no sentido de ajudar sua candidatura ao Senado, “para não ser derrotado, dizia, o que seria uma vergonha”. Vergonha para êle, Marques de Sousa, é claro. Hoje se diria que era sobretudo

sentido de competirem com os civis na disputa dos cargos eletivos ou de outros reservados geralmente aos paisanos, como iria acontecer tão freqüentemente na República, e mais do que nunca em nossos dias. Tinham, naturalmente, as suas simpatias ou preferências políticas, ou quando muito a sua *côr* partidária; mas apenas no sentido de uma certa afinidade de idéias com os dois partidos constitucionais. Assim, uns eram “conservadores”; outros eram “liberais”. Mas essa filiação ou essa *côr* partidária resultava menos de uma atitude ou de uma ação propriamente política, do que de um sentimento puramente platônico, quase sempre doméstico, digamos -assim, de um traço de solidariedade com a política dos pais, quando êstes eram políticos, ou de um parente ou amigo politicamente importante. Assim, militar, filho de pai conservador, era quase sempre conservador; como era liberal o militar filho de pai liberal. O que se dava, aliás, no geral das famílias dos civis.

uma vergonha para a classe, com o vêzo que têm agora os militares, de se escudarem atrás da classe sempre que são mal sucedidos em suas empreitadas políticas. — A propensão para a política em Osório vinha de longe, desde os seus mais verdes anos. Foi, assim, tão precoce quanto a sua vocação militar, pois com apenas 23 anos de idade já êle se achava filiado ao Partido Liberal do Rio Grande do Sul, com o qual se meteu numa revolta para depor o respectivo Presidente, Fernandes Braga. Eleito e nomeado, mais tarde, para uma cadeira no Senado, recebeu por isso uma grande manifestação na Bahia, sendo ali saudado por um jovem deputado liberal, Rui Barbosa, o qual dizia, repetindo o mesmo conceito de Martinho Campos, que aplaudia nêle menos o grande soldado do que o grande cidadão. Mas como era difícil conciliar aquela farda de general tantas vêzes vencedora nos campos de batalha, com a cadeira que Osório iria ocupar no Senado, onde os atos de bravura só podiam ser contados pelos arroubos de eloquência, o deputado saiu-se dizendo que ao entrar para a Câmara Alta a farda do general se tornaria *cívica*, o que não deixava de ter o seu pitoresco. — Pitoresco num certo sentido tranquilizador, porque se ficava sabendo que a farda de todo general que se metia em política, apesar dos bordados que a guarneciam (hoje diríamos das estrêlas), se tornaria desde logo inofensiva, pois de outra maneira não se podia compreender uma farda *cívica*. Restava, porém, saber se essa condição *cívica* que o jovem deputado baiano emprestava à farda de todo general político, era o bastante para ela deixar de ser um espantinho tôda vez que se levantava contra o Poder Civil e ameaçava destruir a ordem constitucional. — Como tantos outros de seus correligionários liberais, Osório era, no fundo, um republicano — sentimento, aliás,

Politicamente, porém, isso não significava grande coisa, porque a atuação desses militares raramente ia além de simples trocas de opinião ou de uma ou outra discussão em torno de problemas ou de personagens políticos, tudo não passando, entretanto, dos refeitórios dos quartéis, à hora do “rancho”, ou das casas particulares, nos dias de visitas ou de festas em família. Como não havia ainda os clubes militares, que se tornariam mais tarde focos de infecção política, nem uma imprensa nos moldes da que se veio a conhecer mais tarde, a opinião política desses militares, mesmo dos mais graduados, não tinha quase repercussão cá fora, porque, como dissemos acima, não passava do círculo limitado de seus familiares ou de seus camaradas de quartel, e quando externada por escrito ficava adstrita à correspondência epistolar, de que são exemplo as numerosas cartas do General Tibúrcio ao seu amigo João Brígido, dadas depois à publicidade.

Por certo que os militares votavam nas eleições políticas, como qualquer outro cidadão do Império, e

que êle nunca procurou ocultar. Ao contrário, já em 1835, jovem oficial de 27 anos, confessava-se ao pai *republicano de coração*. Um republicanismo um pouco platônico, é verdade, pois achava que o País não estava ainda preparado para adotá-lo, no que revelava, sobretudo para a idade que tinha, um grande bom senso. “Sou republicano de coração, porém não estamos preparados para tal forma de governo”, repetirá êle mais tarde ao chefe farroupilha Crescêncio de Carvalho. Mas estava persuadido de que *a coisa viria* — oportunamente, dizia, pelo que ninguém devia se afligir. Quando se fundou o Clube Republicano da Côrte, em 1870, seu retrato foi um dos que figuraram na sala das sessões. “Levantemos o retrato do nosso Osório, declarou Quintino Bocaiúva nessa ocasião; êle devia e podia ser o nosso símbolo se a farda não o tornasse de algum modo coacto”. — Coacto no sentido de não poder prestar o seu concurso para um ato de traição contra as instituições que jurara defender. Mas apesar de tudo não poucos republicanos entretinham sempre a esperança de que êle pudesse ainda a vir a ser um elemento decisivo para uma eventual implantação da República. Pois o mesmo Rui Barbosa, o qual não era, aliás, republicano, não o indicara, naquela manifestação feita na Bahia, como o homem para um possível golpe contra a Monarquia? A Liberdade, dissera Rui (com L grande, que nesse tempo só podia ser republicana) carecia de seus amigos para a “hora decisiva”, próxima, talvez; e que nessa ocasião só a Providência sabia qual o papel que estaria destinado a Osório. *Hélas!* êste iria morrer daí a dois anos, com grande mágoa e maior desapontamento de quantos contavam com a sua *espada cívica* para a implantação da República.

uns poucos eram também votados. Mas tanto votantes como votados não iam além da luta própria eleitoral. E uma vez realizadas as eleições, êles eram os primeiros a acatarem ou se desinteressarem da decisão das urnas, bem ou mal dada, para logo se recolherem aos seus respectivos quartéis e voltarem à profissão das armas. Jamais se arrogavam em árbitros de situações políticas, e bem poucos se prestavam a prestigiar candidatos políticos com as fardas e os instrumentos de guerra que a Nação lhes havia confiado. E se faziam assim, era menos por desinterêsse ou alheamento da vida civil da Nação do que por questão de escrúpulo, de dignidade da farda, que êles entendiam dever pairar acima das querelas entre políticos, nem sempre limpas, não rebaixá-la a uma posição que só serviria para desprestigiá-la ou emporcalhá-la aos olhos atentos da Nação.

*

O Marechal Teixeira Lott, discursando certa vez em manifestação que lhe fizeram vários deputados, a propósito de seu aniversário natalício, pediu-lhes que legissem no sentido de “restringir aos militares da ativa o exercício das atividades políticas”, vedando-lhes “a participação na atividade partidária e na conquista dos postos eletivos”, com o que prestariam “um grande benefício à Nação”. Ilustrando depois êsse raciocínio, lembrou que “no Império, quando os liberais desejavam a queda de um Gabinete conservador, se amparavam em um militar de alto prestígio para alcançar seus objetivos”; e que essa situação, acrescentou, a seu ver inconveniente, “fêz com que homens como o Duque de Caxias e o Marechal Osório, tivessem chegado ao termo de suas existências diminuídos no respeito e nas homenagens de que eram merecidamente credores”.

Tendo carradas de razões quando entende que se deve afastar os militares da ativa das competições políticas, engana-se, entretanto, o marechal nas referências históricas que faz. De fato: nunca se soube que Gabinete algum no tempo do Império, liberal ou conservador, tivesse sido apeado do Poder por obra ou mando de um militar; ou que chefe algum dos dois partidos constitucionais se tenha acaso valido da espada de um militar para desalojar do Poder um seu adversário. A verdade é que tôdas as mudanças de Gabinete que se fizeram no tempo do Império — salvo uma, referida logo adiante — se processaram dentro dos princípios do regime parlamentar que nos governava. É certo que uma vez que outra o Imperador, no seu papel de Poder Moderador, forçava a queda de um Ministério e convocava um outro, provocando também uma mudança de situação política, ainda quando o Ministério apeado contava com uma maioria parlamentar. Eram mudanças politicamente arbitrárias, todos sabemos, embora constitucionalmente válidas, porque visavam a democratização e o saneamento do regime, no sentido de impedir que a situação política que desfrutava o Poder se encrustasse nas posições de mando. Mas nunca se soube que nessas mudanças êle fôsse inspirado por um militar, e muito menos que obedecesse a uma imposição da espada. Salvo por ocasião da queda do Ministério presidido pelo Conselheiro Zacarias, em 1868, quando Caxias, que estava então à frente das fôrças em operações de guerra no Paraguai, e era politicamente um conservador, não quis mais servir sob aquêlê Gabinete liberal. E como êle era indispensável na guerra, da qual dependia a sorte do País, o Imperador se viu forçado a sacrificar Zacarias e a situação liberal que governava, entregando o Poder ao Partido Conservador. Foi êsse o único caso em que uma mudança de Ministério se fêz por interferência ou por causa de um

militar, provocando, pelo inédito da coisa, os mais veementes protestos da opinião política da Nação, com conseqüências que iriam mais tarde fortalecer a corrente republicana, e num certo sentido favorecer também a implantação da República.

A verdade é que os homens políticos do Império, em sua grande maioria, eram muito ciosos de suas prerogativas civis para se servirem, nessas ocasiões, do recurso de uma espada. É certo que ambos os partidos tinham, como se sabe, cada qual, o seu General — Caxias os conservadores e Osório os liberais. Mas eram figuras, politicamente falando, puramente platônicas ou meramente simbólicas; e jamais, nem os conservadores se serviram de Caxias, nem os liberais de Osório, para desalojarem seus adversários do Poder. Mesmo na grave crise política de 1868, quando tudo fazia crer que os conservadores apoiassem Caxias no seu gesto de recusa a continuar servindo com um Gabinete liberal, ao contrário, condenaram essa sua atitude, entendendo até, conforme decisão da maioria conservadora do Conselho de Estado, que o Imperador, pôsto no dilema de ter que escolher entre o civil e o militar, devia se decidir pelo primeiro, mantendo Zacarias no Govêrno e dispensando os serviços de Caxias na guerra.

Durante os cinquenta anos de Segundo Reinado só tivemos um militar como chefe de Govêrno — êsse mesmo Caxias, que por duas vêzes exerceu a Presidência do Conselho de Ministros, mas que foi chamado e subiu ao Poder pelos meios rigorosamente parlamentares (Caxias era senador), não como militar mas como político conservador, ao igual e pelos mesmos processos com que eram chamados os políticos civis. E não se manteve no Poder nem mais um dia do que lhe consentia a situação do seu Partido. Pôsto em minoria no Parlamento, não hesitou um segundo em pedir a demissão, submetendo-

se quase diremos humildemente à decisão de seus adversários, com o mesmo respeito com que o faria qualquer paisano que estivesse chefiando o Ministério. Aliás, Caxias foi Governo menos de dois anos: um ano e três meses da primeira vez e apenas seis meses da segunda.

Fora disso, os militares só participariam do Governo quando chamados a ocupar as pastas militares, e ainda assim em bem poucas ocasiões, porque era de praxe e estava na tradição do regime e na essência do governo parlamentar, que essas pastas fôsem ocupadas, de preferência, por políticos civis, geralmente membros do Parlamento. Durante o Segundo Reinado apenas 14 militares ocuparam a Pasta da Guerra, ao passo que se contam por 25 os civis que passaram por ela. A tradição de ministros civis nas pastas militares estava de tal modo enraizada nos nossos costumes políticos que causou a maior estranheza e foi motivo de muitos reparos a decisão do Visconde de Ouro Preto, de pôr nelas dois militares quando da organização do seu Ministério, assunto de que voltaremos a tratar detalhadamente mais para diante.

É certo que passados os anos turbulentos da Regência, quando o País entrou definitivamente na ordem constitucional e civil, e até ao fim do Império, a quase totalidade dos nossos militares viveu, por assim dizer, confinada nos quartéis, ocupada exclusivamente com os deveres da profissão. Pode-se assim dizer que durante os cinquenta anos do Segundo Reinado somente um general se poria à frente de uma revolta contra o governo constituído — o Marechal Deodoro. Foi um péssimo exemplo, que serviria sobretudo para frutificar — e como ! — sob o regime republicano.

Ainda como prova de que os militares, no Império, raramente se afastavam dos seus deveres profissionais

para ocuparem os lugares dos *paisanos*, como iria se dar tantas e tantas vêzes sob a República⁴⁴, basta dizer que por ocasião da queda da Monarquia contavam-se pelos dedos aquêles que ocupavam cargos civis, eletivos ou na Administração Pública. Assim, com exclusão de Beaurepaire-Rohan, êsse mesmo membro extraordinário, não havia nenhum militar no Conselho de Estado. No Senado só figuravam três, ou melhor, dois ex-militares, Ottoni e Taunay, e um marechal graduado, Pelotas. Para a última legislatura da Câmara dos Deputados (20.^a — 1886-1889), tinham sido eleitos apenas dois militares, o citado Taunay, que se passaria logo depois para o Senado, eleito por Santa Catarina, e Eusébio José Antunes, eleito por Mato Grosso, um oficial do Exército que iria falecer antes de tomar posse de sua cadeira de

(44) A invasão, digamos assim, dos cargos civis, eletivos ou não, pelos militares, só se dará sob o regime republicano, e isso desde as primeiras horas do nôvo regime até aos nossos dias, num crescendo cada vez maior, burocratizando e apaisinando êsses militares, e reduzindo-os pouco a pouco a simples políticos profissionais ou meros funcionários públicos. Exemplos não faltam, e mais de um militar merecedor dêsse título, refratário por isso mesmo a tôda função civil, tem denunciado êsse mal imenso que se tem feito à classe, desvirtuando todo sentimento de independência pessoal e mesmo de honra, tão necessário à formação militar, e nem sempre possível de salvar numa função civil, sobretudo de caráter político. Assim, ao tempo da presidência do Conselheiro Rodrigues Alves, foi o seu próprio Ministro da Guerra, General Argolo, quem chamou a atenção para essa deserção de oficiais do Exército para as funções civis, mostrando que sômente naquele ano de 1904 "havia 35 oficiais deputados e senadores estaduais, 8 intendentes municipais, além de muitos outros que faziam parte do Congresso Nacional". Citava um batalhão, que tendo sido transferido de guarnição, teve de seguir sem nenhum capitão, porque *todos* se achavam no exercício de cargos eletivos. Um outro batalhão partira de Belém para o Alto Purus comandado por um major, porque o coronel seu comandante fôra eleito senador. Isso se passava num governo visceralmente civil como o de Rodrigues Alves, antigo Conselheiro da Monarquia. Que se dirá então de outros governos republicanos (já não nos referimos aos presididos por militares), que tendo embora um civil à sua frente vêm "empregando" militares nos mais diversos cargos civis? Dois exemplos *atuais*: um o da direção da Aeronáutica Civil, que apesar de *civil*, no nome, na função e na finalidade, tem à sua frente um militar; e o outro o da chefia da Polícia do Distrito Federal, que ao tempo do Império e nos primeiros 20 anos de governo republicano foi quase sempre entregue a um magistrado, como era, aliás, natural, dada a natureza do cargo, mas que de então para cá passou a ser ocupada por um oficial do Exército, geralmente um general, que devera, entretanto, sentir-se diminuído por ser um simples comandante de polícias.

deputado. Tôda essa Câmara passou a ser composta, assim, unicamente de civis, com uma grande maioria de bacharéis em Direito⁴⁵. O mesmo se passava com os governos provinciais que, com exceção apenas de dois, estavam todos em mãos de políticos ou de magistrados civis. E no serviço diplomático, nenhum militar⁴⁶.

(45) Essa Câmara compunha-se de 81 doutores ou bacharéis em direito, 16 médicos, 5 engenheiros, 5 eclesiásticos, 2 magistrados, 2 negociantes, 1 agricultor e 1 proprietário. Para prova ainda do que dizemos podemos tomar, como exemplo, a representação baiana na Câmara dos Deputados durante todo o decurso do regime imperial, quer dizer, nas 20 legislaturas dessa Casa do Parlamento, quando apenas 4 oficiais das Forças Armadas tiveram ali assento, sendo 3 do Exército e 1 da Marinha, num total de 133 representantes (Bulcão Sobrinho, *A representação baiana na Câmara dos Deputados do Império*). Entre os Deputados eleitos pelas demais Províncias, nos 66 anos de Império, pode-se dizer que havia, mais ou menos, a mesma proporção de militares, quer dizer, pouco mais de 2%.

(46) Durante todo o Império, só excepcionalmente é que se confiava uma missão diplomática a um militar. Isso se deu sobretudo nos primeiros anos da Monarquia. Foram os casos do Capitão-Tenente Falcão da Frota, despachado agente político na Argentina em 1824; do Tenente-General Marquês de Barbacena, mandado em missão especial à Inglaterra, França, Baviera, Áustria e Portugal, em 1827; do Capitão-Tenente Augusto Leverger, futuro Barão de Melgaço, Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral no Paraguai em 1841; do Brigadeiro reformado Machado de Oliveira, Encarregado de Negócios na Bolívia em 1843; do Coronel Pedro de Alcântara Bellegarde, Encarregado de Negócios no Paraguai em 1848; do Chefe-de-Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, despachado em missão especial ao Paraguai em 1854; e, finalmente, do futuro Barão de Jaceguai (Artur Silveira da Mota), mandado em missão especial à China em 1879. Foi o último. Depois d'êste, nenhum outro militar teria missão diplomática, coisa que só se voltaria a fazer, com uma certa freqüência, sob o regime republicano, e isso logo depois de implantada a República, com a nomeação do Almirante Barão de Tefé para Ministro na Bélgica, em março de 1890, e transferido para Itália em junho do ano seguinte.

“Tiroteando nos postos avançados”

Ao ter conhecimento do artigo que Sena Madureira escrevera contra o antigo Ministro da Guerra, apressou-se o Visconde da Gávea, que era ainda o Ajudante-General do Exército, em telegrafar ao Marechal Deodoro, indagando se êste havia dado àquele oficial a necessária autorização para publicá-lo. Deodoro respondeu que não; e que por Ofício explicaria o que tinha havido. De fato, nesse mesmo dia mandava o Ofício prometido, dizendo que a seu ver as disposições militares vigentes só proibiam aos militares debater pela imprensa com os membros do Parlamento (Franco de Sá era, como se sabe, senador) quando êstes fôsem ministros da Guerra ou da Marinha, o que não era, naturalmente, o caso. Antes, porém, de receber êsse Ofício, já o Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, se adiantara mandando repreender Madureira, decisão quando menos precipitada, senão mesmo descortês para com o Marechal Deodoro, porque significava dispensar simplesmente as explicações que êste prometera mandar. Tomando conhecimento dessa repreensão e contando naturalmente com o apoio de Deodoro, pois já conhecia a resposta dêste a seu favor, declarou Madureira que não a aceitava, solicitando um Conselho de Guerra para poder justificar-se. Não o atendeu o ministro, alegando, com razão, que a reprimenda era um simples ato administrativo seu, e que

submeter todo oficial castigado a Conselho de Guerra, seria dar a êste o direito de julgar os seus atos de ministro.

Madureira não se conformou com essa opinião: voltou a escrever para *A Federação*, já agora protestando públicamente contra a decisão de seu ministro a quem chamava de arbitrário e inepto⁴⁷. A questão tomava, assim, um aspecto mais sério, porque o oficial repreendido não somente reincidia aberta e deliberadamente no ato culposo, como o fazia agora em coluna aberta de jornal, como que desafiando o próprio ministro, e isso independentemente de qualquer licença, coisa que não se conciliava mais com a tese pouco antes defendida pelo Marechal Deodoro. O que não impediu, entretanto, de êste solidarizar-se novamente com a atitude de Madureira, a ponto de consentir numa reunião promovida por um grande número de oficiais da guarnição de Pôrto Alegre em apoio do seu camarada. Quando êsses oficiais lhe foram pedir licença para realizarem a reunião, Deodoro consentindo, disse-lhes: “E fiquem sabendo que já estou tiroteando nos postos avançados”, querendo com isso referir-se às cartas meio irritadas que trocava nessa ocasião sôbre o assunto com o Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros. O resultado da reunião foi um documento datado de 30 de setembro de 1886 e assinado por Deodoro e Pelotas, emprestando inteira solidariedade aos oficiais seus promotores⁴⁸.

(47) Encorajado, com certeza, por uma carta que Pelotas dirigira nessa ocasião ao mesmo jornal, felicitando-o pela defesa que tomara de Madureira. Nessa carta Pelotas tecia os maiores elogios a êsse oficial, que “pela sua bravura, pela sua instrução, pela sua honradez e pelo seu devotamento ao serviço”, só merecia “honras e louvores”.

(48) Deodoro e Pelotas haviam estado, durante algum tempo, de relações estremecidas, e a paz entre os dois se havia feito poucos dias atrás, ou mais precisamente no dia 4 dêsse mês de setembro, quando se haviam encontrado numa missa celebrada em Pôrto Alegre por alma

No Rio, logo que o Barão de Cotegipe soube (por um telegrama, aliás, de imprensa), da reunião promovida pelos oficiais da guarnição de Pôrto Alegre, “reunião de protestos contra atos do Governo e outras demonstrações inconvenientes”, como êle a classificou, expediu um telegrama a Deodoro, mandando que êste o informasse do que se havia passado, e isso, acrescentou, “para tranqüilidade dos espiritos”, visto “a impressão” causada pela notícia da reunião⁴⁹.

Deodoro, já mal-humorado com a precipitação do Ministro da Guerra em censurar Sena Madureira sem aguardar os esclarecimentos que lhe haviam sido pedidos e êle mañdara por Ofício, respondeu ao Presidente do Conselho em têrmos ríspidos e secos, limitando-se a dizer que havia um “justo e geral ressentimento do Exército muito ofendido”, que os oficiais lhe haviam pedido licença para uma “reunião calma”, que êle aprovara e consentira, e onde se tinham resolvido “atos de incontestável direito”⁵⁰.

A isso seguiu-se uma troca de correspondência entre os dois, cada qual defendendo seu ponto de vista, já se vê que em posições completamente opostas: Cotegipe entendendo que Deodoro andara mal, consentindo na

do General Osório. Defrontando-se os dois nessa ocasião, Pelotas adiantou-se para o seu camarada e o felicitou pelo “procedimento honroso” que êle vinha tendo na questão Madureira — “o que o eleva muito na consideração de seus camaradas”, acrescentou (Magalhães Júnior, *Deodoro*).

(49) Telegrama de 2 de outubro de 1886, cit. por A. Ilha Moreira, *Proclamação e fundação da República*.

(50) *Op. cit.* — Segundo o Coronel Cunha Matos, a pouca disposição de Deodoro para com o Ministro da Guerra provinha do fato de êste haver transferido para a Côrte o Tenente Andrade Neves, apesar dos protestos do marechal, que o havia destacado pouco antes para São Borja, onde fazia empenho em que êle permanecesse. Deodoro ficara tanto mais revoltado com isso quanto soubera que essa transferência fôra feita a pedido de Silveira Martins, já então seu inimigo figadal. Para se compreender as razões dessa disputa entre Deodoro e Martins em tórno de um oficial ainda tão jovem e sem nenhuma projeção no Exército, precisava-se, como dizem os franceses, *chercher la femme*...

reunião dos oficiais, e achando, como êle dizia, “singular” a atitude de “um comandante das Armas apoiando a indisciplina de seus subordinados”; que a decisão do Ministro da Guerra censurando Madureira em nada afetava os brios e os direitos do Exército, como achava Deodoro, e que não era lícito aos oficiais virem, pela imprensa, discutir, assuntos ligados aos interêsses da classe, porque isso redundava em fazer “exploração política”. Deodoro, por seu lado, defendendo o procedimento dos oficiais que reclamavam contra as censuras de que eram alvos, e que não podiam, como êle dizia, “estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplícios, cuja imunidade não os autoriza a dirigir insultos, nem os isenta de precisa e conveniente resposta”. E perguntando: “Não será amesquinhar-se o Exército tirar-se-lhe o brio, a dignidade e o amor-próprio, requisitos êsses sem os quais não haverá mais soldados, mas sim vis, desprezíveis escravos?”⁵¹.

Nesse duelo epistolar a posição de Deodoro não era, certamente, a mais cômoda, não só pela subalternidade do cargo que exercia, *vis-à-vis* ao do Barão de Cotegipe, como porque, neste caso, pelo menos, de consentir ou não nas discussões de militares pela imprensa, êle não se podia empenhar muito a fundo em defesa do seu *atual* ponto de vista, uma vez que em outros casos semelhantes sua atitude fôra completamente outra. De fato, não fazia muito tempo que, ainda como Vice-Presidente em exercício e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, êle “mandara submeter a processo um oficial subalterno por ter recorrido à imprensa para tratar de assuntos particulares”, como lembraria maldosamente o Coronel Cunha Matos em artigo no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro — depois, naturalmente, que brigou com Deodoro.

(51) Flávio Guerra, *Lucena, um estadista de Pernambuco*.

Por outro lado o Barão de Cotegipe, em discurso que faria no Senado, iria referir-se a essa contradição do marechal, revoltando-se agora contra os Avisos que proibiam aos militares discutirem pela imprensa quando, fazia pouco, êle mesmo os applicara com o mais extremo rigor num caso em tudo o mesmo. “Êstes Avisos, diria Cotegipe, que constituem a arma de guerra para os que dêles se aproveitam, foram executados pelo próprio Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, e executadas com o maior rigor”⁵².

Em certa altura de sua correspondência com Deodoro lembrou-lhe Cotegipe que êle não era apenas o Comandante das Armas, mas também o Vice-Presidente da Província em exercício, na ausência do Presidente, Barão de Lucena, e como tal tinha deveres a zelar. Respondeu-lhe o marechal insistindo em que falava em nome de tôda a classe militar, em defesa de seus brios e da opressão que segundo êle pesava sôbre o Exército. Dizia:

Se como Presidente e Comandante das Armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão para com a classe os tenho também, porque assim exige a disciplina, a moralidade e o brio do soldado que defende a Nação. Afianço a V. Ex.^a que há calma e afianço também que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército. Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação militar da Província deposita em mim como seu intérprete suas justas queixas e pede o valimento de V. Ex.^a⁵³.

*

Devo usar de clareza... É como se dissesse: não se iluda V. Ex.^a que eu tenho atrás de mim tôda a guarnição militar da Província do Rio Grande; portanto

(52) Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*.

(53) A. Ilha Moreira, *op. cit.*

se acautele. Ora, antes que as coisas piorassem ainda mais e o Govêrno se visse acusado por êsse marechal e as fôrças que êle comandava, Cotegipe, como bom político, resolveu procurar uma saída, tendo a boa inspiração de submeter ao Conselho Supremo Militar, com o pedido de um parecer a respeito, a questão controvertida da legalidade ou não dos Avisos que regulavam o procedimento dos militares nas discussões pela imprensa, como principal da discórdia entre o Govêrno e os militares. Era uma resolução acertada, porque valia afastar a questão do terreno polêmico em que se achava, com quase nenhuma probabilidade de se chegar a acôrdo, tirando-lhe ao mesmo tempo o caráter político que ia tomando, para deixar que a justiça militar, no seu mais alto grau, fôsse a única a decidir. Cotegipe diria no Senado que tomara essa decisão, isto é, de entregar a questão ao Conselho Supremo Militar, de preferência a submetê-la à deliberação do Conselho de Estado, “para que depois não se dissesse que os *casacas* não entendiam de legislação militar”. Como se sabe, Madureira e os que o seguiam nessa discussão com o Govêrno, afirmavam que “os Avisos eram contrários à Constituição, porque esta não restringia para os militares a liberdade de imprensa”.

Ao informar Deodoro dessa decisão, em telegrama de 8 de outubro, Cotegipe acrescentava que ficariam com isso suspensos, até decisão final do Conselho, todos os Avisos que tratavam dessa questão — salvo, naturalmente, aquêles que proibiam aos militares discutirem, entre êles, pela imprensa, assuntos de serviço, e sôbre cuja legalidade não havia discordância. A êsse telegrama respondeu Deodoro, também pelo telégrafo, mcstrandose “agradecido e satisfeito”⁵⁴. Foi como se lhe deitassem água na fervura,

(54) *Op. cit.*

Mas se essa mais que oportuna decisão de Cotegipe punha um pouco de serenidade nos meios militares de Pôrto Alegre, e sobretudo acalmava o ânimo irritadiço de Deodoro, já o mesmo não se dava na capital do Império, onde as discussões que se faziam no Parlamento desde meses atrás, quer dizer, desde quando explodira o caso Cunha Matos, só tinham feito aumentar com a atitude de Pelotas e de Deodoro emprestando solidariedade aos protestos da guarnição militar de Pôrto Alegre. Cândido de Oliveira, na Câmara, e Gaspar da Silveira Martins, no Senado, foram os que mais violentamente atacaram os dois oficiais-generais, sobretudo o Marechal Deodoro. O primeiro, em discurso de 5 de outubro de 86, reconhecendo embora certas qualidades no Marechal, achava que lhe faltava “prudência e critério precisos para torná-lo um bom administrador”, e que devia, por isso, ser exonerado dos cargos que exercia no Rio Grande e mandado a Conselho de Guerra — “a quem deve ser levado todo Comandante que não sabe cumprir os deveres militares”. Silveira Martins ia além: impiedoso, mordaz, reprovava em têrmos violentos o procedimento de Deodoro, e procurando ao mesmo tempo ridicularizá-lo, dizia, sob risos de tôda a sala, que “quanto às habilitações dêsse Marechal em negócios de sua profissão, recordava que comandando uma divisão de observação, dividira-a em duas brigadas, confiando o comando de uma delas a um paralítico e o de outra a um octogenário, que caiu do cavalo parado”. “Um Govêrno forte, — acrescentava, — haveria logo demitido êsse vice-presidente da Província e mandado que prêso se recolhesse à capital do Império para ser submetido a Conselho”.

A reação contra êsses ataques não se fêz esperar: foi um *Protesto* publicado em *O Paiz* do Rio de Janeiro

três dias depois do discurso de Silveira Martins, firmado por cêrca de 150 oficiais da guarnição da Côrte, chamando o senador gaúcho de “homem de tôdas as épocas”, que nos excessos da sua *fúria política* não era responsável pelo que dizia. Qualificava os deputados e senadores de covardes, por se escudarem, em seus ataques contra os militares, atrás das imunidades parlamentares. É preciso escrever, dizia, que aquêles que julgam que as imunidades parlamentares autorizam a insultar, percam essa esperança; é necessário que se convençam de que a tribuna da Câmara não é reduto de covardia, em que se devem fortificar aquêles que não têm a coragem precisa para externar cá fora aquilo que pensam. Esse sistema nôvo de prerrogativas parlamentares, que se pretende estabelecer, nós não aceitamos e temos a certeza de que só o aceitarão aquêles que pelo seu estado de decadência moral não podem arrostar a responsabilidade de seus atos”.

No dia seguinte à publicação dêsse *Protesto*, ou seja a 10 dêsse mês de outubro, realizava-se uma reunião de militares de terra e mar, à frente da qual se colocava Benjamim Constant. Convidado por êste, veio presidi-la o Almirante Jaceguai, que ao mesmo tempo que aconselhava prudência aos seus camaradas ali reunidos, (entendendo que se deviam dar por satisfeitos com a decisão, adotada pelo Govêrno, de ouvir o Conselho Supremo Militar), dava o seu apoio à moção apresentada por Benjamim, emprestando “adesão completa ao modo digno por que os camaradas do Rio Grande do Sul reclamam o reconhecimento dêsses direitos constitucionais, que não se opõem, antes se harmonizam com a dignidade da classe e com a disciplina de que têm sempre dado as mais brilhantes provas”. Depois do que foi passado um telegrama a Pelotas e Deodoro, assinado por Jaceguai e os tenentes José Vinhais e Jaime Benévolo,

aprovando "o modo digno pelo qual os militares no Rio Grande do Sul reclamam o estabelecimento dos seus direitos e aguardam satisfeitos a resolução com que resolver o Conselho Supremo"⁵⁵.

(55) A. Ilha Moreira, *op. cit.* — Esse Tenente Vinhais iria apossar-se da Repartição Geral dos Telégrafos na tarde de 15 de novembro de 1889, expulsando de lá o velho diretor Barão de Capanema. Foi quem passou um telegrama circular aos presidentes das Províncias, anunciando a queda da Monarquia e a implantação da República. O outro, Jaime Benévolo, estaria nessa mesma tarde de 15 de novembro no Instituto dos Meninos Cegos, com os chefes republicanos que se ocupavam de constituir o Governo Provisório da República. Por onde se vê que já por ocasião dessa reunião presidida por Jaceguai, em outubro de 1888, tomava parte saliente e até certo ponto fazia prevalecer suas ascendências sobre velhos chefes militares sabidamente monarquistas, como Jaceguai, a tenentada republicana do Exército. A acrescentar que Vinhais, eleito, com outros tenentes, deputado à Constituinte republicana, iria tornar-se, pouco depois, cabeça de motins no Rio de Janeiro, promovendo desordens e greves na Estrada de Ferro Central do Brasil e outros núcleos de operários, com o fim de desacreditar o governo do Marechal Deodoro, do qual se tornara um dos mais violentos opositores. Eram desse estófo alguns, pelo menos, dos jovens Tenentes que se arrogavam, no fim do Império, defensores da honra e dos bríos das Classes Armadas, fazendo ao mesmo tempo praça de seu "idealismo" republicano.

O Dr. Benjamim Constant

Foi autor da moção aprovada nessa reunião um major de engenheiros, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, oficial pouco conhecido nas altas esferas militares mas benquisto e num certo sentido mesmo popular entre os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, onde era professor substituto de Matemáticas. Homem modesto, de feitio retraído e de poucos amigos, tinha uma grande propensão para o professorado, de que fizera, por assim dizer, sua profissão na vida. Além de professor da Escola Militar da Côrte, era também professor da Escola Superior de Guerra e do Instituto dos Meninos Cegos. Professor e Diretor, pois substituiria ali nesse cargo ao Dr. Cláudio Luís da Costa desde o falecimento dêste, em 1869. Benjamim era casado com uma das filhas do Dr. Cláudio. Por sinal que visitando o Instituto em novembro de 1862, o Imperador anotara em seu *Diário*: “Assisti aos exames dos alunos mais adiantados do Instituto dos Cegos. O Benjamim Constant Botelho examinou bem em Aritmética, mas em Cosmografia fêz perguntas muito gerais. A professora Benedita da Costa é faceira demais, e será bom que case com Benjamim, para quem, parece, há inclinação”. Mas não casaria. Em compensação iria casar-se, no ano seguinte, com a sua irmã mais moça, Maria Joaquina, que não contava ainda quinze anos.

Uma outra filha do Dr. Cláudio era já casada com Antônio Gonçalves Dias, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que andava então na Europa, em comissão do Governo, ocupado em imprimir na Alemanha seu primeiro livro de poesias, e que iria falecer em 1864, vítima do naufrágio do barco que o trazia, muito doente, para o Maranhão, sua terra natal. Havia ainda uma terceira filha do Dr. Cláudio, casada com um alemão, futuro colega de Benjamim na Escola Superior de Guerra, onde lecionaria a língua alemã.

Benjamim Constant era homem pobre, de origem modesta, filho de um português, professor de primeiras letras, que iria falecer em 1848 já não mais como professor, mas como dono de uma padaria em Petrópolis⁵⁶, quando Benjamim tinha apenas 12 anos de idade. Vivia assim êle dos rendimentos que lhe davam o posto de Major, o lugar de diretor do Instituto dos Cegos e os cargos de professor que exercia, públicos e particulares, obtidos aquêles por concurso, para o que nunca medira esforços nem tenacidade. Fôra durante algum tempo professor, ou melhor, repetidor de Matemáticas dos Príncipes Dom Pedro Augusto e Dom Augusto, filhos do Duque e da Duquesa de Saxe e netos, portanto, do Imperador. Convidado, anteriormente, para ser professor das princesas filhas do Imperador, recusara, talvez por falta de tempo.

Muito dado aos estudos, tornara-se fervoroso adepto da doutrina positivista, dela fazendo profissão de fé na primeira aula que dera na Escola Militar, em novembro de 1873, quando declarara que pautaria por ela as suas lições, quer dizer, por essa doutrina, a menos que a banca dos professôres presentes não o consentisse. Estava, por acaso, ali, nesse dia, o Imperador, e a um

(56) T. Mendes, *Benjamim Constant*.

gesto seu de assentimento, a mesa respondeu que êle estava livre de lecionar como entendesse. Aproveitara-se então Benjamim de tal concessão para propagar por todos os modos as idéias de Augusto Comte, já antigas em França fazia mais de trinta anos, mas que só então começavam a estar em moda no Brasil, sobretudo entre os alunos militares. Era êle por essa época (1886) homem relativamente moço, com cêrca de 50 anos de idade, tolerante, de bom temperamento e muito caprichoso em tudo o que fazia. Mas, apesar disso, um céptico, com uma grande dose de desilusão dos homens e das coisas em geral, talvez pelas muitas decepções que já havia sofrido em vida. Sobretudo pelas preterições por que passara nas sete vêzes em que se apresentara a concurso para professor, apesar de haver tirado sempre as primeiras notas. Conseguiria, afinal, ser nomeado em 1862 professor do Instituto dos Meninos Cegos⁵⁷ e em 1873 repetidor de Matemáticas na Escola Militar da Côrte, onde só seria feito catedrático em março de 1888, quer dizer, quinze anos depois, quando passou a lecionar também na Escola Superior de Guerra, criada nesse ano de 88. Não se pode dizer que tivesse sido uma carreira brilhante a sua.

De política, nem queria saber; não lhe despertava nenhum interêsse, pelo menos tal como era praticada no Brasil. Ao contrário, causava-lhe um verdadeiro *nojo*, no dizer de um de seus íntimos amigos, Joaquim Mariano de Macedo Soares. Formava dos políticos em geral a pior

(57) E teria sido, uma vez mais, preterido, se o Imperador não intercedesse em favor dêle, contrariando o desejo do Marquês de Olinda, Presidente do Conselho, que se interessava por um outro candidato. Em seu *Diário*, à data de 14 de junho de 1862, escreve o Imperador: "Lembrei ao Olinda o negócio do professor de Matemáticas elementares para o Instituto dos Cegos, e que se me opusera à escolha de Albano Cordeiro, fôra *unicamente* porque, pelas provas de um concurso a que assisti, achei-o confuso, e me lembrara de Benjamim Constant Botelho, cuja prova escrita dum concurso muito me agradou".

das opiniões, e nunca escondeu o total desprezo que tinha por êles. Recusara-se sempre, por isso, a alistar-se eleitor, só vindo a consentir em votar no fim da vida, em agôsto de 1889, unicamente para dar seu voto a um velho amigo da família, Conselheiro Andrade Pinto, que se candidatara a uma cadeira no Senado. Não se tendo nunca ocupado de política, pouco se importava com formas de govêrno, pelo menos na prática, sendo que em teoria se mostrava adepto da forma republicana, não por ela mesma, mas por uma questão de coerência com os princípios da filosofia comtista, razão de ser de toda a sua cultura. Tendo vivido a vida inteira numa quase obscuridade, entregue inteiramente ao professorado, só de agora em diante, quer dizer, a partir do fim desse ano de 1886, é que êle começaria a ser conhecido, sobretudo entre os oficiais do Exército, pelas atitudes que iria assumir, cada vez mais destacadas, nas sucessivas crises que se abriam entre o Govêrno e os militares.

A moção por êle apresentada e aprovada na reunião de 10 de outubro, presidida por Jaceguai, era a prova da ascendência que começava a ter sôbre os seus camaradas. Aliás, já dias antes, ou seja no comêço desse mês, numa reunião da congregação da Escola Militar da Côrte, presidida pelo Marechal Severiano, Comandante da Escola e irmão do Marechal Deodoro, Benjamim se solidarizara com os oficiais “que pleiteavam a anulação das notas de repreensão impostas ao Coronel Cunha Matos e ao Tenente-Coronel Sena Madureira”. Foi o que êle mesmo disse ao então 1.º Tenente Ilha Moreira num encontro casual de rua, rematando: *portanto estou com vocês*. “Foi esta, observaria anos mais tarde Ilha Moreira, a primeira manifestação do Dr. Benjamim Constant em defesa do brio e da honra da Classe Armada”⁵⁸.

(58) *Op. cit.*

Chegada do Marechal Deodoro à Côrte

Pouco antes de ser informado pelo Barão de Cotegipe de que o Govêrno decidira submeter ao Conselho Supremo Militar a questão dos Avisos expedidos pelo Ministério da Guerra, Deodoro havia-lhe mandado um Ofício, com data de 6 de outubro, dizendo que a re-preensão imposta a Madureira pelo Ministro da Guerra havia causado “um profundo e geral desgosto entre os oficiais de tôdas as patentes, e que a imposição de S. Ex.^a sôbre a classe militar na questão, levantou a guarnição desta Capital e assim de tôdas as do interior da Província, e também os generais”. Depois acrescentava: “Sou, por minha honra e dever militar, solidário com a causa e deveria, pelos cargos honrosos que ocupo [*Comandante das Armas e Presidente Interino da Província*], ter tomado a direção da questão, deixando, porém, de o fazer para não tirar a pronta, espontânea e calma iniciativa dos meus camaradas”. Terminava dizendo que não havia “a menor exaltação de ânimo e sim solidariedade na defesa de direitos, e esperança de que V. Ex.^a providencie fazendo justiça”⁵⁹.

Esse Ofício deve ter chegado às mãos de Cotegipe por volta de 10 de outubro, quer dizer, justamente quando os 150 oficiais da guarnição da Côrte lançavam o seu protesto pela imprensa e se efetuava a reunião,

(59) *Op. cit.*

presidida por Jaceguai, de solidariedade a Pelotas e a Deodoro. Por outro lado, foi também por essa ocasião que, animados com essa atitude francamente subversiva dos meios militares da Capital do Império, voltaram os oficiais de Pôrto Alegre a manifestar-se com uma outra declaração, também assinada pelos dois oficiais-generais, e logo publicada no órgão republicano daquela cidade, dizendo que não estavam em jôgo questões de indisciplina, mas unicamente os direitos da classe militar, para a qual o caso Madureira era questão de brio e pundonor, e terminando por aderir "orgulhosamente" aos protestos dos camaradas da Côrte.

Ora, tudo isso só podia concorrer para desfazer quaisquer propósitos de conciliação que acaso animassem ainda Cotegipe, anulando as boas disposições que êle mostrara ao submeter ao Conselho Supremo Militar a controvérsia em tôrno da legalidade dos Avisos Militares. Já antes dessa segunda declaração de Pôrto Alegre, o Presidente do Conselho, contrariado, possivelmente, com a atitude dos militares da Côrte, de verdadeiro desafio à sua autoridade de Chefe do Govêrno, endereçara, com data de 1.º de novembro, uma longa carta a Deodoro, na qual, a par de uma grande serenidade (apesar de tudo) era, como se diz, o próprio bom senso. Começava por dizer que fôra a conduta do marechal, solidarizando-se com a rebeldia de seus oficiais, que encorajara o procedimento dêstes, e que quaisquer que fôssem as deliberações tomadas em comum, pela Fôrça Armada, não podiam deixar de ser prejudiciais. Depois acrescentava: "Hoje protesta-se contra os atos da primeira autoridade, que é o Ministro da Guerra; amanhã protestar-se-á contra os dos chefes, ou sejam generais e comandantes de Corpos. Teremos, portanto, um Exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da Nação". Prosseguia mostrando que a circuns-

tância de se achar o marechal investido de uma autoridade, exigia que êle agisse por si, como intérprete de quaisquer reclamações, mas que assim não acontecera, porque passara a aprovar reuniões de militares, e um tal procedimento havia sido “o rastilho de pólvora a todos os pontos”. Resultado: a política e os partidos extremos [*leia-se os republicanos*] apossaram-se da questão, vendo no Exército um instrumento a seus planos; que Deodoro visse a côr dos jornais que mais exaltados se mostravam e lhe dissesse depois se a política tinha ou não parte no movimento. Terminava lamentando êle e o Gabinete que o marechal, “a quem demos soma de confiança maior do que a qualquer outro funcionário, nos criasse tão sérios embaraços”, e anunciando a nomeação de um nôvo Presidente da Província⁶⁰ — “que ora segue para aí”, o qual esperava o coadjuvasse em tudo quanto dependesse de suas atribuições, contribuindo assim para que cessasse de vez “essa agitação”⁶¹.

*

A nomeação dêsse nôvo presidente significava a destituição de Deodoro daquele cargo. É verdade que êle o occupava interinamente, na qualidade de Vice-Presidente em exercício. Mas não importava. Não significava menos uma prova de que êle decaíra na confiança do Govêrno. E não só deixava de presidir a Província, como era igualmente afastado do Comando das Armas, devendo, com isso, regressar à Côrte e reasumir aí a comissão que exercia antes, de Quartel-Mestre General, conforme lhe anunciava Cotegipe nesta carta de 5 de dezembro:

(60) Miguel Calmon du Pin e Almeida, que iria, aliás, falecer dois meses depois de empossado no cargo.

(61) Ilha Moreira, *op. cit.*

“Recebi a carta de V. Ex.^a, sem data⁶², em resposta à que dirigi a V. Ex.^a em 1.º do próximo passado mês. Deixando de parte, por extemporâneas, as razões com que V. Ex.^a justifica o procedimento oficial que teve na questão qualificada *militar*, porque não tenho esperanças de convencê-lo (meu principal fim na correspondência trocada com V. Ex.^a), devo declarar a V. Ex.^a que a divergência entre o pensamento do Governô e o do seu delegado de confiança é tão profunda, que nenhum dos dois pode permanecer nesta posição prejudicial em todo o sentido ao serviço do Estado. Pelo que, tenho o pesar de prevenir a V. Ex.^a que V. Ex.^a é substituído e virá ocupar o lugar que exercia nesta Côrte. O Sr. Presidente⁶³ comunicará a V. Ex.^a as disposições do Governô para que sejam guardadas as atenções e conveniências à pessoa de V. Ex.^a. A interrupção das nossas relações oficiais em nada prejudicará, espero, as de perfeita estima e consideração com que sou, de V. Ex.^a etc.”⁶⁴

(62) Deodoro esquecera de datar essa carta, mas fôra expedida de Pôrto Alegre a 16 de novembro dêsse ano de 86. Nela o marechal procurava justificar as reuniões de militares que se faziam naquela cidade, e que Cotegipe taxara de “indisciplinadas e tumultuosas”. Confessava que algumas delas tinham sido, de fato, tumultuosas, “porque os militares não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simpícios, cuja imunidade não os autoriza a dirigir insultos, nem os isenta de precisa e conveniente resposta”. Mais adiante dizia que os políticos civis falavam muito em Exército e em disciplina, mas que só sabiam o que era Exército e o que era disciplina os que pertenciam às suas fileiras, os que compartiam seus duros e rigorosos sacrifícios, que tomavam parte ativa em suas glórias — aquê, enfim, que esquecia mãe, mulher e filhos para lembrar-se dentro das fileiras militares sômente da pátria, para felicidade da qual oferecia o corpo ao ferro inimigo. Era uma carta longa, escrita em têrmos patéticos e explosivos, mas certamente sinceros e profundamente honestos — no sentido de que refletiam a sua alma angustiada, compenetrada daquilo que êle pensava, embora errada e exageradamente, dever ser a honra do soldado. “Se a sorte determinar o rebaixamento da classe militar — continuava — no dia em que eu desconfiar de que na frente de soldados não passarei de um comandante superior da Guarda Nacional, simples vulto político”, nesse dia, quebraria a espada e, envergonhado, “iria procurar, como meio de vida, a exemplo de muitos, uma cadeira de deputado, para também poder insultar a quem quer que fôsse”. Terminava dizendo que pelo que deixava escrito, Cotegipe ficava sabendo que êle preferia “ser desagradável levado pela verdade, do que agradável pela reserva ou a mentira” (Ver o texto integral dessa carta em *Deodoro*, de Magalhães Júnior).

(63) O nôvo Presidente da Província, Miguel Calmon.

(64) A. Ilha Moreira, *op. cit.* — Flávio Guerra diz (*op. cit.*) que a exoneração de Deodoro dos cargos que occupava no Sul e sua vinda para a Côrte, fôra aconselhada a Cotegipe por Lucena. “Será mais razoável, lbe teria dito Lucena, que Deodoro, sem quebra da sua dignidade e em boa função militar, venha para junto de nós. Aqui as coisas melhor se esclarecerão. Com êle sob as vistas imediatas da Côrte, pode ser que melhor nos entendamos todos.”

Demitido dos cargos que exercia em Pôrto Alegre, preparava-se Deodoro para viajar para a Côrte quando apareceu ali Sena Madureira, que depois de muito insistir havia sido, afinal, exonerado do comando da Escola de Tiro do Rio Pardo. Hóspede de Pelotas, foi-lhe feita nessa ocasião uma grande manifestação pela officialidade daquela Capital, com a adesão, já se vê, de Pelotas e de Deodoro. Ao saudar Madureira, Pelotas aproveitou a ocasião para dizer que a sua saudação não seria completa se não se dirigisse também ao seu camarada Deodoro, “que por amor à honra de sua classe, não trepidou em incorrer no desagrado do Govêrno”. Ao que respondeu Deodoro dizendo que outra não poderia ser a sua conduta, ligando êle, como ligava, maior importância e aprêço à honra da classe, do que à comissão transitória que aceitara do Govêrno, mais por dever militar do que por qualquer outro motivo⁶⁵.

Dois dias depois embarcavam Deodoro e Sena Madureira, no mesmo vapor, em direção ao Rio, onde chegaram a 26 de janeiro de 1887 — e não se precisa dizer com que disposições de espírito. A começar por que Deodoro recusou ir visitar o Presidente do Conselho, num gesto não somente de descortesia como sobretudo de indisciplina. Porque se êle não estava rigorosamente obrigado a ir vê-lo como comandante que fôra das Armas do Rio Grande, cargo militar, estava-o como ex-Presidente da Província, cargo civil e político, dependente diretamente da Presidência do Conselho de Ministros.

Quando êle chegou ao Rio, comandava, como já dissemos, a Escola Militar da Côrte um de seus irmãos, como êle marechal de Campo, Severiano da Fonseca, feito mais tarde Barão de Alagoas. Com o fim de evitar explorações ou possíveis incidentes desagradáveis, de-

(65) Magalhães Júnior, *op. cit.*

cidou o Ministro da Guerra — que continuava a ser Alfredo Chaves — dar ordem para que os alunos daquela Escola fôsem impedidos de sair no dia da chegada de Deodoro. Tudo faz crer que essa ordem foi dada. Mas ou porque Severiano não lhe tivesse ligado importância, ou porque era propósito seu deixá-la desrespeitar, o certo é que consentiu ou permitiu que consentissem na saída dos alunos nesse dia, os qua:is logo se dirigiram em grande número ao cais para receberem o irmão do seu comandante, num movimento de desafio senão ao próprio Governo, ao menos ao Ministro da Guerra. O resultado não podia ser outro senão a exoneração do Marechal Severiano do Comando da Escola, dada, aliás, a seu pedido, três dias depois da chegada de Deodoro.

Como se vê, o incidente que se originara da atitude de Sena Madureira em Rio Pardo, que em outras circunstâncias teria morrido ao nascer, continuava a tomar proporções inquietantes. Passara dos limites daquela Província para os círculos militares da Côrte, num tom que não concorria em nada para amortecê-lo. Estendera-se às guarnições de outras cidades, e já agora se infiltrara entre a mocidade do Exército e das Escolas Militares, que influenciada pelos princípios filosóficos pregados por Benjamim e por outros professôres, não escondia a tendência republicana que ia tomando, com tanto maior razão quanto Sena Madureira era sabidamente partidário dêsse credo político.

Reunião do Recreio Dramático

Não se sabe se por iniciativa própria ou — o que é mais provável — do grupo de oficiais que estavam à frente da agitação militar contra o Governo, o certo é que pouco depois de haver chegado ao Rio convocava Deodoro uma grande reunião de militares no Teatro Recreio Dramático, a fim de deliberarem sobre a atitude a tomar diante do desentendido que se abria entre eles e o Ministério⁶⁶. Essa reunião realizou-se a 2 de fevereiro de 1887. Presidida pelo marechal, teve a presença de alguns oficiais do Exército e de um grande número de alunos militares. Os jornais da época, simpatizantes com a causa dos militares, calcularam em mais de 200 o total dos presentes, com “numeroso concurso de povo”. Não deviam, talvez, chegar a tanto⁶⁷, sendo que dêsses presentes, 180, “pouco mais ou menos”, eram “oficiais-alunos”, segundo confessou Serzedêlo Correia, jovem major de 30 anos de idade, que se tinha posto à frente da reunião⁶⁸. E dentre os oficiais, ainda segundo Serzedêlo, havia apenas 3 de patente superior, e estes mesmo

(66) Era o que se presumia, porque o convite para a reunião dizia apenas que ela se destinava a “tratar de interesses da classe militar”.

(67) O Ministro de Inglaterra, baseado possivelmente em fontes republicanas, dizia que tinham estado presentes 216 oficiais (Ofício de 22 de março de 1887, no Record Office, onde se encontram todos os demais officios da Legação Inglesa no Rio, citados daqui por diante).

(68) Artigo publicado em 1891, na *Gazeta de Notícias*, do Rio, sob o título “Incidente parlamentar”.

sem comando de fôrças, o que valia tirar da reunião grande parte da significação que ela pretendia ter.

Serzedêlo acrescenta que a ausência de gente graduada do Exército causara um grande aborrecimento a Deodoro, o qual não ocultara “o seu desgosto e o seu desprezo para aquêles que não sabiam cumprir o seu dever”⁶⁹. O detalhe é de se reter porque, como se verá adiante, com exceção do General Câmara (Pelotas), que iria secundar Deodoro em tôda a fase da agitação militar (mas da qual se afastaria quando veria que ela se transformava em conspiração contra o Govêrno), do General Almeida Barreto e do Almirante Wandenkolk, êstes dois aderentes de última hora, nenhum outro dos oficiais-generais de então será visto ao lado de Deodoro na manhã de 15 de Novembro. Ele terá, assim, que contar, tanto em suas querelas contra o Poder Civil como mais tarde, na fase da conspiração, apenas com a jovem officialidade e alguns poucos oficiais superiores do Exército⁷⁰. Foram êstes, aliás, que o arrastaram até aos últimos extremos. Os mais graduados, de coronel para cima, só lhe emprestaram adesão, e no sentido apenas de não o hostilizarem, no momento mesmo do golpe de Estado, quando viram que êle sairia vitorioso. Foi o caso, entre outros, de Floriano Peixoto.

A reunião do Teatro Recreio Dramático foi presidida, como se disse, por Deodoro, servindo de secretário Sena Madureira. Sentaram-se também à mesa, entre

(69) Apesar de haverem sido convidados “todos os oficiais-generais e mais officialidade de terra e mar presentes na Côrte”, e de se haver anunciado que a reunião seria presidida pelo Marechal Deodoro e secretariada por Sena Madureira (ou por isso mesmo), só appareceu ali um obscuro official-general — o General Sérgio Marcondes de Andrade. “O Marechal Deodoro, diz Serzedêlo, — bem viu com quem podia contar e seguramente conheceu por uma ou outra adesão particular feita em sua casa, que os Generais, os comandantes e muitos dos que hoje o idolatram, lhe faltaram”. Essas palavras foram escritas, como se disse acima, em 1891, quando Deodoro era chefe do Govêrno.

(70) Os outros eram êsse General Marcondes e o Coronel José Simeão.

outros, Cunha Matos e Benjamim Constant, a fina flor, como se vê, da turma indisciplinada do Exército. Bastava a citação dos nomes dos principais promotores, a começar pelo do Marechal Deodoro, para que não pairassem dúvidas quanto aos verdadeiros fins que tinha em vista essa reunião.

De fato, abertos os trabalhos, disse Deodoro: “Foi resolvida esta reunião para tratar-se de assuntos militares referentes a Avisos que, por inconstitucionais, foram anulados por Sua Majestade o Imperador. Esses Avisos feriam a dignidade e o brio dos militares, e o efeito deles ainda subsiste. A disciplina militar exige o brio e a dignidade da farda do soldado; sem brio e sem dignidade o soldado não cumprirá o dever que lhe é impôsto, o dever de sangue. Nesta reunião, pois, eu vos peço calma, ordem e respeito, que são os apanágios dos militares”. Palavras, certamente, de uma grande nobreza e merecedoras do maior respeito, se proferidas em outras circunstâncias e por outros motivos, mas não à frente de uma assembléa sediciosa e deliberante, convocada à revelia e como que em desafio às autoridades constituídas, com o propósito evidente de pressionar e amedrontar o Poder Civil da Nação. Tanto quanto o brio e a dignidade da farda de soldado, a disciplina militar exigia também que essa farda se fizesse respeitar pelo seu cumprimento do dever e acatamento às ordens superiores. Fora disso, brio e dignidade de farda eram palavras ôcas e sem sentido.

Declarou em seguida Deodoro que tinha uma moção para sujeitar à apreciação dos presentes. Foi ela então lida, votada, artigo por artigo e finalmente aprovada por unanimidade. Dizia assim:

“1.º. — Os oficiais de terra e mar presentes a esta reunião, não julgarão terminado com honra para a classe militar o conflito suscitado entre esta e o Governô, enquanto perdurarem os efeitos

dos Avisos inconstitucionais que foram justamente condenados pela imperial resolução de 3 de novembro último, tomada sob consulta do venerando Conselho Supremo Militar;

2.º — Pensam também que só a cessação de qualquer medida tendente a perseguir os oficiais pelo fato de terem aderido à questão militar poderá acalmar a irritação e o desgosto que reinam nas fileiras do Exército;

3.º — Recorrem, confiantes, à alta justiça do Augusto Chefe da Nação, para pôr termo ao estado de agitação em que se acha ainda a classe militar, que só provas de resignação e disciplina até hoje tem dado;

4.º — Resolvem dar plenos poderes ao Exmo.º Sr. Marechal-de-Campo Manuel Deodoro da Fonseca, presidente desta reunião, para representá-los junto ao Governo de Sua Majestade o Imperador, no sentido de conseguir uma solução completa do conflito, digna do Governo e da classe militar”.

*

De acôrdo com o decidido, foi redigido um apêlo ao Imperador, datado do dia seguinte, 3 de fevereiro, e assinado por Deodoro “em nome do Exército”, para que êste o entregasse pessoalmente ao Monarca, quando fôsse ao Paço apresentar-se por ter voltado das comissões que exercia no Rio Grande do Sul, incumbência que não pôde, entretanto, desempenhar por haver o Imperador caído doente, em Petrópolis, justamente nessa ocasião.

Em substância, Deodoro dizia o seguinte. Antes de tudo: falava em nome do Exército *todo*, isto é, de toda a classe militar. Lembrava a “repressão” infligida a um oficial superior do Exército (referia-se a Cunha Matos), “por uma justa e quiçá franca resposta a insultantes doestos de um deputado na Nação” e a maneira por que se tratou dêsse assunto no Parlamento, “como que se fazendo proposital alarde em desprestígio do Exército”. Lembrava em seguida outra “repressão”, sofrida

por Sena Madureira, por discussões “alimentadas pelo próprio Governo”, que já não contente com o desprestigiar a classe militar, a rebaixava diante de pessoas que não sendo membros do Governo não podiam ser consideradas superiores hierárquicos de classe alguma, e que não sendo militares, nada tinham com os “preceitos disciplinares sôbre discussões na imprensa entre militares”. Aludia aí, evidentemente, ao Senador Franco de Sá, ex-Ministro da Guerra, alvo dos ataques de Madureira.

Taxava depois de “injustas” tais repreensões, “feitas com espalhafato, com publicidade em todos os jornais”, expondo à Nação e ao mundo inteiro dois oficiais superiores do Exército. No Parlamento rejubilaram-se com isso, onde, impunes pela irresponsabilidade de que gozavam, “se compraziam em molestar e insultar os militares”. E exclamava: “Só quem não fôr soldado, só quem não tiver ou não compreender a menor noção de brio e dignidade militar, só quem julgar a farda do soldado a libré de servilismo e de baixaza, poderá ver, sem corar de vergonha, sem estremecer de indignação, um tal procedimento, que já não é um desacato à autoridade, mas um insulto à classe militar”.

Dizia em seguida que lhe coubera, pela “posição especial” que tinha no Exército, solicitar da autoridade superior a suspensão e reconsideração das decisões que se haviam tomado contra a classe militar, “de conformidade com a razão, o direito e o bom senso”, a fim de que o Exército fôsse libertado “dessa exposição ao menosprêzo público”, como exigia a disciplina militar, que não permitia ao soldado receber “afrontas e vilipêndios”; que a disciplina cria no soldado — e isso no mais alto grau — brio, dignidade e honra. A obediência do soldado não ia até ao próprio aviltamento. O soldado era obediente, mas não servil. Porque aquêle a quem

não repugnasse atos de baixeza e de servilismo, não era digno da farda que vestia, farda que era a mesma que o Imperador trazia.

Em vista da sôlicitação feita, continuava, o Governô Imperial mandara estudar a questão pelo Conselho Supremo Militar, tendo por base os Avisos do Ministério da Guerra “errôneos e mal-interpretados”. O Conselho não vacilou em mandar sustá-los, mas essa decisão não se tomara, e o Exército estava à espera dela desde 3 de dezembro do ano anterior, receoso de ser “o ludíbrio de uma procrastinação acintosa”. E terminava, em tom patético: “Eis porque, Senhor, eu que sou soldado e me honro de sê-lo, mas que no entretanto sinto-me, com meus companheiros de armas, vexado, envergonhado, sob o pêso do vilipêndio; desiludido da atenção da autoridade, mas não desenganado, recorro a Vossa Majestade”, pedindo que a questão fôsse resolvida com a mesma inteireza e justiça que presidiam todos os atos do Monarca. Assinava: “De V. M. I. o mais obediente, respeitoso, leal e amante súdito, *“Manuel Deodoro da Fonseca”*”.

Como se vê, êsse pedido, que pelo estilo em que estava redigido, pela maneira e expressões de que usava, pelos argumentos, por tudo e em tudo parecia ter sido escrito por Benjamim Constant, se resumia, em última análise, em transformar dois casos banais de indisciplina em uma questão afetando tôda a classe militar⁷¹. Em atribuir ao Governô, pelo fato de ter procurado punir dois oficiais indisciplinados, a intenção de ferir, de menosprezar, de aviltar tôda a corporação a que êles pertenciam; como se todo oficial fôsse um ente intocável, privilegiado entre todos os demais cidadãos do País; como

(71) “Uma questão pessoal que Pelotas quis, desde o comêço, generalizar a todo o Exército”, disse Cotegipe em discurso no Senado.

se as Fôrças Armadas fôsem uma espécie de tabu, uma casta à parte de tôdas as demais classes da Nação, e só elas tivessem sentimentos de honra e de dignidade, só elas tivessem brio e consciência de si mesmas. O pior, porém, era que êsse conceito, que só agora começava a espalhar-se entre a officialidade do Exército, iria se firmar daí por diante, com uma sensibilidade cada vez maior, num diapasão cada vez mais alto e mais arrogante, quando não por vêzes insolente, para acabar se tornando ameaçador para as outras classes do País, que desprovidas das armas e dos meios de agressão de que dispunham os militares, não tinham, conseqüentemente, com que se defenderem.

Êsse *Apêlo* teve a data, como se disse, de 5 de fevereiro de 1887. Dias depois o marechal caiu doente. Mesmo assim, da cama, escreveu no dia 12 uma carta, em têrmos quase dramáticos ao imperador, mandando-a ao Paço por um seu ajudante-de-ordens. Começava por hipotecar ao monarca todo o seu respeito e lealdade — seu “profundo amor e respeito, e a maior lealdade perante o trono de Vossa Majestade Imperial”. Depois dizia: “Eu, nascido e criado, como todos de minha família, no mais acrisolado devotamento ao Imperador...” Repisava em seguida os mesmos argumentos de brio e dignidade ofendida, para deixar transparecer uma ameaça, numa “tormenta que se anunciava”, acusando o Gabinete de traidor — “pelo menos nesta causa”, dizia, e citando nominalmente como tal o Ministro de Guerra, Conselheiro Alfredo Chaves. Terminava pedindo a sua exoneração do Exército, caso não lhe fôsse feita justiça.

Exoneração do Ministro da Guerra

Como vimos atrás, um dos motivos de queixa formulados na reunião do Recreio Dramático e levados ao Imperador pelo Marechal Deodoro, foi o não querer o Govêrno cancelar as notas desabonadoras dadas aos Coronéis Cunha Matos e Madureira, que o Conselho Supremo Militar considerara depois como "mal-aplicadas". De fato e num certo sentido, os militares reclamantes tinham aí razão, porque se êsses Avisos haviam sido considerados, pelo referido Conselho, não como inconstitucionais, como queriam os oficiais em causa, mas mal-interpretados ou mal-aplicados pelo Govêrno, e tidas, conseqüentemente como incorretas as punições, era justo e em tudo razoável que o Govêrno tomasse êle próprio a iniciativa de corrigir o mal que havia feito, anulando os efeitos das punições com o cancelamento das notas desabonadoras dadas aos dois oficiais, mesmo quando não estivesse a isso necessariamente obrigado. Fá-lo-ia por uma questão de equidade, mesmo por política, isto é, para acabar de uma vez com tôda a exploração que se fazia em tôrno dos tais Avisos, com prejuízo sobretudo, senão unicamente, para o Govêrno.

Não quis, entretanto, assim proceder o Ministro da Guerra, por entender, de um lado que a decisão do Conselho Supremo Militar era discutível ou pouco clara

no que se referia à sem-razão do Govêrno⁷²; e de outro lado por achar que ainda que as punições applicadas aos dois coronéis fôsses improcedentes ou injustas, cabia a êles, como interessados, e não ao Gabinete, a iniciativa de promover a sua anulação — ou o seu “trancamento”, como êles diziam.

Podia, de fato, ser discutível a decisão tomada pelo Conselho Supremo⁷³, ou “muito especial”, como a classificaria Tobias Monteiro, essa doutrina de que “os militares, como quaisquer outros cidadãos, podiam discutir pela imprensa”, a menos que se tratasse de discussões *entre êles* sôbre objeto de serviço. Porque, neste caso, “a inconveniência de discutir um militar questões de serviço pela imprensa, desaparecia quanto o outro contendor era civil, ainda que membro do Parlamento ou funcionário público”. Ora, saltava aos olhos de todos o contra-senso de semelhante doutrina, o perigo que ela podia representar num país onde, como diria ainda Tobias Monteiro, a disciplina militar não era cimentada “por séculos de tradições e a política constituía a paixão dominante da raça; que seduzia particularmente a todos os que ainda não tinham conhecido as dificuldades do Govêrno”, os quais seriam entretanto os primeiros a

(72) Em discurso pronunciado no Senado, Cotegipe havia exposto seu ponto de vista com relação à retirada das notas desabonadoras, que era, para êle, “uma exigência, uma pressão tentada contra o Govêrno, e o Govêrno estava decidido a não praticar coisa alguma impellido pela fôrça”; tanto mais quanto nada o obrigava a trancar essas notas, visto como não houvera, afinal, nenhuma sentença do Supremo Conselho Militar, mas apenas um parecer dêsse órgão judiciário, com o qual o Govêrno concordara apenas “por consideração e respeito”, mas entendendo que a decisão final deveria ficar sempre dependendo do Gabinete, por ser a questão “absolutamente administrativa”.

(73) Dada em parecer de 3 de novembro de 1886, o qual dizia, em substância, “que os militares, como todos os cidadãos brasileiros, gozam, pela Constituição, da liberdade de externar, pela imprensa, as suas opiniões independentemente de censura prévia, respondendo pelo abuso que cometerem no exercicio dêsse direito”. Não podiam, porém, discutir *entre êles* pela imprensa quando se tratasse de interesses de serviço militar, por ser isso contrário à disciplina do Exército e ao decôrto “que mutuamente se devem os membros dessa corporação”. Foi êsse parecer que teve a aprovação do Imperador.

reconhecer-lhe os perigos e a impossibilidade de aceitá-la se estivessem amanhã no Poder. Como seria, aliás, o caso do próprio Deodoro, que feito Chefe do Govêrno Provisório republicano, em 1889, não hesitaria em mandar prender o então Capitão Saturnino Cardoso, por se ter êste permitido criticá-lo num jornal que se publicava naquele tempo no Rio⁷⁴.

Entendendo, assim, que era subversiva dos princípios de disciplina militar a doutrina adotada pelo Conselho Supremo Militar, não quis o Ministro da Guerra emprestar-lhe solidariedade tomando a iniciativa de anular as notas desabonadoras dadas a Cunha Matos e a Madureira. Que êles o requeressem, se quisessem. Assim fazendo, Alfredo Chaves praticava, como dissemos, um êrro político, sem calcular as conseqüências desastrosas que iria causar não sòmente a êle próprio como ao Gabinete. Mas, por outro lado, é justo reconhecer que agia num certo sentido, coerente consigo mesmo, desde que se mostrara sempre partidário de o Govêrno não fraquejar nessa questão com os militares, insistindo, mais de uma vez, junto ao Presidente do Conselho, por que se applicassem medidas de maior energia para chamá-los ao cumprimento do dever, restabelecer a disciplina entre êles e pôr um ponto final em tôda a agitação que vinham fazendo de havia um ano para cá.

Já poucas semanas antes, quando foi da chegada do Marechal Deodoro à Côrte e, contrariamente às ordens dadas, os alunos da Escola Militar haviam-se apresentado em massa para recebê-lo no cais de desembarque, Alfredo Chaves propusera, como medida disciplinar, o fechamento da Escola. Com isso, entretanto, não concordara o Imperador, dizendo que mandaria chamar o comandante e "tudo se arranjaria". Não foi preciso tanto, como se sabe, porque como vimos atrás, o General

(74) *Pesquisas e depoimentos.*

Severiano, compreendendo a situação insustentável em que fôra colocado, sobretudo por ser irmão de Deodoro, tomara a iniciativa de pedir exoneração de comandante da Escola.

Pouco depois houve a referida reunião no teatro Recreio Dramático, numa acintosa demonstração de desafio ao Governo. Ainda aí entendeu Alfredo Chaves que o Governo devia usar de energia, propondo que se punissem os promotores da reunião, iniciando-se com a prisão do Marechal Deodoro, o que era, de fato, a primeira providência que se impunha a qualquer Governo cioso da sua autoridade. Mas dessa vez não foi o Imperador, foram seus próprios colegas de Ministério que se opuseram a uma tal medida, a começar pelo Presidente do Conselho, que sendo uma natureza conciliadora, um homem de índole transigente e, além do mais, de feitio visceralmente político, entendia que não se podia, nem se devia, levar essa questão com os militares a golpes de violência ou mesmo de energia. “É muito bom aconselhar que prenda, que puna, corte cabeças, disse êle, mas na prática muitas vêzes nos vemos obrigados a mudar, para não sacrificar mais altos interesses”. Tobias Monteiro, que cita essas palavras de Cotegipe, pondera que era entretanto para considerar que, “conforme êle viu mais tarde, em questões fundamentais há transigências que não salvam nada; princípios que têm, realmente, de ser salvos de pronto, ou hão de perecer, logo depois, na invasão crescente da tendência oposta”⁷⁵.

(75) *Op. cit.* — Nesse caso da reunião do Recreio Dramático e do *Apêlo* ali votado, que Deodoro entregou ao Imperador, Cotegipe adotou a política do avestruz. Interpelado no Senado, declarou que só tivera conhecimento dos fatos “pelos jornais”, e que o Ministério não ficaria uma hora mais no Poder se “acaso fôsse privado de ser o canal competente para levar ao Imperador qualquer petição”. E a um aparte do Senador Franco de Sá, afirmando que o documento tinha sido entregue pessoalmente ao Monarca pelo Marechal Deodoro, respondeu que não sabia, que não vira, que não estivera presente nem dêle tivera comunicação.

Aborrecido, vendo que não eram aceitas as medidas que propunha para salvaguarda do prestígio do Governo, Alfredo Chaves acabou por exonerar-se da Pasta da Guerra. “Compreendeu, dirá Tobias Monteiro, que já não lhe restava autoridade para dirigir o Exército, desde que uma parte considerável da sua officialidade fazia comícios para deliberar acêrca de atos do Governo. Algumas transferências que ordenara de nada valiam; ao contrário, eram contraproducentes. Os officiaes transferidos espalhavam pelas guarnições ainda quietas a semente da insubordinação”⁷⁶. Exonerado, foi substituído por Ribeiro da Luz, senador pela Província de Minas Gerais. Nos dois anos de vida do Gabinete Cotegipe, era êsse o seu terceiro Ministro da Guerra, o que mostrava bem as dificuldades que vinha tendo com os militares.

Cotegipe nunca quis precisar as razões que levaram Alfredo Chaves a demitir-se, limitando-se a dizer, quando interpelado a respeito no Senado que, “com efeito, surgindo divergências acêrca da oportunidade de algumas medidas, propostas em referência ao Exército, pelo seu colega Alfredo Chaves, entendeu êste que a sua permanência no Ministério, sem a decretação dessas medidas, não lhe permitia continuar a prestar ao Governo o apoio do seu talento e luzes”. Quanto ao objeto das divergências, acrescentou que não podia dizer, deixando parecer que era uma questão de oportunidade, cabendo ao Governo executar as medidas conforme entendesse mais conveniente aos interêsses do Estado⁷⁷.

(76) *Op. cit.*

(77) Tobias Monteiro, *op. cit.*

Escusando-se de dar maiores explicações e deixando em reticências as verdadeiras razões da exoneração de seu Ministro da Guerra, Cotegipe dava azo a que se fizessem sôbre o caso tôda a sorte de conjecturas, não faltando até quem atribuisse essa exoneração a uma *pressão* do Imperador, receoso que estava dos propósitos de luta de Alfredo Chaves, de levar a ferro e fogo essa questão com os militares. Que o Imperador não estivesse satisfeito com a atitude intransigente do Ministro da Guerra é o que se pode crer, porque embora já doente por essa altura êle ainda se ocupava dos negócios do Estado, mostrando-se até muito preocupado com essa questão. Escrevendo nessa época à Condêssa de Barral, êle dizia que não tinha pouco em que pensar com a questão dos militares, entendendo que ela devia ser resolvida com *muita prudência mas sem quebra da autoridade*⁷⁸.

Prudência: era o que, a seu ver, faltava ao titular da Guerra. Contudo, não é de crer que êle fôsse ao ponto de provocar a sua retirada do Ministério, e ainda menos de exercer para isso qualquer espécie de pressão sôbre o Presidente do Conselho. O mais provável é que a saída de Alfredo Chaves se deveu, de um lado à posição constrangedora em que êle se viu colocado no Gabinete, impedido de agir contra os militares indisciplinados da maneira que entendia ser a mais acertada; e de outro lado a uma certa incompatibilidade que se abriu entre a sua atitude e a de Cotegipe, desde que os seus pontos de vista não se combinavam nada com os propósitos e a mentalidade do Chefe do Govêrno. De fato, para quem conhecia o espírito entranhadamente político de Cotegipe, a sua repulsa a tudo que exprimisse luta ou mesmo simples complicações, sua tendência para

(78) Carta de 15 de fevereiro de 1887, cit. por Mozart Monteiro no *O Jornal do Rio de Janeiro*.

as meias medidas, para os recursos protelatórios, transigindo sempre que possível e abdicando mesmo por vezes de seus pontos de vista⁷⁹, não precisava de muita argúcia para logo perceber o fôssco que se abria entre êle e o seu Ministro da Guerra. Daí o desejo de desquitar-se do homem que com seus propósitos de luta com os militares só fazia criar-lhe maiores dificuldades e, o que era pior, comprometer não só a posição do Ministério como a da própria situação conservadora, no Poder desde a organização do atual Gabinete, em agosto de 1885.

Foi assim que “alarmado”, como diz o Ministro de Inglaterra, “com o rumo que estavam tomando as coisas”, Cotegipe “sugериu” (é ainda o Ministro inglês quem diz — *suggested or allowed*, sugeriu ou consentiu) a retirada de Alfredo Chaves⁸⁰, persuadido, naturalmente, de que com a nomeação de um novo Ministro da Guerra ainda não comprometido com os militares e livre, portanto, de adotar uma nova política, as coisas iriam com toda a certeza melhorar ou mesmo entrar definitivamente por um bom caminho.

E por quê não? Pois toda a guerra que os militares vinham fazendo contra o Governo não era, em grande parte, por causa da posição de desafio em que se colocara Alfredo Chaves? Não era contra o ex-Ministro da Guerra, muito mais do que contra o Presidente do Conselho, que se concentrava toda a antipatia desses militares, Deodoro antes de todos? Ora, se esse ministro se vira constrangido a demittir-se, fosse lá por que fosse ou por quem fosse, e se o novo Ministro da Guerra, contra o qual nada tinham a articular os militares, se

(79) O Ministro de Inglaterra refere-se, mais de uma vez, à fraqueza e hesitação (*weakness and hesitation*) de Cotegipe nessa questão com os militares.

(80) Offício de 23 de maio de 1887.

mostrava decidido a tudo esquecer e a apagar as notas desabonadoras uma vez solicitado pelos interessados, como mandavam, aliás, os regulamentos militares, era de esperar que desaparecesse todo motivo de discórdia, e que a “questão militar” ficasse de uma vez por tôdas resolvida com inteira satisfação para ambas as partes. Era, aliás, como raciocinava Cotegipe. E raciocinava bem.

E como também raciocinava o próprio Deodoro. Agir de outro modo, dizia êle, seria persistir num “mero capricho”. Serzedêlo Correia dirá mais tarde: “Entendia S. Ex.^a, e da opinião de S. Ex.^a havia muita gente, que os Avisos ilegais tinham sido anulados e a satisfação ao Exército estava dada com a demissão do ministro, e que a retirada das notas devia ser requerida pelas partes”. “Melhor resultado não poderíamos ter”, escrevia Deodoro ao Capitão Sousa Castelo, da guarnição de Pôrto Alegre: a queda do Ministro da Guerra. Mais do que isso só surra de bacalhau”. E acrescentava: “Se cáisse todo o Ministério poderiam atribuir a muitas coisas, ao passo que a queda sòmente do Ministro da Guerra é bem significativo”. E terminava em têrmos categóricos e definitivos: “Está, portanto, terminada a questão militar com honra e dignidade para a classe, e nada mais há que fazer”⁸¹.

(81) Leôncio Correia, *A verdade histórica sôbre o 15 de Novembro*.

Deodoro se desdiz e volta atrás

Tudo fazia, assim, supor que depois da demissão de Alfredo Chaves, "político apaixonado e rancoroso, dizia Deodoro em carta a Pelotas, esquecido de que sua missão tinha por fim principalmente ser imparcial e justo com o Exército"⁸², da declaração de seu substituto, de que mandaria tornar sem efeito as notas desabonadoras dadas a Cunha Matos e a Madureira, e das palavras incisivas de Deodoro, dando por terminada a questão, tudo fazia supor, dizíamos, que as coisas voltassem à normalidade de antes.

Tal, entretanto, não se daria. Ao contrário: as coisas, em vez de serenarem, iriam piorar ainda mais. Tudo se deveu, primeiro, à recalitrância dos dois oficiais, recusando pedir o cancelamento das notas desabonadoras; segundo, à fraqueza de Deodoro, voltando atrás de tudo o que dissera antes e desdizendo-se da maneira mais afrontosa; terceiro, à atitude quase revolucionária de Pelotas, lançando em pleno Senado um desafio a Cotegipe e ameaçando até a estabilidade das instituições monárquicas; e, por último, ao pequeno grupo de civis republicanos da Côrte, que percebendo a boa oportunidade que lhes ofereciam de minar os alicerces da Monarquia, começaram a aproximar-se dos militares descontentes, a envenenar-lhes ainda mais o espírito, tudo com o propó-

(82) *Op. cit.*

sito de criarem um ambiente favorável à implantação da República.

A mudança de atitude de Deodoro não se fêz sem um grande sacrifício para a sua consciência de soldado brioso e profundamente honesto. Êle fôra realmente sincero quando dera por terminada a questão militar com a demissão do Ministro Alfredo Chaves e a declaração de seu sucessor, de que mandaria sustar as notas desabonadoras se os dois oficiais interessados o pedissem. E sempre acreditou que êsses oficiais assim procedessem. Grande foi, pois, o seu desapontamento quando viu que êles se recusavam e insistiam em que partisse do próprio Governo a iniciativa da anulação das notas; e maior ainda com a teimosia dos dois, surdos que se fizeram aos vários apelos feitos naquele sentido, inclusive por Benjamim Constant, que acabou por impacientar-se, dizendo: "Os Srs. são uns turbulentos, que querem fazer a República. Devem requerer o trancamento das notas". Ao que Madureira, que era, de todos, o mais recalcitrante, respondeu em têrmos ríspidos: "Cortem-me a mão, mas não requeiro"⁸³.

(83) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*. — O General Tasso Fragoso, então alferes-aluno, amigo e discípulo de Benjamim Constant, embora não acreditando pessoalmente, que Constant tivesse renegado nessa ocasião, suas idéias republicanas, não deixa, entretanto, no trabalho intitulado *Revolvendo o passado*, de consignar essa versão como corrente, citando, em abono dela, o que dissera Cunha Matos em suas *Reminiscências*, isto é: que ouvira Benjamim Constant "pronunciar-se dêsse modo" na presença d'êle, Cunha Matos, e de Sena Madureira, isso no escritório de um sobrinho d'êste, o Dr. Alfredo Madureira; e que a mesma coisa dissera Serzedêlo Correia em suas *Páginas do passado*. — Para Magalhães Júnior (*Deodoro*), essa declaração de Benjamim era absurda apenas aparentemente. Não significava que êle tivesse renegado a República. Expressia apenas "sua adesão à fórmula positivista para implantação do novo regime", contrária a toda precipitação no encaminhar dos acontecimentos. Lembra êsse autor, citando Lindolfo Xavier (*Pioneiros e semeadores*), que Miguel Lemos e Teixeira Mendes, já então as duas principais figuras do Positivismo brasileiro, entendiam que a República devia ser "proclamada pelo próprio Dom Pedro II, uma vez convencido da necessidade dessa solução, como finalidade inevitável nos destinos do País". E que no caso em que o Monarca "não tivesse essa coragem", que se preparasse o terreno para que ela fôsse proclamada logo após a sua morte. Tudo faz crer, portanto, que Benjamim Constant comungasse inteiramente com essas idéias — ainda comungasse, porque depois, como veremos, êle iria simplesmente renegá-las.

Pôsto em tais circunstâncias, que era para êle uma cruel alternativa, Deodoro viu-se prêso de uma luta interior que feria fundo a generosidade do seu coração. Em consciência êle não via nenhuma razão plausível para continuar apoiando os dois oficiais, uma vez que êles se faziam teimosos e se colocavam numa posição de desafio à autoridade do nôvo Ministro da Guerra, sem que tivessem, para isso, o mínimo de razão. Mas, por outro lado, abandonar os camaradas que êle havia então animado e encorajado na luta contra o Govêrno, dos quais se fizera guia e conselheiro, seria violentar a sua natureza generosa, ferir o que havia de sentimental em seu temperamento, o que havia de bom em seu feitio, e expor-se a ser acusado de haver abandonado os seus companheiros ou por uma questão de simples comodismo, ou para ficar bem com o nôvo Ministro da Guerra; de ser mesmo taxado de medroso e de pusilânime.

Estava êle nessa grande luta interior quando alguns dos sobrinhos o levaram a casa de seu irmão João Severiano, médico militar com o propósito, certamente, de prepararem o terreno para o fazerem voltar atrás nas declarações que fizera de dar por encerrada a questão militar. Assim, ali reunidos, numa espécie de conselho de família, fizeram-lhe ver que em face da recusa de Cunha Matos e de Madureira em pedir o trancamento das notas, motivo central da questão, esta não podia ser dada como terminada; ao contrário, continuava tôda de pé. Encerrá-la, ou simplesmente abandoná-la, na altura em que ficara, seria para êle uma deserção, que colocaria mal não só a si próprio como a todos os camaradas que o haviam até então acompanhado.

Esses FONSECAS formavam uma família muito unida, muito solidária em tudo. Ligava-os um verdadeiro espírito de clã. A argumentação dos sobrinhos (Deodoro,

como se sabe, não tinha filhos), apoiada pelo irmão, impressionou muito o seu espírito, calando sobretudo em sua consciência a situação de desamparo em que ficariam aquêles dois oficiais se lhes faltasse amanhã a solidariedade que lhes vinha, até agora, emprestando. Impressionado, abalado, Deodoro acabou por ceder — por amor aos seus camaradas, disse. Autorizou então a publicação no *O País* de uma declaração sua, pela qual se comprometia a manter a mesma atitude de antes; e que, aguardando o completo restabelecimento da saúde do Imperador para que a questão militar pudesse ter o “desfecho almejado”, se solidarizava uma vez mais com os seus camaradas, “nos mesmos sentimentos briosos e no mesmo honroso propósito”. Essa declaração saiu publicada a 10 de março de 1887, justamente na ocasião em que o Imperador adoecia gravemente em Petrópolis e se começava a recear pela sua existência.

No dia seguinte êle escrevia a Pelotas, que se encontrava ainda no Sul, remetendo um recorte de jornal com a sua declaração e procurando justificar a sua mudança de atitude. E escrevia também ao Capitão Castelo, na mesma data, dizendo: “A queda do Chaves me levou a crer que a questão terminasse. O Tio João⁸⁴, porém, depois de encolher-se, aparece com perseguições, supondo que estamos em debandada. Fui à imprensa — *O País* — com uma declaração de que continuamos na mesma atitude, e hoje escrevo ao Pelotas, para que faça aí uma reunião aderindo ao procedimento que aqui tivemos”⁸⁵. Essa carta sua a Castelo cruzou com uma outra, que a “Comissão militar” que se havia constituído na guarnição de Pôrto Alegre e da qual fazia parte Cas-

(84) O Barão de Cotegipe — João Maurício Wanderley.

(85) Magalhães Júnior, *op. cit.*

telo — uma espécie do que chamaríamos hoje *soviet*⁸⁶, lhe escrevia justamente para divergir de sua atitude dando por encerrada a questão militar. Em termos ambíguos e algo irônicos, achava aquela Comissão que seguramente pelo mau estado de sua saúde e por “motivos poderosos”, o marechal não quisera entrar em maiores explicações sobre as causas que o haviam levado a encerrar a questão militar. Entendia, entretanto, a Comissão, que essa questão se achava num “ponto melindroso”, necessitando, por isso, ser terminada “com a mesma publicidade com que começou”. Concluía dizendo que nesse sentido aguardava as suas ordens.

Como se vê, a retratação de Deodoro encontrou, como era, aliás, de esperar, o melhor ambiente nos meios militares de Porto Alegre. “Compreendo bem, escrevia-lhe Pelotas, que não podemos mais parar sem que seja resolvida honrosamente a questão, porque isso importaria recuar, trazendo como consequência o nosso aniquilamento moral”. E noutra carta, já de malas prontas para seguir para a Córte:

“Partirei a 10 dêste mês [abril de 1887], e se até êsse tempo nada estiver resolvido, como provávelmente não estará, combinaremos aí o que convier fazer. Se a maioria dos officiaes dessa guarnição não se quiser pronunciar, acompanhando-o, que sofram, então, as consequências de sua fraqueza, ficando assim provado que merecem bem o desprezo com que os vê o Governo. Penso que, tendo-se dado o primeiro passo, não se pode mais recuar, nem parar, sob pena de ficar o Exército em posição falsa e humilhante, que trará como consequência inevitável o seu completo desprestígio. Os ministros insensatos que têm estado na direção da Pasta da Guerra, e infelizmente têm sido muitos, que se compenbrem de uma vez por tôdas de que o Exército tem

(86) A comissão se compunha dos seguintes capitães: José de Sousa Castelo, Francisco Peixoto de Abreu e Lima, Francisco Alberto Guilhon, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque (que seria Ministro da Guerra do Presidente Hermes da Fonseca), Tomás Thompson Flores e Manuel Batista Viana.

consciência de seus direitos e deveres, não podendo, portanto, consentir que o Governo o confunda com os fâmulos das fazendas de café. Quando êste infeliz País tiver ministros como foram José Clemente, Caxias, Manuel Felizardo, Osório e outros, estas cenas não se reproduzirão. Mas onde estão êles? Quando aparecerão? Como é triste, meu amigo, êste presente comparado com aquêle passado!”⁸⁷.

(87) A. Ilha Moreira, *Proclamação e fundação da República*. — Como se vê, para Pelotas, exceção de José Clemente, um civil, só haviam prestado os Ministros da Guerra militares; os demais, os *casacas*, não passaram de uns “insensatos”. Quando êle dizia, nessa carta, que os militares que não quisessem acompanhar Deodoro sofressem as consequências de “sua fraqucza”, queria certamente referir-se aos que se tinham abtido de comparecer à reunião do Teatro Recreio Dramático, sobretudo os oficiais-generais e oficiais superiores, que primaram com sua ausência, fato que tanto irritou Deodoro e era já do conhecimento de Pelotas. Pouco antes de escrever essa carta a Deodoro, ou seja no mês anterior, março de 87, justamente quando o Marechal dava a “Questão Militar” por terminada com a demissão do Ministro da Guerra, Pelotas, no Rio Grande do Sul, distribuía uma carta-circular às guarnições militares da Província, incitando os seus camaradas a cerrarem fileira em tôrno de Deodoro, visto como, dizia êle, “o Governo, em manhosa atitude, só tem em vista nulificar o nosso pacífico e respeitoso procedimento para, talvez, em época não muito remota, abater ainda mais o pundonor do Exército”. E terminava acrescentando que “a causa comum que nos liga, isto é, os brios da nossa classe, só se manifestará pela inteira solidariedade militar” (Leôncio Correia, *op. cit.*).

Pôr a tropa na rua

Cêrca de duas semanas depois, quer dizer, nos primeiros dias de maio de 1887, chegava Pelotas ao Rio para os trabalhos parlamentares. Como era de esperar, logo se juntou com Deodoro, passando ambos a formar o centro em tôrno do qual iria prosseguir tôda a agitação que os militares promoviam contra o Govêrno, em circunstâncias bem mais delicadas agora, depois que Deodoro voltara atrás na sua decisão de dar o caso como terminado. Logo no dia 11 dêsse mês de maio houve uma reunião em casa dêle, que era então à Praça 11 de Junho. Pelotas, adoentado, não pôde comparecer; mas escreveu ao seu camarada dando plena adesão a tudo quanto ali se resolvesse. O resultado dessa reunião foi um Manifesto — *Ao Parlamento e à Nação*, um “último apêlo”, como dizia, verdadeiro *ultimatum*, publicado nos jornais de 14, no qual censurava severamente o Gabinete por não querer cumprir a decisão do Conselho Supremo Militar, “proclamando que a faculdade de defesa pela imprensa, sob a sanção das leis penais, é do direito comum a todos os cidadãos, e que dêsse direito não é lícito privar os oficiais do Exêrcito sem ofensa à Constituição do Império”. Acusava o Govêrno de hostilizar deliberadamente “os brios militares”, e lamentava que em vista do estado de saúde do Imperador,

êsse “Príncipe honrado e patriota que reina entre nós”, do “temor de arriscar a sua preciosa saúde, talvez até a sua existência”, não pudesse apelar diretamente para êle, a fim de não consentir que o Govêrno retirasse aos militares a sua “dignidade de cidadãos armados” e os reduzisse “à subserviência de janízaros”. Terminava dizendo:

“Não nos resta, pois, senão recorrer para a opinião pública do País, que desde o princípio esposou a nossa causa, idêntica à dêle; endereçar ao Parlamento êste derradeiro apêlo, e protestar que havemos de manter-nos no pôsto de resistência à ilegalidade, que é o nosso dever, do qual nada nos arredará, enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena. Havemos de ser consequentes com quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra”.

Redigido por Rui Barbosa, a pedido do Conselheiro Dantas⁸⁸, êsse Manifesto foi levado primeiramente à redação do *O País*, para ser aí publicado. Mas como não trazia assinatura, Quintino Bocaiúva, diretor do jornal, recusou aceitá-lo. Voltaram então com o documento para receber as assinaturas de Pelotas e de Deodoro. Feito o que foi êle publicado.

Saltava à evidência a exploração política que nêle se fazia, procurando atirar o Exêrcito contra o Gabinete, num ostensivo chamamento à indisciplina militar. Mas

(88) Diz R. Magalhães Júnior (*op. cit.*) que Dantas, adversário político de Cotegipe, serviu-se nessa ocasião de Rui Barbosa para “envolver Deodoro, procurando neste e no Exêrcito apoio para demolir a situação conservadora já abalada”. Rui dirá mais tarde que êsse Manifesto por êle redigido, foi o batismo de suas relações com o Exêrcito. De fato, e daí por diante êle não se cansaria, em sua campanha de imprensa, de atirar o Exêrcito não sômente contra a situação conservadora como, pouco depois, contra também a situação liberal presidida pelo Visconde de Ouro Preto, até ter a satisfação de ver realizados os seus propósitos com a quartelada de 15 de novembro. Agora, o que êle não dirá, e todos sabemos, é que êsse seu recurso de atizar a indisciplina militar contra os políticos, faca de dois gumes, iria ser usado contra êle por seus adversários, fazendo-o curtir os maiores dissabores e as mais cruéis decepções.

se descia a tais processos, a culpa era em parte do próprio Governo, com a declaração intempestiva que o nôvo Ministro da Guerra havia feito cinco dias antes no Senado, de que não se considerava obrigado a cumprir o parecer do Conselho Supremo Militar naquilo que se referia às penas disciplinares impostas a Cunha Matos e a Madureira, que o Ministro achava justas; e que não daria jamais Conselho-de-Guerra a Madureira, conforme êste requerera, porque seria sujeitar a decisão do Governo à alçada da Justiça Militar. Foi essa imprudente declaração, imprudente e provocadora, mas sobretudo impolítica, que indispôs ainda mais com o Governo os dois citados oficiais e quantos com êles se solidarizavam. Compreende-se que Ribeiro da Luz tivesse ficado decepcionado com a recusa dos dois coronéis em solicitar o trancamento das notas. Mas não iria ser essa inoportuna declaração sua que os faria mudar de atitude, ou os obrigasse a se curvar perante o Governo, temerosos acaso dessa ostentação de fôrça do Ministro da Guerra, que longe de os amedrontar, só servia para descobrir ainda mais a sua fraqueza, fraqueza não só dêle como do próprio Gabinete.

Dias depois da publicação do Manifesto promovia Pelotas, já restabelecido, uma nova reunião, que se realizava dessa vez no Grande Hotel da Lapa, onde êle se hospedava, com a presença de Deodoro, de Benjamim Constant, do irmão dêste, Major Marciano, de Serzedêlo Correia, de Sena Madureira e de vários oficiais da guarnição da Côrte. Ficou aí decidido que no caso em que o Presidente do Conselho e o seu Ministro da Guerra persistissem na recusa de não se cancelarem as notas desabonadoras sem que os interessados o pedissem, apesar de um nôvo apêlo que Pelotas pretendia fazer no dia seguinte da tribuna do Senado, se promoveria então *uma ação contra o Governo*.

“E o meu camarada como pensa?” indagou Pelotas de Deodoro, vendo-o calado e algo meditativo.

“Se tem que ser amanhã, que seja hoje; estou pronto”, respondeu o outro⁸⁹.

*

Uma “ação contra o Govêrno” queria dizer, evidentemente, um golpe militar, para forçar o Ministério a retirar-se do Poder. Era uma declaração que no Brasil de hoje, que vive, por assim dizer, à mercê de golpes dêsse gênero, não iria surpreender ninguém; mas que no Brasil do fim do Império, depois de quase meio-século de ordem constitucional, dentro da qual vários Gabinetes se tinham sucedido regularmente, sem nenhuma ameaça para as instituições, era considerada realmente inconcebível, muito embora houvesse nela um pouco de bravata, pois nem Pelotas nem Deodoro tinham, naquela ocasião, elementos armados bastantes para efetivação de uma tal ameaça. Pelotas, Senador do Império, muito embora desfrutasse de uma grande popularidade no Exército, pela sua atuação no fim da Guerra do Paraguai, vivia absorvido, por assim dizer, pela política. E Deodoro destituído, fazia pouco, do comando militar que tinha no Sul, não contava senão com as simpatias que soubera conquistar entre os seus camaradas por sua atitude em defesa da classe.

Mas apesar de tudo existia a ameaça — “uma ação contra o Govêrno”, que só podia significar o que ela queria de fato dizer, isto é, “pôr a tropa na rua”, conforme, aliás, a própria expressão usada por Pelotas nessa reunião no Grande Hotel, e repetida mais tarde por Serzedêlo. Segundo êste, Pelotas foi “conciso e eloqüente, concluindo que era necessário pôr a tropa na rua e fazer

(89) Rocha Pombo, *História do Brasil*.

a revolução, pois o Imperador já não tinha vontade”⁹⁰.

Essa reunião no Grande Hotel, de cujos detalhes foi inteirado pelo seu Chefe de Polícia, pôs o Presidente do Conselho num estado de grande inquietação, fazendo-o compreender que já não era mais possível prolongar uma situação que acabaria por ser fatal não somente ao Gabinete como às próprias instituições monárquicas. Se a princípio êle podia não levar ao trágico as ameaças mais ou menos dissimuladas que lhe faziam Deodoro e os militares que o cercavam, já agora as coisas iam assumindo um aspecto mais sério, com a atitude francamente

(90) Essas palavras de Pelotas seriam interpretadas no sentido de que êle, nessa reunião, se mostrara favorável a um golpe de Estado para a implantação da República. Pelotas, porém, iria contestar isso mais tarde, numa confissão de cuja sinceridade não era lícito duvidar, pois tendo sido feita depois de instituída a República, êle podia bem dispensar-se de fazê-la, deixando que aquela versão criasse foros de verdade e o deixasse ficar bem com os homens do novo regime. Pelotas diria que jamais julgara possível uma mudança de regime “enquanto visse o Imperador”; tanto que se surpreendera quando, estando no Rio Grande do Sul, a vira proclamada no Rio de Janeiro, acrescentando que se dependesse dêle, “o Imperador não teria sido deposto”. Voltando ao assunto, Serzedêlo Correia diria não ter afirmado que Pelotas estivesse decidido a implantar a República, mas sim que não desiludira os presentes quando se falara nisso na aludida reunião, muito embora dizendo “que essa transformação radical ficaria para mais tarde, convindo apenas, naquele momento, reunir todos os elementos militares, entre os quais havia alguns de valor que eram monarquistas” (Tobias Monteiro, *op. cit.*). De tudo se conclui que Pelotas podia, de fato, não estar *ainda* decidido a aceitar a República, muito embora achasse que ela podia ou devia vir depois da morte do Imperador, de acôrdo, aliás, com a opinião de muita gente, inclusive de não poucos monarquistas. Não estava ainda decidido a aceitar a República; mas estava de acôrdo, caso os militares não fôsem ouvidos pelo Governo, com que êles promovessem um golpe de Estado, para obrigá-lo a retirar-se, a igual, aliás do que pensava o seu camarada Deodoro. Pelotas podia não ser republicano. Mas como muitos *não comunistas* de hoje, êle era, para os republicanos da época, um “inocente útil”, com o qual contavam para a realização de seus ideais. A prova é que Campos Sales, chefe republicano paulista, estando no Rio nessa ocasião e sabendo das boas relações de Pelotas com Serzedêlo, pediu a êste, num encontro em casa de Aristides Lôbo, que “falasse francamente a Pelotas a respeito da conveniência de se proclamar a República” (Flávio Guerra, *op. cit.*). Não importa apurar se Serzedêlo chegou a falar nisso a Pelotas, mas sim o fato de Campos Sales, e com êle certamente outros republicanos, admitir uma boa receptividade por parte de Pelotas. Campos Sales estava procurando “uma espada” para fazer a República, o que provava que nessa época, maio de 1887, os republicanos não acreditavam que pudessem contar para isso com Deodoro, apesar de tóda a guerra que êle movia contra o Gabinete Cotegipe. Possivelmente por causa de seus tão apregoados sentimentos monárquicos.

subversiva dos dois marechais, sobretudo de Deodoro, cujo feitio violento e irrefletido era bem mais de temer, e podia levá-lo aos maiores desatinos.

Fazia-se, portanto, urgente tomar uma deliberação qualquer para evitar o pior, fôsse matando no ôvo tôda tentativa militar de perturbação da ordem, fôsse recorrendo a meios possíveis de tirar o Govêrno, sem grande desdouro, do beco onde se vira metido. Mas num e noutro caso, a primeira coisa a fazer era inteirar-se exactamente das verdadeiras disposições de Deodoro, a quem se attribuíam as mais desencontradas intenções, ora dando-o como disposto a se pôr à frente de uma sedição militar contra o Ministério, ora attribuindo-lhe propósitos ainda mais extremistas, isto é, com disposições de levar sua investida, se preciso fôsse, contra as próprias instituições monárquicas.

Foi nessas incertezas que Cotegipe se lembrou de chamar o Desembargador Henrique Pereira de Lucena⁹¹, seu velho amigo e corrcleigionário político (além de compadre, padrinho que era de um filho de Lucena), que tendo deixado, fazia pouco, a presidência do Rio Grande do Sul voltara de Pernambuco, sua terra natal, para ocupar a cadeira de deputado, eleito por essa Província. Pediu-lhe Cotegipe que êle fôsse ter com Deodoro, a fim de inteirar-se pessoalmente de seu estado de espírito, mas sobretudo de suas verdadeiras intenções, procurando dissuadi-lo, se fôsse o caso, de dar qualquer passo menos refletido, para não obrigar o Govêrno a tomar contra êle as mais severas providências, para o que não lhe faltavam meios nem recursos.

*

(91) Barão de Lucena em 16 de maio de 1888.

Lucena e Deodoro eram também muito amigos, como eram igualmente compadres, apesar de se conhecerem havia apenas dois anos, desde quando Lucena fôra nomeado Presidente do Rio Grande do Sul e ali encontrara Deodoro como Comandante das Armas da Província. Quando êle partira para o sul, a fim de ocupar o cargo, Cotegipe perguntara-lhe se acaso já conhecia Deodoro. Lucena respondera que não.

“Pois procure conhecê-lo bem e fazê-lo seu amigo”, dissera-lhe Cotegipe. “É o comandante das Armas e será o 1.º Vice-Presidente, para substituí-lo quando você voltar.- É um homem de valor, e será o nosso Caxias”⁹².

Seguindo êsse conselho, Lucena ao chegar a Pôrto Alegre logo se aproximara do marechal, cercara-o de atenções e facilmente lhe conquistara a confiança. Acabaram amigos íntimos, na base de uma recíproca e sincera amizade, que iria frutificar para os anos seguintes e se manteria inalterada até à morte de Deodoro, obtendo Lucena uma grande ascendência sôbre o seu amigo. Todos sabemos o papel saliente que êle iria desempenhar pouco tempo depois de instituída a República, quando Deodoro, desavindo-se com os chamados “republicanos históricos” que formavam a maioria de seu Governo e do Congresso Constituinte, recorria ao seu velho amigo e compadre para, numa tentativa de salvar o que já parecia impossível de sobreviver, acabarem os dois vencidos, de nada valendo, antes só fazendo concorrer para precipitar a queda de ambos, o recurso violento da dissolução do Congresso.

Aceitou, assim, Lucena ir procurar Deodoro para o fim desejado por Cotegipe, e isso com tantas melhores

(92) *Reminiscências do Barão de Lucena*, publicadas no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. O “nosso Caxias”, isto é, o general do Partido Conservador, em substituição a Caxias, morto havia sete anos. Como Pelotas era o general do Partido Liberal, em lugar de Osório, que falecera havia dez.

disposições quanto êle mesmo, receando os possíveis excessos de Deodoro, já lhe havia escrito pouco antes do Recife, dando-lhe conselhos de prudência, a que o marechal respondera dizendo que Cotegipe imaginava vencê-lo, mas que estava muito iludido, “pois para desagrar o Exército tudo faria, apesar da sua amizade e dedicação ao Imperador”⁹³. Foi, pois, Lucena procurar Deodoro, mas não sem prevenir Cotegipe, de que não revelaria nenhum segredo que aquêle seu amigo acaso lhe dissesse, confiado na amizade que os unia, ainda quando se tratasse de assunto ligado à segurança do Estado.

Isso assentado, foi ter a casa do marechal, que era então, como já dissemos, à Praça 11 de Junho, onde êste se havia instalado, com a mulher, ao voltar do Rio Grande do Sul. Disse ao que ia, explicando todos os motivos que haviam levado Cotegipe a pedir que o fôsse ver, preocupado que andava com o mal-estar provocado no País por essa espinhosa questão militar. Procurou defender a atitude que o Presidente do Conselho tivera que assumir nesse caso, menos por espírito de vingança, ou mesmo de intransigência, do que por dever político, de vez que tinha a responsabilidade de salvar o decôro e o prestígio do Ministério, sem o que não lhe seria possível governar. Ponderou-lhe a necessidade de os militares transigirem um pouco na teimosia de seu ponto de vista, como o Gabinete já havia transigido com relação ao trancamento das notas desabonadoras, que só precisava, para ser efetivado, que os interessados o pedissem, como mandavam os regulamentos. Feito isso, todo motivo de discórdia desapareceria, e o Ministério voltaria a trabalhar num ambiente de tranqüilidade, tanto mais necessário quanto êle tinha, naquela ocasião, a plena responsabilidade do Poder,

(93) Flávio Guerra, *Lucena, um estadista de Pernambuco*.

com o afastamento do Imperador de todos os negócios do Estado, em virtude do seu melindroso estado de saúde.

Tais palavras de acomodação pouco influíram no espírito de Deodoro. Ou antes, de nada adiantaram. Fazendo ver a Lucena as numerosas adesões que vinha recebendo das guarnições militares do País, em que lhe eram dados plenos poderes para resolver a questão militar *como lhe conviesse*, declarou francamente que não estava inclinado a entrar em nenhuma espécie de acomodação com o Governo antes de êste tomar a iniciativa de cancelar as notas de censura impostas a Cunha Matos e a Madureira; e que êstes não dariam um passo para pedir tal cancelamento, contando para isso com o apoio integral de todos os seus camaradas. Cabia, pois, ao Governo, se estava de fato interessado em pôr fim à questão militar, tomar essa iniciativa. De contrário os militares ficariam desobrigados de qualquer condescendência para com o Gabinete e agiriam por suas próprias mãos.

De volta, expôs Lucena a Cotegipe o nenhum resultado de sua missão. Encontrara Deodoro intratável. Intratável e irredutível. E que dado o espírito de intransigência em que se mantinha, a revolta de que estava possuído com tudo o que se vinha passando e o apoio, que de fato tinha, das várias guarnições militares do País, não seria nada prudente para o Ministério aceitar uma luta com êle, pois tinha tôdas as probabilidades de sair perdendo.

Debate Pelotas-Cotegipe

Apesar de impressionado com tudo o que ouvira de Lucena, Cotegipe não pareceu querer-se afastar de seu ponto de vista, que a seu ver era uma questão de honra e de dignidade para o Governo: não cederia à imposição dos militares; preferia deixar o Poder para que outro Gabinete se sujeitasse a uma tal humilhação⁹⁴. Foi com essas firmes disposições que êle compareceu ao Senado no dia 18 de maio de 1887, — quer dizer, com o espírito já preparado para ouvir e, responder, se necessário, ao *nôvo apêlo* que Pelotas prometera fazer-lhe na reunião do Grande Hotel, e que, depois de tudo o que ali se passara, iria ter certamente as características de um verdadeiro *ultimatum*. Ao entrar na Sala das Sessões e passando por um grupo onde se achava o Conselheiro João Alfredo, chefe da dissidência conservadora, chamou-o à parte e perguntou-lhe o que achava da situação política.

“Grave”, respondeu João Alfredo, “mas não sem remédio”.

“Comigo não creio”, retorquiu Cotegipe; “com outro pode ser. Prepare-se para o Governo, talvez amanhã tenha de ser chamado para o meu lugar”⁹⁵.

(94) Devem ter encorajado Cotegipe e o animado a resistir, as garantias dadas pelo seu Chefe de Polícia, Desembargador Coelho Bastos, apelidado o *Rapa-côco*, que censurando a intervenção de Lucena junto a Deodoro, entendia que se devia deixar a êste “fazer o que lhe aprouvesse, porque o Governo contava com forças para esmagá-lo ao menor sinal de rebeldia” (Tobias Monteiro, *op. cit.*).

(95) Tobias Monteiro, *op. cit.*

Iniciou os debates o Visconde de Pelotas, mas limitando-se, por enquanto, a queixar-se de êle e Deodoro não se terem podido avistar com o Imperador, apesar das melhoras que êste colhia em seu repouso da Tijuca, concluindo daí que o Soberano estava sendo seqüestrado pelo Gabinete e se tornara uma espécie de seu verdadeiro prisioneiro, acessível apenas aos amigos do Governo.

De fato, era essa uma queixa generalizada, sendo corrente a versão de que o Presidente do Conselho o conservava de propósito afastado de todos e de tudo para melhor absorver e concentrar em suas mãos os assuntos do Estado, tornando-se, assim, como o chamara o *O País*, numa espécie de "Imperador interino". Os políticos e todos aquêles que em geral se haviam habituado a ser recebidos pelo Monarca nas célebres audiências da "varanda de São Cristóvão", sem qualquer protocolo ou espécie de dificuldade, dificilmente se conformavam agora com a segregação em que o tinha o Governo, não bastando para justificar aos olhos do público uma tal situação o fato de o Imperador ter estado doente — tanto mais quanto os boletins médicos, a *entourage* do Paço e o próprio Governo diziam que o Monarca se encontrava já em franca convalescença.

Respondendo a Pelotas, Cotegipe limitou-se a dizer que tudo o que fazia o Governo era poupar simplesmente a saúde do Imperador, a igual do que faria quem quer que fôsse com um doente cujo estado não consentisse receber os incômodos de visitas; mas que Sua Majestade não se recusaria certamente a receber, com a benevolência de sempre, todos aquêles que pedissem para vê-lo.

Seguiu-se com a palavra Cândido de Oliveira, liberal de Minas Gerais, que num longo discurso censurou sevemente o Governo por todos os erros cometidos nessa

questão com os militares, pela falta de providências adequadas quando ela estava ainda no comêço, e o seu silêncio diante de certos fatos e a política de “incertezas e vacilações” com que sempre agira. Voltou à tribuna o Presidente do Conselho, que em resposta às críticas de Cândido de Oliveira no que se referia às punições sofridas por Cunha Matos e Madureira, explicou que a pena imposta ao primeiro dêsses oficiais o fôra, não por haver êle insultado o Deputado Simplício, mas por se ter permitido criticar atos do então Ministro da Guerra, Conselheiro Alfredo Chaves; assim também com relação a Madureira, que havia sido punido pelas críticas que fizera a Franco de Sá. À observação de um senador, de que Madureira criticara não pròpriamente o Ministro da Guerra, pois já não o era mais por essa ocasião Franco de Sá, mas apenas o senador, replicou Cotegipe, com a sua costumada presença de espírito, que de fato Franco de Sá não era mais ministro quando Madureira o atacara, mas o ataque visara atos que o outro praticara como tal.

Acudiu então Henrique d'Ávila, liberal do Rio Grande do Sul, dizendo que Madureira não se referira, em seu artigo do *A Federação*, a atos do “ministro”, mas às palavras pronunciadas da tribuna do Senado pelo “senador” Franco de Sá; e que a pena que lhe fôra imposta traduzia apenas um capricho do Govêrno. Respondeu-lhe Cotegipe que todo capricho do Govêrno consistia em manter a sua fôrça moral; que a decisão do Conselho Supremo Militar não o obrigava a anular as penas impostas aos dois oficiais, mas que apesar disso o Govêrno talvez o tivesse feito se não fôra a pressão que sofrera, e que sob pressão êle não cederia.

A essa altura Cotegipe era praticamente envolvido pelos apartes de seus adversários, empenhados todos em confundi-lo no emaranhado dos mais especiosos argumentos. E o punham na situação de ter que se definir: se a legislação militar que punia os oficiais que criticavam seus superiores estava de fato de pé, como entendia o Governo, então deviam ter sido punidos Deodoro e Pelotas, quando assinaram ambos o Manifesto de 14 de maio.

“O Governo não teme ameaças”, respondeu Cotegipe.

Mas não era disso que se tratava, volviam os seus adversários, mas da não punição d’esses dois oficiais-generais. O Visconde de Pelotas tinha imunidades, como senador, mas tal não se dava com o Marechal Deodoro que, entretanto, nada sofrera. Defendendo-se, repetia Cotegipe que se havia ameaças no Manifesto de 14 de maio, êle não as temia. Mas não o deixavam sossegado. Cândido de Oliveira insistia, dizendo que os dois marechais eram passíveis de culpa pelo Código Criminal — e não tinham, apesar disso, sido punidos.

“Em que artigo do Código?” indagava Cotegipe fingindo-se de ignorante. “Será no que trata da liberdade de imprensa? Entende V. Ex.^a que o nosso colega deve ser submetido a Conselho de Guerra?”

Acuado, em dificuldade para responder aos apartes que lhe choviam de todos os lados, Cotegipe desviava o debate, esquecendo propositalmente o nome de Deodoro para obrigar seus adversários a dizerem que Pelotas devia ser punido, apesar de sua qualidade de senador, quer dizer, com violação de suas imunidades parlamentares. Mas os outros não se deixavam confundir. Volvia Henrique d’Ávila, pondo o Presidente do Conselho diante do dilema: ou êle mandava Deodoro a Conselho de Guerra ou confessava que não tinha fôrças

para tanto e se demitia do Govêrno. Cansado de lutar, num esgrimir que não acabava mais, defendendo-se em tôdas as direções das cutiladas de seus adversários, Cotegipe acabou por encerrar o debate: desceu da tribuna declarando entre sorrisos:

“Pois não me demito nem o submeto a Conselho de Guerra!”

Falou ainda Viriato de Medeiros, liberal do Ceará, aconselhando o Presidente do Conselho a mandar anular as punições impostas a Cunha Matos e a Madureira — “e com isso V. Ex.^a não fará mais do que cumprir a lei”, dever que competia antes de tudo ao Govêrno. Para Viriato, o que desmoralizava o País era a falta de cumprimento das leis. Mandasse Cotegipe anular as notas desabonadoras ou submetesse os dois oficiais a Conselho de Guerra, e tudo se acabaria.

Chegou por fim a vez de Pelotas. Muito senhor de si, a voz firme, o tom marcial mas sereno, começou por se confessar entristecido vendo que o Presidente do Conselho terminara seu discurso rindo-se, quer dizer, não dando importância ao grave momento que se estava atravessando. Disse depois que Cotegipe, confiado no seu valor e ostentando a sua valentia — “pois já nos disse que não tem medo”, o deixava cheio de apreensões, porque um dos dois, ou êle ou o Presidente do Conselho, estava enganado nessa questão. Queria bem que fôsse êle quem se enganava, mas... Entrando depois em várias considerações, terminou seu discurso em termos de verdadeira provocação, desafiando o Govêrno a que o submetesse a Conselho de Guerra, para o que se despia desde logo das suas imunidades parlamentares; e dando claramente a entender que, a persistir o Presidente do Conselho em sua “ vaidade e teimosia ” poder-se-ia bem chegar à abdicação do Imperador — ou, em outras palavras, à derrocada das instituições monárquicas:

“O nobre Presidente do Conselho sabe bem que foi uma revolução que fêz abdicar o Sr. Dom Pedro I, e o fato é hoje aceito. Peço encarecidamente ao Sr. Presidente do Conselho que reconsidere o seu ato por amor dêste País, não para satisfação minha, que pouco valho; solva essa questão de um modo honroso e digno. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar do nobre Presidente do Conselho confiar na fôrça armada que terá à sua disposição. Tais serão, porém, as circunstâncias, que bem possível é que ela lhe falte. Reconsidere o nobre Presidente do Conselho o seu ato, por amor dêste País e quem sabe se por amor às instituições”.

Cotegipe replicou com eloquência, repetindo que o Ministério apenas exigia a observância de uma formalidade legal para fazer justiça a quem de direito. E quanto às ameaças do general, limitou-se a dizer, com grande dignidade, que *o Govêrno estava no seu pôsto e o nobre senador não estava no seu*. Terminou fazendo um apêlo ao passado e às responsabilidades de Pelotas, concitando-o a não se pôr à frente de uma sedição militar.

*

“Lendo os anais, diz Tobias Monteiro, sente-se que a atmosfera do Senado era opressiva. Foi então que se levantou Saraiva e disse que apesar de ter evitado sempre discutir a questão militar, vinha perguntar se não haveria um meio de conciliar o Govêrno e o Exército, concitando Cotegipe e Pelotas, bem como os seus amigos, a procurarem uma solução para uma crise tão assustadora”⁹⁶. A essa idéia de conciliação lançada por Saraiva animou-se Afonso Celso de Assis Figueiredo, senador liberal por Minas Gerais⁹⁷, a fazer uma tenta-

(96) *Op. cit.*

(97) Apesar de só ter sido feito Visconde de Ouro Preto em 13 de junho de 1888, passaremos a chamá-lo, daqui por diante, por Ouro-Preto, nome pelo qual ficou conhecido e se integrou em nossa História.

tiva de composição, “a fim de evitar perturbação da ordem, dirá êle mais tarde, e a mudança de Ministério ou de situação política fora das normas constitucionais”.

Depois de se entender ali mesmo com Silveira Martins, aproximou-se Ouro-Prêto de Cotegipe, a quem perguntou se o Gabinete aceitaria a mediação que êle e o seu colega do Rio Grande do Sul desejavam oferecer-lhe. Que sim, respondeu Cotegipe depois de alguns instantes de reflexão, se não lhe propuserem o que êles não fariam se fôsem Govêrno. Saíram então os dois senadores liberais à procura de Pelotas, que já se havia retirado do Senado. Foram encontrá-lo em seu aposento do Grande Hotel da Lapa, e aí assentaram que o que se tinha a fazer era propor uma manifestação do Senado aconselhando o Govêrno a promover o tranca-mento das notas de censura aos dois oficiais, independentemente de solicitação dos interessados. Seria dar aos militares plena satisfação, com a única diferença de que a iniciativa partia do Senado em vez de o ser do Gabinete⁹⁸.

Saiu Ouro-Prêto à procura de Cotegipe, para inteirá-lo da solução adotada. Não o encontrando em casa deixou dito, num bilhete, que esperava, ainda naquela noite, por uma resposta, isto é, se aceitava ou não o que ficara combinado com Pelotas e Silveira Martins. A resposta de Cotegipe não tardou em vir. “O Ministério, dizia êle, aceita o meio lembrado por V. Ex.^a, mas parece-me que devemos acordar prèviamente nos têrmos

(98) A primeira coisa de que se lembraram Ouro-Prêto e Silveira Martins foi de um projeto de lei dando efeito retroativo à Resolução Imperial de 3 de novembro de 1886, que aprovara o parecer do Conselho Supremo Militar, o que daria ao Govêrno a faculdade de anular as notas desabonadoras, já que êle entendia não poder fazê-lo porque tais notas haviam sido dadas anteriormente àquela Resolução, ou melhor, ao parecer do Conselho Supremo. Mas Pelotas ponderou que seria êsse um processo moroso, e que “o Exêrcito estava impaciente” (Magalhães Júnior, *Deodoro*). Foi quando sugeriram a intervenção pura e simples do Senado.

da moção; e quem melhor a pode redigir do que V. Ex.^a? É o que lhe peço⁹⁹.

Redigiu então Ouro-Prêto o documento, em forma de requerimento, ficando combinado que êle seria assinado unicamente por Silveira Martins, o qual se incumbiria também de apresentá-lo ao Senado. Pronta a sua redação, foi levado a Cotegipe, para receber a sua aprovação, o que êle deu, sugerindo apenas que em vez de se dizer “o Senado *aconselhe* o Govêrno”, se dissesse “o Senado *convide* o Govêrno”. Ficou redigido nos seguintes têrmos:

“Requêiro que à vista da Imperial Resolução de 3 de novembro de 1886, tomada sôbre consulta do Conselho Supremo Militar de 18 de outubro do mesmo ano, o Senado convide o Govêrno a fazer cessar os efeitos das penas disciplinares, anteriormente impostas a militares por uso indevido da imprensa, fora do caso especificado na consulta do Conselho Supremo, como contrário à disciplina no Exêrcito”.

(99) Tobias Monteiro, *op. cit.* — O fato de Cotegipe sugerir que fôsse Ouro-Prêto o redator da moção, daria margem a que se dissesse que ela fôra feita a *pedido* do Presidente do Conselho. Mas sabe-se hoje, pelo próprio Ouro-Prêto, que a idéia partiu de sua exclusiva iniciativa.

João Alfredo prepara-se para assumir o Governo

Ao voltar a casa depois da sessão do Senado, nesse dia 18, encontrou João Alfredo um bilhete de Cotegipe, pedindo que o fôsse ver na Secretaria de Estrangeiros¹⁰⁰, situada então no Largo da Glória, num palacete que fôra do Comendador Bahia, sogro do Marquês de Abrantes. Ali encontrou todos os ministros de Estado, mais o Conselheiro Paulino de Sousa, senador pela Província do Rio. Estava também o Desembargador Lucena. Chamando êste à parte, expôs-lhe João Alfredo a extrema gravidade da situação, com o Ministério colocado diante de um *ultimatum* militar e pôsto em condições de que só difficilmente poderia safar-se. A moção de conciliação que se estava preparando para ser apresentada no Senado, de nada valeria se não pudesse contar com a aprovação de Deodoro, que mais do que Pelotas era o homem da situação. Nessas condições, pedia que Lucena o fôsse procurar para preparar-lhe o espirito e predispô-lo a aceitar a solução conciliatória sugerida pelos liberais.

Partindo Lucena, procedeu Cotegipe a uma espécie de consulta entre os presentes, no sentido de dar cada um a sua opinião sôbre se devia ou não o Ministério retirar-se, em vista das condições quase insustentáveis em

(100) Cotegipe, como se sabe, era Ministro dos Negócios Estrangeiros no Gabinete a que êle mesmo presidia.

que se vira pôsto. Votaram pela retirada: Belisário de Sousa, Ministro da Fazenda; Barão de Mamoré, Ministro do Império; Mac-Dowell, da Justiça; e Frederico Castrioto, da Marinha; Ribcíro da Luz, Ministro da Guerra, achava que o Ministério devia ficar, pois, o Exército, dizia, continuava fiel ao Govêrno. E quanto a Rodrigo Silva, da Agricultura, entendia que não podia opinar, estando no Ministério apenas há uma semana.

Paulino de Sousa era pela retirada do Gabinete, fazendo-a, entretanto, depender de uma sondagem prévia a ser feita no Senado, talvez numa sessão secreta, para saber-se exatamente se a moção que ia ser ali apresentada por Silveira Martins tinha ou não probabilidade de ser aprovada por grande maioria, “em têrmos e condições que desse fôrça ao Govêrno”. Falou, por último, João Alfredo, que não se manifestando abertamente sôbre o mérito da questão, limitou-se a dizer que o Senado por certo aprovaria a moção dos liberais, muito embora êle achasse que lhe faltava para isso autoridade, pois a moção valeria, no fundo, por uma censura ao Govêrno, coisa que era da alçada da Câmara e não do Senado. Por outro lado, tinha dúvidas sôbre se a razão estava realmente com o Gabinete, pois era exato que alguns oficiais sofriam penas disciplinares por atos que o Conselho Supremo Militar considerara lícitos e inocentes. No fundo, terminou, tudo não passava já agora de simples formalidades, uma vez que o Govêrno se mostrava disposto a anular as notas desabonadoras, ainda que o não requeressem os interessados.

Semelhante atitude de João Alfredo não foi desde logo exatamente compreendida, e só posteriormente é que se veio a saber que já nessa altura, antevendo as dificuldades que Cotegipe teria para se manter no Poder, êle se preparava para substituí-lo. E que nessas condições o interessava menos saber como aceitaria Deodoro

a solução conciliatória proposta pelos liberais, do que o que faria ou deixaria de fazer o marechal se êle, João Alfredo, fôsse chamado para organizar um Ministério. Tanto que ao pedir a Lucena que fôsse ter com Deodoro para predispô-lo a accitar a moção do Senado, encarregara-o também de sondá-lo sôbre se, no caso em que êle, João Alfredo, fôsse chamado para organizar um nôvo Govêrno, o marechal obteria que os coronéis Cunha Matos e Madureira requeressem o cancelamento das notas. Aliás, era isso o que interessava realmente a João Alfredo saber de Deodoro.

João Alfredo iria contestar mais tarde que tivesse dado essa incumbência a Lucena, apesar das reiteradas afirmações dêste. Mas, tivesse ou não, o fato é que Lucena, ao avistar-se nessa noite com Deodoro, interpelou-o a respeito, admitamos como coisa sua, transmitindo a resposta num bilhete que deixou pouco depois em casa de João Alfredo e no qual dizia:

“Alfredo — dou-te conta da comissão e não te espero porque já é tarde e não sei quando voltarás. O Deodoro assegura que se fôres chamado a organizar o Gabinete, os officiais requererão o cancelamento das notas, mesmo porque querem provar que o Exército não é indisciplinado e que se se colocou na posição em que se acha, tornando-se incompatível com o atual Gabinete, não foi por culpa sua. Assegura ainda que, dada a mudança, o Govêrno deverá considerar terminada a questão, e poderá contar inteiramente com o Exército. — Lucena”¹⁰¹.

Não se sabe como, talvez por indiscrição da *entourage* do marechal, Cotegipe teve conhecimento dessa sondagem de Lucena em tôrno de sua possível retirada do Govêrno, assim como das boas disposições de Deodoro para com João Alfredo, caso êste fôsse chamado para organizar um Ministério. E, naturalmente, não

(101) Tobias Monteiro, *op. cit.*

gostou, mostrando-se mesmo ressentido não só com João Alfredo como sobretudo com Lucena, seu velho amigo e compadre. Queixou-se de que êste, à sua revelia e por assim dizer nas suas costas, prevendo-lhe a queda, estivesse a preparar o terreno para o seu substituto, que embora conservador como êle, era, naquele momento, um seu adversário político, como chefe da dissidência conservadora do Senado.

Mas o que sobretudo decepcionou Cotegipe, ao ter conhecimento dessa resposta de Deodoro, fôra ver que a incompatibilidade que se abrira entre êle e o Marechal Deodoro era realmente absoluta, intransponível e inconcertável, e que pouco ou nada valeriam, já agora, medidas ou soluções conciliatórias, simples paliativos, de condições precárias, que amanhã ou depois, diante de uma nova "questão militar" ficariam reduzidas a nada. Nessa guerra que Deodoro vinha movendo desde o Rio Grande do Sul contra Cotegipe, o marechal avançara demasiado para poder agora recuar. E, o que era pior, também não podia parar. E não parar significava, para um homem como Deodoro, irrequieto, impulsivo, com o espírito envenenado, despeitado por não poder impor sua vontade, ir até aos extremos, mesmo até à derrubada da Monarquia, para o que não lhe faltavam incentivos, nem elementos que o empurrassem para a frente, explorando os seus sentimentos de patriota e de soldado brioso. Abrindo-se por essa época com o seu compadre Lucena, êle dizia que Cotegipe não o conhecia e "continuava pensando que o havia de vencer com picuinhas e matreirices; que o Presidente do Conselho devia saber que êle não fazia *baianadas* de 2 de julho¹⁰², que o Sr. Quintino Bocaiúva lhe propusera que fôsse candidato ao Senado,

(102) Num gesto de ostentação de fôrça, Deodoro queria referir-se, possivelmente, à rendição do General Madeira às Fôrças brasileiras, efetuada em 2 de julho de 1823 na cidade da Bahia.

mas que nunca aceitara uma candidatura com o lema de combate à Monarquia, pois que era ainda um sustentáculo do trono. Mas que estava agora receando que um dia pudesse chegar a todos os extremos, até à República, e principalmente até à Abolição, pois que não deviam empregar o Exército, como se estava fazendo, em caçar escravos”¹⁰³.

(103) Flávio Guerra, *Lucena, um estadista de Pernambuco*.

O ministério "arranhado"

O debate Pelotas-Cotegipe dera-se no Senado no dia 18 de maio. O dia seguinte fôra um feriado. Assim, sòmente no dia 20, é que Silveira Martins apresentou o seu requerimento, em tôrno do qual se travou logo um grande debate, um dos mais memoráveis que se deram no Senado do Império, e no qual o Barão de Cotegipe, embora já bem idoso e no fim de uma longa e movimentada carreira política, deu prova do que êle sempre fôra: um dos mais brilhantes, dos mais vivos e dos mais sagazes parlamentares brasileiros.

No correr dêsse debate logo se viu que os liberais, partido da opposição, se apresentavam divididos em duas correntes: uma inspirada pelo Conselheiro Dantas francamente contrária à moção, no propósito, evidentemente, de embaraçar ainda mais o Gabinete e forçá-lo assim a demitir-se; e outra a cuja frente se collocavam os dois senadores autores da indicação, apoiados por Saraiva e Francisco Otaviano, defendendo a solução conciliatória e, por aí, procurando salvar o Ministério, muito embora se tratasse de adversários seus.

Tanto Ouro-Prêto como Silveira Martins se collocavam sob o mesmo ponto de vista patriótico: punham de lado tôda e qualquer ambição partidária para se preocuparem apenas com a defesa do regime e da Constituição do Império. Na opinião de ambos, o Partido

Liberal não podia desejar o Poder por meio de um pronunciamento militar. "Não queria o Poder pelo caminho que lhe abrissem as espadas e as baionetas do Exército, preferindo perpétuo ostracismo" declarou corajosamente Ouro-Prêto, bem longe de pensar que pouco mais de dois anos depois êle seria vítima, e com êle a Monarquia, dessas mesmas espadas e baionetas. Silveira Martins não foi menos incisivo: "Se existe crise, disse êle, não é de partido, é das instituições, e o Partido Liberal não assalta o Poder por meio de pronunciamentos militares".

Abriu pròpriamente o debate Franco de Sá, senador liberal pelo Maranhão, perguntando se o Governò aceitava o convite feito no requerimento de Silveira Martins. Cotegipe respondeu que o Senado podia aprová-lo, ficando a manifestação do Governò para depois. Resposta hábil, porque se êle dissesse desde logo que aceitava o convite e o requerimento fòsse depois rejeitado pelo Senado, o Gabinete se veria na obrigação de demitir-se, apesar de não ser função do Senado emitir votos de confiança. Mas Franco de Sá não se contentou com essa resposta evasiva de Cotegipe: logo voltou admirando-se de o Presidente do Conselho dizer que o requerimento podia ser aprovado, pois se tratava de uma questão política e o mesmo Cotegipe se havia oposto, o ano passado, a que o Senado se manifestasse sòbre matéria política possível de ser interpretada como voto de desconfiança ao Governò. Estranhava, por outro lado, que essa indicação fòsse feita por um membro do Partido Liberal e sem consulta ao partido. Porque, de duas uma: ou era apresentada para salvar o Gabinete, e neste caso não devia sê-lo por um membro da opposição; ou era para derrubá-lo, quando então não podiam apoiá-la os que estavam com o Governò. Mas, em qualquer dos casos, a indicação não podia ser discutida no Senado, porque não competia

a êste tomar atitudes políticas. Protestava, portanto, contra um tal precedente, que invadia atribuições da Câmara dos Deputados. Concluiu afirmando que não se tratava de crise das instituições, mas unicamente de uma crise ministerial.

Seguiu-se com a palavra o Senador Taunay, futuro visconde dêsse nome, conservador de Santa Catarina. Começou por dar razão, (Taunay era um suboficial reformado do Exército) em princípio, a todo official que, insultado em sua honra, não podia, evidentemente, esperar que lhe dessem licença para responder ao insulto. -Seria o mesmo que "receber uma bofetada e ir pedir autorização para repeli-la". Contudo, entendia que diante da gravidade da situação, invocar questões regimentais era estar a perder tempo com argumentos bizantinos. Estava-se "com gente armada às portas", na iminência de um conflito que podia trazer derramamento de sangue brasileiro, e não se compreendia que se estivesse a prolongar indefinidamente essa ansiedade. O requerimento apresentado valia como uma medida de interêsse nacional e não partidário, e como tal devia ser aceito. Falou em seguida Cândido de Oliveira, senador liberal de Minas Gerais, para insistir em que a moção de Silveira Martins equivalia a um voto de desconfiança ao Govêrno, apoiando os argumentos de Franco de Sá no sentido de entender que ela devia ter tido origem na Câmara dos Deputados. Além do mais era uma medida que colocava o Senado em situação humilhante, de súplica, o que só podia servir para ferir de morte o Gabinete, "não hoje, não amanhã, talvez, mas com certeza em breves dias".

Francisco Otaviano, senador liberal pela Província do Rio, aceitava a indicação de Silveira Martins porque não era mais tempo de discussões estêreis, fazendo-se urgente medidas que evitassem as consequências sangui-

nolentas que a questão ameaçava. Achavam que o Senado não podia opinar sobre ela? Mas em outros tempos o Parlamento entrava mais profundamente na administração do Estado, e ninguém o acusava de sair das suas normas legais. Em todo o caso, se o Presidente do Conselho julgava que, aceitando a moção liberal, impunha-se, como parecia, a retirada do atual Gabinete, Cotegipe podia dizer que o seu Waterloo fôra a batalha mais brilhante de quantas havia travado.

Levantou-se em seguida Ouro-Prêto. Começou por dizer que o requerimento objeto de discussão não visava a retirada do Gabinete, mas unicamente resolver a crise, que contrariamente ao que se havia dito ali, não era ministerial, mas nacional. Fôsse ela ministerial e êle não se levantaria para sustentar a moção que se discutia: seria um dos que a combateriam. Mas se o Gabinete conservador tivesse que se exonerar nas circunstâncias presentes, quem poderia assumir o Poder? Um outro Ministério conservador? Não resolveria a crise, pois se encontraria nas mesmas condições do atual. Um Gabinete liberal? Mas nenhum liberal haveria de querer que o seu partido chegasse ao Poder "pelo caminho que lhe abram as espadas e as baionetas do Exército". E acrescentou: "quanto a mim, não aceitaria semelhante hipótese. Preferia o perpétuo ostracismo".

Seguiu-se com a palavra Silveira Martins, para defender a moção, ou melhor, o requerimento que apresentara. Seu discurso se dividiu em duas partes: uma respondendo às críticas de Franco de Sá e de Cândido de Oliveira no que se referia à questão de processo, isto é, se cabia ou não ao Senado ocupar-se da matéria; e outra parte afirmando que a crise, se ela de fato existia, não era de Ministério, era de Governo; não era de partido, era de instituições. Ela resolvida, e o Ministério poderia naturalmente ser substituído por outro sem nenhum abalo

para o País, como havia sucedido até então. “Mas derribado o Ministério por um pronunciamento militar, que partido assumiria o Poder apoiado nas baionetas dos soldados? Um Ministério conservador? Impossível. Seria derrocado pela tropa, não o Ministério, mas o Partido Conservador que o sustentava. Um Ministério liberal? Também impossível. O liberalismo se apoiava na opinião pública, não assaltaria o Poder por pronunciamentos militares. Portanto, em qualquer hipótese seria um Governo de usurpação, que as Províncias não reconheceriam. E em vez da ordem que vinha até então dominando no Império, começaria o reinado da anarquia.

Falou ainda Dantas, liberal da Bahia, para dizer que o requerimento, moção ou indicação que se estava discutindo era, realmente matéria de salvação pública, a que o Senado não podia ser indiferente e o Governo não podia fugir, devendo êste curvar-se à decisão que fôsse tomada. Quanto a êle, Dantas se limitava a protestar contra o precedente que se abria no Senado com a aceitação dessa indicação.

Ergueu-se, por fim, o Presidente do Conselho. Expôs as razões pelas quais declarara que o Senado podia aceitar a indicação, fazendo uma resenha dos fatos que a haviam precedido e lhe dado origem, isto é, a sugestão conciliatória de Saraiva, na sessão do dia 18, no sentido de se resolver a questão de modo digno para ambas as partes, a intervenção de alguns chefes liberais junto ao Ministério, propondo a adoção de uma medida por intermédio do Parlamento e a declaração por êle feita, aceitando essa intervenção. Aceitou-a, acrescentou, porque “o Ministério não se importava de sair com alguns arranhões na dignidade, contanto que se evitassem futuros e maiores males” — e se evitassem também abalos e desgostos ao Imperador, atendendo ao “estado mórbido” em que êle se achava. Concluiu dizendo que se o

Senado aprovasse a indicação, o Ministério não se consideraria rebaixado — pelo contrário, julgar-se-ia honrado e se comprometia a esquecer os nomes de todos que "figuraram direta ou indiretamente nessa lamentável questão".

O requerimento de Silveira Martins foi então aprovado, contra os votos dos liberais Silveira da Mota, Lima Duarte, Fernandes da Cunha, Cristiano Ottoni, Dantas, Barão de Maróim, Cândido de Oliveira, Franco de Sá e do conservador dissidente Domingos de Jaguaribe, futuro visconde dêsse nome.

Prossegue a questão militar

Com a decisão adotada no Senado, decidiu o Governo, finalmente, cancelar as famosas notas desabonadoras. Pergunta-se, então: ficou, acaso, com isso, encerrada a questão militar? Foi essa, a bem dizer, a opinião geral. Inclusive a de um dos principais fautores dessa questão, o Tenente-Coronel Sena Madureira, que em carta ao Capitão Castelo, de junho de 1887, não quis deixar de regozijar-se pela solução adotada. "Convosco e com os nossos distintos camaradas da guarnição do Rio Grande do Sul, dizia êle, jubiloso me congratulo pelo brilhante e pacífico desenlace da nossa questão".

Seria, porém, ingenuidade supor que os militares que cercavam Deodoro e eram por êste encorajados, Madureira inclusive, voltassem tranqüilamente para os seus quartéis e renunciassem às aspirações políticas, somente porque haviam tido ganho de causa nessa questão. Ganho de causa não pròpriamente no caso do cancelamento das notas, pois moral e pràticamente êles já haviam obtido êsse ganho com a decisão condenatória do Conselho Supremo Militar, mas sobretudo na imposição de uma solução humilhante e vexatória para o Governo, obrigando-o, evidentemente a contragosto, a curvar-se diante das imposições dos militares. Péssimo precedente, porque valia pôr a situação política do País na dependência também do Exército. "Daí em diante, dirá, anos depois, um dos nossos oficiais-generais, ficou todo o

mundo certo de que a situação política do Brasil dependeria da classe militar”¹⁰⁴. Precedente que infelizmente se iria tornar pacífico e corrente pelos anos vindouros ou, mais exatamente, desde a implantação da República até aos nossos dias.

“A situação política, escrevia o Conde d’Eu ao pai, apesar do que dizem, não seria pior do que tem sido outras vêzes [...] se não fôsse o germe de indisciplina introduzido no Exército por causa de reclamações contra as censuras feitas a oficiais por terem escrito na imprensa. Essa disputa, que teve origem no mês de agôsto último, acabou por assumir um caráter por tal forma grave que o Govêrno se viu na obrigação, por um voto do Senado, de declarar não existentes as censuras que tinham sido objeto das reclamações. É um mau precedente”¹⁰⁵. Precedente tanto pior quanto de nada servindo para o restabelecimento da disciplina no Exército, mas ao contrário, como veremos adiante, colocava o Ministério numa situação tal de desprestígio, que valia por uma desmoralização de todo o Poder Civil da Nação, estivesse este nas mãos de quem estivesse e fôsse qual fôsse o motivo de desentendimento que êle tivesse com os militares.

Ao aceitar os bons ofícios interpostos pelos liberais para livrá-lo das garras dos militares, Cotegipe dissera que não se considerava humilhado, mas cheio de honras com a solução encontrada. Mas isso disse êle pensando dar uma satisfação à opinião política do País, salvando quanto possível as aparências ou iludindo-se a si próprio, porque todos compreenderam que êle não fizera senão capitular com uma confissão implícita da fraqueza de seu Govêrno, desprovido que estava de todos os elementos com que pudesse enfrentar os militares. Quanto

(104) A. Ilha Moreira, *Proclamação e fundação da República*.

(105) Carta de 17 de junho de 1887, cit. por Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*.

a isso, êle não iludia a ninguém. Num relatório mandado nessa época ao seu Governo, o chefe da divisão naval italiana na América do Sul, Almirante Mantese, dizia que o Barão de Cotegipe cedera não só para evitar complicações “ neste momento de grave estado de saúde do Imperador”, como porque lhe faltavam fôrças *per reprimere un movimento tumultuoso dell'Esercito, capitano da due influenti generali, il tenente-generale Visconte di Pelotas, senatore dell'Impero, ed il maresciallo di campo Deodoro da Fonseca*. Daí concluir o almirante italiano sôbre a “precariedade” da solução adotada, não só porque o Ministério, ferido em sua dignidade, não se conformaria com o vexame por que o haviam feito passar e iria procurar reabilitar-se perante a opinião pública, como porque os militares, que tinham saído vitoriosos da questão, tentariam tirar todo o partido disso, se necessário com novas ameaças e novas imposições ao Poder Civil da Nação. *Questo scioglimento della questione ritiensi precario, dettato esclusivamente dalla situazione politica attuale, e certamente ricomincerà, perchè il Ministero vinto vuol rifarsi, mentre l'Esercito vuol tirare il maggior partito dalla vittoria*¹⁰⁶.

Chegara-se, portanto, unicamente a uma transação, que podia servir para desafogar por algum tempo o ambiente, mas não resolvia o fundo mesmo do problema. Porque a chamada questão militar, pelo menos já nessa altura, não consistia mais em formas de processo, em interpretação de Avisos ministeriais ou de regulamentos militares, discussão algo bizantina, como dissera Taunay no Senado, sôbre a quem caberia a iniciativa de cancelar as notas desabonadoras, que todos estavam fartos de saber que não tinham mais nenhum efeito. A verdadeira questão militar não era isso: era o divórcio que se havia

(106) Arquivo do Ministério da Marinha da Itália.

aberto entre um Govêno gasto e desprestigiado e uma facção indisciplinada do Exército, que por falta de autoridade e meios de repressão dêsse mesmo Govêno, se fortalecia e se alastrava de dia para dia, para acabar por se tornar um elemento dissolvente da ordem pública e um fator de perturbação para a estabilidade das instituições vigentes.

O principal culpado de tudo isso era evidentemente o Ministério. Fôra êle que criara, a bem dizer, a chamada questão militar, com a atitude prepotente e tumultuosa do seu então Ministro da Guerra, Conselheiro Alfredo Chaves, num momento em que tudo se teria talvez resolvido com alguns conselhos ao Coronel Cunha Matos; e que, depois, não dispondo mais de autoridade nem de meios legais para se impor, teimava em manter-se no poder, persuadido de que tinha para isso a fôrça necessária, uma vez que o Imperador estava afastado, por doente, de todos os negócios do Estado e o Gabinete era, assim, o único senhor dos destinos do país.

Que a Questão Militar estava longe de ter sido resolvida, ter-se-ia a prova na própria confissão de Sena Madureira, que, ao contrário do que dissera pouco antes ao seu camarada Castelo, deixaria trair seu propósito de luta contra o poder civil quando voltaria a escrever-lhe, informando-o de que se cogitava de fundar clubes militares em tôdas as Províncias do Império, “no intuito de unir a classe para a defesa de nossos interêsses comuns e prepararmo-nos para *a luta que teremos de sustentar contra as becas*”. As becas, todos sabemos, eram os civis, neste caso os políticos, os bacharéis políticos, os paisanos ou os *casacas*, como eram geralmente chamados pelos militares, num tom de evidente desprezo.

Fundação do Clube Militar

De fato, não havia ainda no Brasil êsses centros político-militares que tanto mal iriam causar depois ao País, à disciplina das classes armadas e, sobretudo, ao Exército, terreno mais fácil de desagregação do que a Marinha, não só pelo grande número de seus integrantes, tirados das classes menos cultas da nação, e mais sujeitos por isso de serem desviados dos deveres profissionais, como pelo concurso mais direto e mais fácil que podia prestar aos políticos sem escrúpulos, sempre que êstes precisassem, para satisfação de suas ambições e apetites de mando, ameaçar "pôr a tropa na rua", segundo a expressão pitoresca de Pelotas.

Não havia assim nenhum clube militar na Côrte nem nas Províncias. Nos sessenta e poucos anos que se tinha de vida independente, ou desde que havia Exército no Brasil, ninguém havia ainda cogitado disso. É que as nossas classes armadas tinham estado quase todo êsse tempo entregues exclusivamente aos deveres e obrigações militares, fôsse nos quartéis e terrenos de treinamento, adestrando-se no manejo das armas, fôsse nos campos de luta ou de batalha em defesa da Pátria e da integridade do Império. Amparadas como estavam e sempre foram pelas leis e regulamentos militares; prestigiadas, como também sempre o foram, por todos os

Governos, pelo Imperador e as demais classes da Nação; e respeitadas, como ainda sempre o foram, pelo seu valor combativo, seu desinterêsse e comprovado patriotismo -- nunca nenhum dos seus elementos julgou necessário unirem-se em clubes ou movimentos de defesa, de supostos interêsses e direitos de cada um dêles, ou de privilégios e apanágios de tôda a classe. A idéia da criação dèsses clubes jamais passou, assim, por necessária, na cabeça de quem quer que fôsse.

Ela só germinou e criou corpo quando o Exército começou a ser invadido pelo vírus dissolvente da política. Quando começou a ser desviado dos deveres militares. Quando a disciplina em suas fileiras começou a ser solapada pela intromissão do elemento militar na vida civil da Nação. É dizer, justamente nessa época. Então, sim, pareceu necessária a fundação dessa espécie de centros de agitação político-militares, que a pretexto de defesa da classe não visavam, na verdade, outro propósito, aliás ostensivamente confessado, senão o de uni-la para a luta que anunciavam contra os civis, contra as becas, no dizer já referido de um de seus inspiradores, contra os bacharéis ou simplesmente contra os *casacas*. No sentido restrito contra os políticos, em sua grande maioria bacharéis, e no sentido largo contra uma grande parte da Nação, ou melhor, contra os cidadãos que não vestissem o uniforme militar.

A origem, pois, dêsse clube valia como uma definição do que êle era, ou melhor, do que seria, do que viria a ser de fato. Êle se traía também pela espécie de gente que lhe dava inspiração, e era justamente o grupo de oficiais rebeldes que ataçavam o Marechal Deodoro contra o Govêrno, agitando a bandeira da insurreição armada contra a autoridade constituída. Origem espúria, que iria mostrar, desde o seu primeiro dia de vida, o

que seria de fato êsse clube instalado na Capital do Império, quer dizer, mesmo nas barbas do Govêrno: um foco permanente de agitação política, numa atitude de constante desafio, e que não deixando embora de occupar-se dos interêsses pròpriamente da classe, se tornaria desde logo em centro de conspirações contra o Poder Civil, num fator perturbador da ordem e do sossêgo geral da Nação.

*

A idéia da sua criação nasceu numas reuniões que se fizeram em casa do Major Serzedêlo Correia, à Rua da Passagem, em Botafogo, por inspiração dêste, do Coronel Cândido Costa, do Tenente-Coronel Sena Madureira e do Major Marciano de Magalhães, irmão de Benjamim Constant. Isso por volta de junho de 1887. A essas primeiras reuniões estiveram presentes oficiais do Exército e da Marinha, porque embora já existisse um Clube Naval, de cunho puramente social e recreativo, uma das finalidades atribuídas ao nôvo clube era a união das duas classes militares. Pensou-se a princípio em criar não um, mas vários clubes em diferentes Províncias de Império, e no esbôço de seus estatutos, elaborados por Sena Madureira, se dizia que êles se destinavam a “estreitar ainda mais os laços de união entre a officialidade do Exército e da Marinha”. Mas logo se reconheceu a impraticabilidade da idéia; ficando então decidido que se instalaria apenas um, na Capital do País, onde seria plantada a “bandeira do protesto, possivelmente da revolução, tudo dependendo das circunstâncias”, conforme declaração do Tenente Tomás Cavalcanti quando se discutiram as bases do clube.

No fim dêsse mês de junho ficava definitivamente assentada a sua criação, para o que já se tinha obtido

a aprovação de Deodoro e de Benjamim Constant. Foi êle assim instalado a 26 do mesmo mês, numa sala cedida pelo Clube Naval, no antigo Largo do Rocio¹⁰⁷, com a presença de numerosos oficiais das duas classes, entre outros Deodoro, Pelotas e Maracaju, do Exército; e Jaceguai, Tefé e Custódio de Melo, da Marinha, para só falar dos oficiais-generais aí presentes. Wandenkolk, solicitado, excusou-se. Deodoro, como era de esperar, foi eleito seu presidente.

Apenas instalado, não tardou o Clube a enveredar pela política partidária, confirmando assim os verdadeiros propósitos de seus inspiradores. De fato, uma das primeiras coisas de que se ocupou foi da organização de uma *chapa militar* para as eleições senatoriais que iriam ter lugar na Província do Rio, para preenchimento do lugar deixado vago com a morte do Conde de Baipendi¹⁰⁸. Como era de esperar, foi escolhido como candidato do Clube o seu presidente, partindo essa idéia do Major Serzedêlo. Candidato, aliás, *sui generis*, porque ao mesmo tempo que aspirava a essa vaga no Senado, externava publicamente a opinião de que uma cadeira — generalizava: qualquer cadeira parlamentar — “numa e noutra Casa do Poder Legislativo, estava desmoralizada”.

Candidatura, naturalmente, de opposição, muito embora os seus partidários, como o próprio Deodoro, proclamassem que não tinha êsse caráter, afirmando que

(107) Posteriormente êle iria se instalar numa casa da Rua do Ouvidor, para depois se transferir para o Largo do Paço, onde se encontrava por ocasião da implantação da República.

(108) Já anos antes, isto é, em julho de 1881, alguns militares, tendo à frente o Capitão Marciano de Magalhães, irmão de Benjamim Constant, haviam tentado constituir um *partido militar*, com o fim de eleger militares para as duas Casas do Parlamento. Mas tudo se limitou à organização de uma chapa de três candidatos à Câmara dos Deputados, um por cada distrito da Côrte: o Capitão Augusto Roxo, o Chefe-de-Divisão A. Silveira da Mota (depois Barão de Jaceguai) e o Major Sena Madureira. Derrotados os três, a idéia de um partido militar morreu no berço.

ela não se apresentava filiada a nenhum partido, “abrangendo somente as idéias abolicionistas”. Era o que declarava o marechal a um redator do *O País*. Mas, apesar de tais afirmações, ninguém duvidava do caráter faccioso e puramente político de tal candidatura, visando não somente a angariar os votos dos abolicionistas (contra um Gabinete acusado de ser escravocrata), como de todos que lhe faziam oposição, fôsem liberais ou fôsem republicanos.

Era, pois, uma candidatura ostensivamente oposicionista ao Governo e ao Partido Conservador que detinha o Poder, e que, por coincidência, era o mesmo a que pertencia o candidato, com a particularidade ainda de que ia concorrer com uma lista tríplice de candidatos conservadores — Tomás Coelho, Andrade Figueira e Pereira da Silva, êste amparado pelo Gabinete. Mas nada disso tinha, no fundo, significação. Ou melhor, a significação estava unicamente na candidatura de combate dêsse marechal conservador contra um Gabinete também conservador, e presidido pelo chefe dêsse partido, o homem a quem o candidato acusava de ser o perseguidor do Exército. A candidatura de Deodoro foi lançada num manifesto publicado na *Gazeta da Tarde* do Rio, concitando a “todos os eleitores que não estivessem com o Governo a votar no marechal”, o qual encarnava, no dizer de seus lançadores, “o civismo de uma nação que quer ser livre e que despreza os Governos despóticos, filhos das maquinações dos palácios”.

Cabe aqui uma observação, e é que essa candidatura se apresentava não somente em oposição ao Governo, quer dizer, ao Gabinete que estava no Poder, mas também contra *os palácios*, de cujas “maquinações” êsse mesmo Gabinete era filho. Ora bem, os palácios só podiam ser dois, o de São Cristóvão e o Isabel, sendo o primeiro

a residência do Imperador e o segundo da princesa herdeira. Temos, pois, que o marechal saía a campo eleitoral não só contra o Governo como também contra o poder imperial, vale dizer, contra a Corôa. Ora, como conciliar essa atitude com as suas repetidas e ostensivas declarações não somente de fidelidade ao regime monárquico, como de dedicação, de amor e de submissão ao Imperador e à sua Família? A êsse Imperador que êle acusava agora de “maquinar” Gabinetes despóticos e antipatrióticos? A resposta só podia ser uma: tal candidatura, fora o que ela pudesse exprimir de desfôrço pessoal seu contra o Chefe do Governo, êsse Cotegeipe que êle já vinha “tiroteando” desde o Rio Grande do Sul, não interpretava em nada os sentimentos dêle próprio, o qual não figurava nesse pleito eleitoral senão como um títere nas mãos dos que se tinham apoderado de seu nome, abusando da sua tradicional boa-fé, da sua ingenuidade e falta de personalidade, para o lançarem contra essas mesmas instituições que êle jurara defender, que não se cansava de exaltar e de apontar aos jovens como um patrimônio que se precisava a todo o custo preservar.

Realizado o pleito, Deodoro não foi, é claro, eleito, coisa, aliás, que não surpreendeu ninguém, inclusive a êle próprio, que já tinha desde antes prognosticado a sua derrota. Conformados, os lançadores da sua candidatura declararam que ela havia recebido os votos de “todos os cidadãos independentes, os que haviam aplaudido a atitude patriótica do soldado brioso ante um Governo sem escrúpulo, autoritário e vingativo”. Podia ser. Mas não deviam ser muito numerosos êsses cidadãos independentes, pois seus votos não bastaram para dar a vitória ao candidato, que obteve apenas 1399 sufrágios contra 5558 dados ao menos votado dos outros três, Pereira da Silva, escolhido senador pela Corôa. E ainda

assim é preciso ter em conta que a grande maioria dos votos recebidos por Deodoro lhe foram dados pelos abolicionistas da Côrte¹⁰⁹ que eram naturalmente numerosos, numa expressiva reação contra o Gabinete “escravocrata” do Barão de Cotegipe.

(109) Como se sabe, a cidade do Rio de Janeiro, comumente chamada “a Côrte”, era um Município da Província do Rio, o “Município Neutro”, e como tal não tinha representação própria na Câmara e no Senado. Era aí representada pelos eleitos com a soma dos votos dados em tãda a Província, inclusive nesse Município Neutro.

O Imperador adoece gravemente

Essa eleição realizou-se em 17 de junho de 1887. Antes disso, ou seja desde o comêço do ano, a saúde do Imperador vinha declinando. Com a vida absorvente que levava, as muitas preocupações que o absorviam e o volume de trabalho que o sobrecarregava, querendo ver e ocupar-se de tudo, seu organismo acabou ressentindo-se. Aos 62 anos dava a impressão de um homem velho de corpo e de espírito, com a aparência de um ancião, barba e cabelos enbranquecidos, andar pesado e arrastado — o todo um ar de homem cansado. Contudo, não modificara em nada a sua vida de todos os dias; despacho com os ministros, audiências públicas, visitas às Repartições públicas, sua presença aos concursos e às aulas das Faculdades ou das escolas públicas, coisa a que se habituara desde os primeiros tempos do Reinado e que fôra sempre, para êle, motivo de distração. Mesmo quando se encontrava em Petrópolis, nos meses do estio, mais de uma vez se dava ao incômodo de descer para assistir a uma dessas provas, e ainda na véspera de ser deposto viera à Côrte para êsse fim.

Em janeiro de 1887 apareceram os primeiros sintomas inquietantes de que sua saúde não era boa. Assistia a um concêrto no Hotel Bragança, em Petrópolis, quando, sentindo-se menos bem, foi obrigado a retirar-se antes que o mesmo terminasse, o que logo chamou a atenção

dos presentes, por não estar isso em seus hábitos. Soube-se, então, no dia seguinte, que êle sofria de uma pequena congestão do fígado, acompanhada de alguma febre, a que não se deu, entretanto, maior importância. Ainda porque as informações colhidas em Palácio eram tranqüilizadoras. No dia seguinte não se teve notícias dêle. Mas o público começou a inquietar-se quando soube que dois clínicos haviam sido chamados do Rio para vê-lo, apesar de se encontrar em Petrópolis o seu médico de sempre, o Conde de Mota Maia. “Soube-se então que o Imperador estava gravemente doente”, informava o Ministro de Inglaterra¹¹⁰. Parece que a congestão do fígado se havia complicado com uma diabetes de que êle devera já sofrer desde algum tempo, mas que tanto o Imperador como o seu médico ignoravam. Chegou-se até a pensar que estivesse com febre amarela, que grassava então endêmicamente no Brasil.

Quinze dias depois sobreveio-lhe um segundo ataque, ficando então provado que êle estava atacado de uma febre palustre. Medicado com quinino, venceu facilmente essa segunda crise. “Entrou em franca convalescença, informava o ministro inglês, esperando-se que no fim do mês possa voltar às suas ocupações diárias”. Mas, percebendo, talvez, um pouco mais do que os médicos, vaticinava o representante de Inglaterra: “Seria, entretanto, uma ilusão pensar que o Imperador possa recuperar rapidamente a saúde e as anteriores condições de robustez com que todos o conheciam. A espécie de moléstia que atacou sua forte constituição poderá ser causa de inquietação para o futuro”¹¹¹.

De fato, no mês seguinte, fevereiro, sobreveio-lhe um terceiro ataque, êste bem mais grave do que os ante-

(110) Officio de 7 de janeiro de 1887.

(111) Officio de 7 de janeiro de 1887.

riores. “Tenho estado muito atormentada e aflita por ver o Imperador gravemente doente”, escrevia a Imperatriz à sua amiga Amandinha, Baronesa de Loreto, filha do Marquês de Paranaguá; “pode bem fazer idéia da falta que a minha filha Isabel me faz, particularmente nesta ocasião. Ela mandou-me ontem um telegrama de Nice, pedindo-me notícias do pai, o que logo mandei”¹¹².

A Princesa Imperial, o Conde d’Eu, e os filhos se encontravam nessa ocasião excursionando pela Europa. Haviam partido nos primeiros dias de janeiro dêsse ano, fato que foi então muito comentado — e explorado — não porque a herdeira partisse deixando o pai doente, visto que só pouco depois é que êle iria de fato adoecer, mas pelos motivos que se attribuiam a essa viagem. Apesar das reiteradas declarações do Conde d’Eu, de que não tinham outro objetivo senão o de visitarem seu pai, o Duque de Nemours, e tratar da saúde do filho mais velho, o Príncipe do Grão-Pará, não faltou quem attribuisse êsse seu afastamento do Brasil às divergências que se teriam aberto entre êle e o Imperador, a propósito da successão futura no trono, coisa que iria dar margem a muita especulação e da qual trataremos detalhadamente mais adiante.

Como o Imperador não melhorasse em Petrópolis, decidiram transportá-lo para um lugar perto de Entre-Rios, na mesma Província do Rio, a fazenda chamada das Águas Claras, distante uns 60 quilômetros de Petrópolis, e pertencente à família Sousa Leite. Lá estivera antes, por uma temporada, o Príncipe Dom Pedro Augusto, neto do Imperador. A 16 de abril voltava a Imperatriz a escrever à sua amiga Amandinha, já de Águas Claras: “No dia 16, às 11 horas da manhã, [o Imperador] teve nôvo acesso de febre, que durou algumas

(112) Max Fleiuss, *Páginas de História*.

horas. Ainda se sente muito fraco, e tem um pouco de amarelidão na pele, tudo devido ao fígado”. Uma semana depois nôvo ataque: “Não posso exprimir, voltava a Imperatriz, o quanto me aflige ver o Imperador sempre no mesmo estado. Deus permita que breve o possamos ver de todo forte e de saúde”.

Foi estar com êle, nessa altura, o Barão Seiller, Ministro da Áustria, em companhia de seus colegas belga e alemão. Dando suas impressões para Viena, dizia que ficara muito impressionado com o aspecto de Dom Pedro, “o qual mudou muito nas últimas três semanas que não tive ocasião de o ver. Envelheceu muito, está magro, o rosto abatido (*eingsfallene Gesichtszüge*) e não tem a mesma alegria de antes. Dá a impressão, às vêzes, de que tem dificuldade em falar”¹¹³. Mais ou menos a mesma impressão do ministro inglês, que também fôra vê-lo por essa ocasião e voltara muito impressionado com a face emaciada e amarelada do Imperador, e mais ainda com a dificuldade que parecia ter em exprimir seus pensamentos. Para MacDonnell o Imperador não se dava conta da gravidade da moléstia, alimentando a ilusão de poder entrar brevemente em convalescença, quando a verdade é que o seu estado de saúde era muito mais sério não só do que êle mesmo pensava, como do que pensavam ou faziam crer que pensavam os seus médicos assistentes. Não tanto em virtude da febre palustre que o assaltara, mas das complicações que daí resultavam num homem que sofria de diabetes. Essa questão de se saber se êle realmente sofria ou não de diabetes, foi um tema então muito controvertido, que só fêz aumentar ainda mais a desorientação do público, que não sabia afinal com quem estava a verdade.

(113) Offício de 24 de abril de 1887, no *Staatsarchiv*, de Viena de Austria, onde se encontram todos os demais officios da Legação da Áustria no Rio, citados de aqui para diante.

Offício do ministro inglês de 22 de abril de 1887:

“Os meios ligados direta ou indiretamente ao Paço continuam a afirmar que o Imperador não sofre de diabetes, enquanto todo o mundo está convencido de que a diabetes é a sua principal moléstia. A persistência da febre intermitente e a sua feição amarelada, já há cêrca de dois meses, são, dizem, conseqüências de uma completa desordem em seu organismo. [...] Se o Imperador não estivesse, de fato sofrendo de algum *morbid disease*, como afirmam os médicos do Paço, não precisaria então de maiores cuidados, e qualquer estudante de Medicina poderia tratar dêle com melhor sucesso do que os seus médicos assistentes. Por outro lado, se estivesse, na verdade, atacado de diabetes ou moléstia de Bright, então não há tempo a perder para confiar sua vida a mãos mais hábeis, dando-se tôda publicidade aos progressos feitos em suas condições de saúde”.

*

A incerteza em que se estava sôbre as verdadeiras condições de saúde do Imperador, sôbre que espécie de moléstia, afinal, êle sofria, tornava-se ainda maior e mais desassossêgo causava na opinião pública com o teor dos boletins dos médicos assistentes, lacônicos e contraditórios, repetindo diáriamente que seu estado era “satisfatório”, quando isso não combinava com as preocupações dos círculos do Paço, com o que se dizia cá fora e se comentava no meio clínico da Côrte. Voltava a escrever o Ministro de Inglaterra:

“O mistério que continua a cercar as condições de saúde do Imperador é inacreditável. Consentem um dia que êle receba os ministros para despachar, assim como outras pessoas, e todos o deixam chocados com as suas péssimas condições. Ao mesmo tempo publica-se um boletim dizendo que êle vai melhor e que fez um passeio de carro. No dia seguinte aparece uma notícia dizendo que o Imperador sofreu vários ataques de febre e que se encontra completamente prostrado. O alarma torna-se então geral, quase pânico, deixando o público suspenso, não sabendo o que pensar, nem o que esperar, uma impressão, aliás, igual à dos próprios médicos e conselheiros”¹¹⁴.

(114) Offício de 6 de maio de 1887.

Por sua vez o representante austríaco mandava dizer para Viena que a moléstia do Imperador se prolongava mais do que se esperava, e era mais séria do que faziam crer os comunicados oficiais. Ofício de 24 de abril de 1887:

“Se se fôr dar crédito a êsses comunicados, as condições de saúde de Sua Majestade seriam bastantes satisfatórias, a convalescença seguiria o curso normal e os ataques de febre seriam apenas a consequência da febre intermitente ou malária que o atacou. Se, ao contrário, se der ouvidos a outros médicos independentes, que têm opinião formada sobre a moléstia do Imperador, os ataques de febre de que êle sofre são uma consequência da diabetes e de sua moléstia de fígado. Diz-se que uma autoridade médica que o visitara há pouco tempo afirmara o seguinte: *se Sua Majestade não deixar o Brasil até o mês de junho, será um homem morto*”.

Vivia-se, assim, nesse jôgo de sim e de não, uns afirmando que êle sofria de diabetes, outros o contrário; uns que os ataques de febre provinham do fígado, outros que provinham da malária, como se a consequência de uma e outra coisa não fôsem afinal a mesma. Enfim, cada qual dava a sua opinião, ainda que dizendo tôda a sorte de absurdos sobre matérias de que nada entendiam. E com isso a opinião pública ia ficando cada vez mais desorientada. Para o ministro português os médicos do Paço, julgando-se obrigados pelo segredo profissional e obedecendo, por outro lado a ordens expressas do Imperador, ocultavam que êle sofresse de diabetes; mas, acrescentava o ministro, outros clínicos “mais distintos e mais sisudos”, asseveravam que o Imperador já sofria há anos “dessa terrível moléstia”. E acrescentava:

“Disse-me um desses médicos que sabia positivamente, não só pelo tratamento aplicado ao Imperador, mas pela própria confissão de um dos seus colegas do Paço, que Sua Majestade tinha diabetes, (...) Por outro lado, o Sr. Martins Pinheiro,

veador e camarista, formado em Medicina, assevera-me que o Imperador não tem diabetes. Mas tenha ou não tenha diabetes, o que é fora de dúvida é que o seu estado de saúde é grave e que o Augusto enfermo mal pode restabelecer-se sem um descanso que é incompatível com o exercício das funções de Chefe do Estado¹¹⁵.

(115) Ofício de 26 de abril de 1887, no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, onde se encontram todos os demais ofícios da Legação de Portugal no Rio, citados de aqui para diante.

O Imperador na Tijuca

Em rigor, não se podia dizer que êle estivesse exercendo essas funções, pois se encontrando por imposição dos médicos, praticamente afastado dos negócios públicos, limitava-se apenas a ouvir o Presidente do Conselho nas vêzes em que estava em condições de recebê-lo. Com isso, Cotegipe tinha em mãos, praticamente, a decisão de todos os assuntos do Govêrno, numa situação de privilégio como jamais tivera um outro Presidente do Conselho, nem mesmo o Marquês de Paraná, na época já remota da Conciliação.

Se, porém, na prática, o Imperador se encontrava afastado de todos os negócios públicos, oficialmente êle continuava a ser, para todos os efeitos, o Soberano, o Chefe do Estado, quando em rigor já se devera ter afastado do cargo, dada a sua comprovada incapacidade para exercê-lo. Mas, neste caso, criar-se-ia um problema de difícil solução: é que deixando de ser oficialmente o Chefe do Estado, essa função deveria passar a ser exercida por sua filha e herdeira, na qualidade de Regente do Império. Ora, acontecia, porém, que justamente por essa ocasião ela se encontrava na Europa, impossibilitada, assim, de substituí-lo. A menos que antecipasse sua volta ao Brasil, o que não estava, parece, em seus planos, ou fôsse chamada pelo Govêrno, contra o que se opunha o Imperador. Nessas condições, não

restava mesmo outra solução senão deixar tudo como estava. O regime atravessava, desta forma, uma situação de certo modo irregular e mesmo inconstitucional, que só podia desagradar ainda mais à opinião pública. Esta, não sabendo a quem acusar, — dizia o Ministro de França, — voltava-se contra os médicos do Paço, que além de se mostrarem incapazes de curar o Imperador, consentiam no prolongamento dum estado de coisas enganoso, que lançava a confusão no espírito público. “Não parecem estar à altura de suas responsabilidades”, ajuntava o ministro.

Impacientados com tudo isso, passaram os jornais a exigir que se ouvissem também outros facultativos, alguma sumidade médica do País. Chamaram então o Professor Tôrres Homem, cujo parecer, entretanto, longe de esclarecer o País, só serviu para aumentar ainda a confusão já existente, pois se por um lado dizia que as condições do Imperador eram satisfatórias, por outro confiava em roda íntima de amigos os seus receios pela saúde do Monarca. “Seja por segrêdo profissional, seja por qualquer outro motivo, informava o Ministro de Inglaterra, o diagnóstico que êle deu das condições de saúde de Sua Majestade é ainda mais obscuro, e produziu maior desapontamento do que os boletins fornecidos pelo Palácio”¹¹⁰. Por sua vez o Ministro de Portugal, procurando explicar o laconismo de Tôrres Homem, dizia que sendo o parecer destinado à publicidade, o Imperador, certamente o leria, razão porque Tôrres Homem não podia dizer tudo o que pensava sôbre a gravidade do estado do Soberano. Porque, na opinião dêsse professor, suas condições eram muito graves, sendo que outros médicos, “dos mais distintos”, achavam até que a sua vida se aproximava do fim; que os únicos meios eficazes para a prolongar seria o seu

(110) Officio de 8 de maio de 1887.

afastamento das funções de Chefe de Estado e a residência num país onde o seu tratamento pudesse ser auxiliado pelas influências climáticas¹¹⁷.

Não se conseguindo resultados satisfatórios em Águas Claras, fizeram o Imperador voltar para Petrópolis, e dali para São Cristóvão, numa viagem de 6 horas, que êle fez, aliás, relativamente bem, embora estivesse, ao chegar, quase exausto. Durante os primeiros dias de sua estada na Quinta tudo correu sem maior novidade; mas pouco depois sobreveio-lhe um nôvo ataque de febre. Decidiram então levá-lo para uma propriedade da Condêssa de Itamarati, na Tijuca, pouco distante do Rio, onde se instalou a 2 de abril. Era um lugar alto, cercado de muitas árvores, quase em plena floresta. Esperava-se que o ar vivificante da montanha lhe trouxesse os benefícios que não pudera colher na fazenda fluminense.

O ministro inglês escrevia para Londres, acentuando o tom pessimista de seus officios:

“Foi removido de São Cristóvão para a Tijuca. Essas repetidas viagens só têm servido para que os ataques de febre sejam mais frequentes, mais persistentes e mais irregulares desde que foi para a Tijuca. Além disso, sua capacidade de alimentar-se piorou muito, não podendo reter a mais pequena e a simples quantidade de comida. Dados êsses repetidos ataques de febre, apesar das várias mudanças de clima, os médicos concordaram em o transportar para a Europa, a fim de fazer aí um tratamento de águas. Mas não estão seguros de que êle possa suportar uma tão longa viagem”¹¹⁸.

Havia muito exagêro de parte do ministro inglês, porque a verdade é que os primeiros dias de estada na Tijuca foram extremamente favoráveis ao Imperador, conforme informava Von Seiller:

(117) Officio de 7 de maio de 1887.

(118) Officio de 6 de maio de 1887.

“A estada na Tijuca tem produzido resultados muito favoráveis na saúde de Sua Majestade. Suas condições gerais têm melhorado. Há oito dias que não se repetem os ataques de febre, e o apetite voltou, a ponto de Sua Majestade poder novamente alimentar-se. O Imperador faz passeios diários de carro com os seus médicos, e além disso está geralmente ao ar livre. Mas as forças que caíram muito em consequência de sua moléstia, ainda não lhe voltaram. Por isso Sua Majestade deve observar um repouso absoluto. As visitas foram suspensas por serem muito fatigantes para o Imperador, e as suas relações com os ministros estão reduzidas ao estrito necessário”¹¹⁹.

De um modo geral êle continuava praticamente afastado de todos os negócios do Estado, centralizando o Barão de Cotegipe, em suas mãos, a responsabilidade inteira do Governo. Nem era mesmo possível de outro modo, sobretudo num momento crítico como aquêle, quando atingia o máximo o desentendimento do Governo com os militares. Era, assim, da melhor prudência que o Imperador ficasse estranho a tais acontecimentos, os quais pela sua extrema gravidade, só podiam agravar novamente o seu estado de saúde. Justamente dois dias antes de o ministro austríaco remeter aquelas notícias para Viena, lançavam Pelotas e Deodoro o seu “Manifesto ao Parlamento e à Nação”, o “último apêlo”, diziam êles, que faziam ao Presidente do Conselho. E dois dias depois, isto é, a 18 de maio, dava-se o célebre debate no Senado, entre Cotegipe e Pelotas, no qual êste admitia a possibilidade de chegar-se, caso os militares não fôsssem satisfeitos em suas reivindicações, até mesmo à abdicação do Imperador.

(119) Offício de 16 de maio de 1887.

A Princesa Imperial na Europa

Três semanas depois de estar na Tijuca, as condições de saúde do Imperador eram francamente satisfatórias... — segundo informavam os boletins dos médicos, comunicava com uma ponta de ironia, o Ministro da Rainha Vitória. Contudo, acrescentava, seu enfraquecimento era tal, que começavam a manifestar-se sintomas de anemia cerebral, de lapsos de memória, o que o representante inglês atribuía às condições de reclusão absoluta em que Cotegipe o vinha mantendo, no seu entender para evitar complicações com o Parlamento no que se referia ao eventual estabelecimento de uma Regência. Foi vê-lo nessa altura MacDonnell, com a mulher — a 5 de junho. Meia hora de audiência. Voltaram ambos, entretanto, bem impressionados. Dizia êle para Londres: “O Imperador fêz certamente algum progresso depois que deixou Águas Claras, e se sofria, de fato, apenas os efeitos da febre palustre, pode dizer-se que se encontra agora fora de perigo. Deu-me a impressão de estar mais forte, mais comunicativo e mais ativo, e todos que dêle se aproximam, com exceção, talvez, da Imperatriz, estão confiantes em que vai agora pelo caminho da cura”. Mas, apesar de tudo, terminava dizendo que não recuperaria jamais sua anterior superioridade intelectual (*intellectual superiority*) nem o vigor necessário para manter seu completo domínio sôbre um

tão vasto Império¹²⁰, no que não deixava, aliás, de ter tóda a razão.

Por êsse tempo já haviam decidido definitivamente levá-lo à Europa. Mas a Princesa Imperial continuava em França, e era mister que ela voltasse imediatamente para assumir a Regência do Império. Essa sua ausência prolongada e até certo ponto inexplicável num momento como aquêle, continuava a ser muito criticada, dando lugar a que se fizessem tóda a sorte de especulações, para o que não faltava alimento na capacidade sempre imaginativa do brasileiro. Até então a Princesa não manifestara nenhuma intenção de voltar, e um tal silêncio, que muitos interpretavam como desinterêsse pela saúde do pai ou por seus deveres no Brasil, dava a todos a pior das impressões, só servindo para estragar ainda mais a sua já precária popularidade. Dela e do marido. “Êsse aparente desinterêsse pelas críticas condições do pai, escrevia o ministro inglê, diminuiu ainda mais a fraca popularidade da Princesa e do Conde d’Eu”¹²¹.

Offício do Ministro de Portugal:

“Ê natural que a ausência da Princesa seja estranhada por uns e acremente censurada por outros. Tôdas as pessoas sensatas e sinceramente dedicadas à Família Imperial desejam que a Princesa apresse quanto antes a sua vinda. Algumas pessoas têm-me manifestado o desejo de que eu peça a El-Rei que faça sentir à sua augusta prima quanto convém que ela volte quanto antes. A sua ausência começa a ser estranhada pelos jornais e a mais satisfatória explicação que pode dar-se é o excessivo reccio de contrariar a vontade do Imperador”¹²².

Isso porque, iludido com relação ao seu próprio estado de saúde, o Imperador não desejava que por causa dêle a filha tivesse que interromper o passeio na Europa.

(120) Offício de 6 de junho de 1887.

(121) Offício de 7 de maio de 1887.

(122) Offício de 26 de abril de 1887.

Chegara até a proibir que lhe passassem qualquer telegrama sem a sua prévia aprovação. “Não deseje, dizia o Ministro inglês em 27 de abril de 87, que se lhe mande telegrama algum sem o seu consentimento, certamente para que ela não saiba das condições alarmantes de sua saúde¹²³. Sem embargo, dada a insistência com que solicitavam a sua intervenção, o Ministro de Portugal sempre se decidiu a telegrafar para Lisboa, dizendo que lhe “parecia conveniente que Sua Majestade El-Rei prevenisse a Princesa Imperial de que o público brasileiro julgava necessária a sua vinda” — convencido, diz êle, de que um tal passo de sua parte não poderia ser “taxado como ingerência nos negócios internos dêste país”, mas apenas como o “cumprimento de uma obrigação imposta pelos sentimentos de amizade e pelos vínculos de parentesco que ligam os dois ramos da Augusta Família de Bragança”. O Rei Dom Luís de Portugal era, como se sabe, sobrinho do Imperador do Brasil, como filho de sua irmã a Rainha Dona Maria II.

Procurava-se explicar essa tranqüilidade da Princesa com relação ao estado de saúde do pai com as notícias que ela recebia do Rio, enviadas naturalmente de boa fonte, inclusive do Paço, senão mesmo da própria Família Imperial, dizendo que o Imperador continuava melhorando e entrava já em franco restabelecimento, pelo que ela não precisava apressar a sua volta. Um dia, por exemplo, era o Barão de Tefé, veador da semana, que lhe mandava dizer que o pai “passava sem novidade”; num outro dia era o médico do Monarca, Mota Maia,

(123) Era o que dizia, por outras palavras, o Ministro de França: “O Imperador proibiu que se telegrafasse à sua filha a Princesa Imperial, atualmente na Europa, e o Presidente do Conselho não ousou até agora contrariar êsse seu desejo. Penso que a saúde do Imperador não está de imediato ameaçada, mas é certo que está à mercê de novas crises, e nessas circunstâncias o lugar da Princesa Imperial é aqui” (Ofício de 5 de abril de 1887, no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, onde se encontram todos os demais da Legação de França no Rio citados daqui por diante.)

que a sossegava com notícias ainda mais tranquilizadoras, quando não a própria Imperatriz, que transmitindo um recado do pai dizia que ela não se preocupasse, porque elle se encontrava “quase bom”.

Ora, como tais notícias não exprimiam a verdade, elas só podiam explicar-se com o propósito de se estar querendo enganar a Princesa, iludi-la sôbre a gravidade da situação, fôsse com o propósito simplesmente de não alarmá-la, fôsse com o fim de retê-la indefinidamente na Europa, com intuitos que não deviam ser certamente muito inocentes. A justificativa que se dava para um tal procedimento, isto é, que o Imperador não consentia que se dissesse tôda a verdade à filha, não procedia evidentemente, porque acima da vontade do Monarca ou de suas ilusões sôbre o seu verdadeiro estado de saúde, estavam os interêsses do País, o estado do espírito público, cada vez mais preocupado com a ausência da Princesa, e mesmo a sorte das instituições, à mercê de um colapso no caso de sobrevir o falecimento do Monarca.

*

O principal culpado em tudo isso era o Govêrno. O Govêrno não tinha o direito de manter um tal estado de coisas, isto é, de consentir na ausência prolongada e injustificada da Princesa num momento em que se fazia mais do que necessária a sua presença no Brasil. Cote-gipe não só não devia consentir nisso como, ao contrário, devia tomar a iniciativa de dizer ou mandar dizer à herdeira do trono tôda a verdade sôbre a gravidade da situação, de providenciar por qualquer modo o seu regresso immediato, ainda que isso contrariasse a vontade do Imperador. Elle devia-se dar conta da apreensão que ia por todo o País com a perspectiva de sobrevir de

um momento para outro o falecimento do Chefe do Estado, o que implicaria, com a ausência da Princesa, na constituição de uma Regência provisória, até que ela voltasse e a pudessem assumir definitivamente. Seria essa uma solução puramente de emergência — e não havia outra — mas que dadas as críticas condições do País poderia provocar as mais desastrosas consequências, das quais se aproveitariam, possivelmente, todos quantos faziam guerra à herdeira do trono, fôsse para afastá-la definitivamente da sucessão, em benefício do seu sobrinho Dom Pedro Augusto, fôsse para acabar simplesmente com o regime monárquico e implantar desde logo a República, para o que não faltariam adeptos na classe militar, ou melhor, entre os militares que nesse momento combatiam o Ministério, insuflados e encorajados pelo elemento republicano sempre alerta.

Informando sôbre isso o seu Governô, dizia o Ministro de França que o Presidente do Conselho sempre se decidira telegrafar à Princesa, fazendo ver a necessidade de ela voltar quanto antes para o Brasil¹²⁴. Não foi bem assim. De fato Cotegipe telegrafara, não à Princesa, mas ao Conde d'Eu, mostrando a conveniência de êles apressarem o regresso; mas acrescentando que o Imperador, em "franca melhora", continuava convalescendo, no que havia uma evidente contradição, pois se o Monarca estava em franca melhora e entrara já em convalescença, não havia porque a Princesa apressar o regresso.

Tudo isso era muito obscuro e dava oportunidade a que se formassem duas versões, que se não esclareciam completamente os fatos não deixavam, contudo, de em prestar-lhes certos visos de verdade. Ambas as versões procuravam explicar porque não se queria a Princesa

(124) Offício de 4 de maio de 1887.

no Brasil. A primeira atribuía êsse propósito ao próprio Presidente do Conselho, e a segunda aos amigos e partidários do Príncipe Dom Pedro Augusto, neto do Imperador, com o fim de facilitar-lhe a sucessão no trono, em lugar da tia. Desta última versão nos ocuparemos mais adiante.

No que se referia ao Barão de Cotegipe, dizia-se que estando êle governando com plenos poderes, visto o Imperador se encontrar praticamente afastado de todos os negócios do Estado, não lhe sorria a eventualidade de ter a Princesa ali, a seu lado, para não estar a dar-lhe conta do que fazia ou deixava de fazer, e ter assim talvez que obedecê-la em assuntos sôbre os quais seu ponto de vista não coincidia em nada com o dela. De fato, era sabido que, pelo menos na questão da escravatura, êles pensavam de maneira oposta, e Cotegipe podia recear que ela acabasse impacientando-se com a sua política de *frear* a Abolição e o despedisse do Govêrno, chamando outro presidente do Conselho que desfrutasse da sua confiança e fôsse mais conforme com as suas idéias abolicionistas — justamente o que iria acontecer dentro de um ano.

Era natural, assim, que êle fizesse o possível por adiar a volta da Princesa, não diremos enganando-a sôbre o verdadeiro estado de saúde do pai, mas deixando que ela tivesse sôbre isso as suas ilusões e fôsse assim deixando-se ficar pela Europa. Contudo, não era possível prolongar indefinidamente um tal estado de coisas, que se tornava cada vez mais criticado e provocava tôda a sorte de comentários desfavoráveis ao Ministério. Era, pois, preciso que o Presidente do Conselho saísse do seu mutismo e desse, pelo menos, a impressão de que, como tôda a gente, desejava a volta quanto antes da Princesa. Saiu-se êle, então, com aquêle telegrama contraditório, muito, aliás, de seu feitio. Foi quando recebeu

a resposta do Conde d'Eu, pedindo que êle declarasse positivamente se era ou não necessária a volta da mulher.

Ora, todo o mundo estava farto de saber que essa volta se fazia mais do que necessária. E que não somente era necessária, como era também urgente, para que o Imperador pudesse embarcar quanto antes para a Europa, coisa que se tinha definitivamente resolvido e só precisava, para ser efetivada, que a Princesa chegasse para assumir a Regência do Império. Contudo, Cotegipe, ou porque não quisesse assumir a responsabilidade de fazê-la voltar, ou para demorar ainda algum tempo a sua chegada, entendeu de escrever primeiro uma carta a Mota Maia, pedindo que êste e o Conselheiro Alvaranga, na qualidade de médicos assistentes do Imperador, declarassem por escrito se êle devia ou não insistir no regresso da Princesa. Responderam os dois médicos que sim, que devia insistir, para que o Imperador pudesse entrar num longo repouso, terminada uma convalescença que tudo fazia supor fôsse prolongada, resposta que foi transmitida imediatamente à Princesa.

Foi então que, diante disso, ela se decidiu a voltar e nos primeiros dias de junho de 87 chegava ao Rio na companhia do marido e dos filhos. Dias depois assumia a Regência do Império e o Imperador embarcava para a Europa, na companhia da Imperatriz, do neto Pedro Augusto, dos Viscondes, depois Condes de Nioac e Carapebus com as respectivas senhoras, e de dois médicos assistentes, o Visconde, depois Conde de Mota Maia e o Visconde de Sabóia. Partia em condições relativamente boas de saúde. "Ontem, escrevia o Ministro da Áustria, estive na Tijuca para despedir-me de Suas Majestades, que me receberam muito amavelmente. Faz agora justamente dois meses que não tinha a honra de ver o Imperador, e é com grande satisfação que posso

constatar a mudança para melhor no aspecto de Sua Majestade. Está mais forte, fisicamente, e a sua côr tornou-se melhor. Em suma, dá a impressão de um convalescente, e não de um homem cujos dias estiveram contados"¹²⁵. *Le rétablissement est loin d'être complet, escrevia por seu lado o Ministro da Bélgica, mais un changement notable s'est heureusement produit et dans ces conditions il est permis d'espérer des meilleurs effets de la cure de Carlsbad. (...) De l'avis de plusieurs médecins des plus compétents, la maladie de Dom Pedro II, le diabète, est incurable. On craint surtout les progrès de l'anémie cérébrale dont les manifestations se sont produites depuis les derniers accès de fièvre qui ont nécessité le transfert du séjour impérial d'Águas Claras à la résidence de la Tijuca*"¹²⁶.

(125) Offício de 28 de junho de 1887. — De fato, nas últimas semanas da estada na Tijuca, suas condições de saúde estavam bem melhores, a ponto de elle restabelecer as tertúlias literárias que costumava ter em São Cristóvão antes de cair doente. Mas como era distante a chácara do Itamarati, observa Hélio Viana, o Imperador providenciava "para que às 5 horas da tarde estivessem alguns carros juntos ao ponto final dos bondes do Andaraí, para a condução dos convidados, aí os levando de volta, às 10 horas da noite, terminada a reunião" (*Letras Imperiais*). Esse interesse do Imperador pelas coisas literárias e científicas mesmo quando doente, quando mostrava um quase completo alheamento dos assuntos políticos e dos problemas da administração pública, era um fato que não deixava de impressionar muitos dos que o freqüentavam nessa época. Taunay era um destes, e em seu *Diário* conta que tendo mandado um livro para o Monarca, recebeu-o, dias depois, todo anotado por elle, o que mostrava o interesse com que havia lido o volume.

(126) Offício de 30 de junho de 1887, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, onde se encontram igualmente todos os demais officios da Legação da Bélgica no Rio, citados daqui por diante.

Partida do Imperador para a Europa

Que a razão principal, senão única, dessa viagem do Imperador era a necessidade de completar-se na Europa o tratamento de sua saúde, todos o sabiam¹²⁷. Sem embargo, não faltou quem lhe atribuisse fins bem diferentes, e MacDonnell, Ministro de Inglaterra, que tudo esmiuçava e de tudo pretendia saber, fêz-se veículo de uma versão que sendo possivelmente infundada, não deixava de ter uma certa razão de ser. Segundo êle, a viagem do Imperador obedecia menos a um motivo de saúde do que a uma questão de ordem pública, ou, como êle dizia, a uma razão de Estado. Dizia o representante inglês:

“Tenho motivos para acreditar, segundo informações corretas que possuo, que a partida do Imperador foi decidida mais por uma questão de Estado do que pela vã esperança de salvá-lo da moléstia fatal que dizem sofrer. As dificuldades que o estado mental do Imperador poderiam causar, acrescidas da impopularidade da Princesa Imperial e da agitação da opinião pública por todo o Império levaram o Govêrno, de acôrdo com o parecer dos médicos e da própria Princesa, a persuadir o Imperador da

(127) A salientar que esta, como as anteriores viagens do Imperador ao estrangeiro, foi custeada de seu próprio bôlso, para o que, não dispondo de suficientes recursos financeiros, teve que fazer um empréstimo de 50 mil libras esterlinas à casa bancária Knowles & Foster, de Londres (Guilherme Auler, *Os bolsistas do Imperador*). Com a democracia republicana de hoje as coisas não se passam assim, e as arcas do Tesouro público estão sempre abertas para custearem as viagens dos nossos Presidentes e Vice-presidentes ao estrangeiro, mesmo antes de assumirem os seus cargos; para custearem as viagens dêles e da numerosa comitiva que os acompanha.

necessidade dessa viagem, a fim de que a filha pudesse assumir agora a Regência e aí se manter se o Imperador se mostrasse incapaz de reassumir o Poder por ocasião da volta, evitando-se assim tôdas as dificuldades que se dariam em tôrno dêsse problema”¹²⁸.

Compreende-se o que êle queria dizer: a viagem do Imperador não era senão um pretexto para a Princesa assumir a Regência do Império sem maiores complicações para ela ou para o País, ao igual do que já se dera nas duas outras vêzes em que se tornara Regente em virtude da ausência do pai. Como se presumisse que o Imperador não iria estar em condições de reassumir o cargo quando da sua volta da Europa, tudo indicava que a Princesa continuaria como Regente até à morte do pai. Ao passo que se o Imperador não empreendesse agora essa viagem, mas em virtude do estado de saúde fôsse obrigado a entregar o Poder à filha, havia todos os motivos para recear-se que essa transmissão não se fizesse sem dificuldades, atendendo a que a entrega, que se presumia definitiva, da chefia do Estado à herdeira valeria como a inauguração antecipada do Terceiro Reinado, contra o qual, entretanto, se opunha uma porção considerável e respeitável da opinião pública.

Uma outra versão com que se pretendia justificar a viagem do Monarca, dada também pelo Ministro de Inglaterra, era uma pretendida divergência entre o Imperador e o Barão de Cotegipe, a propósito das nossas relações com as Repúblicas do Prata. “Correm rumores, dizia o ministro, de que o Barão de Cotegipe, invejoso do progresso e da prosperidade dos vizinhos do Prata, resolveu, com o apoio do Conde d’Eu e, naturalmente, da Regente, adotar uma atitude menos amigável para com essas Repúblicas; e como o Imperador fôsse contrário a semelhante

(128) Ofício de 30 de junho de 1887.

política, empenhou-se [Cotegipe] em que o mandassem para a Europa, afastando-o, assim, do trono''¹²⁹.

Era uma versão num certo sentido fantasiosa, porque ainda que fôsse propósito de Cotegipe adotar uma política "menos amigável", como diz o representante inglês¹³⁰, para com a Argentina, não é de crer que êle tivesse obtido, para isso, o apoio do Conde d'Eu, o qual timbrava sempre em se manter, quanto possível, afastado de nossas questões externas, coisa de que somente se ocupava quando elas eram ventiladas no Conselho de Estado e êle tinha que dar o seu parecer. E quanto ao Imperador, é certo que sempre repelira tôda política inamistosa com os nossos vizinhos, especialmente com os do Prata; e todos sabiam que depois da queda de Rosas e da nossa vitória no Paraguai, seu principal propósito fôra manter com êles as melhores relações de amizade, a fim de apagar o que existia ainda ali de prevenções ou de má vontade contra o Império.

Mas tirada essa parte de fantasia da versão transmitida para Londres pelo ministro inglês, restava uma verdade, que era uma grave crise que se tinha aberto por essa ocasião entre o Brasil e a Argentina, em virtude da questão de limites chamada das Missões, quando se falou até na possibilidade de uma guerra entre os dois países. O Conde d'Eu refere-se a isso no parecer que deu no Conselho de Estado quando se debateu ali essa questão. "Não tenho dados seguros, diz êle, para conjeturar os sucessos futuros, mas admitindo como possível a hipótese extrema, presumo-a pouco provável. A Confederação argentina não pode desejar a guerra de êxito mais duvidoso para si do que para o Império. (...) estou convencido de que as classes dirigentes da Confederação, os

(129) Offício de 4 de agosto de 1887.

(130) MacDonnell dizia que Cotegipe havia "contribuído largamente" para o estado pouco satisfatório de nossas relações com a Argentina.

homens de ilustração e verdadeiramente patriotas, não alimentarão jamais intenções hostis contra o Brasil; a propaganda de ódio que ali se levantou não podia provir senão das camadas inferiores da população"¹³¹. Como se vê, as intenções que o Conde d'Eu atribuía ao Governo argentino, a nosso respeito, eram as melhores, e não seria êle que iria associar-se a qualquer política "menos amigável" que o Gabinete Cotegeipe quisesse acaso adotar.

O que deu sobretudo vulto à possibilidade de uma guerra com a Argentina, nos meios políticos e militares do Brasil, ou melhor, da Côrte, foi uma correspondência enviada do Prata pelo Barão de Capanema, chefe ali da nossa Comissão de Limites, criando entre nós "um ambiente de alarma e de inquietação, pois fazia crer que o Império seria, em breve, atacado"¹³². O pior foi que Capanema não se limitou a escrever apenas ao Govêrno, mas também a várias pessoas do Rio, inclusive ao Coronel Cunha Matos, o que provocou, de parte dêste, o pedido de uma reunião do Clube Militar para tratar do assunto, realizada a 7 de agôsto de 1887 e presidida por Deodoro, dela resultando apenas acusações contra o Gabinete, por deixar as Classes Armadas em estado de impreparação, impossibilitando-as, assim, de cumprirem o seu dever no caso de uma nova guerra externa. Mas tudo não passou disso.

(131) Cit. por Hermes Vieira, *Ouro-Prêto, o homem e a época*.

(132) R. Magalhães Júnior, *op. cit.*

Regência da Princesa Isabel

Com tudo isso, e mais o que se esperava pudesse acontecer na ausência do Imperador, a regência da Princesa Isabel inaugurava-se sob as mais sombrias perspectivas. Não se tratava de pôr em dúvida seus predicados de discernimento e de senso político para assumir a chefia do Estado, predicados que já dera provas quando lhe coubera por duas vêzes a responsabilidade do poder, sendo que da primeira ela bem mais moça do que agora e se iniciava, por assim dizer, na arte de governar. O que se dizia era que as condições do país se apresentavam agora bem diferentes, bem mais delicadas, e os problemas que ela teria de resolver bem mais complexos. O que levava muita gente a perguntar se a ausência do Imperador num tal momento, a falta de sua grande autoridade, do prestígio que sempre desfrutara na opinião geral do País não poriam em risco as próprias instituições monárquicas, dadas, sobretudo, as condições precárias em que êle se afastara, com a saúde de tal modo abalada que muitos receavam até que não voltasse vivo.

Un sentiment d'inquietude pour l'avenir de ce pays semble planer sur le vaste Empire. — escrevia o Ministro da Bélgica. Pour beaucoup l'horizon politique est chargé de sombres nuages depuis que la haute autorité qui tenait d'une main ferme les rênes du gouvernement s'en est allée demander à la vieille Europe un regain de sa santé ébranlée; et partout on entend exprimer l'idée que le "Gironde" est un esquif portant la fortune du Brésil et de la Monarchie imperiale¹³³.

(133) Offício anteriormente citado.

Esquife da Monarquia: era o título de um artigo de Quintino Bocaiúva no *O País*, referindo-se ao vapor francês que levara o Imperador para a Europa, imagem que parecendo exagerada ou simplesmente maldosa, exprimia, entretanto, num certo sentido, o pensar de muita gente, que acreditava sinceramente que a partida do velho Monarca naquelas tristes condições era realmente o fim das instituições, com a perspectiva de mais sombrias conseqüências.

Pois não houve até quem prognosticasse o desmembramento do país, com a separação de algumas Províncias do Norte, o que significaria de fato o fim da Monarquia? O Ministro da Inglaterra foi um dos que propalaram essa versão, ou melhor, que acenara com essa possibilidade, dizendo que a moléstia e a partida do Imperador iriam contribuir para que se espalhasse "a idéia de uma federação das Províncias do Norte". E acrescentava, com uma previsão que os fatos iriam contrariar:

"Quaisquer que sejam os acontecimentos que o futuro reserve a este povo, Dom Pedro II ausenta-se do Império deixando somente uma impressão: que foi Imperador do Brasil revestido de toda a majestade da sua posição, com tôdas as manifestações de afeição, de respeito e de homenagem. Mas que nunca voltará a ocupar o trono para o qual os seus súbditos o chamaram, nem tornará a velar pelos destinos do País que governou como Monarca absoluto; não pelo direito que lhe conferiu a Constituição, mas pela tácita abdicação da Nação de seus direitos soberanos, em favor de sua augusta pessoa"¹³⁴.

Foi, assim, nesse ambiente de incertezas, de receios e de sobressaltos, que a Princesa Imperial assumiu pela terceira vez (e seria a última) a Regência do Império. Com a ausência do pai, que se presumia prolongada, tudo podia acontecer, sobretudo na capital do País, onde

(134) Offício cdt. de 4 de agosto de 1887.

os ânimos facilmente se exaltavam e o Govêrno do Barão de Cotegipe, já gasto e desprestigiado com a atitude de recuo que tivera de assumir diante da imposição dos militares, podia não dispor de meios suficientes para a garantia, já não diremos da ordem constitucional, mas simplesmente da ordem pública. Tanto que por precaução, quer dizer, para estar mais a resguardo de qualquer eventualidade, decidiu a Regente transportar-se, com a família, para o Palácio de São Cristóvão, que ficando mais afastado, fora da cidade, oferecia maior segurança do que a sua casa das Laranjeiras. Foram pará, como dirá o Conde d'Eu em carta ao pai, atendendo "às consequências dos incidentes políticos que se poderiam produzir".

Que incidentes? Bem. Antes de tudo a questão da sucessão ao trono, no caso, sempre possível, do falecimento do Imperador. Pela Constituição do Império, a coroa passaria, neste caso, à Princesa Isabel, a qual seria coroada Imperatriz de pleno direito. Mas seria isso possível, diante do ambiente de má vontade e quase de intolerância que a cercava, a ela e ao marido, a ponto de torná-los incompatíveis com a Nação? Era o que todos indagavam e bem poucos acreditavam. "Estou convencido, — escrevia Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco — que o Terceiro Reinado será uma desgraça, e esta opinião vejo-a cada dia espalhada e a consolidar-se; mas não pode deixar de ser assim"¹³⁵.

Nessa eventualidade, estaria a Princesa disposta a renunciar ao trono em favor do filho mais velho, o Príncipe do Grão Pará? Aí se apresentariam dois problemas. Primeiro o do próprio Príncipe, que muitos preferiam vêr afastado da sucessão em favor do seu primo Dom Pedro Augusto, o neto sabidamente da pre-

(135) Carta de 1887, no arquivo do Barão do Rio Branco.

dileção do Imperador e êle mesmo pretendente ao trono. Segundo, o da constituição de uma Regência provisória, no caso da sucessão de fazer pela linha legítima, dado que o nôvo Imperador era ainda uma criança de menor idade. Neste caso havia o receio dessa Regência vir a sofrer a influência ou mesmo a ascendência da mãe do pequeno Monarca, o que valia, afinal, em ser ela quem de fato governaria. Ora, era isso justamente o que não se queria. Quer dizer, o problema do Terceiro Reinado voltaria a se apresentar, e ainda mais complicado do que se a Princesa Imperial fôsse simplesmente coroada Imperatriz. Porque em vez de ela assumir o Poder ostensiva e constitucionalmente, com todos os riscos e responsabilidades do cargo, fá-lo-ia por trás dos reposteiros do Paço, nas ante-salas do trono, criando uma situação que só serviria para incompatibilizá-la ainda mais com a opinião pública.

*

Em um outro trabalho¹⁸⁰, já procuramos explicar as razões da má vontade que havia contra a Princesa Imperial e o marido, e que tanto concorreu para o desprestígio da Monarquia. À frente dessa corrente de hostilidade contra o casal estavam, como era natural, os republicanos; depois os grandes proprietários de escravos, por causa das idéias abolicionistas da Princesa, sobretudo depois da votação da Lei de 13 de maio; os maçons, em geral, e os anti-clericaes, que a acusavam, por sua attitude na questão dos Bispos e conhecida fé religiosa, de estar a serviço da Igreja Católica; e, por fim, as próprias classes dirigentes da Nação, sobretudo os polí-

(130) *História de Dom Pedro II.*

ticos, mesmo os mais chegados ao trono¹³⁷, uns por não se quererem submeter ao governo de uma mulher, quando ela fôsse coroada amanhã Imperatriz, e outros por não lhe suportarem o marido, que apesar de tudo o que fazia para identificar-se com o meio brasileiro, continuava a ser tido como um estrangeiro, como um intruso, e em todos os sentidos um indesejável. *No gode la simpatia dei Brasiliani*, dizia o Almirante Mantese, *sia per impopolarità, sia perchè l'orgoglio nazionale mal sopporta che un estero influisca sull'amministrazione dello Stato.*

Essa pouca simpatia que se tinha pela Princesa Isabel, a onda de impopularidade que a cercava foi, talvez, um dos fatores que mais concorreram para a impossibilidade da manutenção da Monarquia no Brasil. Mesmo aquêles que se mostravam seus partidários ou que a tinham como necessária para o melhor aperfeiçoamento dos meios de governo e educação política da Nação, tornaram-se descrentes ante a perspectiva de vê-la entregue num futuro que se aproximava, às mãos de uma mulher. A êste propósito escrevia para Bruxelas o Ministro da Bélgica:

(137) Veja-se, por exemplo, o Visconde de Taunay, sôbre cujos sentimentos monárquicos e de dedicação ao Imperador não podia haver dúvidas. Entretanto, escrevendo ao Barão do Rio Branco dias depois da implantação da República, para lamentar a extinção da Monarquia, não hesitava em dizer que a Princesa Imperial era uma "leviana, embora inconsciente, alheia ao que se passava e só occupava com futilidades e música", opinião sob todos os sentidos injusta, quando não contraditória com o que geralmente se dizia, pois a culpavam justamente de se envolver demais nos negócios do Estado, sobretudo nos últimos anos da Monarquia, quando as qualidades de governo do Imperador começaram a baixar, em virtude da moléstia que sofria e de uma já indifarável velhice precoce. Outro exemplo nos é dado por Gusmão Lobo, que em carta ao seu amigo Rio-Branco, escrita também pouco depois da queda do Império, pedia que ao escrever ao Imperador não deixasse de "protestar-lhe em meu nome o meu mais profundo acatamento, estima e dedicação — mas isso só para êle", acrescentava. "Nada para o Conde nem para a Princesa". "Nunca os estimei", dizia, "e houveram-se mal. Eles fariam um mau governo de camarilha" (Arquivo do Barão do Rio Branco). Já se vê que sendo alvo de tamanha impopularidade, difficilmente se poderia conceber a possibilidade de ela chegar a reinar.

*Son Altesse Impériale Madame la Comtesse d'Eu, qui possède les qualités dignes d'orner le trône, n'est pas aussi universellement populaire que Son Auguste Père. On lui reconnaît, toutes les vertues de la femme et on l'admire pour sa bonté, son charme et sa charité; mais on craint qu'elle n'ait pas la main assez puissante ou une connaissance assez approfondée des affaires pour présider aux destins de ce vaste Empire; on redoute également que Son Altesse Impériale ne soit trop portée à subir l'influence du clergé et à laisser prendre celui-ci une importance considérable dans les conseils de la couronne*¹³⁸.

Pandiá Calógeras observa, com razão, que “em tôda Monarquia, o herdeiro da coroa deve ser uma esperança, para a qual se voltam os desgostosos de todo regime, máxime de um longo Reinado”; e que êsse herdeiro “deve ser poupado, no intuito de não se gastar precocemente semelhante fôrça de reserva”. Ora, era isso justamente o que não acontecia no Brasil, onde a herdeira do trono, nas três vêzes em que fôra Regente do Império, tivera de tomar decisões que correspondendo embora às necessidades do país, feriam e contrariavam os interêsses de muitos. Daí os desafetos que granjeara, os quais, na iminência de tê-la amanhã como Chefe do Estado, passaram a hostilizá-la abertamente, o que valia, num certo sentido, hostilizar também a Monarquia. Assinando as duas leis anti-escravagistas, a do Ventre-livre e a da Abolição, ela ganhara a antipatia dos proprietários de escravos e de quantos tinham seus interêsses ligados à exploração dos Negros; e na questão dos Bispos se não lhe coubera assinar a lei que os anistia¹³⁹, todos sabiam quanto ela se empenhara por isso, o que juntado ao seu apregoado “clericalismo”, só servira para con-

(138) Offício de 20 de outubro de 1889.

(139) A assinalar que Oliveira Lima e Capistrano de Abreu, entre outros historiadores que se têm ocupado do assunto, um repetindo o outro, dão a anistia dos Bispos como um ato da regência da Princesa Isabel, quando a verdade é que essa anistia foi concedida — e assinada pelo Imperador, muito embora contra a sua vontade.

quistar, como diz ainda Calógeras, “a animadversão dos regalistas e da maçonaria”¹⁴⁰.

Merecedora do maior respeito por suas excelsas qualidades de coração e as suas virtudes pessoais, como mulher e mãe de família, dificilmente a toleravam na posição oficial e no papel político que lhe cabia dentro da Constituição do Império. Era uma intolerância fundada nos princípios, ou melhor, nos preconceitos de ordem social que prevaleciam então no Brasil, quando bem poucos compreendiam outro papel para a mulher que não fôsse puramente doméstico ou quando muito mundano, excluindo-a de tôda atuação ou ingerência no mundo político e oficial, nas altas esferas do Governo e da administração pública.

Isso explicava a repulsa que havia ante a possibilidade de o País vir a ser governado pela Princesa, de ela se tornar Chefe de Estado e Poder Moderador, de se intrometer no jôgo dos partidos, na formação das Câmaras e dos Gabinetes. Esse sentimento de quase repugnância pela mulher dirigindo os negócios públicos estava de tal modo enraizado na mentalidade dos nossos estadistas e da opinião pública em geral, que vinha à tona tôda a vez que, ausente do país o Imperador, a filha tinha que assumir a regência do Império. Tudo era então pretexto para intrigas e confusões, para fantasias e invenções as mais absurdas ou acusações em todos os sentidos injustas, mas nem por isso menos acreditadas.

*

Ora a acusavam de clerical, de sujeitar-se a papéis incompatíveis com a sua alta posição, como essa de

(140) *Problemas de Governo.*

varrer o chão de uma Igreja em Petrópolis¹⁴¹; ora de leviandade e falta de decôro, fazendo-se acompanhar ao piano, nas tarde de canto que costumava dar em sua casa das Laranjeiras, de um mulato que nem brasileiro era, originário, parece, das Antilhas, e que todos apontavam como o *seu maestro*; ora de falta de personalidade, deixando-se dominar pela vontade tida como estreita e

(141) Com relação aos sentimentos religiosos da Princesa, chegou-se ao cúmulo da exploração quando ela recebeu, das mãos do Internúncio apostólico, a Rosa de Ouro que lhe mandara o Papa, pela parte que tomara na extinção da escravidão no Brasil. Inventaram que a Princesa, por essa ocasião, ajoelhada diante do Internúncio, "protestara, sob juramento, obediência ao Papa" — como dizia Raul Pompéia numa correspondência para o *Diário de Minas*, de Juiz de Fora. "De joelhos, — acrescentava para dramatizar a cena, — em presença do representante da Santa Sé, duas vezes inferior e rendida, pelo favor e pela atitude, qualquer voto que proferisse poder-se-ia tomar como um programa de alintimento evangélico assegurado em nome da Nação". — Por outro lado, *A Revolução*, um "órgão infamante" da Côrte, como bem diz George Boehrer (*op. cit.*), ia além em seus ataques, não poupando nem mesmo a sua honra: "Uma Princesa, — dizia, — atrai-se nos braços de um Internúncio apostólico e vai pelas ruas ostentar a sua desonestidade como qualquer meretriz vulgar". — Silva Jardim apreciava os sentimentos religiosos da Princesa sob outro prisma. Não acreditava que ela possuísse, como se dizia, "fanatismo religioso, que supõe uma certa elevação, certa energia, de que julgo fraco e incapaz o sangue da Condessa d'Eu". Para o tribuno republicano, ela pouco cuidava das grandes e sagrados interesses da Igreja; sua devoção era "tôda de sacristia e não de Igreja". Pertencia ao clericalismo e não ao sacerdócio. Era um falso catolicismo, "bonito, perfumado, que se vestia bem, sabia sorrir, elegante, carola, corruptor e corrupta". Numa conferência por êle feita no Rio, em agosto de 1888, na Sociedade Francesa de Ginástica, dizia que ela era "uma senhora de espirito ignorante, frágil e fútil, educada pelo marido no carolismo de sacristia, não na religião, em saraus burgueses. Espôsa de um Orleans e filha de um Bragança, de uma Casa de pobres de espirito e de ambiciosos do poder. Senhora que nem é apta para o governo de uma casa, pois falta-lhe a circunspecção da modesta *menagère*, da dona de casa, a grande educação moral da mãe; estando seu pai doente, à morte, e fora da Pátria, estando a Nação em dificuldades, passava dias em folgoedos de carnaval, em *batalhas de flôres*". Negava validade ao título de *Redentora*,^o que "lhe deram hulkicamente" e "não corresponde à verdade", sendo uma simples "cortesia à custa da justiça histórica", pois que enquanto se divertia "mandava rapar a cabeça dos prêtos e pegá-los pelo nosso Exército"; mandava "matá-los na Serra do Cubatão" e "mantinha o escravocrata Gabinete Cotegipe". Nos despachos com os Ministros, enquanto êstes lhe falavam sôbre os negócios do Estado, ela se occupava dos "gelados" (*sorbetes*) que serviam em suas festas, sôbre o custo dessas e o desarranjo que elas trazim ao seu serviço doméstico.

(^o) "Pretensa outorgada da redenção dos escravos", dizia, por sua vez, Rui Barbosa, num de seus artigos do *Diário de Notícias*, referindo-se ao que êle chamava a "lenda do redentorismo isabelista". Para Rui, "o objeto da Lei de 13 de Maio foi inverter no Brasil a ordem social, substituindo o cativo negro pelo branco".

pirrcenta do marido; ora de arbitrariedade e de prepotência, querendo sobrepor sua vontade à opinião dos Ministros responsáveis, infringindo com isso os princípios do governo constitucional representativo estabelecido na Constituição do Império. Foi esta, aliás, uma das acusações que lhe lançou em rosto o seu próprio Presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, quando ela o coagiu a deixar o Governo, em março de 1888, por contrariar as idéias abolicionistas da Princesa.

Schreiner, Ministro da Áustria no Rio, insuspeito de nutrir má vontade para com a Família Imperial, dados os laços de íntimo parentesco que a uniam ao seu Soberano, já havia salientado, dez anos antes, êsse sentimento de hostilidade à Princesa, quando mandara dizer para Viena, por ocasião da segunda viagem do Imperador ao Estrangeiro, que essa ausência era “um mal incontestável para o País; o governo da Princesa reinante só serve para impopularizar sua pessoa, e é de temer-se que a sua elevação futura ao trono do Império seja erigida de dificuldades”¹⁴². E o Ministro de Portugal, por outro lado, escrevia agora para Lisboa: “A Princesa Imperial não é popular. Os Brasileiros, em geral, não fazem a devida justiça às proeminentes qualidades que a distinguem. Temem que em seu governo prevaleçam duas influências, que consideram funestas — a influência dos padres e a influência do marido”¹⁴³. Era, como se vê, uma prevenção generalizada, que à força de ser repetida e espalhada acabara por se tornar o que se chama uma opinião pública.

Influência dos padres e do marido. Quanto a êste, veremos adiante. Quanto aos padres... Naturalmente que a Igreja Católica não pensava como o Ministro por-

(142) Offício de 20 de fevereiro de 1877.

(143) Offício de 7 de maio de 1887.

tuguês. Achava que a influência que se devia reear eram antes das damas da côrte e, bem entendido, também a do marido. Monsenhor Spolverini, o Internúncio perante o qual (segundo Raul Pompéia) a Princesa se postara de joelhos, e que na qualidade de representante da Santa Sé apenas tolerava a Monarquia brasileira, depois que ela movera o processo contra os Bispos, Spolverini dizia que a má vontade existente contra a Princesa provinha do reccio de que, uma vez ela instalada no trono, a Monarquia se tornasse ainda mais corrupta, pior do que já era: *in vista di divenir ancora peggiore colla successione della Principessa, influenzata da dame di corte e dal conte d'Eu, da tutti ingiustamente peraltro malveduto*¹⁴⁴.

*

Mas afóra do problema sucessório havia outros de maior urgência e sobretudo mais atuais, que deviam estar, por assim dizer, no programa de govêrno da Regente. Era o caso, por exemplo, da propaganda republicana, que embora não oferecesse um perigo imediato para as instituições vigentes, já que não se acreditava — inclusive os próprios republicanos — que êle se resolvesse em vida do Imperador (ainda estava na fase da infância, dizia desta vez com excesso de otimismo o Ministro de Inglaterra), ia se alastrando de dia para dia, com risco de alcançar tôdas as Províncias do Império. Era pois mister fazer qualquer coisa para contê-la. E com tanto maior presteza quanto se admitia a possibilidade de sobrevir de um momento para outro a morte do Imperador, quando então os republicanos não deixariam esca-

(144) Offício de 3 de dezembro de 1889, no Arquivo do Vaticano, onde se encontram igualmente todos os demais Offícios da Nunciatura no Rio de Janeiro citados daqui por diante.

par-lhe uma tão boa ocasião para tentarem a implantação do nôvo regime. Não com os escassos meios de que dispunham, que eram a bem dizer nenhuns, mas com os elementos que contavam ter entre a jovem officialidade do Exército, em sua grande parte sabidamente republicana; para não falar na opposição que se levantaria contra o estabelecimento de um Terceiro Reinado, e que não sendo pròpriamente antimonárquica em sua totalidade aceitaría, na falta de outro, qualquer govêrno republicano.

E havia, finalmente, o problema da emancipação dos escravos, em plena agitação nessa época, e por cuja solução o Império não estava mais disposto a pacientar. Todos conheciam os sentimentos abolicionistas da Princesa. Mas o difícil era conciliar êsses sentimentos com a política do Presidente do Conselho, declaradamente contrária a qualquer medida radical de emancipação. Era uma divergência que criava uma situação muito constrangedora para ela, por ter que governar com um Ministério que não merecia a sua confiança, mas do qual não ousava desembaraçar-se sem que o Chefe do Govêrno lhe desse ao menos uma oportunidade para isso. Não por escrúpulos constitucionais, que não vinham ao caso, mas para poder justificar-se perante a opinião política do País.

É verdade que se estava sob o regime parlamentar, quando a permanência ou não de um Ministério no poder dependia, antes de tudo, do consenso da Câmara eletiva, e que êste, na verdade, não faltava ao Gabinete. Mas dependia também da confiança do Chefe do Estado, indispensável para êle poder governar. É preciso não esquecer que se o regime parlamentar vigorava entre nós, isso se devia unicamente a uma concessão da Coroa, uma vez que êle não fôra estabelecido na Constituição: uma concessão da Coroa desde quando o Imperador, para acabar com as acusações que lhe faziam de abuso

do *poder pessoal*, entendeu de confiar a um só político a missão de organizar o Ministério, quer dizer, de escolher os demais Ministros que iriam compor o Governo; de baixar depois um Decreto criando o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, o que valia oficializar a existência do regime parlamentar; de, conseqüentemente, aceitar a demissão do Gabinete sempre que este entendesse não poder mais contar com o apoio da Câmara; e, finalmente, de chamar para formar o novo Ministério a pessoa indicada pelo Presidente do Conselho demissionário. Mas tudo isso foram medidas por ele adotadas de sua inteira inspiração e iniciativa, sem que estivesse em nada obrigado pela Constituição; foram renúncias voluntariamente aceitas por ele com o único propósito de estabelecer e fortalecer entre nós um verdadeiro regime constitucional representativo.

*

Quando a Princesa Imperial assumiu a Regência, bem que esperou que o Barão de Cotegipe lhe apresentasse o pedido de demissão. Não apenas por uma questão de princípio como também por uma questão, digamos, de elegância, para não colocá-la — como iria se dar — numa situação embaraçosa diante de determinados problemas do Estado sobre os quais os dois não se entendiam; o da Abolição era um deles. *On s'attend*, escrevia o Ministro da Bélgica, *que le ministre Cotegipe remette, suivant l'usage, les portefeuilles à la disposition de la Régente, mais il y a tout lieu de croire que la démission du Cabinet ne sera pas acceptée*¹⁴⁵. Mas o velho político baiano, matreiro como era, e menos confiante do que o ministro belga na possibilidade de a Princesa mantê-lo

(145) Offício de 30 de junho de 1887.

no poder, fêz-se de sabido: alegando que dispunha de maioria no Parlamento, entendeu que não tinha por que pedir exoneração. “Quando a Princesa assumiu a Regência — escrevia para Londres o Ministro inglês — e se esperava que o Barão de Cotegipe se demitisse do cargo, Sua Excelência fêz-se de desentendido para não obedecer às normas prescritas e apresentar a demissão coletiva do Ministério, a que estava obrigado com a mudança de Reinado” — *with the change of Reign*¹⁴⁶.

Pessoalmente, a Princesa Isabel nada tinha contra o Presidente do Conselho. Acostumara-se a vê-lo colaborando com o seu pai desde quando era ainda uma menina, sendo, assim, a primeira a reconhecer o seu longo passado de serviços ao País. Não duvidava, por outro lado, de seus esforços, ou melhor, de sua boa vontade para bem servir a Nação. Mas êle se obstinava em não reconhecer que o seu Ministério já não gozava mais do apoio da opinião pública, não só por causa da política de *frear* a todo o custo o movimento abolicionista, quando o País exigia que êle tivesse uma solução imediata e definitiva¹⁴⁷, como pelo desgaste que sofrera com as sucessivas “questões militares”, em parte por êle mesmo criadas, e das quais nem sempre se saíra bem. Perdera também as simpatias com o procedimento que tivera por ocasião da moléstia do Imperador, quando êste se encontrava ainda no Rio, rodeando-a de mistério, ocultando a verdade ao público e o deixando com isso desorientado e num certo sentido irritado com os excessos de prudência do Governo. Rodeou-a de um *suspicious mystery*, dizia o Ministro inglês, que perguntava: “Se

(146) Ofício citado anteriormente.

(147) Expondo a situação do Brasil em março de 1888, Thomas Jarvis, Ministro dos Estados Unidos no Rio, mandava dizer para Washington, em Ofício de 12 desse mês, que o Ministério, com razão ou não, havia caído da estima do País por sua resistência passiva a apressar a abolição da escravatura (Cit. por Manuel Cardozo, *A queda da Monarquia vista pela Legação americana no Rio de Janeiro*).

êsse estado de saúde era bastante satisfatório para consentir que o Imperador se ocupasse dos assuntos do Governo, recebesse os Ministros, dando audiências e fazendo o longo percurso de Águas Claras a São Cristóvão — por que, então, o obrigaram a partir para a Europa contra a sua vontade¹⁴⁸, a pretexto de restabelecer a saúde? E se, por outro lado, êle estava de fato em perigo de vida e se fazia urgente a sua remoção para outro clima, porque então o Presidente do Conselho não informara disso o País, dando publicidade ao parecer dos médicos que aconselhava sua partida para o Estrangeiro?" Essas perguntas, concluía o diplomata inglês, haviam ficado naturalmente sem resposta.

Mas as dificuldades do Ministério não eram só essas. Havia ainda as suas relações com os militares. Se por um lado pareciam de um certo modo neutralizadas com a moção votada pelo Senado, bem depressa se veria, por outro lado, quanto estavam longe de serem boas. Foi quando apareceu nos jornais da Côrte em setembro de 1887 uma *Carta-protesto* do Marechal Deodoro dirigida ao Presidente do Conselho, reclamando contra a prisão de 47 alunos da Escola Militar de Pôrto Alegre, por terem êstes telegrafado a Joaquim Nabuco, chefe abolicionista, em têrmos que o Governo entendeu que feriam a disciplina. Deodoro, no fundo, nada tinha com o caso, pois já não exercia mais nenhum comando naquela Pro-

(148) Correu, de fato, nesse tempo, a versão de que Cotegipe é que obrigou o Monarca a ir tratar-se na Europa, quando Sua Majestade entendia que podia muito bem fazê-lo no Brasil. E é certo que para debelar o mal de que sofria, a diabetes, agravada com os acessos de febre palustre que tivera, enfermidades mais do que conhecidas pela ciência médica, não precisava ir à Europa, fazer, como iria, uma cura de águas em Baden-Baden, que não era em nada indicada para o seu caso. E quanto à crise que sofreria em Milão e quase o matou, não passaria de uma pleurisia, que nada tinha que ver com os seus males crônicos, podendo ser tratada tanto no Brasil como na Itália. A verdade é que ao partir para a Europa êle já estava em franca convalescença, e se voltaria melhor do que quando foi, se deveria isso unicamente ao descanso que ali tivera, afastado que ficaria de todos os negócios de Estado.

víncia, nem êsses alunos estavam ligados a êle por qualquer laço de subordinação militar. Mas tanto bastou para o Marechal sair-se com êsse protesto, sob o pretexto de que no telegrama dos rapazes não havia a “menor ofensa às autoridades”, e que êles nada mais haviam feito do que externar suas “crenças políticas”. E apresentava o Presidente do Conselho com estas “gentilezas”: “Sòmente um espírito partidário muito feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que, permitido a todo cidadão, não foi ainda proibido ao soldado”.

Êsse incidente, como se vê, prendia-se menos a uma questão pròpriamente “militar” do que ao problema da libertação dos escravos, que apesar das medidas acauteladoras tomadas pelo Gabinete, se transformara num verdadeiro movimento nacional, impossível já agora de ser controlado. Inclusive na captura dos inúmeros escravos que fugiam todos os dias das casas de seus senhores, e para o que o Govêrno, na falta de outros meios, decidira utilizar fôrças do Exército.

Tanto bastou para o Marechal Deodoro reaparecer em cena com uma *Petição do Exército* endereçada à Princesa Imperial Regente, datada de 29 de outubro de 87 e por êle assinada como Presidente do Clube Militar, reclamando contra o emprêgo de soldados nessa espécie de caçada, como êle dizia, de escravos. Mas para deixar bem claro que o protesto visava unicamente o Govêrno, não envolvendo em nada a Família Imperial e as instituições monárquicas, declarava que êle e os oficiais que o acompanhavam eram e seriam todos “os mais dedicados e mais leais servidores de Sua Majestade o Imperador e de sua Dinastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, que jamais negarão em bem vosso os mais decididos sacrifícios”. E no ofício que dirigiu na mesma data ao Ajudante-General do Exército, Vis-

conde da Gávea¹⁴⁹ encaminhando a Petição à Princesa, exaltava “a lealdade das classes armadas ao Trono e à Dinastia”, acrescentando que o papel do Exército não era “a pega de Negros fugidos”, tarefa mais própria para a Polícia, mas “a guerra leal na defesa do Trono e da Pátria”; e que Dom Pedro II era o “nosso bom e desejado Imperador¹⁵⁰, que sòmente conosco, com o Exército e com a Armada, pode contar” — expressões que deviam certamente traduzir, nessa ocasião, seus verdadeiros sentimentos, mas que êle se apressaria, dois anos depois, em renegar, menos pela contingência dos acontecimentos que iria provocar ou nêles se deixar envolver, do que por falta sua de personalidade, senão mesmo de firmeza moral para reagir contra quantos o iriam obrigar a se negar a si mesmo.

(149) A notar que desta vez êle encaminhava o seu protesto a Princesa pelos “canais competentes”, respeitando, assim, os regulamentos militares, ao contrário do que fizera em fevereiro de 1887, quando decidira ir pessoalmente ao Paço entregar ao Imperador o *Apêlo* votado na reunião do Recreio Dramático, procedimento que dera ocasião a ser censurado no Senado, mas que Cotegipe preferira ignorar, para não ter que chamar o Marechal à ordem por haver usado de um processo irregular para recorrer ao Chefe do Estado.

(150) Dom Pedro II estava então na Europa, ausência que, segundo Deodoro, fazia com que êle e os seus camaradas do Clube Militar deitassem “lágrimas de saudades”...

Notícias alarmantes sôbre o Imperador

A agitação abolicionista de um lado, os repetidos incidentes com os militares de outro, mais as dificuldades que ia encontrando em suas relações com o Gabinete criavam, para a Princesa Imperial Regente, dificuldades que não se podiam, já agora, esconder. Some-se a isso o desassossêgo que reinava no país sôbre o estado de saúde do Imperador, e deixava num certo sentido a vida em suspenso. Se a opinião pública nunca fôra suficientemente esclarecida nos dias que haviam precedido sua partida, muito menos o estava sendo agora quando êle se encontrava fora da pátria, longe de todos, e assistido apenas pelas poucas pessoas que o acompanhavam.

Daí as notícias contraditórias que continuavam a correr, ora dando o Monarca como em via de completo restabelecimento, ora em plena decadência física e mental, num estado de enfraquecimento cerebral que levava um dos médicos que o tinham examinado em Paris, o Professor Peter, a declarar que se êle voltasse a se ocupar dos negócios do Estado, cairia em completa demência. Semelhante afirmativa era tanto mais fácil de ser acreditada quanto era transmitida por outro médico, brasileiro, êsse, o Dr. Dermeval da Fonseca, numa correspondência que mandava da Europa para um jornal da Côrte, dando conta da conversa que tivera com o aludido professor. Interpelando-o sôbre se o Imperador

poderia ainda se ocupar dos negócios do Estado, depois da moléstia que sofrera, Peter fôra *tranchant*: “Nunca mais, sem perigo para o Estado e para êle mesmo”. Como o Dr. Dermeval observasse que êle, professor, podia ter dito isso no relatório que apresentara sôbre o estado do Monarca, respondera-lhe o outro que se se tratasse de um banqueiro ou de um homem de negócios, por certo tê-lo-ia aconselhado a se afastar completamente de suas atividades e procurar alguém para se ocupar de seus negócios. “Mas eu não posso dizer isso a um homem de Estado, a um Soberano”, pois que o caso era para ser considerado e resolvido pelo Parlamento brasileiro. E concluía: “O Imperador é um doente dos nervos; ainda pode viver por um longo tempo, e fisicamente é um homem são. Mas voltar a reinar é impossível”¹⁵¹.

“Pode bem imaginar, escrevia o Conde d’Eu ao pai, o efeito terrível que essa correspondência causou aqui, onde se está demasiado inclinado a aceitar crédulamente tôdas as novidades e invenções as mais extravagantes. Procurou-se desmentir tudo isso em outros jornais, e uma das pessoas citadas como confirmando tão desagradável notícia já desmentiu as palavras que lhe foram atribuídas”¹⁵². O Conde d’Eu queria referir-se ao próprio professor francês, que de fato recusara confirmar as palavras que lhe haviam emprestado. Mas onde havia sobretudo muita exploração era em dizer-se que o Imperador estava atacado das faculdades mentais. “*Já não regula*”, era o que se ouvia por tôda a parte, e foi essa, entre outras, a razão principal que se iria dar, dois anos depois, para o afastarem do trono, Deodoro inclusive. A verdade, porém, é que êle sofria apenas de uns curtos

(151) Cit. pelo ministro de Inglaterra, no officio de 19 de setembro de 1887.

(152) Carta de 6 de setembro de 1887, cit. por Alberto Rangel, *Gastão de Orleans*.

intervalos de esquecimento, que, parecendo a muitos enfraquecimento cerebral, não passavam, em suma, de pequenos lapsos de memória, comuns aos que sofriam de diabetes.

Esse Dr. Dermeval da Fonseca era muito chegado ao Príncipe Dom Pedro Augusto. Não faltou, por isso, quem atribuisse a êste a inspiração de parte, pelo menos, dessas notícias alarmantes sôbre o estado mental do Imperador, com o fim de ir preparando o espírito público para aceitar o afastamento do Monarca do trono, abrindo assim caminho para a candidatura do Príncipe — no caso, bem entendido, da impossibilidade de a Princesa Imperial reinar. Não se conhecem provas de que Dom Pedro Augusto fôsse, realmente, mesmo de longe, o inspirador de tais notícias. Ao contrário, tudo faz crer que não partissem dêle, pois que nas cartas que escrevia por essa ocasião aos seus amigos brasileiros, mostrava-se ao contrário muito animado e satisfeito com as contínuas melhoras do avô, pelo menos antes da grave crise que o prostrara em Milão, em maio de 88, e quase o levava ao túmulo¹⁵³. Há apenas uma carta endereçada ao Barão de Estrêla, onde o Príncipe se mostra algo pessimista com o estado de saúde do Imperador, e deixa passar nas entrelinhas umas insinuações hoje difíceis de compreender. A carta foi escrita de Baden-Baden, em 21 de setembro de 1887, quer dizer, pouco depois de a comitiva imperial ter chegado à Europa, quando se pensava que uma estação de águas naquele balneário

(153) "Sua inteligência está brilhante e os seus hábitos se tornaram os mesmos do outro tempo, — escrevia êle ao Visconde de Taunay. — Seu estado físico é que ainda não satisfaz inteiramente" (Carta de Cannes, 21 de dezembro de 1887, pub. no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.) E em carta a Oton Leonardos, escrita um dia antes, também de Cannes: "Do Imperador tenho que dar-lhe muito boas notícias. Está com o espírito claro e fortalecido. Isto muito me alegra. As suas fôrças físicas tendem a voltar gradualmente. Bem compreenderá o Sr. o imenso prazer que sinto, vendo restabelecer-se a quem estimo tanto por mil razões" (Dom Pedro Augusto, *op. cit.*).

alemão seria o bastante para deixar o Imperador restabelecido. Diz ela assim:

“Não lhe dei notícias do Imperador na minha carta anterior? Não pode ser. Em suma, vou lhe falar com franqueza. Achei O Imperador muito melhor no dia em que cheguei da Stiria¹⁵⁴. Noto, porém, que tem muitas alternativas de bom e de mau aspecto. Cai às vêzes em profundo sono. Estou com receio de que o M. M.^a¹⁵⁵ esteja encobrindo a verdade. Conversei com o médico de Baden, que me disse que o doente estava muito forte; depois, vendo que eu não ignorava *certas coisas*, me declarou que estava com os órgãos fracos...¹⁵⁶. Fico num estado de dúvida constante. No entanto, o estado do doente parece muito *satisfatório*. Tem muito vigor para caminhar. Fui informado de que está tomando estriquinina, que é um excitante muito grande. O Sr. me diz sempre que sou pessimista. Encaro no entanto as coisas com muita calma e prudência”¹⁵⁷.

*

Depois da grave crise que o prostrara em Milão e o pusera às portas da morte, era natural que o seu estado de saúde não inspirasse mais as mesmas esperanças de antes, apesar de os seus médicos o considerarem curado. Foi só então que Dom Pedro Augusto passou a ver as coisas com grande pessimismo, não escondendo, em suas cartas da Europa, os receios de que o Imperador fôsse um homem irrecuperável até o fim de seus dias. Numa delas, escrita de Aix-les-Bains a Taunay, isto é, dias depois da crise de Milão, dizia que a inteligência do avô estava perfeita, o que lhe parecia, depois de tudo o que acontecera, um “verdadeiro milagre”; e que na aparência estava até melhor do que em Cannes. Mas que “à vista

(154) Região ao sul da Austría, onde êle fôra caçar.

(155) Mota Maia.

(156) Trecho suprimido no original. As sublinhas são do autor da carta.

(157) Dom Pedro Augusto, *op. cit.*

do que se passou está mais do que provado que nunca mais poderá entregar-se a trabalho seguido, quer físico quer intelectual. A sua vida, doravante, será calma e sem preocupações. - Infelizmente nunca mais teremos aquêlê homem ativo de há cinco anos. Mesmo que não entre na vida ativa, o que é certeza certa, poderá viver tranqüilo em Petrópolis, São Paulo ou outro ponto mais afastado das agitações"¹⁵⁸.

(158) Publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

O “pretendente”

Foi sobretudo a má vontade que havia contra a Princesa Isabel e o marido que deu corpo à manobra de afastá-la da sucessão no trono, em favor de seu sobrinho Dom Pedro Augusto, Duque de Saxe, filho de sua irmã Dona Leopoldina, e que desde o falecimento desta em Viena, em 1871, tinha sido levado para ser educado no Brasil. Nessa ocasião Dona Isabel não tinha filhos, sendo Dom Pedro Augusto, portanto, o herdeiro presuntivo do trono, razão pela qual o Imperador entendera que êle devia ser criado e educado no Brasil. “Forma-se já um partido, — dizia o Ministro da França, que quer substituir o Duque de Saxe, neto do Imperador, à sua tia a Condessa d’Eu, casada com um estrangeiro, e cuja popularidade é duvidosa”¹⁵⁹. Quer dizer, a má vontade contra ela era tão grande, que não somente pretendiam afastá-la do trono como também a seus três filhos, a começar pelo mais velho Dom Pedro, Príncipe do Grão Pará, que era então o herdeiro presuntivo da coroa e andava pelos seus doze anos de idade. Escrevendo a êste respeito para Londres, o Ministro de Inglaterra acentuava que nos círculos oficiais da Côrte não duvidavam discutir os méritos da “causa” de Dom Pedro Augusto, “colocando-o ao lado da Princesa Imperial como candidato ao trono, ao mesmo tempo que reprochavam abertamente as

(159) Offício de 3 de abril de 1887.

tendências clericais da Princesa e a influência do marido, um príncipe estrangeiro, nos negócios do Estado, em detrimento da independência do Brasil”¹⁶⁰.

O Ministão de França se referia a *um partido*, mas a verdade era que tudo não passava de uma manobra, que se vinha articulando desde algum tempo e se infiltrara já no seio da própria Família Imperial. “Plantaram a discórdia na família”, lamentara certa vez a Imperatriz¹⁶¹. “Não se pode desmentir, escrevia o Ministro de Inglaterra, que existe neste país um pequeno partido que prefere — se a Monarquia fôr mantida — ver a coroa passar para um sucessor varão, sobretudo quando êste está livre de influências clericais, o que parece ter prejudicado, em certa medida, a popularidade da Princesa herdeira”¹⁶².

Dom Pedro Augusto andava nessa época pelos seus 21 anos. Formado em Engenharia civil¹⁶³ especializara-se nos estudos de mineralogia, sôbre os quais escrevera várias monografias, tendo mesmo lido uma delas na Academia das Ciências de França, quando ali estivera com o avô, em 1887, o que lhe valera ser admitido como sócio correspondente daquela instituição. Pertencia também ao Instituto Histórico Brasileiro. Era, portanto, um rapaz culto, e além do mais inteligente, dotado de um

(160) Ofício de 27 de maio de 1887.

(161) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

(162) Ofício de 6 de janeiro de 1887.

(163) Formou-se pela Escola Politécnica do Rio, aliás, contra a sua vontade, pois desejava ser engenheiro militar. Em carta ao seu amigo Catrambi, escrita de Paris, 26 de junho de 1890, diz ter sido o Imperador quem se opôs a que êle fôsse militar, “talvez instigado pelo Conde d’Eu”. Essa acusação ao tio deve ir por conta da animosidade que êle sempre lhe dispensou, e no futuro só fêz aumentar. Talvez porque o Conde d’Eu, mais do que a mulher, não escondia sua oposição a qualquer veleidade do Príncipe em suceder ao avô. Numa carta que o Duque de Saxe, pai do Príncipe, escreveu ao seu procurador no Rio, já depois da queda da Monarquia, êle se refere a “certas *dúvidas e dificuldades*” (o sublinhado está no original) “que sempre houve entre meu filho e o tio, a respeito da sucessão Imperial” (Dom Pedro Augusto, *op. cit.*).

grande poder de simpatia. Muito simples de maneiras, acolhia a todos com uma palavra amável, fazendo-se por vêzcs espirituoso. No Palácio Leopoldina, à Rua Duque de Saxe (hoje General Canabarro), onde morava com o irmão Dom Augusto — Gousty, em família — gostava de cercar-se de uma roda de amigos dedicados, políticos, homens de letras, jornalistas, os quais formavam, como se dizia, a sua pequena *côrte* — Taunay, Rebouças, Afonso Celso Júnior, Catrambi, os Barões de Estrêla e de Maia Monteiro, França Júnior, Martins Pinheiro, Rodolfo Lahmeyer, Oton Leonardos, Francisco Wegner, Dr. Bezzi, entre outros. Fazendo-se mundano, dava aí as suas "partidas", com música ou danças, quando não reunia em roda de sua mesa, para um almoço ou um jantar, as notabilidades do tempo, inclusive estrangeiras. Nas vésperas de 15 de novembro dava o Príncipe um banquete em homenagem à officialidade do couraçado chileno *Almirante Cochrane*. "Está muito palaciano", dizia o Imperador a Rebouças, referindo-se ao neto¹⁶⁴.

Quando sua mãe falleceu em Viena, em 1871, êle era uma criança de apenas 5 anos de idade. O Imperador, que andava então pela Europa, trouxe-o para o Brasil a fim de educá-lo êle mesmo, instruí-lo e, de um certo modo, prepará-lo para uma possível sucessão no trono, no caso em que a filha Isabel, já casada havia sete anos com o Conde d'Eu, não viesse a ter filhos. De fato só veio a tê-lo em outubro de 1875, quando Dom Pedro Augusto era já um menino de 9 anos de idade e começava a ter consciência do papel que lhe estava até então reservado.

O Imperador apegou-se muito a êsse neto, que passou a ser o da sua predileção, e o menino, por seu lado, queria muito ao avô. Órfão de mãe, separado do

(164) André Rebouças, *Diário*.

pai desde a mais tenra idade — um pai que, a bem dizer, não conhecia — apegou-se logo ao avô, a quem tinha como um verdadeiro pai. “Meu verdadeiro amigo, que sempre é o mesmo comigo, apesar das mentiras que lhe têm contado” diria êle anos depois, em carta ao Barão de Estrêla¹⁶⁵. Eram laços de afeição que tinham, como se vê, sólidas raízes, para o que concorriam também certas afinidades existentes entre os dois — o amor aos estudos, por exemplo, a predileção pelas ciências naturais, a simplicidade de maneiras, o sentimento humano dos homens e das coisas. E, além do mais, uma grande semelhança física entre ambos.

*

A preferência que o Imperador tinha por êsse neto era tal, que não poucos acreditavam até que, se dependesse dêle, não duvidaria fazê-lo o seu sucessor, persuadido de que a Monarquia teria muito mais a lucrar com êsse Príncipe no trono, do que com a Princesa Imperial, dada sobretudo a má vontade que havia contra ela e o marido¹⁶⁶. Daí os desentendidos que, segundo se dizia, haviam surgido entre o Conde d’Eu e o sogro, e dos quais se fazia eco o ministro inglês atribuindo-os ao “particular interêsse” que o Imperador dispensava ao neto, a ponto de consentir ou, pelo menos, de fechar os olhos às críticas que êste fazia à tia e ao marido.

(165) *Op. cit.*

(166) Pois não se chegou até a dizer, com visos de verdade, que o Imperador iria abdicar em 2 de dezembro de 89, quando completaria 64 anos, em favor da filha, com a condição desta renunciar, por sua vez, por ela e por seus filhos, seus direitos ao trono, em favor de Dom Pedro Augusto? Max Leclerc, um jornalista francês que andou por essa ocasião entre nós, refere-se a êsse boato, acrescentando: “Não era provável que a Condessa d’Eu sacrificasse de bom grado seus direitos e, sobretudo, os direitos de seus filhos. Mas era certo que a imensa maioria dos brasileiros estava decidida a não consentir que o Conde d’Eu se aproximasse do trono. Era preciso agir; e teria havido fatalmente, em 2 de dezembro, uma revolução de palácio” (Max Leclerc, *Lettres du Brésil*).

MacDonnell chegava a dizer, o que certamente não devia ser verdade, que o motivo principal da viagem que o Conde d'Eu fêz à Europa, com a família, em janeiro de 1887, haviam sido "as divergências que se abriram entre êle e o Imperador, a propósito da futura sucessão ao trono"¹⁸⁷.

"Não gosta dêle", dizia o Barão Hubner, um diplomata austriaco, filho natural de Metternich que andava por êsse tempo entre nós; "e procura muitas vêzes desacreditá-lo"¹⁸⁸. Que o Imperador tivesse as suas razões para não gostar do genro, é o que não sabemos. O que sabemos, porém, é que êle jamais procurou desacreditá-lo, como quer fazer crer o diplomata austriaco, pelo menos diante de terceiros, em público ou entre as pessoas que freqüentavam o Paço. Se essa intriga em tôrno da sucessão no trono abriu uma fenda nas relações entre os dois, é coisa que não se conseguiu até hoje apurar. Ao contrário, o que todos sabemos é que até então, pelo menos, o Conde d'Eu sempre desfrutara de tôda a confiança do Imperador, e que êste jamais se furtara de o distinguir, quer como genro, como marido da herdeira do trono, quer como homem, isto é, por suas qualidades pessoais — qualidades de educação e de espírito, por sua inteligência, seu amor à família, pelo seu devotamento ao Brasil e a exata compreensão que sempre tivera dos deveres e obrigações que lhe impunha o espinhoso papel que desempenhava entre nós.

O jornalista José Avelino, que escreveu, logo depois de implantada a República, uma série de artigos para o *Correio Paulistano*, sob o pseudônimo de João Horácio, nos deu, num dêles, datado de 13 de março de 1890, êste perfil de Dom Pedro Augusto:

(187) Offício citado.

(188) R. Mendes Gonçalves, *O Barão Hubner na côrte de São Cristóvão*.

“Tinha talento, mas não tinha espírito. Tinha educação científica, mas faltava-lhe educação literária. Amava as festas dançantes, mas não tinha encantos como *causeur* e era um valsista desgracioso. Últimamente, depois da viagem à Europa, voltou mais príncipe do que foi: dava jantares, tinha uma bela instalação, adquiriu quadros originais de algum valor, bronzes de autores célebres, e estava fazendo um pouco o papel de homem do mundo. Mas faltava-lhe a arte de atrair os homens públicos, de arregimentá-los ou arregimentar-se com eles; não conhecia a tradição dos partidos, nem as questões sociais pelo seu lado prático. Era um órfão emancipado, e não um homem público. Além disso, era uma natureza hesitante e tímida, embora tivesse caráter expansivo”¹⁶⁹.

“Não tem ainda 25 anos [*idade constitucional para reinar*], dizia o Ministro de Portugal referindo-se ao Príncipe, mas já tem 21 e o diploma de Curso Superior, não faltando, assim, argumentos para sustentar que lhe são aplicáveis as disposições que alteraram posteriormente as condições da maioridade. É inteligente, bastante instruído para a sua idade, muito simpático e popular. Há neste país um grande número de monárquicos que entendem que, na falta do atual Imperador, a Monarquia ficaria mais sólidamente construída com o Príncipe Dom Pedro do que com a Princesa Dona Isabel”¹⁷⁰.

Por sua vez escrevia o Ministro da Bélgica: “Foi educado no Brasil. Sabe-se que tem a predileção tôda

(169) Escrita, como dissemos, em 13 de março de 1890, o Príncipe iria ter pouco depois, em Paris, conhecimento dessa correspondência de João Horácio. De lá escreveria ao seu amigo Catrambi, com data de 26 de junho do mesmo ano, procurando defender-se: “São Cristóvão nunca foi convento e aos 18 anos eu saía só e para onde queria, apenas o Imperador recomendava que não me distraísse muito por causa dos meus estudos. *Não tinha espírito*: é falso, e o Dr. Castro Lopes e outros a quem tenho escrito confessam que tenho espírito, *sal* e muito sarcasmo, salvo a modéstia. Seu filho e o Chaves Faria que o digam. *Educação literária*: fui muito bom estudante. Sei escrever com certa originalidade. Sempre me vesti no Raunier e nunca fui pelintra, mas andei sempre na moda. Era um pouco acanhado, como é natural em um rapaz que pouco saía, mas *conversava* bem quando tinha intimidade. Não foi com a ida à Europa que *aprendi*. Antes mesmo protestava contra a relaxação dos Paços Imperiais” (Dom Pedro Augusto, *op. cit.*).

(170) Ofício de 7 de maio de 1887.

especial do avô. Passa por ser muito inteligente e bem iniciado nas questões de política interna. Para alguns, seria um digno sucessor do Imperador. Se êle tem partidários, nada, em sua conduta ou sua atitude, permite acusá-lo de intrigas contra a sua prima [*aliás tia*] ou de encorajar os que desejavam colocá-lo no Poder depois da morte do Imperador¹⁷¹. Opinião, como se vê, generalizada, pois dêle se ocupou também o Almirante Mantese no relatório que anteriormente citamos, quando mandava dizer para o seu Governo: *Questo giovane Principe gode la simpatia di tutti i Brasiliani, e la sua candidatura messa avanti, troverebbe non pochi seguaci*. Para o ministro inglês, Dom Pedro Augusto era ainda um jovem inexperiente e, dizia, "nas presentes circunstâncias é de recear-se que possa ser transviado por danosas influências dèsses políticos e patriotas que nada têm a perder se falhar amanhã a sua candidatura. O fato, entretanto, de ser o Príncipe o neto favorito do Imperador, e de dividir com a Princesa o amor e a afeição do Monarca, não deve ser desprezado no caso de aparecer qualquer complicação. Embora êle não possa naturalmente reivindicar de modo legítimo o trono, salvo pelo fato de que durante muitos anos se espalhou a idéia de que seria o futuro Imperador, a questão é muito discutida pela opinião pública"¹⁷².

No entender de muitos, a sucessão ao trono devia caber-lhe não só por ser êle o neto mais velho do Imperador e já ter a idade constitucional para reinar, como por ser o Príncipe do Grão-Pará, filho mais velho da Princesa Imperial, um menino de apenas 12 anos, o que implicaria, no caso em que ascendesse ao trono amanhã, pelo afastamento ou abdicação da mãe, a constituição de uma Regência provisória, que, qualquer que

(171) Offício de 20 de outubro de 1889.

(172) Offício de 7 de maio de 1887.

fôsse, não deixaria de sofrer a influência dos pais do menino; e era justamente essa influência, direta ou indireta, nos negócios do Estado, que se queria evitar. Acrescia que êsse Príncipe nascera com um dos braços atrofiados, e um tal defeito era dado como o inabilitando para exercer a chefia do Estado. No fundo um mero pretexto, pois sendo em tudo o mais um homem são e inteiramente normal, isso nunca o impediria de reinar, para o que havia o exemplo do Príncipe herdeiro da Alemanha, que subiria ao trono por aquêl tempo, o qual sofria de igual atrofia, aliás muito mais pronunciada. Longe de ser um incapaz, Guilherme de Hohenzollern, ao contrário, só pecava por excesso de mando e de autoritarismo¹⁷³.

Quando o Imperador caiu doente em janeiro de 1887, e se receou por sua vida, discutiu-se muito na roda de Dom Pedro Augusto essa questão de sucessão, para o que se admitia francamente a exclusão da Princesa Imperial, alvo, como era de esperar, de todos os ataques. Carlos Buarque, um dos frequentadores daquela roda, contou a José Paranhos, futuro Barão do Rio Branco, que estando uma noite "o Príncipe a falar mal da tia, à qual chamava de beata, estreita de espírito, antipática ao País, mormente por causa do marido, que era estrangeiro, etc. etc., o Príncipe Dom Augusto atalhou o irmão dizendo: *deixa disso, que a sucessão não é dela, nem do maneta, nem do surdo, nem tua também*"¹⁷⁴, querendo talvez com isso significar que não haveria um Terceiro

(173) Parece que alguns monarquistas tinham suas preferências pelo irmão do Príncipe, Dom Augusto, oficial de Marinha, achando-o mais indicado para suceder ao avô. "Ouvi dizer, dirá Dom Pedro Augusto a Catrambi, que tinham certas idéias a respeito de meu mano. Eu posso lhe declarar que êle é *solidário* comigo [o grifo no original], e que em qualquer emergência me colocará na posição que me compete" (Dom Pedro Augusto, *op. cit.*).

(174) Cit. por Rodrigo M. F. de Andrade, *Rio-Branco e Castão da Cunha*. O "maneta" era o Príncipe do Grão Pará e o "surdo" era o Conde d'Eu.

Reinado. Fazendo côro com os dois irmãos estava também o Príncipe Dom Filipe, sobrinho do Imperador, filho de sua irmã Januária, conhecido como o Cadete Filipe, que, para patentear sua antipatia pela Princesa Imperial, batisara uma de suas cadelas com o nome de *Condêssa*.

Com tudo isso, a manobra de afastar do trono a herdeira legítima e substituí-la pelo Príncipe Dom Pedro Augusto acabou por surtir certos efeitos¹⁷⁵, ao contrário, portanto, do que dizia o ministro belga. Isto, no sentido de o Príncipe se deixar levar pela miragem de poder vir a ser Imperador, não parecendo nada impossível que a queda da Monarquia — que se deu daí a menos de dois anos, com a destituição e expulsão da Família Imperial, quer dizer, com o desmoronar de todos os seus sonhos dinásticos — tivesse tido uma profunda influência em seu espírito, sendo causa, pelo menos em parte, do desequilíbrio que iria manifestar-se dentro em breve de suas faculdades mentais.

*

“Teve a desgraça, dirá anos depois um jornal de São Paulo, *Autoridade*, de ser rodeado de uma caterva de bajuladores, que dizendo-se literatos, aproveitaram a oportunidade para excitarem nêle pretensões à Coroa”¹⁷⁶. Bajuladores ou não, o certo é que acabaram por convencê-lo de que podia e *devia* suceder ao avô; e apesar

(175) Chegou até a ter repercussão internacional, a ponto de um jornal inglês, o *Standard*, noticiar, uma semana depois da queda da Monarquia, que algumas Províncias do Brasil “querem restabelecer o Império com o Imperador Pedro III, o qual seria o Príncipe Dom Pedro-Augusto, filho da finada Princesa Dona Leopoldina e do Príncipe Augusto de Saxônia-Coburgo-Gotha”.

(176) Dom Pedro Augusto, *op. cit.*

dêle haver sempre declarado que não era *pretendente*, nunca pôde esconder essa ambição. Era um pretendente, como diz Clado Ribeiro de Lessa, que não se queria impor mas que “sempre esperava”¹⁷⁷. “Nunca fui pretendente”, dirá êle em 1890, já no exílio, fazendo praça de seus sentimentos democratas; “mas sempre lutei contra os abusos e estou pelo povo e com o povo, o verdadeiro soberano. Não sou amigo de espalhafatos, e se *chegar* [o grifo é nosso], há de ser pela prudência e calma, único caminho praticável”¹⁷⁸. Numa carta anterior, dirigida também ao seu amigo Catrambi, já êle dissera: “Ainda não perdi de todo as esperanças, e conto *voltar* [o grifo é dêle] ao Rio nas melhores condições”¹⁷⁹.

Voltar ao Rio... nas melhores condições... se chegar... Mas voltar como? Chegar onde? Ao trono? O trono já não mais existia nessa época. E apesar de tôda a miragem que pudesse ainda iludi-lo, não era possível que acreditasse na possibilidade de uma restauração monárquica, não só por falta de ambiente como pela adesão à República de quase todos os políticos do Império¹⁸⁰. Essa esperança, pois, de *chegar* (que só podia compreender-se no sentido de alcançar, de subir), devia referir-se ao poder supremo, à chefia do Estado, que apesar de tudo o que tinha acontecido êle ainda acalentasse. Ora, como a Monarquia era uma coisa con-

(177) Prefácio à obra acima citada.

(178) Carta de Paris, de 26 de junho de 1890, *op. cit.*

(179) Carta de Cannes, 2 de fevereiro de 1890, *idem*.

(180) Sem embargo, no meio daquelas confusões de idéias que prenunciava o seu estado mórbido, a possibilidade de uma restauração monárquica em seu favor não deixava de vir-lhe, por vêzes, ao espírito, o que daria lugar a que Taunay, sabedor disso por uma carta de Rebouças, passasse uma “reprimenda” ao Príncipe, em carta a êle dirigida. “Exprobrei-lhe — diz Taunay — com jeito mas energia, a levandade, mostrando lhe que no meio da Família Imperial reina a divergência por causa de pretensões bem ridículas no estado atual. Aconselhei-lhe que nunca falasse em Restauração. Enfim, boa reprimenda, que penso produzirá bons resultados” (Visconde de Taunay, *Pedro II*).

sumada e a realidade presente era a República, não seria nada impossível que o Príncipe alimentasse a esperança de poder vir a ser um dia presidente da República, repetindo no Brasil o exemplo do Príncipe Luís Napoleão em França.

Hipótese tanto mais verossímil quanto podemos hoje saber por suas próprias cartas que êle fôra acusado de ter simpatias republicanas, mesmo de haver "trabalhado" em favor da revolução de 15 de Novembro, apesar de sua qualidade de membro da Família Imperial. Acusação tanto mais surpreendente quanto ela partira do próprio Imperador, na tarde de 16 de novembro, quando o Príncipe propunha escapar-se do Paço da Cidade pela porta que dava sôbre a Rua do Carmo, para ver, talvez, o que era ainda possível fazer em benefício da Família Imperial, já praticamente prisioneira das recém-constituídas autoridades republicanas. Ao que se opôs terminantemente o Imperador, dizendo que o que êle queria era simplesmente fugir, acusando-o "de ter participado da revolução, trabalhando a seu favor no dia 15, até à hora de sua chegada ao Paço da Cidade". *Acusação injusta*, diz o Príncipe¹⁸¹.

Que êle quisesse *fugir*, como diz o Imperador, para não ficar prisioneiro no Paço com as demais pessoas que ali se encontravam, ou simplesmente para se juntar aos republicanos, é o que nunca se poderá saber¹⁸². Agora, que êle houvesse *trabalhado* a favor da implantação da República no correr do dia 15, é uma acusação pueril muito fácil de ser hoje destruída, uma vez que conhe-

(181) Carta citada.

(182) O jornalista a que nos referimos páginas atrás, João Horácio, pseudônimo de José Avelino Gurgel do Amaral, diz, numa outra correspondência para o *Correio Paulistano*, datada de 20 de maio de 1890, que êste parecia, no Paço da Cidade, "um morador de um prédio em chamas, tal era o seu pânico", o que bem podia ser um prenúncio do desequilíbrio mental que iria feri-lo durante a travessia para a Europa.

ceмос, por confissão do próprio Príncipe, todos os passos por êle dados nesse mesmo dia. De fato, segundo êle contou a Catrambi na carta acima citada, no dia 15, pela manhã, saíra de casa para dar o seu habitual passeio a cavalo. Na véspera, à noite, haviam estado ali alguns amigos, Taunay entre outros, aos quais êle participara a “revolta de dois regimentos que se recusavam a embarcar”, notícia que embora não de todo certa, não tinha nada de extraordinária, pois já ela corria àquela hora pela cidade (cêrca de 11 horas da noite). Da sublevação das fôrças comandadas pelo Marechal Deodoro e deposição do Gabinete Ouro-Prêto, diz êle que soube quando fazia o seu passeio a cavalo, na manhã daquele dia. Foi quando fôra informado “do assassinato do Ladário e da proclamação da República”, evidentemente em fontes menos autorizadas, porque nem Ladário tinha sido “assassinado” nem àquela hora a República havia sido “proclamada”. Ora, mal informado, assim, como estava, não era de crer que êle fôsse de algum modo ligado aos elementos que “faziam” a revolução. De volta do passeio a cavalo almoçou em seu palácio e pouco depois saiu para ir à casa do Barão de Maia Monteiro, de quem era amigo. Não diz, mas certamente para melhor se informar sôbre o que se passara na manhã daquele dia em frente ao Quartel-General, e não para se encontrar ou conspirar com os revoltosos, pois não era ali o local adequado para isso. Em casa do barão se deixou ficar até cêrca de 5 horas da tarde, quando voltou ao Palácio Leopoldina e lá se demorou a conversar com alguns amigos. Foi quando sabendo que o Imperador e os demais membros da Família Imperial estavam reunidos no Paço da Cidade, para lá se dirigiu em companhia do Dr. Bezzi, e de onde não mais saiu até embarcar, com o Imperador e demais príncipes, para o exílio.

Por aí se vê que no dia 15, pelo menos, êle não tivera qualquer participação com os elementos revolucionários, fôsse com os militares que haviam pôsto Deodoro à frente da revolta, fôsse com os republicanos, que se aproveitando do golpe de Estado e da ausência de qualquer reação por parte do Govêrno Imperial, iriam instituir a República ao cair da tarde dêsse mesmo dia. Que não havia tido nenhuma participação com os revoltosos provava-o ainda o fato, revelado também pelo Príncipe, de que êstes haviam pensado em retê-lo, como refém, "para impor a vontade ao Imperador"¹⁸³.

É possível que a desconfiança, que o Imperador tinha, de êle haver trabalhado em favor da revolução, resultasse do fato de o Príncipe (segundo diz êste) a haver "previsto" desde dias antes, muito embora não supusesse "que ela tomaria esta forma violenta e brutal". Previra-a, diz êle, "como uma consequência necessária [sic] dos últimos abusos oriundos do estado de debilitade do Chefe do Estado". E se não tomou nenhuma iniciativa para contê-la, diz êle ainda, "foi, primeiro, por se achar *tolhido* pelo estado de sítio"¹⁸⁴, e segundo por ter antes de sua pessoa a do Imperador, que nada resolvia e não deixava resolver". Essa previsão dos acontecimentos que se iam dar, fizera-a êle ainda na véspera, isto é, na noite de 14 de novembro, em sua casa, em conversa com Taunay e Afonso Celso Júnior, ao transmitir seus receios de "uma explosão em consequência de certas medidas repressivas"¹⁸⁵.

É possível que tanto Taunay como Afonso Celso não tivessem dado maior importância a tão sinistras previsões

(183) Carta de 26 de junho de 1890 *cit.*

(184) Dom Pedro Augusto quer referir-se aí, evidentemente, ao que êle poderia ter feito nos dias 16 e 17 de novembro, quando não havendo pròpriamente estado de sítio, a Família Imperial já se achava, práticamente, prisioneira no Paço da Cidade.

(185) Carta citada.

do Príncipe, atribuindo-as a certas fantasias que lhe passavam pela cabeça, consequência de um estado mental não muito equilibrado, e do qual já desconfiara Taunay desde algum tempo. Contava o Barão do Rio Branco que estando no Rio em 1887, Taunay se mostrara “muito consternado”, por desconfiar que o Príncipe sofria de qualquer distúrbio cerebral, não encontrando outra explicação para o que dêle ouvira, isto é, que “Dona Isabel e o Conde d’Eu pretendiam envenená-lo”¹⁸⁶. A mesma desconfiança que passara pelo espírito de Rebouças quando, num dia de dezembro de 1888, conversando com Dom Pedro Augusto em Petrópolis, êste lhe contara uma história de obrigar o Imperador a abdicar, e de afastá-lo, a êle Príncipe, para longe, casá-lo, impedindo sua volta ao Brasil, “e um sem número de misérias”¹⁸⁷.

Era o comêço do mal, uma espécie de mania de perseguição, que se iria realmente declarar, com intervalos mais ou menos longos de perfeita normalidade, durante a travessia da Família Imperial para o exílio, a bordo do *Alagoas*, onde os alvos preferidos do seu malquerer seriam o comandante do navio, José Pessoa, o Conde e a Condessa d’Eu, Mota Maia e o Conde de Nioac¹⁸⁸. Durante cêrca de três anos êsse infeliz Príncipe

(186) Rodrigo M. F. de Andrade, *op. cit.*

(187) André Rebouças, *Diário*.

(188) Essa prevenção, sobretudo contra Nioac, mas principalmente contra Mota Maia, vinha já de antes. Na viagem que êle empreendera à Europa, com o Imperador, nos anos de 87-88, o Príncipe se irritava com a maneira tirânica (segundo êle) com que Mota Maia decidia tudo o que se devia fazer ou deixar de fazer, sob o pretexto, ainda segundo êle, de poupar a saúde do Imperador, impondo a todos da comitiva imperial um itinerário previamente estabelecido. Em março de 1888 o Príncipe escrevia de Cannes ao Barão de Estrêla, que se encontrava então em Paris, dizendo que “as autoridades competentes e onipotentes [Nioac e Mota Maia], em sessão secreta, organizaram o seguinte programa, lido pelo arauto [Mota Maia] em pleno areópago: “partirás no dia 2, e em Gênova ficarás até 4...” Noutra carta, também ao barão, do mês de maio seguinte, escrita de Milão, êle dizia que “o M. M. [Mota Maia] está cada vez mais francês e indigno de qualquer amizade de homem leal”. E acrescentava: “Estou tristíssimo, e desejoso de me ver fora dêste meio e no Rio, sossegado”. Embora aparentemente são, nessa época, tais conceitos refletiam já certos sintomas de desequilíbrio mental.

iria viver na Europa nesse estado de meia lucidez, para acabar megulhado, para sempre, nas trevas de uma completa demência. Internado num sanatório austríaco, iria aí morrer já idoso, com cêrca de 68 anos de idade, em 1934, esquecido e por assim dizer abandonado por todos. Tendo deixado crescer a barba, que se fizera completamente branca, sua semelhança com o avô se tornara nesse fim de vida, segundo diziam, qualquer coisa de altamente impressionante.

Impopularidade do Conde d'Eu

Se a opinião pública acabasse, apesar de tudo, se conformando em aceitar a Princesa Imperial como Imperatriz, o que difficilmente toleraria era a presença do marido ao lado dela. Não obstante as provas por elle dadas de interesse e mesmo de afeição ao Brasil e aos Brasileiros, da perfeita correção que sempre mantivera ao lado da mulher, inclusive nas vezes em que ella exercera a Regência do Império, e do seu comportamento exemplar na Guerra do Paraguai — bem poucos o toleravam. Bem poucos estavam dispostos a reconhecerem as suas qualidades. Continuavam a tê-lo como um personagem estranho ao País, um verdadeiro intruso, elemento indesejável, que por via de um casamento se metera na vida dos Brasileiros. O *Francês*, como era geralmente qualificado. *Capitão marroquino*, como chamou Silveira Martins num tom pejorativo, querendo com isso referir-se ao tempo em que o príncipe combatera em Marrocos como official do Exército espanhol. “Impopularidade injustíssima, dirá mais tarde o Visconde de Ouro Preto, porém efetiva e vasta”.

“O Conde d'Eu, escreve Oliveira Viana, não conseguira nenhuma popularidade, nem sequer a simpatia dos círculos políticos e sociais do País. Elle era um tipo acabado de gentleman, mas a quem faltava o tacto preciso para entremostrar as muitas riquezas ocultas da sua alma, os seus grandes dons aristocráticos de carácter e de intelligência. Ninguém foi mais mal comprehendido

no seu meio do que êle; a maledicência tomou-o à sua conta para impopularizá-lo, projetando a sua personalidade na imaginação das massas, não numa imagem exata, mas numa imagem deformada e caricatural, em que não eram escassos os traços de antipatia e de grotesco. É assim que, sendo um bravo nos campos de batalha, diz uma testemunha daquela época, nunca se fêz um herói estimado e consagrado pelos seus companheiros de armas; sendo um homem de maneiras simples, nunca se fêz popular; um verdadeiro *mãos largas* em favor dos necessitados, mas que passava, entretanto, pela suspeita de avareza e sordidez”¹⁸⁹.

Por certo não se ia querer que êle fôsse um *Príncipe Perfeito*. Mas num ajuste de contas entre as qualidades e os defeitos, não se precisaria de muita boa vontade para se apurar um saldo a seu favor. O Visconde de Taunay, que o conhecera de perto e com o qual convivera por mais de um ano no final da Guerra do Paraguai, se bem que tivesse pessoalmente queixas dêle, não deixa de reconhecer-lhe, como diz, algumas “sólidas qualidades”. Assim que apesar de pertencer a uma das principais famílias reinantes da Europa, neto de Rei, e da posição de destaque que lhe dava a sua condição de marido da Princesa Imperial, era um homem “cheio de

(189) *O Ocaso do Império*. — Uma das muitas acusações que lhe faziam era o seu propalado amor ao dinheiro, tradicional, diziam, em sua família francesa, os Orleans; mas a melhor resposta que se poderia dar a isso seria a situação de insolvência em que êle se encontraria quando da queda do Império, a ponto de necessitar da ajuda financeira do pai para poder se manter com a família na Europa. Uma outra acusação, também dêsse gênero, era a propósito dos chamados *cortiços* que êle possuía na Córte e alugava à gente pobre, a preços considerados extorsivos, mas que deviam ser os correntes na época, mais ou menos os mesmos cobrados por outros proprietários dessas casas de habitação coletiva, populares no Rio e em outras cidades brasileiras, e ocupadas por pessoas de condições muito humildes, porque as demais moravam em suas próprias casas, ou casas alugadas. Só muitos anos depois é que se adotaria o costume de moradias coletivas para tôdas as classes da população, quando os antigos “cortiços”, melhorados sob o ponto de vista de construção, de higiene, de conforto interior, de dimensão e de apresentação, passaram a ser as “casas de apartamento” de hoje. Talvez devido à origem humilde dêsse gênero de habitação, havia ainda, no Brasil como no Estrangeiro, até pouco tempo, uma espécie de preconceito contra elas em certos círculos sociais, cabendo aqui dizer, por exemplo, que em Stockholm, poucos anos atrás, o Rei da Suécia não aceitava convites de Embaixadas ou Legações estrangeiras instaladas em casas de apartamento.

modéstia”, que detestava o fausto ou mesmo o simples luxo, muito agradável de maneiras, acessível a todos e pouco propenso a ouvir ou aceitar bajuladores. Como espôso e pai de família tinha qualidades exemplares, levando até ao exagêro seu amor aos filhos e aos cuidados com que os rodeava.

Lembra Taunay que nos últimos anos do Império, quando já os tinha um pouco crescidos, não fazia senão se ocupar de sua educação, “parecendo viver só e unicamente para isso”. Em Petrópolis, nos meses de verão, era visto pelas ruas da cidade, “de casaca e chapéu alto, seguindo um carrinho puxado por carneiros em que iam os meninos, o que de certo não concorria para o seu prestígio”. Não concorriam também certas maneiras suas no trajar, o descuidado das roupas, certos gestos desajeitados — “desajeitados até no simples cumprimentar”, diz ainda Taunay, e os muitos cacoetes que tinha, o que num homem de alta estatura como êle, só podiam torná-lo pouco simpático ao público.

Tais defeitos ainda seriam desculpáveis, considerados afinal inocentes. O pior, porém, eram os ataques que sofria por seus “hábitos de apertada economia”, como diz Taunay, que destoavam da tradicional largueza e tendência esbanjadora do brasileiro. E o sotaque francês do seu falar, um mal positivamente incorrigível, de que êle não conseguiria jamais se libertar, apesar do muito que estudara a nossa língua e da preocupação que sempre tivera em falá-la, evitando exprimir-se em francês mesmo com as pessoas cultas do país. Tendo a palavra fácil, corrente, mesmo fluente e elegante, dava entretanto uma má impressão quando falava o português, apoiando exageradamente nos *rr* — “em tom de chôro”, acentua Taunay¹⁹⁰.

*

(190) *Memórias*.

Essa má vontade que havia contra o Conde d'Eu não era de agora: vinha já, pode dizer-se desde quando êle se fixara no Brasil, ou melhor, desde quando se tornara o marido da Princesa Imperial. E êle bem que tinha consciência disso. “Demasiado sei, — escrevia certa vez ao Imperador, — o que custa borrar o estigma de *estrangeiro*, como demasiado conheço os preconceitos ou ciúmes que hão de, no seu dia, levantar-se contra mim”¹⁹¹. Era uma má vontade que não partia sòmente das camadas afastadas ou divorciadas do trono, mas que se manifestava também nos círculos ligados diretamente aos interêsses do Estado, aos órgãos do Govêrno e à própria sorte das instituições, aquelas que deviam ser, pela lógica das coisas, as primeiras a prestigiar o marido da futura Imperatriz, condição indispensável para a estabilidade e a manutenção da própria Monarquia.

No entanto, já em 1871, quando da primeira vez que a Princesa assumira a regência do Império, o Senado, que era o órgão conservador por excelência e um dos pilares do regime, se opusera a que o Conde d'Eu acompanhasse a mulher à Sala das Sessões, quando ela ia prestar o juramento constitucional, com o propósito evidente de ignorar oficialmente que êle era o marido da Regente: quiseram obrigá-lo a assistir ao ato de uma das tribunas, o que êle naturalmente recusara, deixando então de comparecer à cerimonia. “Pela primeira vez, — dirá Alberto Rangel — se manifestava de maneira pública e oficial, o comêço da série de demonstrações de cerceio ao acolhimento e boa apresentação do Príncipe Consorte, o Estrangeiro que se procurava diminuir, fazendo-lhe sentir as restrições da posição secundária”¹⁹².

Fôra justamente na previsão dessa e de outras dificuldades que o Imperador recomendara, nessa mesma

(191) Arquivo da Casa Imperial.

(192) *Op. cit.*

ocasião, isto é, nas vésperas da sua partida para o estrangeiro, quando ela ia assumir pela primeira vez a Regência do Império, que se tornava “indispensável que o meu genro, aliás conselheiro natural da minha filha, proceda de modo que não se possa ter a certeza de que êle influíu, mesmo por seus conselhos, nas opiniões da minha filha”. Isso para evitar, como êle diz, o *ciúme* dos Ministros. Para o Imperador, a posição do Conde d’Eu ao lado da mulher, em tudo que se referisse aos negócios do Estado ou tivesse o cunho oficial, devia ser idêntica à do Príncipe Alberto ao lado da Rainha Vitória¹⁹³. Isso para não ferir, como diria o Almirante Mantese, *l’orgoglio nazionale, che mal sopporta che un estero influisca sull’ amministrazione dello Stato*¹⁹⁴.

Os principais inspiradores dessa campanha de difamação contra o Conde d’Eu, nesse fim do Império eram, naturalmente, os republicanos, que sentindo o País ainda pouco maduro para abraçar a idéia da República, promoviam um sentimento de descrença na Monarquia, ou mais pròpriamente, na possibilidade da sua sobrevivência, do seu prolongamento por um Terceiro Reinado, o que significaria a sua extinção no decorrer de um tempo relativamente curto, pois era corrente que a vida do Imperador estava a findar. E para afastar a possibilidade de um Terceiro Reinado, nada mais fácil do que atacá-lo nas pessoas da Princesa e do marido, alvos sabidamente sensíveis à opinião pública. Oliveira Viana chama a isso

(193) *Conselhos à Regente*, cit. por João Camilo de Oliveira Tôrres, em *O Presidencialismo no Brasil*. — Com relação ao Príncipe Alberto, a assinalar que pela Constituição imperial o Conde d’Eu, se a mulher se tornasse Imperatriz reinante, êle não ficaria reduzido a simples Príncipe Consorte: tomaria o título, embora puramente honorífico, *sem parte alguma no Governo*, como estabelecia a Constituição, de Imperador, a igual do que se dava em Portugal, onde o marido da Rainha-reinante tomava sempre o título de Rei, digamos de Rei-Consorte. Era o caso, por exemplo do Rei Fernando, marido da Rainha Dona Maria II, irmã do Imperador Dom Pedro II.

(194) Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Itália.

de “crise de descrença, de ideal fracassado”, acrescentando que “não era a *crença* na República que criava novos adeptos do ideal republicano, mas a *descrença* na Monarquia; não se pedia, não se reclamava tanto a República quanto se condenava ou se acusava a Monarquia”¹⁹⁵.

Ora, nessa campanha contra o Terceiro Reinado o Conde d'Eu se tornava assim uma espécie de “cabeça de Turco” da Monarquia, alvo preferido dos mais grosseiros ataques¹⁹⁶; ataques de tal ordem, que dificilmente se conceberiam hoje, mesmo com a liberdade ilimitada e irresponsável de que goza a nossa imprensa. A *Federação*, por exemplo, órgão republicano de Pôrto

(195) *Op. cit.*

(196) A assinalar que mesmo aquêles que se diziam *a'nda* monarquistas, como Rui Barbosa, um monarquismo, aliás, *sui generis*, porque se comprazia em atacar a Família Imperial (seguia, dizia êle, a doutrina de Cavour: servia a pátria e desprezava os Príncipes), não se fartavam de demoralizar o marido da herdeira do trono, *soberano subalterno*, como o chamava num de seus artigos do *Diário de Notícias*. Para incompatibilizá-lo com a Nação, acusava-o de ter “engendrado” um plano que “levaria o Brasil à guerra civil”, associando notoriamente sua responsabilidade à atitude criminosa do Governo”, quando êste suprimiu na capital do Império o direito de reunião; isso porque a Polícia da Côrte havia ineptamente perturbado umas reuniões republicanas em praça pública. E para intrigar o Conde d'Eu com o Exército, onde êle tinha, como se sabe, as honras de Marechal, apontava-o como responsável de haver “saltado sôbre as leis da moralidade e do decôro”, para atentar contra o magistério da Escola Militar^(*). Dizia depois que a carreira dos nossos militares estavam em mãos do Príncipe, “de alferes até às mais graduadas patentes”, sendo êle “o senhor perpétuo das nossas fôrças armadas, assumindo nelas posição “que as mais gloriosas espadas nacionais, Caxias, Osório, Pelotas, nunca pretenderam”. O Príncipe era, nesse particular, um “Sôbre Ministro”, um “Sôbre Governo”. E concluía afirmando que “a gerência” absoluta dos interesses militares era “domínio exclusivo” do marido da herdeira do trono, “graças à puslanimidade, à baixesa dos conselheiros parlamentares da Coroa. Nenhum Ministro mexe uma palha, na organização do Exército, sem o beneplácito dêsse poder criminoso, feitor-mór da Guerra”. (*Instituições e Príncipes*).

(*) Rui queria referir-se ao incidente provocado pelo professor da Escola Militar Moreira Pinto, que numa aula de História havia atacado os Orléans de França, culpando-os da matança dos protestantes, na noite de São Bartolomeu, estando então presente o Conde d'Eu. Censurado pelo Comandante da Escola, Moreira Pinto viu-se obrigado a pedir jubilação. Rui Barbosa dizia que o Conde d'Eu tentara obrigar o Governo a demiti-lo, opondo-se, porém, a isso, o Imperador. Moreira Pinto era republicano, tendo sido um dos signatários do Manifesto de 1870.

Alegre, dizia que o Terceiro Reinado seria simplesmente o governo do marido da Princesa, “monarquista de direito divino, parista, violento e ambicioso; Reinado da violência, da intriga, da sacristia e das negociatas”. Para êsse jornal, o príncipe representava, “na maior intensidade imaginável, o desejo incontínente de riquezas, que é o característico mais pronunciado da sua família”, sendo aceito “com repugnância por um povo que não o estima e que não é por êle estimado”. Lúcio de Mendonça, por outro lado, no jornal *O Colombo*, de Campanha, Minas Gerais, dizia que o Conde d’Eu não passava de “um sujeito de pouca etiqueta e de pouquíssimas letras, um ganhador burguês, que professava a mais absoluta indiferença pelas coisas públicas desta terra”. Vê-se nesses dois exemplos o que havia de má fé e de falta de sinceridade nessa campanha que os republicanos moviam contra o Conde d’Eu: uns o atacavam por ser “um monarchista de direito divino”; outros por ser “um ganhador burguês”; uns por pretender ser governo no Brasil; outros pela indiferença que manifestava contra as nossas coisas públicas. Quer dizer, prêso por ter cão e prêso por não o ter. . .

A *República Federal*, jornal que se publicava na Bahia, envolvia em seus ataques tanto a Princesa como o marido. Ela não passava de uma mulher de “inteligência vulgar, interessada apenas por músicas e bailes”, achando o jornal que a sua subida ao trono seria uma desonra para o Brasil. E quanto ao marido, era um homem violento e despótico, com uma insaciável ambição de dinheiro e vanglórias; monarchista de direito divino (a mesma tolice do jornal mineiro), clerical, aristocrata, usurário, avarento, proprietário de bairros e casas miseráveis e imundas, que causavam a febre amarela no Rio. Tais ataques eram lançados por ocasião da sua viagem ao Norte do País, com o propósito evidente de

malquistá-lo com as populações locais e de anular tôda tentativa do Conde d'Eu no sentido de conquistar uma base de simpatia tanto para a Monarquia como para êle próprio.

*

Tarefa esta difficil, não só porque o mau conceito de que êle gozava (para não falar no desprestígio da Monarquia) já estava em grande parte enraizado em muitos círculos da opinião pensante do País, como porque êle tinha a seu lado, nessa viagem ao Norte, para dificultar-lhe os planos, justamente um dos republicanos que mais o tinham agredido, a êle e à mulher — Silva Jardim. O mesmo que um ano antes, numa conferência realizada na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro, atacando o Príncipe dissera que seria “uma ignomínia nacional a sua assunção ao trono brasileiro na pessoa de sua espôsa”, porque todos presentiam que no dia em que ella assumisse o Poder, seria êle o verdadeiro Chefe do Estado. “Um Francês repellido pela própria pátria, — acrescentava, — um forasteiro vulgar, embora feliz, porque simples Tenente, teve a dita de arranjar um bom negócio de casamento com a Princesa Imperial do Brasil”. “Homem mal dotado por qualquer face que se o considere, sem ponderação, sem maneiras, mau o aspecto (...); mesquinho, tanto que é pública a sua especulação de casebres miseráveis, o aluguel dos *cortiços*”.

Essa campanha de descrédito que se fazia no Brasil contra a Princesa e o marido, chegara a um tal ponto que já extravasara as fronteiras do País. Conhecida dos nossos vizinhos do Prata e em certos círculos políticos e sociais da França, terra do Conde d'Eu, iria se espalhar,

como era, aliás, de esperar, em Portugal, onde Eça de Queirós se fazia eco, dizendo que “duas lendas se tinham espalhado sôbre o *beatério* da Princesa e sôbre a *agiotagem* do Príncipe, ambas fatais num país de instintos grandemente generosos e terrivelmente livre-pensador; e onde todo caixeiro tremia de furor voltairiano quando se contava na loja que a Princesa Imperial, por suas mãos, varria as igrejas de Petrópolis, e não havia senão maldições contra os *cortiços*, verdadeiros ou falsos, do Conde d’Eu”¹⁹⁷.

(197) *Cartas inéditas de Fradique Mendes.*

Cotegipe e os militares

Por tudo o que se passava nos últimos anos da Monarquia pode-se afirmar que se o Imperador tivesse, nessa ocasião, como seu sucessor imediato, não uma filha, mas um varão, maior de idade e capaz, que pudesse assumir em qualquer momento a chefia do Estado, a República não teria vindo tão cedo quanto veio. Tudo fazia crer que apesar da campanha republicana e uma vez desaparecido o Monarca, ter-se-ia entrado por um Terceiro Reinado, sem maiores tropeços nem dificuldades. E conforme fôsse êle, a Monarquia poderia ser mantida ainda no Brasil por alguns anos mais.

Assim que a sua queda se deve, entre outros fatores de menor valia, primeiro à decadência física e intelectual do Imperador, precocemente envelhecido; segundo ao fato de lhe suceder no trono uma mulher, casada com um estrangeiro. Essas duas circunstâncias iriam favorecer grandemente a campanha de descrença na Monarquia. E, terceiro, a política, sob todos os pontos de vista errada, que o Gabinete Cotegipe adotou com relação aos militares.

A chamada "questão militar" apareceu, como vimos, ao tempo de seu Ministério¹⁹⁸. Nasceu da atitude indis-

(198) Tem-se querido remontar a "questão militar" ao caso do Coronel Frias Vilar e ao assassinato do jornalista Apulcro de Castro, ocorridos ambos no ano de 1883.

O caso Vilar, sob o Ministério Paranaguá, sendo Ministro da Guerra o Conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão do futuro Visconde

ciplinação de um então obscuro coronel do Exército, mas que não se teria transformado numa "questão" se não fôra a atitude quando menos desajeitada do seu Ministro da Guerra, vale dizer, do Gabinete. Quando ainda era tempo de Cotegipe intervir, com a sua grande autoridade e reconhecida habilidade política, para pôr água numa fervura que apenas se iniciava, não quis ou não soube fazê-lo. Ao contrário, transformou o que não era sequer uma questão *militar*, numa questão *militar e política*. Demasiado cioso de suas prerrogativas de Chefe do Governo, não soube, entretanto, defendê-las dentro de uma linha de coerência, serena e ao mesmo tempo enérgica.

Entrou a pecar, ora por excesso de poder, ora por excesso de fraqueza. Quando não simplesmente por

de Ouro Preto, foi "o primeiro, diz Magalhães Júnior, de uma série de episódios destinados a estabelecer profundo dissídio entre os elementos militares e políticos" (*Deodoro*).

Não nos parece, porém, procedente esse ponto de vista, ainda porque os dois casos foram completamente diversos um do outro, sendo que o primeiro resultou, na realidade, de um ato de indisciplina de um oficial superior, se bem que provocado por seu estado mórbido e profundo despeito; o segundo não passou de uma reação provocada pelo sabido espírito de intolerância da generalidade dos nossos militares, de sua repulsa a toda crítica ou todo ataque de imprensa, intolerância que sempre se verificou entre nós e isso até os nossos dias. Em todo o caso, e para inteligência do leitor, vale sempre a pena resumir aqui esses dois episódios.

O primeiro foi provocado por esse Coronel Frias Vilar, oficial turbulento e de temperamento doentio, que por ter sido preterido, na promoção a general, pelo seu colega de armas Floriano Peixoto, apesar de este figurar no 10.º lugar na lista dos coronéis, enquanto Vilar era o 23.º, investiu desabridamente contra o Ministro da Guerra, ameaçando o Governo com o levante do batalhão que comandava na Côte. Afastado do comando dessa unidade e transferido para o Rio Grande do Sul, recusou partir, sob o pretexto de estar doente e pretender pedir reforma.

Inflexível, Carlos Afonso mandou prendê-lo no seu próprio quartel, isto é, segundo declarou o ministro, "no meio das 300 baionetas com que o coronel ameaçava a Capital do Império, e para que, de uma vez por todas, ficasse sabendo que neste País só podem invocar baionetas as autoridades legitimamente constituídas em nome da lei e da sua execução" (Magalhães Júnior, *op. cit.*). Recolhido prêsso, foi obrigado a embarcar, três dias depois, para o Rio Grande do Sul, onde foi pouco depois solto e reformado.

É verdade que essa atitude enérgica de Carlos Afonso criou-lhe uma grande impopularidade nos meios militares, que só fêz aumentar quando

pusilanimidade. Coube-lhe assim a grande culpa de não ter querido — ou não ter sabido — cortar enquanto era tempo essa irritante questão com os militares. Mais ainda: a culpa de tê-la provocado; e, depois de a provocar, de não a ter extirpado quando ela começou a tornar-se perigosa não só para o seu Governo como para a própria estabilidade das instituições. Pode ser que Cotegipe não se tivesse desde logo apercebido desse perigo, como de resto não o compreenderam também outros políticos do tempo, a começar pelo próprio Imperador; que não tivesse dado importância à agitação que se fazia entre a mocidade das escolas militares e a jovem officialidade do Exército — Tenentes, capitães, maiores — subestimando a repercussão que ela podia ter nos quartéis ou guarnições militares do País. Por certo não deu também

êle, deixando o Ministério, foi para a tribuna da Câmara dos Deputados atacar a indisciplina, o relaxamento e, segundo êle, a pouca honestidade (em matéria de fornecimentos) que reinavam em algumas administrações militares, provocando com isso uma carta que lhe dirigiu pela imprensa o Visconde de Pelotas. Em revide, Carlos Afonso voltou-se contra êste, chamando-o de truculento e de despótico para com os seus inferiores, e lamentando que uma tão alta patente do Exército fôsse para a imprensa firmar com o seu nome "três ou quatro chatas banalidades acêrca da Administração da Guerra". Nessa altura Pelotas entendeu de bom aviso não prosseguir com os seus ataques, e o chamado caso Frias Vilar foi enterrado.

Com Apulcro de Castro foi coisa diferente. Redator-chefe de um jornal difamador, intitulado *O Corsário*, que se publicava no Rio, foi barbaramente assassinado, às portas da Polícia da Côrte, por um grupo de officiaes do 1.º Regimento de Cavalaria, em revide aos ataques desse jornal (*). Esse crime, sob todos os aspectos inqualificável, ficou impune, o que provocou verdadeiro escândalo público, que mais clamoroso ainda se tornou quando se soube que o Imperador, dias depois, foi visitar o quartel daquele regimento, "visita que era uma humilhação da Coroa perante a rebelião militar", declarou Andrade Figueira na Câmara dos Deputados.

Nos meios militares o crime foi simplesmente abafado, sob pretexto de defesa da classe, e uma das poucas vozes que tiveram a coragem de condemná-lo foi a do General Tibúrcio, que em carta ao seu amigo João Brígido escreveu: "Sou, talvez, o único militar na Côrte que lamenta êsses excessos. Quero ser unidade. Prefiro lamentar o assassinato do Apulcro, a incensar a vaidade de poderosos que atiraram meus irmãos de armas à liça vergonhosa do celerado e do bandido" (Carta de 28 de outubro de 1883, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro).

(*) Por sinal que iria ser esse mesmo 1.º Regimento de Cavalaria o primeiro que se poria à frente da coluna revolucionária que marcharia contra o Governo na manhã de 15 de novembro de 1889.

importância ao fato de estar o Marechal Deodoro à frente desse grupo de jovens oficiais, achando que apesar da tradição militar da família, do alto conceito que ele gozava no Exército e do feito impetuoso que o caracterizava, lhe faltava prestígio para se colocar à frente de uma sublevação militar. Acrescia que, depois que voltara do Rio Grande do Sul, Deodoro ficara praticamente sem comando, confinado em sua casa da Praça 11 de Junho; e Cotegipe, como o geral dos políticos, achava que tirar a um oficial o comando de uma tropa, era o mesmo que cortar as asas de um pássaro voador. Ora, isso estaria certo se se tratasse de um oficial subalterno ou mesmo superior. Mas, tratando-se de um oficial-general já a coisa era diferente, porque para amedrontar os políticos e obrigá-los a ceder, mesmo para derrubá-los das posições de mando, não se precisava tanto de tropa quanto do espantinho de um simples uniforme de general.

*

Não dando, assim, maior importância à agitação militar, Cotegipe pouco fez para evitar que ela se alastrasse e tomasse vulto. E só quando se apercebeu realmente do perigo que o envolvia é que se decidiu a agir. Mas agiu ostentando uma força que de fato não tinha; ou se a tinha não sabia como usá-la.

Aliás, era uma força que residia sobretudo nos estratagemas de sua tradicional velhacaria política, pretendendo manobrar os militares com a mesma facilidade e o mesmo sucesso com que havia sempre manobrado os políticos. Foi o seu erro. Querendo resguardar por esse modo a autoridade do Governo, recorreu a medidas hesitantes e incompletas, ora avançando, ora recuando. Quando recuava, oferecia o flanco aos adversários; quando avançava, alardeava uma força que não tinha,

e que não enganando a ninguém só servia para desmascarar sua própria fraqueza. Procurava agir ou fingia que agia, mas não querendo malquistar-se com quem quer que fôsse, dava razão a todos sem no fundo a dar a ninguém. E quando era coagido a um ato de energia, aplicava-o com panos quentes, com medidas indecisas ou incompletas, que no fundo se contradiziam e praticamente se anulavam.

Por essas e outras é que Cristiano Benedito Ottoni diz que ninguém mais do que êle favoreceu a anarquia e a indisciplina no Exército; e, o que era pior, “com quebra da dignidade do Poder Executivo”¹⁹⁹. Acusado dessas e de outras coisas, inclusive pelos seus partidários políticos, preocupados que se mostravam com as dificuldades do Ministério e da própria situação conservadora²⁰⁰, Cotegipe defendia-se dizendo que não podia fazer milagres nem resistir à anarquia sem o apoio de seus correligionários. “Eu não posso fazer milagres, escrevia êle ao seu compadre Lucena, nem mesmo opor resistência à anarquia, sem sincero e forte apoio dos conservadores...” E sentindo que alguns dos seus partidários já se preparavam para se passarem para as hostes dos adversários, na previsão de sua próxima queda, acrescentava: “...como general romano à frente dos desertores, para fugir, ou antes, ligar-se aos inimigos...”²⁰¹.

(199) *Op. cit.*

(200) “O nosso Cotegipe não quer acertar com o caminho, escrevia a Lucena o seu amigo Herculano Bandeira (Carta de 29 de dezembro de 1887, no arquivo do Barão de Lucena); se êle não se quer reformar, deve quanto antes deixar o Poder. Parece, porém, que não o fará, e o Partido fica sacrificado”.

(201) Carta de 4 de setembro de 1887, no arquivo citado.

Queda do Gabinete Cotegeipe

Havia, depois, para enfraquecer ainda mais a posição do Gabinete, o problema da escravatura, fonte tanto maior de dificuldades para o Governo quanto a sua política, nesse particular, como era, aliás, sabido, não correspondia em nada às idéias da Princesa Imperial Regente. Não coincidia com as idéias dela como não coincidia tampouco — o que agravava ainda mais a situação do Ministério — com o sentimento geral da Nação, que já nessa altura começava a ser empolgada pela idéia de uma abolição total e imediata. Uma prova disso tivera Cotegeipe no golpe que sofrera, não fazia um ano, com a derrota de um de seus ministros, Conselheiro Machado Portela, que se apresentando candidato a deputado, fôra estrondosamente batido pelos abolicionistas pernambucanos com a vitória do liberal Joaquim Nabuco; derrota tanto mais desmoralizadora para o Gabinete quanto este, como de resto quase todo o mundo, tinha como assegurada a vitória do candidato governista — inclusive o próprio Nabuco²⁰². Batido, como fôra, nas urnas, Portela se vira na obrigação de exonerar-se do Governo.

(202) *L'élection paraissait assurée*, escrevia o Ministro da Bélgica, de l'aveu même des partisans de son compétiteur, qui revenu de Londres peu de temps avant, semblait n'entrer en lice que pour marquer le pas, car il avait déjà été battu à deux reprises par Mr Portela, alors qu'il disposait de toute l'influence du Gouvernement libéral présidé par le conseiller Dantas. À la surprise générale et à son propre étonnement, m'a-t-il dit lui-même, Mr. Nabuco l'a emporté de 200 voix sur le Ministre (Ofício de 25 de outubro de 1887).

Podia ser êsse um fato isolado. Mas era sintomático de que a política de *frear* o movimento abolicionista, limitando-o ao simples cumprimento da Lei Saraiva, adotada por êsse mesmo Gabinete, que dava liberdade apenas aos escravos sexagenários, não correspondia mais aos sentimentos da opinião pública; e, o que era pior, aos ideais, aos desejos e às intenções da Princesa agora Regente. Sôbre isso, aliás, Cotegipe não podia ter ilusões, porque pouco antes da partida do Imperador ela tivera a franqueza de confessar-lhe, na previsão das dificuldades que iria ter com o Gabinete, logo que assumisse a chefia do Estado, que não estava nada de acôrdo com muita coisa que o Ministério fazia ou deixava de fazer sôbre a questão da escravatura; ao que o velho político baiano respondera, com a sua costumeira habilidade, que agir de outro modo seria pôr em risco a vida do Imperador. “E com isso tapou-me a bôca”, dirá ela²⁰³.

Quando a Princesa assumiu o Poder, voltou ela logo ao assunto, mas dando dessa vez francamente a entender ao Presidente do Conselho que não era mais possível ao Governo deixar de fazer qualquer coisa pela abolição da escravatura. Fêz-lhe ver que todo o País se ocupava do problema, que a agitação em tôrno dêle era geral, em quase tôdas as classes, e que ela mesma estava ligada de corpo e alma à luta pela libertação dos escravos, que “a ganhava cada vez mais” — e que só o Ministério se conservava estranho a tudo o que se passava, numa situação de completa indiferença²⁰⁴. Cotegipe, porém,

(203) Notas da Princesa no Arquivo da Casa Imperial. Em carta aos pais, datada de 14 de março de 1888 (arquivo citado), ela dizia, dando conta da exoneração de Cotegipe, que já desde algum tempo suas idéias não coincidiam com as do Ministério. “Há tempos, dizia ela, minhas idéias divergiam das do Ministério. Sentia que o Governo perdia muita força moral e já alguma coisa nesse sentido dissera, há bastantes semanas”.

(204) “A questão da Abolição caminhava, dirá ela, suas idéias ganhavam-me cada vez mais, não havia publicações a respeito que não lesse, e cada vez mais me convencia do que era necessário fazer qualquer coisa nesse sentido” (Notas citadas).

fêz-se de surdo. E tôda a vez que ela insistia em seus argumentos, o Presidente do Conselho repetia a mesma coisa, fugindo ao assunto: estava estudando a questão.

Mas a Princesa, voluntariosa como era, não se deu, com isso, por vencida. E para mostrar ainda mais e de uma maneira, agora, acintosamente pública, os seus sentimentos abolicionistas, num quase desafio à política do Ministério, “à prudente reserva”, como dizia o Ministro da Bélgica, do Presidente do Conselho, promoveu em Petrópolis uma série de festas — batalhas de flores, bailes, concertos, representações teatrais — em benefício da obra de libertação dos escravos, colocando-se ela mesma, seu marido, seus filhos e os dignatários de sua Casa, à frente de tôdas essas manifestações. O resultado pecuniário obtido foi relativamente pequeno. Mas isso pouco importava, porque o principal objetivo da Regente fôra incentivar ainda mais o sentimento abolicionista do País, e sobretudo prestigiá-lo com a sua atitude de ostensiva solidariedade.

Ainda aí Cotegipe fêz-se de desentendido, tendo mesmo o cuidado de não se manifestar a propósito das críticas que se fizeram na imprensa, inclusive no *O País*, que apesar de ser o órgão da oposição liberal e abolicionista, se juntou aos outros jornais para censurar os chefes das Missões diplomáticas estrangeiras que se haviam associado a essas festas, a manifestações, como diziam, dirigidas evidentemente contra a política do Ministério. No fundo, Cotegipe procurava ainda ganhar tempo. Não querendo entrar em luta aberta com a Regente, pois sabia que só teria a perder com isso, negaceava quanto podia, na esperança de que uma cura mais rápida do Imperador permitisse que êle antecipasse a sua volta ao Brasil. Êle não desconhecia os sentimentos abolicionistas do Monarca. Mas sabia que os seus escrúpulos constitucionais não o levariam jamais a abrir luta

aberta com o Ministério numa questão em que a Coroa não podia ficar descoberta. Sabia também, por outro lado, que o Imperador era um homem tolerante e precavido, e estava longe de ter o feitio impulsivo da filha, aquela sensibilidade feminina que a caracterizava, e que a fazia sofrer em seu amor-próprio tôda a vez que não podia, não diremos impor sua vontade, mas ser ouvida e obedecida em questões que a interessavam pessoalmente, e nas quais entendia que a sua opinião devia, em última análise, prevalecer.

Cansada de insistir sem resultado, decidiu ela um dia, apresentar um *ultimatum* a Cotegipe, no sentido de êle se decidir a fazer qualquer coisa em favor da emancipação dos escravos. “Só faltou dizer-lhe que êle devia retirar-se” [*exonerar-se*], dirá ella; “mas nada parecia compreender o Sr. Barão, e com muito boas palavras e muito jeito, ainda dessa vez foi mais fino do que eu”²⁰⁵. Em outra ocasião, em plena reunião do Gabinete, “julguei dever repetir diante de todos os Ministros (receosa de que o Sr. Barão guardasse só para si minhas ponderações), o que lhe dissera particularmente, acrescentando que o Ministério não podia continuar se não fizesse qualquer coisa a favor da emancipação; e que julgava que deveria aceitar as idéias dos senadores João Alfredo e Antônio Prado. A isto, não me lembra se foi o Sr. Barão ou o Sr. Belisário²⁰⁶, que respondeu-me *não ter de ir atrás dêsses senhores*”²⁰⁷. Estomagado, afinal, com tanta insistência da Princesa, animou-se Cotegipe a aconselhá-la a que se mantivesse neutra numa questão que dividia tão profundamente os partidos — *como a Rainha Vitória*, acrescentou. Ao que ella retorquiu, com desembaraço, que

(205) Notas citadas.

(206) Francisco Belisário Soares de Sousa, deputado pela Província do Rio e Ministro da Fazenda.

(207) Notas citadas.

tinha o direito de manifestar-se; e que a Rainha Vitória era justamente censurada pela posição de neutralidade em que se colocava diante de certos problemas do Estado, neutralidade tida por muitos como prejudicial aos interesses da Inglaterra²⁰⁸.

Chegadas as coisas a êsse ponto, já não era mais possível um entendimento entre os dois. Mais dias, menos dias, ter-se-ia que chegar a um rompimento, para o que a Princesa não esperava senão um pretexto. Ela sentia-se cada vez mais contrafeita de ter que governar com um Gabinete que havia perdido por completo a sua confiança; que não só comprometia a sorte das instituições como a indispunha com a opinião do País, pela tolerância com que o mantinha ainda no Poder.

“Tinha vergonha de mim mesma” dirá ela, “que talvez por um excesso de comodismo, para evitar uma estralada, o que sempre me é desagradável, descuidava fazer com que se retirasse um Ministério que sentia não fazia, em primeiro lugar, o bem do País, depois que com êle me arrastava para o abismo”²⁰⁹. Ela se sentia tanto mais inclinada de desembaraçar-se dêle, quanto tinha a seu lado, para encorajá-la, a opinião do marido, que em carta ao pai, de agosto do ano anterior (1887), se abria sôbre essa questão, entendendo que o Ministério não podia continuar, e que convinha substituí-lo “logo que se apresentasse uma ocasião que não tivesse o aspecto de uma pressão legal”²¹⁰.

*

(208) Nota de Cotegipe, comunicada pelo historiador Wanderley Pinho.

(209) Notas da Princesa *cit.* — Na carta aos pais citada anteriormente ela confessava “que uma surda irritação se apoderara de mim, e em consciência não devia continuar com um Ministério quando eu, por mim mesma, sentia e estava convencida de que êle não preenchia as aspirações do País”.

(210) Alberto Rangel, *op. cit.*

Essa “ocasião” iria apresentar-se em março de 1888, numa questão, aliás, de pouca importância, mas o bastante para entornar um copo que já estava completamente cheio. Foi a gota de água. Tudo se originou da prisão, pela Polícia da Côrte, parece que arbitrariamente, de um oficial reformado da Armada, vestido, aliás, à paisana, e encontrado em estado de embriaguez. O fato em si mesmo não teria maiores conseqüências e não passaria de um simples caso de polícia se não tivesse provocado de parte da Marinha de Guerra uma forte reação, transformando-o numa verdadeira pequena “questão militar” e pondo a Capital do Império, durante três dias, em estado de verdadeiro alarma. Foi o bastante para a Princesa Imperial Regente tomar o caso a si, com tanto maior decisão quanto se viu ainda aí apoiada pelo marido, que saindo das normas de reserva que lhe cabia manter, se apressou em fazer ostensivamente uma visita ao Clube Naval, num gesto de evidente solidariedade com a Marinha²¹¹.

Exigiu então a Regente a demissão do Chefe de Polícia, Desembargador Coelho Bastos, apelidado o *Rapa-cócco*, que era para ela o principal responsável pelas ocorrências. “Ninguém mais do que eu, escrevia a Princesa a Mac Dowell, Ministro da Justiça, deplora os tristes acontecimentos, mas não posso deixar de continuar a pensar que a Polícia, e mesmo o Chefe de Polícia, tem culpa em tudo isso, não no momento em que as coisas se dão, estou convencida de que fazem o que podem, mas acoroçoando-os, mesmo sem quererem, pela falta de atenção dada a acontecimentos anteriores, procurando

(211) Segundo José Maria dos Santos (*A Política Geral do Brasil*), a visita do Conde d'Eu ao Clube Naval, nessa ocasião, foi decidida num “conselho de família”, reunido no Paço de São Cristóvão, com a presença da Princesa, do marido e do Príncipe Dom Augusto de Saxe, seu sobrinho, oficial de Marinha, que se constituiu em “porta-voz das queixas dos seus companheiros de armas, fazendo ver ao Paço os perigos de uma excessiva intransigência para com eles”.

evasivas para inocentar os acusados, antes que seu crime ou inocência sejam provados, e quando a opinião pública e pessoas de conceito os acusam”²¹².

Não entendeu assim o Presidente do Conselho, num certo sentido com razão: para êle, o Chefe de Polícia não podia ser pôsto em causa; quando muito se poderia culpar o comandante militar da Polícia, responsável principal pela prisão do oficial inculpado. Concordaria, por isso, com a demissão dêste, mas nunca do outro. E como a Princesa se mostrasse intransigente, com o evidente propósito de aproveitar-se do incidente para obrigar Cotegipe a demitir-se, não teve êste outro remédio senão pedir mesmo a exoneração do Gabinete, o que fêz numa carta amargurada que escreveu à Regente, lamentando que ela desse “maior crédito a outras informações que as dadas sob a responsabilidade de seus conselheiros constitucionais”²¹³. Para o velho estadista

(212) Carta de 4 de março de 1888 (minuta no Arquivo da Casa Imperial).

(213) Carta de 7 de março de 1888, no arquivo citado. — José Maria dos Santos (*op. cit.*) diz que Cotegipe, em conversa com Silva Jardim, diria posteriormente que a sua demissão resultaria de “uma conspiração de Palácio”, querendo com isso referir-se à reunião que houvera em São Cristóvão, e na qual ficara decidida a visita do Conde d’Eu ao Clube Naval. Mas todos sabemos hoje que ela se deve unicamente a uma decisão da Princesa, que não o querendo mais para Chefe do Governo, dada sua intransigência na questão da escravatura, aproveitou-se simplesmente do caso da prisão dêsse oficial de Marinha para obrigá-lo a demitir-se. Em notas que deixou escritas e se encontram no arquivo da Casa Imperial, ela assim relatou como se deu a exoneração de Cotegipe: “No dia em que descí de Petrópolis, o Sr. Barão de Cotegipe quis falar-me em particular antes do despacho, como muitas vêzes o fazia. Começou por relatar-me os fatos e propôs-me a demissão do Comandante da Polícia, Coronel Lago e do Alferes Batista. A isto respondi que sim, mas que exigia também a do Chefe de Polícia. O Sr. Barão ainda tentou salvá-lo, mas não o conseguindo, puxou do bôlso a carta de demissão do Ministério, que já trazia pronta, mas que creio bem não teria apresentado se eu tivesse deixado ficar o Sr. Coelho Bastos”. E mais adiante, indagando: “Teria sido melhor deixar continuar as coisas até à época da abertura das Câmaras [daí a dois meses] em que, visto o emperramento do Ministério, eu o teria obrigado a pedir sua demissão? Não o creio. Não sei como o País teria suportado os dois meses que faztavam; e além disso tinha tanta consciência do jeito tradicional do Sr. Barão de Cotegipe que, não temo confessá-lo, receei que ainda dessa vez me enroldilhasse e não achasse eu meio de dar o golpe que julgava necessário”.

baiano, sua retirada do Governo, em tais circunstâncias, iria ser um golpe bem rude, com o qual jamais se conformaria²¹⁴, porque significava o encerramento da sua longa carreira política.

Sendo um homem de mais de setenta anos, não era provável que tivesse uma outra oportunidade para voltar ao Poder. Iria, aliás, falecer dentro de onze meses, não sendo mesmo impossível que os aborrecimentos que teve com tudo isso tivessem apressado a sua morte. Causaram-lhe tanta amargura, que êle próprio não o soube esconder quando, num discurso pronunciado no Senado por ocasião da sua demissão, e dando asas ao seu ressentimento, acusou a Princesa de o haver despedido por êle se ter recusado a exonerar um funcionário da sua confiança, fato, disse, que só se tinha dado uma vez em todo o Reinado, em 1844, quando o Imperador, ainda muito jovem, teve procedimento igual mas do qual iria mais tarde arrepender-se, com a experiência adquirida no Governo²¹⁵.

(214) Inconformados com o modo pelo qual a Princesa obrigou Cotegipe a demitir-se, seus partidários, senão êle próprio, chegaram a pensar numa interpelação no Parlamento, a fim de saber-se se ela, como Regente, tinha autoridade para afastar do Poder um Ministério que dispunha de maioria parlamentar e não fôra objeto de nenhum voto de desconfiança. O Ministro de França se refere a isso em Ofício de 18 de abril de 1889 — *erreur grave*, diz êle. Mas a idéia não foi por diante, para o que devia ter concorrido o falecimento de Cotegipe em 13 de fevereiro de 1889. De resto, uma tal interpelação não teria sentido, porque constitucionalmente não havia no Brasil governo parlamentar, e o Chefe de Estado — no caso a Regente — embora interino, tinha bem o direito, pela Constituição, de nomear e demitir livremente os seus ministros. É verdade que o Imperador não costumava usar dêsse direito desde que se criou o cargo de Presidente do Conselho, deixando a êste essa incumbência. Mas nem por isso deixou de existir tal direito.

(215) Cotegipe queria referir-se à demissão de Honório Hermeto, depois Marquês de Paraná, se bem que o caso fôsse o inverso, isto é, Honório Hermeto é que preferiu demitir-se por não querer o Imperador conceder a demissão, que êle exigia, de Saturnino Coutinho, inspetor da Alfândega. Saturnino era, como se sabe, irmão do então todo poderoso Aureliano (depois Visconde de Sepetiba), tido como o chefe da "facção áulica", homem, portanto, da *entourage* do Monarca. Aliás, não era exato que o Imperador houvesse depois se arrependido de haver recusado a exoneração de Saturnino. Anos mais tarde, em nota à margem do livro de Tito

Retirando-se Cotegipe, foi chamado, como era de esperar, para organizar o novo Gabinete, o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, senador pela Província de Pernambuco e chefe da dissidência conservadora no Senado, quer dizer, da ala abolicionista do Partido²¹⁶. Na altura em que ia a campanha da Abolição, sua entrada para o Governo não podia significar senão a solução radical e imediata da questão.

Ele mesmo, aliás, se encarregaria de confirmar isso no discurso com que se apresentaria à Câmara, ao declarar que tudo faria para promover “quanto antes a reforma do elemento servil”. Por sua parte, ao chamá-lo para constituir o novo Governo, não esperava a Princesa outra coisa. Dirá ela: “Conhecendo as idéias do Sr. João Alfredo, estava convencida de que o que elle fizesse seria bom”. O novo Gabinete foi constituído a 10 de março de 1888. Menos de dois meses depois, isto é, a 13 de maio dêsse mesmo ano, era declarada extinta a escravidão em todo o Império.

Resolvia-se, assim, definitivamente, um dos maiores problemas sociais e políticos que se apresentara no Brasil. A Princesa Imperial, que tanto empenho pusera na libertação dos negros e a quem se devia, a bem dizer, a solução do problema, iria desfrutar, durante algum tempo, de uma popularidade como jamais gozara com tanto maior reconhecimento da Nação quanto ela tivera a coragem de tomar a si essa grande responsabilidade

Franco, *O Conselheiro F. J. Furtado*, elle voltaria a afirmar que a tinha negado por lhe parecer uma injustiça. “Por não a reputar justa”, diria em 1871, quer dizer, quase trinta anos depois, nos *Conselhos á Regente* citados.

(216) Contrariando a praxe até então adotada, não quis a Princesa pedir a Cotegipe, ou melhor, ao Presidente do Conselho demissionário, que indicasse o nome do seu successor. Ela mesma tomou a iniciativa de chamar João Alfredo. “Fui eu quem indicou João Alfredo. — disse ella em carta aos pais — acrescentando que lhe havia dado “tôda a liberdade para que pudesse organizar o Gabinete como fôsse necessário” (Arquivo da Casa Imperial).

quando o pai se encontrava quase à morte, agonizando num quarto de hotel em Milão.

Excluída a classe dos fazendeiros, que foi, afinal, a única que realmente sofreu com a Abolição, tôdas as demais não lhe regatearam os aplausos. Inclusive os republicanos, que se haviam fartado de feri-la em seus sentimentos mais íntimos. Foi quando se viu um dos mais entusiastas dêles, o mulato jornalista José do Patrocínio, inclinar-se profundamente diante da Princesa, beijando-lhe ostensiva e espetacularmente as mãos, com palavras de eterna gratidão. O mesmo que menos de dois anos depois iria correr exaltado para a Câmara Municipal, à frente de um magote de desocupados, para declarar deposta a Família Imperial e proclamar a República...

Os fazendeiros e a República

Tem-se dito — e repetido — que a Abolição, isto é, que a Lei 13 de Maio concorreu em grande parte para a implantação da República, senão por ela mesma, ao menos pela forma precipitada e revolucionária com que foi feita, sem nenhuma garantia ou indenização para a grande classe de fazendeiros, cuja principal riqueza residia justamente no braço escravo. Diz-se que uma tal solução provocou nessa classe uma grande animosidade contra o trono, e a levou para o campo dos republicanos, facilitando, assim, a vinda da República.

Semelhante versão originou-se, ao que parece, de um discurso feito por Joaquim Nabuco na Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 1889, dizendo que “o grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela Abolição”; e que tinham sido as duas leis libertadoras dos escravos, a de 1871 e a de 1888, que haviam feito “surgir as legiões que hoje avançam contra a Monarquia”. Ora, êsse raciocínio só é verdadeiro em parte. De fato, é certo que o modo pelo qual se deu a liberdade aos escravos na Lei 13 de Maio, desagradou profundamente um grande número de fazendeiros; ou melhor, aquêles que por essa altura *ainda* possuíam numerosos escravos, e que foram conseqüentemente os mais atingidos²¹⁷. Desagradou-os por se verem espoliados, de

(217) Essa suposta hostilidade dos fazendeiros contra o trono, ainda que existente em certas regiões agrícolas do País foi, em todo o caso, muito menor do que se quer fazer crer hoje. Por dois motivos: primeiro porque não poucos fazendeiros, receando, talvez, ir contra a opinião geral,

um momento para o outro, de um de seus mais sagrados direitos, provocando, não diremos um sentimento de agressão ou de simples combate contra a Monarquia, mas sobretudo de desinterêsse por um regime que tendo como um de seus principais deveres defender-lhes os direitos, não só os não defendia como promovia até a sua mais radical violação.

Mas não se pode concluir daí que uma tal attitude haja concorrido, um mínimo que seja, para a *implantação* da República, a qual não foi, em nada, uma consequência dela. Quando muito se poderá dizer que êsse desinterêsse concorreu para que as instituições monárquicas fôsem destruídas sem nenhuma reação ou protesto por parte dos fazendeiros. Mas diga-se então que êsse indiferentismo foi geral, de quase tôda a Nação, que aceitou, calada e conformada, a derrubada do Império. “A repercussão da abolição da escravatura nos meios agrícolas, — escreve João Camilo de Oliveira Tôrres — não foi causa da República. Os fazendeiros não tomaram parte no golpe de 15 de Novembro. (...) A má vontade dos fazendeiros com a Família Imperial devido à Abolição, apenas fêz ambiente favorável ao nôvo regime. Mesmo efeito teve a propaganda contra o Terceiro Reinado, graças à origem francesa do Conde d’Eu. Facilitaram a instalação do regime republicano. Mas não o

que era de franco regozijo pelo decreto da Abolição, trataram de se mostrar conformados, pelo menos aparentemente, com o nôvo estado de coisas, mesmo aquêles tidos como ferrenhos escravagistas; segundo porque, na altura em que foi votada a Lei 13 de Maio, numerosas fazendas trabalhavam já sob o regime do braço livre, inclusive em São Paulo, que continuava a ser a principal região escravocrata do País. Pelo que diz o Engenheiro Bueno de Andrada, referido por J. M. dos Santos (*Os republicanos paulistas e a Abolição*), um têrço das fazendas nessa Província eram já, em 1887, “cultivadas por escravos fugidos de outros pontos e nelas admitidos no regime da mão-de-obra retribuída”. Esse autor lembra ainda que segundo noticiava *A Província de São Paulo* em sua edição de 20 de dezembro de 1887, quase não havia escravos no Município de Capivari, “pois que a maioria dêles já contratava livremente com os fazendeiros”.

realizaram”²¹⁸. Esse mesmo autor, na sua notável obra sôbre a “democracia imperial” brasileira repete, por outras palavras, o mesmo verdadeiro conceito sôbre a propalada conversão republicana dos fazendeiros, em virtude da Lei 13 de Maio: “O republicanismo dos senhores de escravos, — diz êle, — poucas ligações teve com a República. O 15 de Novembro não foi um protesto, uma reação da propriedade rural contra o 13 de Maio; se quiserem causas econômicas para a República, devem procurá-las alhures, pois, afinal, a Lei Áurea extinguiu apenas o instituto jurídico da escravidão. [...] E nem todos os fazendeiros se tornaram republicanos”²¹⁹.

*

A Abolição, portanto, pelo menos no que ela afetou os interesses de alguns fazendeiros, pouco ou quase nada concorreu para a implantação da República. Salvo no haver despertado a consciência republicana de uns poucos dêles, adormecida ou desanimada ante a impossibilidade de uma mudança próxima de regime político no Brasil. Adormecida desde o Manifesto de 1870. Compreende-se: sendo a escravidão incompatível com a idéia mesma de República, pelo menos em princípio, era natural que a sua extinção despertasse muita consciência republicana, para quem, uma vez decretada a liberdade do negro, a República passaria a ser uma espécie de carta de alforria para todo o resto da Nação. Uma frase, por sinal que de velho monarquista, dita nessa ocasião, exprime bem êsse sentimento. Votada que foi no Senado a liberdade dos Negros, ponderou o Conselheiro Carrão a um seu colega: “Não parece que devemos agora cuidar de libertar também o Branco?”

(218) *O Positivismo no Brasil.*

(219) *A Democracia Coroada.*

Oliveira Viana, procurando mostrar (o que é hoje, aliás, sobejamente sabido) que a grande maioria do elemento republicano se encontrava, no fim do Império, entre a classe dos estudantes, “bacharéis novatos, ou entre os *cadetes filósofos* da Escola Militar”, diz que “os próprios elementos da grande aristocracia rural, embora desgostosos com a Monarquia, não se tinham abandeirado inteiramente para a República, revelando mesmo uma certa recalitrância em fazê-lo”. E para melhor prova disso cita o “testemunho insuspeito” do deputado mineiro Sebastião Mascarenhas, que num discurso pronunciado quatro meses depois da Lei 13 de Maio, portanto na ocasião mesma em que os fazendeiros, atingidos por essa lei, amaldiçoavam o trono que a promovera, declarava que “o entusiasmo com que as idéias republicanas são abraçadas na minha Província não provém do despeito por causa da Abolição, como entendem alguns nobres Deputados e o Governo. Para provar o êrro em que se acham, basta dizer que a maior parte dos republicanos é residente nas cidades e vilas”. Republicanismo, diz Oliveira Viana, “era antes negócio de gente da cidade”²²⁰.

Contudo, é forçoso reconhecer que uns poucos fazendeiros, sobretudo na Província do Rio, que foi talvez a mais atingida pela Lei da Abolição, se passaram para o republicanismo; não porque se tivessem convertido a esse credo político, mas unicamente como represália pelos prejuízos que a Monarquia lhes fizera sofrer. A êste propósito dizia o Ministro da Bélgica que já por ocasião do discurso do Trono em 1867, quando, por insistência do Imperador, pela primeira vez se tocou nessa Fala, em libertação de escravos, numerosos fazendeiros, descontentes com essa atitude do Monarca, renunciaram à sua fé monárquica; e viu-se, acrescentava o Ministro, *ce singulier spectacle, preuve concluante du peu de valeur*

(220) O Ocaso do Império.

*des mots: de gens que se déclarèrent républicains par haine de la liberté. E prosseguia: La même attitude édifiante se reproduit aujourd'hui [quando da aprovação da Lei 13 de Maio] à l'égard de la dynastie impériale dans le monde des fazendeiros, conservateurs de la veille*²²¹. Aliás, não pròpriamente contra a dinastia reinante, mas sobretudo contra a Princesa Imperial, tida como a principal responsável pela passagem da lei. *Dissatisfied*, — escrevia o Ministro inglês, — *with the abolition of slavery and specially with the Princess Regent, to whose personal influence and determination is this human Act largely due*²²².

Mas se é certo que muitos fazendeiros levaram sua represália ao ponto de se passarem para o republicanismo, êsses nunca foram em tão grande número quanto se quis ou se quer fazer crer. Ainda porque muitos dêles eram Barões do Império, e tinham muito mais amor ao título nobiliário do que a uma hipotética República, que ainda estava para vir e não se sabia nem quando nem como viria. O que alguns dêles devem ter feito, inclusive titulares do Império, sem que isso significasse adesão ao republicanismo, foi votar em candidatos republicanos. Mas apenas votar, num gesto puramente simbólico, de simples mau humor, de má vontade para com a Monarquia, despido de qualquer significado político, persuadido que estavam de que êsses votos pouco ou nada contavam para a vitória dos candidatos republicanos, homens politicamente vazios, sem quase nenhum conteúdo eleitoral.

E tanto isso era procedente quanto não se conhece um só dêsses republicanos que tenha conseguido se eleger com os votos de fazendeiros — salvo num ou outro

(221) Officio de 20 de maio de 1888.

(222) Officio de 12 de agôsto de 1888.

pleito municipal, onde a fôrça dos senhores de terra era preponderante. Mas nunca, que se saiba, nas eleições provinciais ou gerais, quando êsses votos eram submergidos pelo volume dos outros dados aos candidatos monárquicos. A prova estava em que raros foram os republicanos, ou melhor, apenas dois, em Minas Gerais, eleitos nas primeiras (e últimas) eleições gerais processadas depois da Lei 13 de Maio. Sendo que nas duas outras províncias escravagistas, São Paulo e Rio de Janeiro, não seria eleito um só republicano.

A Igreja e a República

A mesma coisa que se disse dos fazendeiros, vem-se dizendo até hoje da Igreja, a propósito do conflito que se abriu entre ela e o Governo Imperial, no comêço de 1873, provocado pela atitude de dois bispos do Norte. Tem-se querido apontar êsse conflito como uma das causas, senão da queda, pròpriamente, do Império, pelo menos da implantação da República, e o historiador João Camilo de Oliveira Tôrres, estudioso dêsses assuntos, é dos que pensam assim. Acredita êle que a luta que se abriu entre o Governo e os dois prelados provocou o divórcio entre o Estado e a Igreja; enfraqueceu a ambos, afastando de um e de outra grande número de brasileiros e favorecendo, em consequência, a sua conversão ao republicanismo. Descrentes, “descambaram para a República”, diz êle. “Jovens que perdiam a fé na Igreja ao vê-la fraca e combatida, sentiam que o Estado fôra prepotente — e, naqueles dias, a forma política de uma sociedade sem Deus chamava-se República”²²³.

Ora, se o que se disse com relação aos fazendeiros e à Lei 13 de Maio só é verdadeiro em parte, o que se diz com relação ao conflito entre a Igreja e o Estado não é verdadeiro nem em parte nem no todo. De fato, não se conhece caso algum em que, em virtude dêsse

(223) *A questão religiosa e as suas consequências.*

conflito, alguém se tenha passado para o republicanismo, isto é, por haver perdido a fé numa e noutra. Ao contrário, a forma mesma pela qual se processou o conflito só fez fortalecer a fé que se tinha em ambos. Os partidários da Igreja, ao vê-la processada e condenada, ainda mais se exaltaram em sua defesa e mais se concentraram na fé que tinham nela; e os partidários do Estado, vendo-o ferido, em suas prerrogativas, pela intromissão da Igreja, cerraram ainda mais as fileiras à sua volta, para melhor defendê-lo, prestigiando-o em todos os terrenos e dando-lhe em tudo razão.

Quanto aos republicanos propriamente ditos, isto é aquêles que já o eram antes da Questão dos Bispos, cabe dizer que o conflito que se abriu entre o Estado e a Igreja só serviu para desuni-los e enfraquecê-los, dividindo-os em dois partidos: os que eram católicos e passaram a defender a Igreja, e os que eram *maçons*, que passaram a atacá-la²²⁴. Uns e outros só se entendiam numa coisa: a necessidade da separação da Igreja do Estado, do interesse, segundo êles, tanto de uma como de outro. “Só desta forma, dizia o jornal *A República*, do Rio de Janeiro, a Igreja terá apoio para lutar contra César, que quer uma Igreja para seu instrumento, mas que não quer ser o instrumento da Igreja”.

“Durante os primeiros meses da controvérsia — escreve George Boehrer — os republicanos fizeram causa comum com os *maçons*, porém encontraram-se em breve numa posição esquerda. A medida que a contenda prosseguia, tornou-se aparente que a questão era, essencialmente, entre a Igreja e o Estado, e não entre a Maçonaria e a Igreja. Começaram, pois, a compreender que se continuassem a apoiar a Maçonaria, apoiariam também, necessariamente, o Governo, e se apoiassem a Igreja iriam em auxílio de uma instituição que abominavam. Em meio a êsse

(224) Não esquecer que a chamada Questão dos Bispos originou-se por haver o prelado do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, suspenso um padre da sua diocese que se recusava a abjurar a Maçonaria.

dilema, resolveram permanecer fiéis aos *maçons*, embora expressando as suas simpatias de maneira mais branda. Essa mudança de tom foi também ditada pela necessidade política de aplacarem os membros católicos do Partido Republicano, que declaravam abertamente o seu apoio aos bispos, e ainda pelo receio de que tal opposição afaçtasse do Partido outros católicos”²²⁵.

Essa dualidade de sentimentos entre os republicanos, os católicos defendendo a Igreja contra o Estado e os *maçons* atacando a Igreja, tinha eco nos dois principais jornais republicanos da época, o *A República*, que se editava na Côrte, e *O Jequitinhonha*, que se publicava em Minas Gerais, êste francamente favorável aos bispos, em atenção naturalmente aos sentimentos católicos da Província, enquanto o outro apoiava abertamente os *maçons*, achando que a Igreja católica era um “sério perigo”, e defendendo, não pròpriamente o Estado monárquico, mas a Justiça Imperial, no sentido de entender que a condenação inflingida aos bispos pelo Supremo Tribunal era justa e estava de acôrdo com as leis.

Em tudo o que se tem escrito a propósito do conflito que se abriu entre o Estado e a Igreja e da posição que esta assumiu para com o regime monárquico, uma coisa não tem sido devidamente apreciada, e foi que a Igreja, considerando-se perseguida e desautorada pelo Govêrno Imperial, e não podendo ou não lhe convindo hostilizá-lo, passou a desinteressar-se da Monarquia, ao igual do que fariam os fazendeiros depois da Lei 13 de Maio, não lhe importando em nada a sua sorte ou o seu destino, e abstendo-se, por isso, de defendê-la quando a viu ameaçada pelos republicanos. E não sòmente não a defendeu nem sequer lamentou a sua sorte, quando a viu por terra em 15 de Novembro, como se regozijou até com a sua queda, externando o conceito que já então fazia dela — *una Monarchia troppo corrotta dal favori-*

(225) *Op. cit.*

tismo, dall'arbitrio, delle cortigianerie, como a qualificou o Internúncio apostólico no Rio, ao anunciar ao Vaticano a implantação da República²²⁶. Essa má vontade ou êsse desinterêsse pela Monarquia foi a bem dizer a única atitude que a Igreja assumiu em resultado da divergência que se abriu entre ela e o Govêrno Imperial por causa da questão chamada dos Bispos. E quando dizemos “a Igreja” queremos-nos referir à sua alta hierarquia, ao seu corpo dirigente, e não pròpriamente aos sacerdotes, ao clero em geral, que, individualmente falando, nem sempre afinava, em matéria política ou social, com os chefes da Igreja. “Refletiam — diz o historiador Leôncio Basbaum referindo-se aos padres —, não o pensamento da Igreja, mas o das classes a que pertenciam; não agiam ou pensavam em função de um sacerdócio mas pelo fato de serem primeiro homens e só depois padres”²²⁷. Quer dizer, agiam como cidadãos e não como sacerdotes, com desprezo ou intencional desconhecimento da opinião ou dos princípios defendidos pela Igreja a que pertenciam.

Em conclusão de tudo o que ficou dito: nem os fazendeiros descontentes, nem a Igreja processada e condenada contribuíram em nada para a implantação da República entre nós, a qual resultou unicamente de um golpe de Estado dado na manhã de 15 de novembro por um general zangado e insubmisso, contra um Gabi-

(226) Offício de 3 de dezembro de 1889, ao Cardeal Rampolla. Conta o Príncipe Dom Pedro Augusto que tendo sido recebido pelo Papa Leão XIII pouco depois da queda do Império, e conversando com êle cêrca de 40 minutos sôbre coisas do Brasil, deixou-o convencido “de que Sua Santidade estava resolvido a proteger abertamente a República”, inspirado, diz êle, “na eloquência suspeita de Dom Macedo Costa, que tem queixas da Monarquia”. E acrescenta que “a satisfação vem da idéia de que hoje não há mais padroado, e o Vaticano pode fabricar bispos à vontade” (*Op. cit.*) Dom Macedo Costa foi, como se sabe, um dos dois bispos processados e condenados pela Justiça Imperial por ocasião do conflito entre a Igreja e o Estado. Não havia mais padroado em virtude da separação da Igreja do Estado, decretada pela República.

(227) *História sincera da República*. 1.

nete desprestigiado e indefeso, transformado, pouco depois, numa arremetida contra um trono não menos desprestigiado e não menos indefeso. E o mesmo se poderá dizer com relação à propaganda republicana, que em nenhum momento foi inspirada e ainda menos favorecida pela Igreja ou pelos fazendeiros. Para certeza disso bastaria verificar que entre aquêles que estiveram à frente dêsse movimento desde o Manifesto de 70 até ao dia da implantação da República, não se contou um só fazendeiro ou um só sacerdote. Foram todos burgueses das cidades — médicos, engenheiros, bacharéis em Direito ou gente sem profissão.

Usineiros de Pernambuco, fazendeiros de Minas e de São Paulo, estancieiros do Rio Grande do Sul, como as principais figuras do clero podiam ter, individualmente, as suas simpatias pela República. Podiam mesmo desejar vê-la implantada no Brasil. Mas ficariam nisso²²⁸. Os chamados “partidos” republicanos das Províncias viveram sempre em dificuldades de dinheiro, sem recursos para manterem os seus centros, sustentarem os seus jornais ou instalarem os seus clubes. E, no entanto, não se conhece um só fazendeiro, um só usineiro ou um só estancieiro, entre os quais, sem dúvida, havia homens de grandes recursos, que tivesse dado o que fôsse de seu bôlso em prol da propaganda da República. E da Igreja pròpriamente dita, a única voz autorizada que se ouviu em favor do nôvo regime foi a dêsse padre deputado, João Manuel, já nas vésperas de sua implantação; mas que ao dar o seu depois famoso grito repu-

(228) Sobretudo não se envolveriam jamais em conspirações ou em motins para ajudarem os republicanos a derrubar o Império. Especialmente a Igreja, que era bastante realista para não se querer comprometer com a aventura de uma revolução contra o trono. Todos sabemos que o clero, a não ser individualmente, quer dizer, na pessoa de um ou outro sacerdote, não faz revoluções no Brasil. Tinha havido um Padre Roma. Tinha havido um Padre Miguelinho. Houve um Feijó. Mas nunca houve dezenas de padres Romas ou de padres Miguelinhos fazendo revoluções no Brasil.

blicano na Câmara dos Deputados, por ocasião da apresentação ali do Gabinete liberal presidido por Ouro-Prêto, o fêz, não levado por seus sentimentos religiosos ou como intérprete da sua Igreja, mas como um simples político da opposição (êle era conservador), como adversário do Ministério que se instalava naquela ocasião no Poder.

Anuncia-se a volta do Imperador

Quando se soube que o Imperador viajava de volta ao Brasil, houve por todo o País um misto de ansiedade e de curiosidade: saber-se exatamente em que condições de saúde êle regressava à Pátria, já que ninguém podia dizer ao certo qual era realmente o seu estado, em face das notícias contraditórias que haviam corrido na sua ausência. Umas davam-no como completamente curado; outras, ao contrário, diziam que êle voltava em piores condições do que ao partir para a Europa, e num tal estado de enfraquecimento cerebral, que seria até um ato de desumanidade obrigá-lo a reassumir o trono — quando não fôra, simplesmente, um crime contra a Nação. “O Imperador, escrevia o Ministro de Inglaterra, é esperado aqui no próximo dia 22. Apesar de os jornais dizerem que Sua Majestade está bem, e um telegrama do Ministro de Portugal nesta Côrte anunciar para Lisboa sua chegada com boa saúde, há uma grande ansiedade nos círculos bem informados”²²⁹.

Ora, os “círculos bem informados” admitiam francamente que êle não estava em condições de poder reassumir as funções de Chefe do Estado. O Barão de Penedo, por exemplo, nosso ministro em Londres, que se avistara com o Imperador em Paris, pouco antes dêste partir para o Brasil, escrevia a Cotegeipe em têrmos tais

(229) Offício de 12 de agosto de 1888.

de pessimismo, que não deixavam sombra de dúvida sobre a precariedade do estado do Monarca. “O que êle foi, como nós o conhecemos, dizia Penedo, receio que nunca mais o será, e só peço a Deus que o leve a salvamento e quanto antes para o Brasil”. Dizia mais: tal o aspecto de decadência física do Imperador, que era melhor o mandassem buscar num navio de guerra, para evitar a penosa impressão que êle certamente daria se voltasse num de passageiros²³⁰.

Em face de tais notícias, abria-se a questão de se saber como e quando se resolveria o problema complicado — e mais do que tudo delicado — da sua substituição. Pela Constituição do Império, deveria sucedê-lo a filha. Mas estando vivo era preciso, para isso, ou que êle pedisse uma licença ilimitada ao Parlamento, e assim se afastar do trono por um largo período de tempo (que podia bem estender-se até à sua morte); ou que abdicasse simplesmente da coroa. Mas num e noutro caso era mister, antes de tudo, obter-se a sua prévia aquiescência, e aí residia a dificuldade porque, por tudo o que se sabia, não era provável que êle estivesse disposto a se afastar do trono, temporária ou definitivamente, persuadido, como devia estar, de que o seu estado de saúde não o impedia por mais tempo de voltar a exercer as suas funções soberanas.

Êste assunto foi, como era de esperar objeto de sérias cogitações nas altas esferas governamentais, e a êle se refere o Ministro da Bélgica, num officio enviado ao seu Govêrno em 15 de agosto de 1888, quer dizer, nas vésperas da chegada do Soberano. Dizia o diplomata que o estado de saúde do Monarca estava longe de ser satisfatório, e não era mistério para ninguém que a moléstia que o atacara fizera grandes progressos nos

(230) Carta de 28 de junho de 1888, cit. por Wanderley Pinho, *Pedro II, aspectos de sua personalidade*.

últimos tempos; *qu'elle lui rendra*, dizia, *très difficile l'exercice du pouvoir, surtout avec les habitudes de travail de ce prince*. E acrescentava: *il est possible qu'on parviennne à déterminer [sic] l'Empereur à abdiquer, ou à consentir à la prolongation de la régence de la Princesse Impériale, mais on peut aussi se heurter contre un refus. L'Empereur est très jaloux de son pouvoir, et habitué depuis cinquante ans à agir très personnellement avec toutes les apparences de la correction constitutionnelle. Dans cette hipóthèse, la solution de la crise présenterait des difficultés très considérables*.

Em conversa com Rodrigo Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros, êste expôs claramente ao representante belga a questão, encarando as duas possíveis soluções — abdição do Imperador ou continuação da Regência da Princesa Isabel.

Para Rodrigo Silva, o primeiro problema a resolver, num ou noutro caso, era saber-se qual a pessoa mais indicada para propor uma ou outra coisa ao Imperador, já que não se esperava que, de per si, êle tomasse a iniciativa de se decidir pela primeira ou pela segunda hipótese. E perguntava Rodrigo Silva: o Conselho de Ministros teria êste direito? Mas não sòmente a lei não o autorizava, continuava o Ministro de Estado, como a Constituição o proibia, quando claramente declarava crime de alta traição tôda tentativa feita com o fim de modificar a ordem legal estabelecida.

Certamente a melhor solução, ainda no entender de Rodrigo Silva, teria sido a prolongação da estada do Imperador na Europa, continuando assim Dona Isabel como Regente até que o estado de saúde do pai lhe permitisse reassumir o Poder. *Mais Sa Majesté n'y a pas consenti*, dizia o Ministro da Bélgica no ofício citado, acrescentando *qu'il y a un mois le Dr. Charcot [médico que tratava o Imperador na Europa] avait reussi à em-*

pêcher le départ, mais cette fois ses efforts n'ont pas abouti. La question est donc délicate, terminava êle, et il faudra toute l'habilité des hommes d'Etat brésiliens pour la résoudre favorablement. Jusqu'à present aucune décision n'a pas été prise, mais avec l'arrivée de l'Empereur les pouvoirs de la Régente prennant fin, la solution va donc s'imposer prochainement, soit par l'initiative du Souverain lui-même, soit par celle du Gouvernement d'accord avec le Parlement. Amelot, Ministro de França, referindo-se à possibilidade de o Imperador prolongar sua estada na Europa, diz também que era êsse o desejo do Govêrno, isto é, que le président du Conseil et les Ministres auraient souhaité que l'Empereur passât deux ans en Europe, afin de compléter la guerison et d'assurer le rétablissement de sa santé contre tout retour du mal²³¹.

Mas se era essa, por um lado, a solução desejada pelo Ministério, por outro lado ela não deixava de inspirar-lhe sérias preocupaçõcs, uma vez que a permanência do Imperador por um largo tempo no estrangeiro implicaria no prolongamento por igual tempo da Regência da Princesa Isabel. Ora, dada a sua impopularidade no ambiente político brasileiro, apesar dos louvores que lhe dispensaram por ocasião da Lei 13 de Maio, e a má vontade — inclusive entre os próprios monarquistas — com que a toleravam na chefia do Estado, era de recear que a sua presença, por muito tempo, à frente do Govêrno, acabasse por criar dificuldades talvez insuperáveis não somente para ela como ainda para as próprias instituições monárquicas.

Pois não se chegou até a admitir a possibilidade de uma revolução, e se duvidava que ela, ou melhor, que o seu Govêrno estivesse bastante forte para enfrentá-la

(231) Ofício de 12 de janeiro de 1888.

e ainda menos para vencê-la? O Ministro de Inglaterra refere-se a essa eventualidade. Ele entendia que não, isto é, que no caso em que se apresentasse êsse perigo, fôsse no Rio de Janeiro, fôsse no Rio Grande do Sul ou em Minas Geraes, as fôrças de que o Govêrno dispunha, fracas como eram (o Exêrcito contava sòmente com 13 mil homens, dizia êle), teriam muita dificuldade para enfrentar qualquer revolução. E acrescentava: "O Brasil tem-se sujeitado no presente Reinado a uma influência quase despótica do Imperador, e o fim dessa influência poderia provocar uma grave crise política. É de esperar-se, por isso, que o Imperador esteja realmente em condições de reassumir o govêrno do Império, e de poder, com o seu prestígio e autoridade pessoal, desfazer todo êsse trabalho de solapamento das instituições monárquicas"²³².

(232) Offício de 4 de agôsto de 1888.

Chegada do Imperador à Côrte

Com a chegada do Monarca à Côrte, na manhã de 22 de agôsto dêsse ano de 88, dissipou-se a maior parte dessas apreensões. Porque se êle não veio vendendo saúde, como se diz, chegou, em todo o caso, em condições tais de melhoras que não deixou de surpreender a tôda a gente. *On s'attendait*, escrevia o Ministro da Bélgica, *à trouver l'Empereur très souffrant. Cette appréhension était générale, même chez la Princesse Régente. On avait contremandé au dernier moment les préparatifs de fêtes, et on avait été jusqu'à arranger une chaise à porteur avec dossier pour faciliter le débarquement du Souverain. Heureusement ces fâcheuses prévisions ne se sont pas réalisées, et tout le monde a été agréablement surpris en voyant l'Empereur si bien rétabli*²³³. “A saúde do Imperador, a julgar pelo que se me afigurou, dizia Raul Pompéia para o *Diário de Minas*, de Juiz de Fora, é muito melhor do que se esperava. Está mais gordo do que nas fotografias que por aí correm e apresenta principalmente côres no semblante que nem mesmo de um convalescente se diriam. Parece-me, portanto, que das duas hipóteses debatidas: chegamos um Rei ou um inválido sem esperança —, a primeira prevalece”.

(233) Ofício de 5 de setembro de 1888.

Ao lado das boas disposições de saúde que êle apresentava, deve-se também destacar as numerosas provas de simpatia e de veneração com que o cercaram por ocasião de sua chegada, inclusive por parte dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que apesar de republicanos em sua maioria²³⁴, timbraram em se associar espontâneamente às manifestações de regozijo da população da Côrte, escalando o Pão de Açúcar (nesse tempo quase inacessível), depois de 12 horas de esforços e dificuldades, e estendendo lá do alto uma larga faixa de pano branco com os dizeres — *Salve!*, em letras vermelhas de seis metros de altura, expressão da satisfação de todos por verem o Soberano de volta à Pátria, restituído, por assim dizer, à vida, depois de haver estado às portas da morte num modesto quarto de hotel em Milão. Foi, talvez, a maior recepção que lhe fizeram na Capital do Império, “maior, ainda, penso, escrevia o Conde d’Eu ao pai, do que nas chegadas anteriores”²³⁵.

Na correspondência que mandava para o citado *Diário de Minas*, Raul Pompéia nos deixou o testemunho do que foi a apoteose dessa chegada, com “a incrível massa de população que enchia as ruas”, ali postada desde o alvorecer do dia, as janelas apinhadas de gente, em sua maior parte senhoras, e de onde pendiam colchas de todos os tamanhos e dos mais variados matizes. “Por todo o trajeto do coche do Monarca manteve-se constante o fervor dos vivas, e não tinham conta os lenços agitados das janelas, como um gracioso escrutínio de cambraias, as famílias brasileiras votando paz e felicidade ao velho espôso da Imperatriz”.

(234) Diz o Ministro de Inglaterra (ofício de 26 de agosto de 1888) que havia nessa ocasião 400 alunos republicanos na Escola Militar da Praia Vermelha.

(235) Alberto Rangel, *op. cit.*

*The most enthusiastic reception from all classes of the population, mandava dizer para Londres o ministro inglês. Por sua vez Martuscelli, Ministro da Itália, escrevia para Roma: Fece ieri ritorno in questa capitale S. M. l'Imperatore D. Pedro II, che tutti credevano già perduto e condannato dalla Scienza dopo l'ultima infermità sofferta. Grande furono le dimostrazioni di gioia al vecchio Monarca, che molti sino all'ultimo momento dubitavano di rivedere in stato da poter riprendere le redini dello Stato*²³⁶.

Seria, entretanto, uma ilusão interpretar essas manifestações como tendo qualquer caráter político, ou mesmo como um sentimento renovado de fidelidade ao trono ou às instituições monárquicas. A verdade é que elas foram tributadas unicamente à *pessoa* do Monarca, uma “homenagem inteiramente pessoal”, como dizia o Conde d’Eu. Refletiram, sobretudo, o lado sentimental do brasileiro, um preito de simpatia e de confôrto ao velho Chefe de Estado, depois das horas dolorosas por que havia passado. Vendo-o, agora, de volta ao seu Brasil, alquebrado, o corpo curvado, as pernas fracas, dando a impressão de que recolhia à Pátria para nela exalar o último suspiro, todos se juntaram, sem distinção de classes ou de credos políticos, para tributar-lhe as atenções e o confôrto moral que se dá sempre aos que sofrem e são alvo da miséria humana. O que não impediu, entretanto, e seja dito de passagem, que essa mesma população que recebia agora o Monarca, de braços abertos e possuída de profunda emoção, o iria deixar ser expulso da Pátria, quinze meses mais tarde — pelo fato unicamente de haver reinado —, sem levantar um protesto ou exprimir sequer um simples lamento, antes vendo-o partir no mais

(236) Offício de 23 de agosto de 1888, no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália, onde se encontraram igualmente todos os demais officios da Legação Italiana no Rio citados daqui para diante.

profundo silêncio e na mais completa indiferença. “Dia em que bem farão, véspera de ingratidão”, diz o ditado popular.

Que as manifestações tributadas ao Imperador, por ocasião da sua vólta da Europa, não significavam nenhuma melhoria na situação política interna do Brasil, ia-se ver dentro em pouco, quando não tardaram em recommear os desentendidos entre o Govérno e os militares. Para comemorar justamente a volta do Monarca à Pátria, os oficiais do 13.º Batalhão de Infantaria sediado em Pôrto Alegre dirigiram um apêlo à população local, intitulado *Voto de adesão*, destinado a angariar subscritores para um “álbum popular” que se pretendia oferecer ao Imperador e à Imperatriz. O apêlo tinha a data de 10 de setembro de 1888. Pode ser que êle encobrisse qualquer significado político, muito embora isso não parecesse e nunca se tivesse chegado a provar. O que, porém, se revestiu nitidamente de caráter político foi a reação provocada por êsse apêlo entre os alunos da Escola Militar daquela cidade. Logo saíram a público com um outro “apêlo”, estampado no órgão republicano de Pôrto Alegre, intitulado *Voto de caridade*, com o fim, evidentemente simulado, de angariar donativos para uma obra humanitária do Padre Cacique de Barros. Tratava-se evidentemente de uma paródia ao *Voto de adesão*, visando ridicularizá-lo e desmoralizá-lo. O fato não teve maiores repercussões e só vale citá-lo para salientar a atitude que assumiu nessa ocasião o Marechal Deodoro, condenando ao mesmo tempo os dois *Votos* e fazendo, a propósito, mais uma vez, profissão de fé monárquica e anti-republicana. Foi o caso que entre os alunos daquela Escola que haviam assinado o segundo *Voto* estava o seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, que lhe escreveu comunicando o lançamento dos dois “apelos”. Respondeu-lhe imediatamente Deodoro, com a sua costumada impetuosi-

dade, criticando ásperamente a ambos e censurando a atitude tanto dos oficiais como dos alunos. O primeiro *Voto*, dizia êle, “é um verdadeiro e refinado disparate”; e o segundo “uma ofensa e um insulto a camaradas, a superiores, a uma corporação militar”. Suspeitando, com todo o fundamento, aliás, do sentimento republicano dos signatários do segundo apêlo, acrescentava: “República no Brasil é coisa impossível, porque será uma verdadeira desgraça. Quem quer República quer que o Brasil seja dos Gaspares [*Gaspar da Silveira Martins*], Cotegipes, Paulinos [*Paulino de Sousa*] etc. Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para *republicanos*. O único sustentáculo do nosso Brasil é a Monarquia; se mal com ela, pior sem ela”.

Essa carta é de 30 de setembro de 1888. Quinze dias depois voltava a escrever ao sobrinho, dando-lhe um conselho que êle mesmo repudiaria um ano depois, com as conseqüências que todos sabemos: “Não te metas em questões republicanas, porquanto República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa. Os brasileiros nunca se prepararão para isso, porque sempre lhes faltará educação e respeito para isso (*sic*)”.

Aliás, essa sua quase repugnância por tudo o que significava republicanismo, a começar pelos próprios republicanos, era uma coisa que êle não saberia nunca esconder. Veremos adiante o quanto relutou em receber em sua casa os republicanos civis, já na fase final da conspiração contra o Gabinete Ouro-Prêto. Não queria nem vê-los. Mais tarde, extinto o Império e feito Chefe do Governo republicano, não esconderia suas impaciências diante das dificuldades que lhe criavam os republicanos, sobretudo os chamados “históricos”, a ponto de um dia não se poder conter: “Êsses sem-vergonhas de chapéu mole não os quero mais”, desabafou; “que venham os cartolas!” Chapéu mole porque era êsse um dos carac-

terísticos de alguns republicanos dessa época, e ficou célebre o chapéu mole de abas largas de Quintino Bocaiúva. Os cartolas eram os monarquistas. Coerente com o que dissera, não tardaria Deodoro em chamar os “cartolas” para o Governo, na pessoa do Barão de Lucena, antigo chefe conservador pernambucano, fazendo-o uma espécie de Primeiro Ministro da nova República, e com o qual, aliás, iria sucumbir politicamente, em consequência do seu ato dissolvendo a Assembléia Constituinte.

O Imperador e a questão romana

Cêrca de dois meses e pouco depois da chegada do Imperador, foi vê-lo em Petrópolis o Comendador Panerai, que na ausência do respectivo ministro, geria a Legação da Itália na qualidade de Encarregado de Negócios. Foi vê-lo justamente um ano antes da sua deposição, quer dizer, a 15 de novembro de 1888. Encontrou-o em excelente estado de saúde, não só física como, sobretudo, espiritualmente, o que vinha desmentir as muitas versões que continuavam a correr sôbre um suposto enfraquecimento das suas faculdades mentais. A audiência prolongou-se por mais de uma hora, o Imperador "a falar-me sempre da Itália, que êle ama e conhece a fundo". O que interessa, sobretudo, ressaltar dessa entrevista foram os conceitos expendidos pelo Monarca a propósito da chamada "questão romana", isto é, do rompimento de relações entre o Vaticano e o Estado Italiano, ou melhor, da não existência de relações, em virtude da ocupação, por êste último, dos antigos Estados da Igreja e a consiguiente perda do poder temporal, que esta desfrutava, sem contestação, desde o século VIII.

Era, aliás, uma questão que desde muito tempo interessava o Imperador, no sentido de se encontrar uma solução que estabelecesse a paz entre o Reino da Itália e a Igreja. Já em 1871, quando estivera pela primeira vez em Roma e se avistara com o então Papa Pio IX,

não hesitara em lhe fazer um apêlo nesse sentido, não encontrando, porém — como era, aliás, de esperar — a menor acolhida por parte daquele Pontífice, que sempre se mostrara de uma intransigência irreductível para tudo que fôsse acôrdo com o Governo italiano. *É inutile*, — dissera êle naquela ocasião ao Imperador, — *che V. Maestá mi faccia questa domanda. Quando il rè del Piemonte avrà fatto il debito suo, allora lo riceverò. Prima non posso*²³⁷. O “rei do Piemonte” era o então Rei Vítor Manuel II da Itália, título que Pio IX não quis jamais reconhecer.

A propósito dessa tentativa de conciliação feita pelo Imperador, correu que o Papa, agastado com a intervenção do Monarca brasileiro, lhe teria respondido de um modo impertinente, chamando-o, num tom pejorativo, de *mon cher petit conte d'Alcantara*, versão que não passava de pura invenção, com um fundo de evidente maldade. Aliás, a Princesa Isabel se encarregaria de desmenti-la numas notas que deixaria escritas, e se encontram hoje no arquivo da Casa Imperial. “Ouvi dizer, conta ela, que meu pai quis reconciliar Pio IX com o Rei. Mas as coisas não se deviam ter passado como foram contadas. De resto, meu pai nunca tomou o título de Conde de Alcântara; êle se assinava Pedro de Alcântara, porque era o seu nome de batismo”. Acresce que o Papa e o Imperador deviam-se ter entendido em italiano, e não em francês, porque o italiano era uma língua que Dom Pedro II falava correntemente. Falava e escrevia, como se pode ver pelas cartas que enviara a Manzoni, na primeira juventude. Era, como se sabe, a língua materna da Imperatriz.

Ao referir-se a essa questão na entrevista com Panerai, disse-lhe o Imperador que para êle o problema

(237) Francesco Zanetti, *Nella Città del Vaticano*.

não mais existia, “e se apegando a êsse argumento, conta Panerai — o Encarregado de Negócios da Itália — manifestou-se maravilhado ao ver Leão XIII assumir uma atitude para com a Itália que não era de esperar-se do antigo Arcebispo de Perugia. Manifestou seu pesar por não haver podido, nessa última viagem, avistar-se com êsse Pontífice²³⁸, ao qual não teria deixado de falar no sentido liberal, como fizera da outra vez com Pio IX”. E concluiu suas considerações fazendo uma profecia que iria realizar-se 40 anos mais tarde. “Disse-me, acrescentava o diplomata italiano, que o que não se pode ainda obter de Leão XIII, se obterá pela fôrça das coisas quando uma sucessão mais ou menos longa de Papas apagar as muitas causas de atrito entre o Vaticano e a Itália, as quais se resumem, presentemente e em grande parte, numa questão de pretendida dignidade pessoal, da qual se quer a todo o custo considerar vítima”²³⁹. Como se sabe, a questão romana seria resolvida com o chamado Acôrdo de Latrão, em 1928, entre Mussolini e Pio XI, o tercciro Papa depois de Leão XIII, quer dizer, num período de tempo ainda mais curto do que aquêl que o Imperador havia previsto.

(238) O Imperador já conhecia Leão XIII. Estivera com êle quando de sua primeira viagem à Europa, em 1871, e o futuro Papa era o Cardeal Pecci, Arcebispo de Perugia. Êste confessaria mais tarde ao Visconde de Araguaia, Ministro do Brasil na Santa Sé, quanto apreciara “o vasto saber e as eminentes qualidades do nosso Monarca, digno da estima e da grande veneração de que goza” (Arquivo do Itamaraty). Vinte anos depois, já destronado e exilado, escrevendo a Leão XIII uma carta para apresentar-lhe o Barão de Loreto, de viagem a Roma, o Imperador o chamava *meo amico l'arcivescovo di Perugia* (Arquivo de Leão XIII).

(239) Offício de 15 de novembro de 1888.

O cadete Euclides da Cunha

Com a volta do Imperador da Europa e a sua presença, de novo, na chefia do Estado, iam cessar por completo, como era, aliás, natural, tôdas as explorações que se faziam, movidas sobretudo pelos republicanos, em tôrno da Regência da Princesa Isabel. O Ministério, por outro lado, apesar dos ataques da opposição parlamentar, continuava a desfrutar de um relativo prestígio na opinião pública, pela participação que tivera na lei que acabara com a escravatura no Brasil. Acrescia que as suas relações com os militares eram tão boas quanto possíveis, graças sobretudo àquele *agrément* que se havia feito, meses atrás, por via de Lucena, entre Deodoro e João Alfredo, antes mesmo dêste assumir o Govêrno. Que essas pazes tinham surtido efeito teve-se a prova na atitude de Deodoro no caso dos tais *Votos*, cortando pela raiz tôda possível exploração que os militares republicanos do Rio Grande do Sul quisessem fazer em tôrno dêles. Outra prova das boas disposições dos militares em relação ao Chefe do Govêrno foi o banquete com que os seus amigos o homenagearam em 26 de junho de 1888, no grande salão do Cassino Fluminense (atualmente Automóvel Clube do Brasil), à Rua do Passeio, com a presença de numerosos oficiais-generais do Exército e da Marinha, Deodoro inclusive. "Considerado o fato de que se tratava de uma situação conservadora, diz Raimundo Magalhães Júnior, prolongamento da que

o Barão de Cotegipe chefiara, era grande, sem dúvida, o prestígio de João Alfredo, parecendo caminhar para o esquecimento a famosa “questão militar”²⁴⁰.

A verdade é que no que se referia às relações com os militares, houve apenas dois casos na vigência do Ministério João Alfredo, sendo que um não provocou maiores repercussões, e o outro, podendo ter degenerado numa nova “questão militar”, foi circunscrito a tempo, graças, de um lado, à atitude apaziguadora do Marechal Deodoro, e de outro lado, à transigência do Govêrno, cedendo naquilo que lhe era possível ceder.

O primeiro dêsses casos deu-se na Escola Militar da Côrte. Não passou, no final das contas, de um simples episódio, mas o bastante para provar quanto era precária a disciplina entre os alunos daquela Escola, em grande parte já contaminados pelas idéias subversivas que o seu grande mestre Benjamim Constant soubera inocular nas veias de um falso patriotismo. O fato foi tanto mais escandaloso quanto êle se deu na presença do Ministro da Guerra, Conselheiro Tomás Coelho, por ocasião da visita que êste fez à Escola a 3 de setembro de 1888. Justamente como uma demonstração contra essa visita, seis ou sete alunos tidos como republicanos haviam combinado não apresentar armas ao ministro e dar um “viva à República” na ocasião em que desfilassem em formatura diante das autoridades presentes. Mas aconteceu que a combinação falhou, e um dêsses alunos, chamado Euclides da Cunha, irritado e decepcionado com isso, não se conteve: saiu da forma, retirou do fuzil o sabre-baioneta, tentou quebrá-lo contra o joelho e, não conseguindo, atirou com a arma ao chão, retirando-se em seguida entre resmungos. Não a atirou *contra* o ministro como se disse depois para dramatizar a cena, mas sim-

(240) Deodoro.

plesmente jogou-a ao chão, em frente às autoridades presentes²⁴¹.

Houve, como era natural, no primeiro momento, uma certa confusão. O Senador Silveira Martins, que acompanhava Tomás Coelho, levantou de súbito o guarda-chuva, num gesto instintivo de defesa. Pouco depois, porém, tudo serenou, explicando então o General José Clarindo, Comandante da Escola, que se tratava de um rapaz *muito nervoso*, por vêzes, mesmo exaltado, mas bom aluno, muito aplicado aos estudos. De acôrdo com os regulamentos, foi o mesmo desligado da Escola e recolhido prêso a uma fortaleza. Um mês depois o Imperador mandou soltá-lo, matriculando-se êle então na Escola Politécnica. Proclamada a República iria obter, como era de esperar, a sua reintegração no Exército. Voltaria, assim, à prisão das armas, para a qual, já se vê, era a própria negação, e onde afinal não fêz carreira. E se não se tivesse revelado mais tarde o grande escritor que iria ser, êsse obscuro cadete seria hoje apenas conhecido de uns poucos curiosos da nossa história política por êsse ato de rebeldia, no fundo sem maior importância, dada a sua idade e o seu temperamento exaltado, do qual, aliás, nunca se curou.

De muito maior significação foi o outro caso, ocorrido na cidade de São Paulo em novembro dêsse mesmo ano de 88, e provocado pela atitude quando menos não fôsse irrefletida da Polícia daquela Capital. Tudo resultou de ela ter invadido, sem autorização do respectivo comandante, o quartel do 17.º Batalhão de Infantaria ali estacionado, a pretexto de prender uns soldados dessa unidade tidos como turbulentos. Contra isso protestaram enêrgicamente o comandante e a officialidade do batalhão, resultando daí uma séria incompatibilidade entre êles e

(241) Segundo o testemunho do próprio Ministro da Guerra, confirmado por Silveira Martins e referido por Viveiros de Castro, *op. cit.* .

o Chefe de Polícia da cidade, Joaquim Cardoso de Melo Júnior. Para evitar maiores atritos, entendeu o Govêrno de transferir o batalhão para a Capital do Império, o que longe de serenar, só serviu para complicar ainda mais as coisas, por entenderem os militares que essa transferência valia como uma satisfação ao referido Chefe de Polícia, cuja demissão passaram então a exigir.

Nessa altura foi convocado o Clube Militar da Côrte, que numa sessão de protesto aprovou uma moção confiando em que o Govêrno “dê uma solução honrosa aos brios militares”. O que valeu, para que essa sessão não tivesse maiores repercussões, foi ter sido ela presidida pelo Marechal Deodoro que, dadas as boas disposições em que andava com o Presidente do Conselho, não lhe quis criar maiores dificuldades. Tanto mais quanto seu irmão, o Marechal Severiano da Fonseca, era o Ajudante-General do Exército. Combinaram, então, os dois, uma representação ao Ministro da Guerra, mostrando a impossibilidade de ser Cardoso de Melo mantido no cargo de Chefe de Polícia. Foi êle então demitido²⁴² pondo-se assim fim “às intrigas e mexericos que os noveleiros — como dirá Tomás Coelho — estavam explorando como uma nova questão militar”²⁴³.

(242) Os militares queriam que a demissão fôsse dada “a bem do serviço público”, com o que não concordou o Govêrno, razão pela qual não figurou no respectivo decreto essa nota desabonadora. Mas consentiu que o Comandante do 17.º Batalhão, ao anunciar a demissão em Ordem do dia, declarasse que ela se fizera por aquêle motivo.

(243) R. Magalhães Júnior, *op. cit.*

Deodoro é afastado do Rio de Janeiro

Apesar das *boas pazes* em que Deodoro vivia com o Governo, era natural que este estivesse sempre de sobreaviso com as possíveis atitudes do marechal, conhecidos que eram o seu feitio movediço, as suas contradições e a facilidade com que se deixava influenciar por quem melhor lhe falasse aos ouvidos. João Alfredo conhecia-o bem, e estava ainda lembrado do trabalho que êle dera ao Barão de Cotegipe quando se encontrava ainda no Rio Grande do Sul e, pouco depois, quando viera para a Côrte. É verdade que até agora não tinha queixas dêle. Mas até quando se manteria o marechal nessa atitude conciliatória? Era o que ninguém sabia.

Nessas incertezas, pareceu ao Governo que seria de bom alvitre uma medida qualquer que o afastasse, ainda que temporariamente, mas sem o ferir, do ambiente perigoso da Côrte, subtraindo-o da ascendência que tinha sobre êle o grupo que praticamente dominava no Clube Militar. Foi quando ocorreu a lembrança de o mandar em missão a Mato Grosso, sob o pretexto de ir defender, ali, as nossas fronteiras, contra qualquer tentativa de invasão, por parte das forças militares da Bolívia ou do Paraguai, que estavam então em véspera de se fazerem guerra, por causa da velha disputa do Chaco. Nomeado para a dupla comissão de "Comandante das Forças de Terra e Mar em observação na Província de Mato Grosso" e Comandante das Armas da Província, foram

destacadas, para seguirem com êle várias unidades militares, adicionais àquelas que iria encontrar em Mato Grosso.

A idéia dessa comissão ocorreu, parece, ao Governo por ocasião dos distúrbios havidos na Capital paulista, ou melhor, de sua repercussão no Rio, sobretudo quando da tal sessão no Clube Militar, presidida por Deodoro, que não tendo embora maiores conseqüências devido sobretudo à atitude conciliatória dêste, sempre votou aquela moção intimando, ainda que veladamente, o Governo a demitir o Chefe da Polícia de São Paulo. Pelo menos o Aviso do Ministro da Guerra, convidando Deodoro para chefiar a missão, tem a data de 30 de novembro de 88, isto é, o mesmo dia em que o irmão Severiano fazia ver ao Governo a impossibilidade de ser mantido em seu cargo aquêle funcionário.

Tratava-se, dizia Tomás Coelho, de um convite que se fazia a Deodoro sob tôdas as aparências de uma honraria, mas que valia, como bem diz R. Magalhães Júnior, por uma “deportação dissimulada”. Foi, aliás, o que muitos compreenderam, inclusive seu irmão Severiano, que em carta com que o alertou lhe disse que se tratava de “um plano para anulá-lo”, aconselhando-o a que não embarcasse sem instruções por escrito, deixando bem claro que êle não iria ficar subordinado em Mato Grosso ao Presidente da Província, a igual dos demais Comandantes das Armas, e acrescentando: “É uma questão de tudo ou nada; ou você continuará com o respeito, simpatias e admiração do povo, e o futuro é seu; ou bigodeado, como uma criança, e será completamente abandonado”²⁴⁴.

Seguindo o conselho do irmão, Deodoro ainda tentou obter que o desligassem de qualquer laço de subordi-

(244) Idem.

nação com o presidente já nomeado da Província, que era, aliás, um amigo seu²⁴⁵; ou que lhe dessem então esse cargo, cumulativamente com o Comando das Armas. Mas não foi atendido. E para não criar dificuldades ao Governo nem deixar seu irmão Ajudante-General em situação difícil, não teve outro remédio senão aceitar a comissão. Assim que a 27 de dezembro de 88 êle embarcava para Mato Grosso.

João Alfredo iria declarar mais tarde²⁴⁶, que ao designar Deodoro para essa comissão em Mato Grosso, não fôra sua intenção ver-se livre dêle, mas sim por ser realmente necessária a sua presença naquela longínqua Província. Podia ser, mas custa a acreditar que êle não tivesse podido encontrar para essa comissão nenhum outro oficial-general com os mesmos requisitos que Deodoro, e fôsse escolher justamente êste, que embora agora mais sossegado, era sempre, por sua constante inquietação e repetidos atos de indisciplina, um homem dos mais incômodos para todos os Governos.

No fundo, o que se deve presumir, é que João Alfredo, fazendo aquela declaração, procurava simplesmente esconder a verdade, isto é, não queria confessar que temia a presença de Deodoro na Côrte. Mas foi o que todos perceberam, a começar pelo ministro inglês, que num Ofício de 19 de dezembro de 1888 mandava dizer para Londres: “A tal ponto chegou o grau de insolência e de insubordinação dos militares, que se acredita em meios bem informados estar o Governo ansioso por afastar muitas dessas tropas para uma distante

(245) Antônio Herculano de Sousa Bandeira, “jovem, inteligente e criterioso, meu afeiçoado”, dizia Deodoro em Ofício ao Ministro da Guerra. Tratava-se de um pernambucano amigo e protegido do Barão de Lucena, através do qual Deodoro o devia ter conhecido. Já tinha sido Presidente da Paraíba, e seria, sob a República, senador e governador do Estado de Pernambuco.

(246) Ver em Ouro-Prêto, *Advento da Ditadura Militar do Brasil*.

e quase despovoada Província, como é a de Mato Grosso, pretextando para isso um litígio existente entre a Bolívia e o Paraguai”. E num outro Officio dessa mesma data adiantava que a verdadeira razão dessa expedição militar era afastar *officers and men who have been wanting in discipline to a Province where they can be of comparatively little danger to the State.*

Mas fôsse levado por que fôsse, o fato era que o afastamento de Deodoro, num momento como aquêle, tinha uma significação altamente política, porque valia, por um lado, tirar das mãos do grupo de officiais que o cercavam o seu principal e mais dócil instrumento, deixando-os, assim, desorientados e praticamente sem ação; e, por outro, impossibilitá-los de encontrarem um outro chefe. Porque o único em quem podiam pensar, para isso, seria Pelotas. Mas Pelotas era um homem bem diferente de Deodoro: mais inteligente, antes de tudo, mais hábil, quer dizer, mais político. E sobretudo, mais senhor de si, com uma personalidade que o outro estava longe de possuir. Se Pelotas tivesse consentido em se pôr à frente dêsse grupo, não seria êle que se iria deixar manobrar, como Deodoro, nem seria jamais um mero instrumento nas mãos de uns tantos cadetes e tenentes turbulentos e irresponsáveis.

Agitadores republicanos. Lopes Trovão

O ano de 1889 iria assim começar num ambiente de relativa calma. Deodoro estava em Mato Grosso, e o grupo de oficiais que costumava rodeá-lo andava disperso, sem saber o que fazer. O Clube Militar fechara praticamente as portas, por falta de motivos que dessem margem ali a novas manifestações contra o Governô. Acrescia que Benjamim Constant, seu Vice-Presidente e agora no exercício da presidência com a falta de Deodoro, andava doente, acabando por ausentar-se da Côrte a fim de se ir tratar com uma cura de águas em Lambari, na Província de Minas. Sena Madureira, que fôra um dos mais perigosos, senão o mais perigoso de quantos militares se vinham batendo pela República, morria inesperadamente nesse começo de ano. No Rio Grande do Sul andava tudo igualmente tranqüilo sendo que um dos principais agitadores da guarnição militar de Pôrto Alegre, o Capitão Castelo, promovido a major, virara a casaca e andava agora de copa e cozinha com Gaspar da Silveira Martins, fato que iria mortificar profundamente o Marechal Deodoro.

O País, por outro lado, ia aos poucos ajustando-se à nova ordem de coisas criada pela abolição da escravatura. E o Gabinete ia vivendo como podia, combatido no Parlamento, de um lado pela opposição liberal e de outro pela ala dissidente do seu próprio Partido. O Presidente do Conselho, algo displicente, sem amor à

posição e que já andava desencantado com a política, aceitava as coisas como elas eram. Dir-se-ia que com a votação da Lei 13 de Maio e a consagração, que êle dividia com a Princesa Isabel, de libertador dos escravos, considerava a sua tarefa terminada, e só esperava uma oportunidade para safar-se do Govêrno. “Não tinha mais entusiasmos, diz Rocha Pombo, parecia satisfeito da glória conquistada e ansioso por entregar o pôsto a outro”.

O descrédito que envolvia a Monarquia parece que não o impressionava muito. Pelo menos não o tinha em grande conta, dando pouca importância à propaganda que se fazia cada vez ativa em prol da implantação da República. Como aquela velha rapôsa do Príncipe de Bismark, também êle recusava considerar manifestação da opinião pública “o barulho que alguns turbulentos da imprensa e da tribuna promoviam em tôrno do Govêrno”. E como tantos políticos do tempo, também não acreditava na República. Pelo menos na possibilidade de ela ser implantada no Brasil antes da morte do Imperador, que tendo agora recuperado em grande parte a saúde, não se esperava que viesse a falecer tão cedo. Não que João Alfredo fôsse adverso, em princípio, ao sistema republicano. Apesar de chefe conservador, seu espírito, sua educação como tôda a sua formação eram de um legítimo liberal. Mas entendia que a Monarquia se fazia *ainda* necessária no Brasil, não estando o País em condições de ter um govêrno republicano.

Por outro lado, achava que a propaganda que se vinha fazendo em favor do nôvo regime não tinha grande aceitação na opinião pública, sendo provas as sucessivas derrotas que os seus adeptos sofriam sempre que tentavam eleger-se para o Senado ou para a Câmara dos Deputados. Além disso, parecia-lhe que muito republicano não era sincero quando se batia pela mudança das instituições, sobretudo os conhecidos como agitadores,

que iam para as redações dos jornais ou para a praça pública visando menos a República do que o propósito de fazer simplesmente barulho, promover arruaças ou criar dificuldades para o Govêrno.

Dentre êsses, o mais conhecido era talvez Lopes Trovão, redator da *Gazeta de Notícias*, grande tribuno, bela estampa, cabeleira ao vento, com o seu inseparável e já popular monóculo encaixado num dos olhos. Vivia sempre às turras com a Polícia tôda vez que aparecia nas ruas centrais da cidade a incitar o povo contra as autoridades públicas. Relativamente moço, nessa época com 38 anos de idade, fôra êle quem, de parceria com José do Patrocínio, promovera as desordens que se tinham dado na Côrte em janeiro de 1880, incitando o povo a não pagar o chamado “impôsto do vintém”, a ser cobrado em cada passagem de bonde, o que obrigou a Polícia a intervir com meios violentos, provocando com isso derramamento de sangue e mesmo a morte de uns poucos populares, fato que tanto aborreceu o Imperador — “as primeiras do meu Reinado”, lamentara êle.

Agitador incorrigível, iremos vê-lo no ano seguinte a insuflar de nôvo a população da Côrte, dessa vez sob o pretexto de combater a reforma da lei eleitoral promovida pelo Gabinete Saraiva, obrigando o Govêrno a agir pela primeira vez contra os partidários da República, apesar dos reiterados pedidos do Imperador para que ninguém fôsse perseguido por motivo de crenças políticas, o que não impediu de serem presos numerosos estudantes republicanos e deportados uns tantos estrangeiros, que haviam pactuado com êles nas desordens provocadas por Trovão.

Com tudo isso, êste acabou por se tornar um personagem incômodo para os próprios chefes republicanos, que não tinham naturalmente nenhum interêsse em serem perseguidos pela Polícia, e cujo procedimento, seja-lhes

feita a devida justiça, estêve sempre dentro da ordem e das leis em vigor. Quintino Bocaiúva que dirigia o *O Globo*, decidiu, então, afastá-lo da Côrte, mandando-o à Europa como correspondente dêste jornal. Foi como água na fervura, e pode dizer-se que, salvo pequenas ocorrências ao tempo do Ministério Ouro-Prêto, os republicanos não dariam nunca mais nenhum trabalho sério à Polícia.

Silva Jardim

Um outro agitador republicano que apareceu mais ou menos por essa época foi Silva Jardim. Era um rapaz originário da Província do Rio, mas que tendo feito o curso de Direito em São Paulo, ali se radicara, como professor da Escola Normal da Capital. Casando-se, pouco depois, com uma filha do Conselheiro Martim Francisco, sobrinha-neta, portanto, de José Bonifácio, se transferira como advogado para a cidade de Santos, berço, como se sabe, da família Andrada.

Foi ali, no Teatro Guarani, em 28 de janeiro de 1888, que êle se apresentou pela primeira vez em público²⁴⁷. Andava então pelos seus 28 anos. Convertido ao positivismo desde 1881, era já nessa ocasião, um ardoroso republicano, se bem que não comungasse em muitas idéias políticas com outros adeptos da mesma doutrina, Benjamim Constant e Teixeira Mendes, entre outros²⁴⁸.

Nessa sessão no teatro Guarani Jardim falou defendendo a moção da Municipalidade de São Borja em favor de uma consulta à Nação sôbre a adoção da República,

(247) É verdade que já havia falado antes, numa festa em homenagem a Quintino Bocaiúva, quando êste apparecera em Santos para instalar ali um clube republicano. Mas, limitara-se a dizer algumas palavras de exaltação republicana.

(248) Teixeira Mendes dirá mais tarde, desestimando o papel de Silva Jardim na propaganda republicana, que êle "foi apenas um dos órgãos mais condenáveis de uma agitação demolidora totalmente desnecessária ao advento da República no Brasil" (Cit. por Ivan Lins, *Silva Jardim e a proclamação da República*.)

no caso em que o Imperador viesse a falecer. Logo se viu pelo ardor de suas palavras e a violência de seus ataques à Monarquia, o que êle iria ser, como de fato foi, no decurso da sua curta existência de propagandista — o mais incansável, o mais impetuoso e o mais teimoso de quantos se batiam pela vinda da República. E também o mais valente, arriscando a vida com uma galhardia e uma intrepidez que chegavam às raias da inconsciência.

De Santos dirigiu-se para o interior de São Paulo. Apareceu em Campinas numa reunião presidida por Francisco Glicério, fazendo alvo de seus ataques o Terceiro Reinado e, naturalmente, o Conde d'Eu, para o qual pedia a pena de morte caso se opusesse à implantação da República, coisa que deixou, como êle próprio confessaria mais tarde, o auditório mergulhado num "silêncio glacial". Isso não impediu a reunião de terminar com uma moção, unânimemente aprovada, de repúdio ao futuro reinado da Princesa Isabel. De Campinas dirigiu-se para outras cidades do interior, deixando em cada uma delas, como diz o seu biógrafo, o "germe revolucionário"²⁴⁹.

Tomou depois a direção da Província do Rio, entrando por Barra Mansa, Pirai, Vassouras, Valença, Paraíba (de onde foi até Juiz de Fora), Petrópolis, Friburgo, Cantagalo, São Fidelis, Campos, Macaé, Itaboraí e Niterói, numa escala, mais ou menos, de um dia para cada cidade. Em julho de 88 estava de volta a Santos. Mas não sossegou. Pondo em ordem os negócios de advocacia que tinha com um cunhado, recebeu dêste, por adiantamento, a importância de 500\$000. "Com êste dinheiro, exclamou, vou derrubar a Monarquia!". E partiu. Partiu para um nôvo ciclo de conferências.

(249) José Leão, *Silva Jardim*.

“Ninguém me convidou para essa emprêsa, disse, e vou pôr muita gente em dificuldade. Não importa. Farei as conferências por minha conta e risco, e se alguém nelas sofrer, estarei ao seu lado: também eu tenho mulher e filhos”²⁵⁰. Ele queria com isso referir-se aos motins que provocavam quase sempre as suas conferências, de onde não poucos saíam machucados ou mesmo feridos.

Depois de ter estado em várias cidades, apareceu novamente em Campinas numa grande concentração republicana, para a qual tinham vindo da Côrte, e onde falaram, Saldanha Marinho, Ubaldino do Amaral, José do Patrocínio e outros republicanos em evidência. Dessa vez foi mais morigerado nos seus ataques à Monarquia, talvez para evitar a má impressão que dera e pela qual teria que pagar mais tarde, quando reclamara da outra vez a pena de morte para o Conde d’Eu. Fazendo depois uma curta parada em São Paulo, prosseguiu o seu caminho pelo vale do Paraíba para entrar novamente na Província do Rio-e percorrer mais ou menos as mesmas cidades onde estivera antes.

É claro que fazendo conferências em quanta cidade ou lugarejo por que passava, não podia variar muito os seus temas e tinha forçosamente que se repetir. Ele mesmo dirá:

“Em geral elas eram tôdas mais ou menos idênticas, pois que os auditórios eram diferentes, o assunto o mesmo e não havia razão para que não repetisse os argumentos que haviam produzido impressão; sofriam, porém, a adaptação aos lugares e às circunstâncias, sendo a forma sempre improvisada. Nunca esquecia as recordações locais e as referências que mais pudessem agradar, inclusive as grandezas da povoação. Um rio, um edificio notável, serviam-me às vêzes de base para uma imagem. Em regra, porém, eu mostrava as fôrças e as tradições do nosso Partido, demonstrava o atraso e a inutilidade da forma monár-

(250) *Op. cit.*

quica, desenvolvia as vantagens do regime republicano, analisava a Constituição, mostrando como o Poder Moderador absorvia todos os outros, descrevia o estado do País, em linhas gerais mas precisas, a política da Casa de Bragança, os perigos do Terceiro Reinado, o estado de saúde do Imperador, incapaz de governar, a inaptidão da Princesa Regente, as péssimas qualidades de seu marido; citava os testemunhos dos estadistas brasileiros contra o trono. Em fim, demonstrava a incompatibilidade do regime monárquico com o sentimento do país americano, e pois fadado para a República”²⁵¹.

Mas embora se repetisse, martelando mais ou menos os mesmos temas, suas conferências eram motivo sempre de um grande sucesso. Talvez que menos pelo que êle dizia do que *como* êle o dizia, pela admiração que causava a sua intrepidez, a sua coragem em enfrentar os mais agressivos auditórios e o imperturbável sangue-frio que ostentava. Temos um exemplo disso numa conferência que fêz na cidade de Paraíba, na Província do Rio. Falava êle numa sala do 1.º andar de uma casa, com as janelas tôdas fechadas para não ser interrompido pelos gritos scdiciosos que partiam da rua. De repente atiraram uma pedra contra o vidro de uma das janelas que lhe ficava atrás. Jardim parou de falar, desceu da espécie de estrado onde estava e abriu tôdas as demais janelas da sala, voltando depois para o seu lugar e prosseguindo na conferência. É claro que as pedras, que continuaram a atirar de fora, passaram a cair dentro da sala, com risco, já agora, de ferirem os assistentes. Foi forçoso então interromper a conferência, o que êle fêz, mas convidando os presentes a irem ouvir o final de suas palavras na casa de um político conservador da cidade que estava ali presente, Macário Figueira de Melo, o qual se indignara com o procedimento dos adversários de Silva Jardim e oferecera a sua residência para êle terminar a conferência.

(251) Silva Jardim, *Memórias e viagens*.

De outra feita — conta êle — falava em Juiz de Fora numa época de grande agitação entre liberais e conservadores, os quais começaram a interromper repetidamente o orador, para passarem em seguida a injuriar-se mutuamente, numa grande algazarra, que não tardou a transformar-se em lutas corporais. “Vendo ser impossível contê-los, dirá Silva Jardim, e que muitos galgavam o tablado donde eu falava, sentei-me serenamente numa poltrona, em pleno público, e tomei a atitude de espera. Cobrem-me os olhares de surpresa: *espero que os senhores acabem de brigar para prosseguir*, disse”²⁵².

Ao igual do que fizera na Província do Rio, empreendeu uma prolongada excursão em Minas Gerais, “incansável na sua pregação, irreductível nos seus princípios e indiferente aos perigos que o cercavam, havendo percorrido 27 cidades em 30 dias”²⁵³, o que significava, realmente, um grande esforço, dados os precários meios de transporte da época, geralmente carro de boi e lombo de cavalo, quando não simplesmente a pé. Andava quase sempre só. Outras vèzes acompanhado de correligionários. Em Cataguases appareceu com Nilo Peçanha e Ubalino do Amaral. Dirá uma testemunha dessa época:

“Lembro-me muito da figura de Silva Jardim em Cataguases, tomando um copo de leite na varanda da casa e fazendo arguição aos pequenos, sôbre gramática portugêsa. Tinha a barba cheia e aparada. Chegara à cidade vestido com uma calça remendada nos fundilhos. Tinha a voz suave, que se transformava em trovão na tribuna. Era um homem empolgante. Deixou em todos impressão muito agradável. Era um professor camarada. Na tribuna transfigurava-se, e era um dos maiores oradores que o Brasil já teve”²⁵⁴.

(252) *Op. cit.*

(253) Cipriano Laje, *Episódios da propaganda republicana em Minas Gerais*.

(254) *Idem.*

Sendo um homem bem nascido, casado numa das melhores famílias brasileiras, descia, nessas *tournées* de propaganda, à atitude de puro demagogo, como essa, em Leopoldina, chamando para junto de si, no palco do Teatro Alencar de onde ia falar, dois republicanos negros, o Jacobino, que se intitulava professor de Latim, e o Martola, mulato esperto e saliente. Chegara a Leopoldina vindo de Cataguases, e “durante a viagem deixou o carro de 1.^a classe e foi para o de 2.^a, para conversar com os prêtos recentemente libertados e atordoados pelo gôzo da liberdade”. Empolgou-os a todos pelo seu modo carinhoso, desmanchando, assim, o boato caviloso que espalhavam, de que a República revogaria a lei da liberdade²⁵⁵. “Os monarquistas convenceram os libertos de que os republicanos queriam escravizá-los novamente, depois de matar a Princesa”, diz João Dornas Filho referindo-se ao incidente em que se viu envolvido Silva Jardim em Mar de Espanha, quando foi alvejado por um negro que por pouco não o matou, repetindo-se a cena, em maior proporções, em São José do Além-Paraíba, “sendo feridos vários republicanos pelos prêtos amotinados”²⁵⁶. Essa excursão por Minas Gerais foi de tôdas as que empreendeu Silva Jardim a mais movimentada e cheia de perigos, mesmo comparando com a que faria no ano seguinte à Bahia e a Pernambuco. Diz ainda João Dornas Filho que além dos monarquistas e dos prêtos, êle “iria encontrar pela frente a cólera dos italianos e dos padres”, citando a propósito o que se passara em São João Del-Rei, onde “o povo, açulado pelos padres, ateou fogo à casa em que se encontrava Silva Jardim com os seus amigos, depois de intimá-lo, sem resultado, a deixar a cidade”. Acabaram, em todo o caso, por

(255) Benjamim Constant Neto, *Tribuna intrepido da propaganda republicana*.

(256) *A propaganda republicana em Minas*.

apedrejar a casa, cujos vidros das janelas foram reduzidos a pedaços, só voltando a reinar ali a paz quando se soube, na manhã do dia seguinte, que Silva Jardim e seus companheiros haviam partido de trem pela madrugada.

*

Apareceu em público na Côrte em dezembro de 1888, fazendo uma conferência na Sociedade Francesa de Ginástica. Foi uma das mais tumultuosas das suas conferências, quando a sala se viu invadida inopinadamente pela célebre Guarda Negra, que não contente de o ter já obstado de falar num dos teatros da cidade, “com a ameaça de deitar fogo àquele que lhe fôsse cedido para tal fim”²⁵⁷, tentava agora impedir que o ouvissem naquela Sociedade²⁵⁸. Aliás, poucas vêzes Silva Jardim se faria ouvir na Côrte, onde a sua ação foi mais de estruturação do que pròpriamente de propaganda republicana. A sua principal ação de propagandista exerceu-se nas cidades do interior, onde todo o trabalho em prol da República se limitava, até então, a tertúlias

(257) José Leão, *Silva Jardim*.

(258) Esse ataque da Guarda Negra calou fundo no espírito de Silva Jardim, e levou-o a lançar, dias depois (em 5 de janeiro de 1889), a sua célebre *Carta Política*, em que prognosticava a queda do Império para esse mesmo ano, fazendo, para isso, um confronto dos acontecimentos políticos em França com os do Brasil. “A revolução brasileira, dizia êle, deve estalar pujante e vitoriosa no ano de 1889. Não além! Para nós, como para tôda a humanidade, êste ano solene é de bom agouro para a liberdade. Não sei que espírito tal de ligação existe entre o grande povo central (*francês*) e o nosso povo extraordinário, a minha Pátria amada (...) Ao 1789 francês mostramos que eram já nossos também os resultados do progresso ocidental e apresentamos a República que auroreava a cabeça de Tiradentes em bendito holocausto; ao 1830 na revolução de julho, oferecemos o banimento do déspota e do devasso [*Dom Pedro I*], e o baquear da tirania; ao 1848, com Luis Filipe, o avô do expatriado [*Conde d’Eu*], o corpo de Nunes Machado banhado em sangue perante os muros da Veneza colombiana; ao 1870, ascensão da República e queda do mesquinho descendente do déspota maldito [*Napoleão III*], o reerguer-se do Partido Republicano [*Manifesto de 1870*]”.

político-literárias nos vários clubes republicanos espalhados pelo País, nos serões das casas de família e a uma ou outra reunião em praça pública, onde falavam oradores bisonhos e geralmente pouco conhecidos. José Leão diz que aquilo que Lopes Trovão fez “no ambiente estreito da Capital do Império”, fez Silva Jardim “em larga escala pelas cidades do interior do Brasil”²⁵⁹.

Ele foi sobretudo incansável na sua pregação pelas Províncias — em São Paulo, em Minas, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, na Bahia, em Pernambuco, falando nos teatros, nas salas públicas e particulares, nas ruas, nas praças, onde quer que pudesse ser ouvido. Ouvido e apupado, porque as suas conferências eram sempre agitadas, cheias de incidentes, com protestos, com gritos, com correrias e pancadarias, tendo a Polícia não poucas vezes que intervir para restabelecer a ordem e evitar maiores desatinos de parte de seus irascíveis adversários.

E se acaso não fez mais, ou fez com resultados menos positivos em favor da República, deve-se em grande parte, à divergência que iria separá-lo de Quintino Bocaiúva, cada um apoiado por seus adeptos ou seus admiradores, os *exaltados*, de um lado, que eram os jardinistas, e os *moderados*, de outro, que eram os quintinistas atuando em campos opostos e não poucas vezes uns contra os outros. Divergência que iria divorciá-los tanto na Córte como nas principais Províncias, não somente no que dizia respeito às idéias como também aos métodos e, num sentido geral, a tóda a orientação, a tóda a ação prática a imprimir aos ideais republicanos. Essa atitude de opposição e por vezes de desafio a Quintino Bocaiúva e seus partidários, a recusa, ostensiva e acintosamente proclamada por Jardim em reconhecê-lo como chefe do movimento republicano brasileiro, iria custar os maiores

(259) *Op. cit.*

dissabores ao ardente e impetuoso propagandista, não sendo talvez dos menores a deprimente situação de esquecido em que o deixariam na hora mesma da implantação da República, quando o colocariam à margem na ocasião em que ela iria nascer na Capital do País; a nascer como produto de uma insurreição armada, isto é, como fruto de uma violência, justamente o que Silva Jardim sempre pregara em todos os seus discursos de propaganda.

Decadência da Monarquia

Na sua simplória filosofia política, entendia João Alfredo que era melhor deixar os republicanos sossegados, visto que qualquer perseguição que se quisesse fazer contra eles só serviria para ser explorada em detrimento do Governo. A êsse propósito interpelou-o um dia João Penido, deputado liberal mineiro. Respondeu-lhe o presidente do Conselho:

“Pretende acaso o nobre deputado que se empregue desde já a compressão ou o extremo rigor antes que a ação se torne ilegal ou criminosa, ou possa constituir ameaça à ordem pública? Num país livre de manifestação de pensamento, só podemos combater as opiniões e a propaganda pela contrapropaganda, pela comparação dos benefícios que a Monarquia tem feito e possa fazer, com os perigos de uma revolução que mude as instituições.”

É que repugnava ao seu espírito liberal e aos sentimentos democráticos da sua educação política, impedir por qualquer forma tôda manifestação de pensamento, abafar ou simplesmente constringer uma expressão qualquer da opinião pública. Como a quase totalidade dos políticos da Monarquia, também êle fôra criado nesse ambiente de tolerância e de dignidade pública, da qual era o primeiro a dar exemplo o Imperador, e isso desde os primeiros dias do Reinado. Para

João Alfredo seria renegar todo um passado político fazer o que fôsse no sentido de abafar as liberdades garantidas pela Constituição. Como Governô, dizia êle, “não o faria”. “Impedir a organização de clubes ou de sociedades, quando feitas dentro dos limites da lei? Não hão de querer que o Governô o faça”.

Foi por essa ocasião e a êsse propósito que um outro deputado, Joaquim Nabuco, representante liberal de Pernambuco, declarou que a Monarquia se achava na fase da dissolução, porque “as instituições que não se defendem, abdicam”. Nabuco queria referir-se, sobretudo, à atitude da mesa da Câmara, consentindo que um deputado republicano mineiro, Antônio Monteiro Manso, tomasse posse da sua cadeira sem prestar o juramento regimental de fidelidade ao regime, ao Imperador e à religião católica, e aceitando o pretexto, dado por êsse deputado, de que tal juramento ia de encontro às suas convicções políticas e religiosas. “Coisa que nunca se viu”, comentava o Conde d’Eu em carta ao pai. E acrescentando noutra carta: “A decadência da Monarquia não faz senão acentuar-se, tendo-se o público apercebido de que o Imperador, apesar da sua boa vontade, não pode mais, em virtude dos cuidados que exigem a sua saúde, governar como fazia antes da sua moléstia”.

Essa inconcebível tolerância da Câmara (votaram contra apenas 12 deputados), dispensando ao republicano mineiro o juramento de fidelidade ao regime, foi talvez um dos sinais mais alarmantes da fraqueza quase suicida em que se encontrava a Monarquia. Coisa que nunca se vira, dizia com tôda a razão o Conde d’Eu, porque nem mesmo outros deputados republicanos que haviam tomado assento na Câmara, mais contrários talvez à Monarquia do que êsse Monteiro Manso — como Campos Sales e Prudente de Moraes, por exemplo — tinham levado a tanto o seu desafio às instituições vigentes.

Monteiro Manso, por si mesmo, pouco valia. Bom sujeito, republicano sincero, mas homem medíocre, modesto médico de roça, sem maiores pretensões a outra coisa, fôra encaixado numa chapa dissidente do 9.º Distrito e eleito deputado com grande surprêsa de muitos e sobretudo dêle mesmo²⁶⁰. Apresentando-se para tomar posse da cadeira, recusou fazer o juramento da praxe. Não por fidelidade aos seus ideais republicanos, que não chegavam a tanto, mas por simples teimosia e muito por matreirice mineira. Não jurava, teria êle dito na Câmara, porque já havia muito juramento. Matuto, era muito troçado pelos seus correligionários. Eleito deputado embandeirou-se em arco, exaltando-se num artigo que escreveu intitulado *Viva Minas*, a que Cesário Alvim, que não o levava a sério, respondeu num outro artigo: “Ora, seu Manso, mansa criatura, viva Minas por que? Porque você entrou na chapa de Juiz de Fora, espécie de lingüiça feita com restos de gamela vazia?” E concluía: “Viva Minas, seu bôbo!”²⁶¹.

Mas o que escandalizou sobretudo a opinião pública, não foi tanto a atitude dêssc inofensivo deputado nem a tolerância excessiva da Câmara para com êle, mas a quase inconsciência do Govêrno, que tinha no caso outras responsabilidades, dando plena liberdade a todo deputado eleito, de proceder como entendesse nessa questão de juramento. “O Govêrno, declarou o Ministro de Estrangeiros em nome do Gabinete, não se opõe à modificação

(260) Três anos antes, isto é, em 1885, seu nome já havia sido apresentado como candidato pelo mesmo 9.º Distrito, em Cataguases, numa eleição presidida pelo govêrno conservador da Província. Saiu eleito, em primeiro lugar, um dos candidatos conservadores, com 434 votos, em segundo o candidato liberal, com 218, em terceiro um outro conservador, com 196, e finalmente em quarto o republicano, com 114 votos. Era o bastante para levá-lo a segundo escrutínio, coisa entretanto que não se realizou por falta de dois mesários, o que motivou um protesto escrito dos republicanos de Cataguases (João Dornas Filho, *A propaganda republicana em Minas*).

(261) Cipriano Laje, *op. cit.*

da forma regimental do juramento, no sentido de poderem ter entrada nesta Casa os representantes de quaisquer opiniões políticas ou religiosas. Qualquer que seja a forma adotada pela Mesa, de acôrdo com o voto da maioria desta Casa, será bem aceita pelo Govêrno. Não é questão ministerial”.

Sim, não era uma questão ministerial, isto é, da qual dependesse a permanência do Gabinete no Poder. Porque era muito mais do que isso, era uma questão que afetava a própria estrutura do regime, que feria de frente a Constituição e desmoralizava as instituições e a religião do Estado. Filosofia simplesmente suicida, essa de João Alfredo. Porque um Govêrno que não se defende quando pode e deve fazê-lo, está-se entregando simplesmente aos seus inimigos. Condescendência que era um convite, um incitamento a quanto deputado, republicano ou não, quisesse imitar o exemplo dado por Monteiro Manso. Como de fato se deu quando Aristides Caldeira, eleito pelos republicanos do 14.º Distrito de Minas, se viu igualmente satisfeito em sua recusa de prestar juramento na Assembléia Provincial, fato repetido poucos meses depois por Lamounier Godofredo, quando eleito deputado geral pela mesma Província.

Comentando tudo isso, escrevia o *Rio News*, um jornal inglês que se publicava no Rio:

“O recente ato da Câmara dispensando alguém do juramento, no caso em que suas convicções sejam opostas à forma de govêrno existente é, evidentemente, um ato de autodestruição. Um inimigo declarado da Coroa pode assumir a cadeira e levar ativa propaganda revolucionária dentro da legislação em vigor. Não existe Govêrno tão livre a ponto de permitir isso. Alguma forma de juramento deve ser exigida, de modo que o legislador fique obrigado a dar o seu apoio ao Estado, à Constituição e às leis. Aquêlle que não pode, conscientemente, assumir êsse compromisso, o seu lugar deve ser à frente de uma revolução”.

De fato, se êsse legislador ficava dispensado, já não diremos de manter a religião católica, porque isso era antes de tudo uma questão de fé, que não podia ser imposta por lei, mas de “observar e fazer observar a Constituição, sustentar a indivisibilidade do Império e zelar pelos direitos dos povos”, conforme os próprios dizeres do juramento, então o seu lugar não era no Parlamento de uma nação, como bem dizia aquêlê jornal, mas na praça pública, de armas na mão, procurando destruir pela fôrça a ordem de coisas que êle queria negar, fugindo ao compromisso do juramento.

Cresça e apâreça

A condescendência de João Alfredo com os republicanos era tal que chegava até a dar a impressão de que êle lhes fazia a defesa — não dos princípios que professavam, é claro, mas da atitude em que se mantinham quase todos em face dos Poderes Públicos. O Presidente do Conselho entendia que em vez de persegui-los ou de prendê-los, impedindo-os de fazer a propaganda de suas idéias, devia, ao contrário, chamá-los a colaborar com o Govêrno em tudo o que pudesse interessar à Pátria. “Eles são razoáveis, dizia sob o riso de quase tôda a Câmara, são homens da propaganda pacífica, convivem conosco, colaboram conosco em tudo o que interessa à causa pública. Não vejo nenhum mal em conservá-los”.

Não levando muito em conta a solidez das convicções dêsses republicanos, ou mesmo a sinceridade dêles, consequentemente não os temia; acreditava que se os chamasse a colaborar com o Govêrno, não poucos abjurariam as suas convicções e voltariam ao aprisco, a exemplo do que haviam feito Lafayette Rodrigues Pereira, Salvador de Mendonça e tantos outros. Entendia que para alguns dêles, o chamado ideal republicano não passava de um “arrebato momentâneo, passageiro, incapaz de produzir um compromisso sério para tôda a vida”, quanto mais para a mudança de um Govêrno; e, para outros, de uma reação simplesmente de despeito, concordando nisso com Joaquim Nabuco, que taxava o movimento republicano de “um imenso e colossal despeito”, que-

rendo com isso referir-se à classe dos fazendeiros que, inconformados com a Lei 13 de Maio, se voltavam agora contra a Monarquia. Foi nessa ocasião que interpelado por Cesário Alvim, deputado liberal por Minas, João Alfredo declarou que a aspiração republicana era “um desabafo de desgostosos”. Fazendo depois ironia, acrescentou que não lhe parecia ser o caso de levantar-se um Exército ou de chamar as reservas às armas para combater uma República que estava apenas em embrião. E concluiu: “É melhor dizer que cresça; depois ver-se-á com quem teremos de cruzar as armas ou de ajustar as nossas contas”.

Cresça e apareça, foi a frase que lhe atribuíram. “Deixem o honrado Presidente do Conselho rir-se, brincar e dizer aos republicanos que cresçam e apareçam, disse o deputado baiano César Zama. Eles já vão aparecendo, eles já vão crescendo. E praza a Deus que o orador seja um falso profeta, mas no dia em que o venerando Monarca que nos rege fechar os olhos, talvez não se possa firmar o Terceiro Reinado”.

“Deixar correr o marfim”, foi como o Deputado Afonso Celso Júnior classificou a política do Gabinete. Ao que logo respondeu João Alfredo confessando que se a opinião pública se manifestasse, realmente, em sua maioria, pela forma republicana de governo, nem êle, conservador monarquista, nem Afonso Celso, monarquista liberal, iriam sufocá-la. O que levava João Penido a dizer, irônicamente, que ainda iria ver João Alfredo vir, como Presidente do Conselho, declarar à Câmara que a Monarquia estava abolida. Por sua vez o jornal *Novidades*, da dissidência conservadora, mostrava-se escandalizado por ver o Chefe do Governo declarar que não sentiria nenhum escrúpulo em acompanhar a vontade da Nação se ela se manifestasse imperiosamente contra a Monarquia.

Em tudo isso havia uma parte de verdade e uma parte de simples espírito de opposição. Em princípio, era claro que lhe cabia, como Governô, zelar pela manutenção e intocabilidade das instituições monárquicas, na defesa de suas prerrogativas e de seu direito de sobreviver. Mas, por outro lado, como chefe de um regime democrático, de um Governô constitucional representativo, êle não podia cercar a liberdade de pensamento se fôsse manifestada dentro das leis em vigor, ainda quando êsse pensamento fôsse contrário às instituições ou à forma de governô estabelecida; mesmo porque nada, na Constituição Imperial, proibia, implícita ou explicitamente, que se mudasse a Monarquia por outra forma de governô²⁶². Honestamente, portanto, conscientemente, João Alfredo não podia proceder de outro modo. E se acaso o quisesse, não lho consentiria o Imperador, que mais de uma vez declarara que no dia em que os brasileiros não o quisessem mais como Monarca, êle ir-se-ia embora — ou iria ser professor. E, como êle, pensavam também os membros de sua Família. A Princesa Imperial, por exemplo, ia mesmo além, porque chegava a acreditar na impossibilidade da manutenção da Monarquia no Brasil. Admitia que a Nação fôsse elegendo cada vez mais deputados republicanos, e “êstes sendo a maioria, nós nos retiraríamos”²⁶³. Numa outra ocasião ela teria dito que não se surpreenderia se chegasse um dia em que as Câmaras Municipais do Império, uma a uma, se manifestassem a favor da República, diante do que a Família Imperial se afastaria do Poder. Hipótese, aliás, que po-

(262) Num estudo comparativo que se fizesse entre as liberdades políticas no Império e na República, ficaria patente o seguinte: que enquanto a Constituição Imperial admitia a mudança da forma de governô, vale dizer, a extinção da Monarquia, desde que assim decidisse a Nação pelos seus representantes no Parlamento, as Constituições republicanas consideravam crime de alta traição tôda tentativa para mudar a forma republicana representativa.

(263) *Minhas conversas a bordo do “Parnaíba”*, manuscrito da Princesa Isabel no arquivo da Casa Imperial.

deria bem ter-se dado se tivessem deixado ir por diante a moção votada nesse sentido pela Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1888, seguida por várias outras de São Paulo, de Minas e do Rio de Janeiro. Ainda a êsse propósito iria manifestar-se mais de uma vez o Conde d'Eu por ocasião da viagem que faria às Províncias do Norte, em junho de 1889: primeiro, num discurso no Recife, quando diria que a Monarquia não seria nunca um empecilho para as aspirações do povo brasileiro, pois ela só se manteria em seu *pósto de honra* enquanto a maioria da Nação a desejasse; e, segundo, num outro discurso, pronunciado em Manaus, onde diria que a Monarquia não tinha qualquer interesse próprio ou ambição particular, e que se ela se convencesse de que a Nação brasileira desejava dispensar os seus serviços, seria a primeira a não pôr obstáculos à vontade nacional, concorrendo até para a transformação “que mais consentânea fôsse aos interesses do País”.

Não se devia, portanto, culpar João Alfredo por dizer que aceitaria a República se esta obtivesse os sufrágios do povo brasileiro, porque do contrário passaria a ser mais realista do que o rei. Aliás êle não estava só com essas idéias, porque a essa altura dos acontecimentos (meados de 1888), a maioria dos nossos homens políticos já estava persuadida de que a Monarquia não se poderia manter por muitos anos no Brasil; que ela já havia dado o que podia dar e preenchido, assim, o papel histórico que lhe coubera desempenhar. Quando muito duraria até ao dia em que o Imperador fechasse para sempre os olhos, quando a República viria então com a aceitação, por assim dizer unânime, do povo brasileiro.

O que significavam as vitórias republicanas

Quanto a subestimar o movimento republicano, aquilo que se convencionou chamar a “propaganda” republicana, não havia, também, por que se culpar a João Alfredo, que não fazia senão seguir a opinião da maioria dos homens políticos do tempo, que não davam igualmente importância a essa *propaganda*, não só pelo reduzido número de seus promotores, pelo fraco valor que êles representavam, política e eleitoralmente falando, tanto nas Províncias como na Capital do Império, como porque, bem pesadas e apreciadas as coisas, examinadas à luz da realidade, ela, na verdade, nunca existiu, pelo menos no sentido por que se deve entender essa palavra.

Houve, é verdade, ou havia “manifestações” republicanas de vários matizes e em várias épocas, tais como o Manifesto de 70, a Convenção de Itu, três anos depois, os vários congressos republicanos que se realizaram em Minas Gerais, no Rio e em São Paulo; os inúmeros jornais de todos os feitios e espécies, que defendiam e exaltavam as idéias republicanas; os diferentes clubes, onde se discutiam e apregoavam essas idéias, tudo com maior ou menor repercussão no espírito público — mas nada disso valia como uma propaganda propriamente dita, não passava de fatos isolados, sem nenhum sentido ou ligação entre uns e outros. “Não passava, diz José Maria dos Santos, de um puro movimento intelectual, sem nenhum poder de extensão nas camadas populares,

o que importa admitir que propaganda, realmente, com uma ampla e profunda difusão de idéias e grande arremetimento de força social para um fim determinado, não houve, não se fez, nem mesmo foi tentado. Quando muito se poderá dizer que havia uma preparação de quadros diretores para a futura posse do Poder, na previsão mais ou menos próxima da queda da Monarquia. Os trabalhos escritos eram publicações de elite, de circulação naturalmente limitada, e as raras conferências realizadas faziam-se em círculos de amigos, sem convite geral à gente do comum”²⁶⁴.

Esse autor assinala outra verdade, e é que a única ocasião em que se fez uma verdadeira propaganda republicana, quando se procurou, como êle diz, levar a idéia “à praça pública”, foi já nas vésperas de 15 de novembro. Foi quando Lopes Trovão, no Rio, e Silva Jardim, em várias Províncias, se deram à tarefa de lhe dar um cunho realmente propagandístico, com uma larga e profunda difusão, à semelhança do que êles mesmos e muitos outros fizeram ou estavam fazendo em escala muito maior em favor da liberdade dos negros.

Isso no que se referia à “propaganda” republicana propriamente dita. Quanto ao que dizia respeito à força eleitoral dos adeptos do novo regime, às tão apregoadas “vitórias” republicanas, também valiam mais em palavras do que em atos. No Rio, a não ser numa ou noutra eleição municipal, em tôdas as demais a que haviam concorrido tinham sido ou vinham sendo vítimas de repetidas derrotas, com um número extremamente pequeno de votos. Bastava ver o que se havia passado nos últimos anos. Assim, em outubro de 1881, Quintino Bocaiúva que era, sem dúvida, com Saldanha Marinho, o republicano de maior prestígio na Côrte, apresentava-

(264) *Os republicanos paulistas e a Abolição.*

-se candidato a deputado pelos três distritos da Capital e não chegou a obter, nesses três distritos, nem sequer 200 votos. Em julho do ano seguinte, os republicanos voltariam às urnas, dessa vez com a candidatura de Bandeira de Gouveia para vereador. Obteriam, com grande custo, o 24.º lugar numa lista de 45 candidatos, com apenas 45 votos.

Nas eleições de 1884, o Partido apresentava dois candidatos a deputado, Saldanha Marinho e Ubaldino do Amaral. É preciso dizer que eram dois republicanos da primeira fila, com a circunstância ainda de serem ardorosos abolicionistas, o que fazia supor que obteriam também os votos de quantos se batiam pela liberdade dos escravos. O resultado foi, no entanto, quase humilhante: Saldanha ficou em sexto lugar, com 60 votos num total de 1875; e Ubaldino no quinto, com apenas 37 votos num total de 1117! O ano de 1886 seria ainda pior para os republicanos da Côrte, com as sucessivas derrotas que iriam sofrer nas eleições tanto para o Senado, como para a Câmara dos Deputados, como, também, para a Câmara dos Vereadores. Conseguiriam eleger apenas um vereador, e êsse mesmo graças aos votos dos abolicionistas.

Assim, no começo do ano, Quintino, Ubaldino e José do Patrocínio apresentavam-se candidatos a deputado: seriam largamente derrotados, apesar de se terem apresentado como republicanos e abolicionistas. Não satisfeitos, voltavam pouco depois êsses dois últimos às urnas, como candidatos a vereador, tendo por companheiro de chapa Estêves Júnior. Dos três, Patrocínio foi o único eleito. Mas não como republicano, pois nessa altura já êle começava a desertar do republicanismo. Foi eleito como abolicionista, apresentado que tinha sido também pela Confederação Abolicionista. Meses depois voltava Estêves Júnior a disputar uma cadeira de vereador.

dor. Outra vez derrotado! Finalmente, em outubro dêsse ano de 88, seria a vez de Quintino se alistar candidato a uma cadeira de deputado, tendo como competidor Antônio Ferreira Viana. A derrota foi fragorosa: 108 votos contra 1347 dados ao seu concorrente conservador. Tão grande insucesso se devia sobretudo à campanha movida contra êle por aquela Confederação, com José do Patrocínio à frente, que convertido de todo ao monarquismo combatia sem tréguas os republicanos²⁶⁵.

Depois que João Alfredo deixaria o Poder, cedendo o Governo aos liberais, na pessoa do Visconde de Ouro Preto, em junho de 1889, Saldanha Marinho se apresentaria candidato a senador, isso no mês seguinte. Não lograria, era evidente, eleger-se, obtendo apenas o sétimo dos votos postos em urna. Em agôsto do mesmo ano, realizavam-se as eleições gerais, para a renovação da Câmara dos Deputados, as últimas do Reinado. Os republicanos apresentariam três candidatos, um por cada distrito da Côrte: Furquim Werneck, Aristides Lôbo e Lopes Trovão. Seriam todos os três derrotados, com um número tão diminuto de votos como jamais se vira:

(265) José do Patrocínio fôra a princípio republicano. Nessa qualidade assinara o *Térmo de Compromisso e de Adesão*, em 1877. Depois, fazendo-se ardoroso abolicionista e percebendo os sentimentos antiescravagistas da Princesa Imperial afastou-se dos republicanos e passou a ser um defensor do trono, excedendo-se em entusiasmos pela herdeira quando foi da Lei 13 de Maio, por êle classificada de *Lei Aurea*. Por essa época, no seu jornal *Gazeta da Tarde*, "fuminava, diz José Maria dos Santos, sem piedade, os republicanos, de negreiros e escravocratas", sendo por inspiração sua que o Gabinete João Alfredo criou a célebre Guarda Negra, para defesa pessoal da Princesa e, ao mesmo tempo, dar combate à propaganda republicana. O resto todos sabemos: na tarde de 15 de novembro, um dos mais exaltados "republicanos" foi precisamente êsse José do Patrocínio, "proclamando" a República de uma das sacadas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e declarando deposta a Dinastia Imperial. Por queixas, que acaso tivesse, da Monarquia? Nunca as teve. Por arrependimento de se ter feito monarquista? Nunca o disse. Simplesmente por falta de caráter. Certo dia, num debate na Câmara dos Deputados do Império, um deputado comentava para um outro que lhe estava ao lado, vendo um colega discursar na tribuna para justificar-se de haver mudado de política: *Aquêle mulato é um vendido*. "Engana-se, meu caro, disse-lhe o outro; êle não se vende — aluga-se". No caso de Patrocínio — nem isso.

Furquim obteria 441, num total de 2 108; Aristides 133, num total de 1 634; e Trovão 104, num total de 1 909. Quer dizer, Aristides Lôbo, um dos mais antigos e mais batalhadores dos republicanos de todos os tempos, que dentro de três meses iria ser, em virtude do golpe de Estado de 15 de Novembro, o todo-poderoso Ministro da Justiça da República e um dos organizadores do nôvo regime, mal conseguiria, noventa dias antes, que 133 cidadãos de boa vontade votassem nêle para uma modesta cadeira da Câmara dos Deputados...

*

Isso no que se referia à Côrte. Nas Províncias os republicanos sempre conseguiam fazer melhor figura, ora elegendo vereadores, ora representantes nas Assembléias Legislativas locais, tendo mesmo chegado a mandar correligionários seus à Câmara dos Deputados, muito embora em número insignificante: São Paulo teve dois e Minas Gerais teve três, não falando nos dois outros que seriam eleitos nas eleições gerais de 1889, mas que a proclamação da República não deu tempo a que tomassem posse de suas cadeiras. Para o Senado houve apenas o caso de Joaquim Felício dos Santos, — eleito, aliás, com o auxílio dos liberais — que conseguindo o número suficiente de votos foi incluído na lista tríplice submetida ao Imperador, sem, contudo, lograr ser escolhido, o que era natural, dada a sua qualidade de republicano.

Tais sucessos, entretanto, em contradição com as repetidas derrotas sofridas na Capital do Império, não queriam dizer que os republicanos fôsem mais fortes, eleitoralmente falando, no interior do País do que a Côrte. O que se dava, era que um grande número dêles se fazia eleger nas Províncias com a ajuda dos partidos

monárquicos, geralmente dos liberais, chegando mesmo a figurar oficialmente nas chapas desse Partido, muito embora conservando suas convicções republicanas. O que se passa mais ou menos hoje com os comunistas rotulados de trabalhistas. Não se pode, assim, dizer que fôsem vitórias propriamente republicanas ou exclusivamente republicanas, porque se não fôra os votos dos monarquistas, muito republicano não se conseguiria eleger. No fundo, estes prestavam-se quase sempre a joguete nas mãos de liberais e de conservadores, que dêles se serviam para *furar* a chapa do adversário que estava no Poder.

Casos como êsses houve vários: o de Francisco Portela, por exemplo, em 1864, e o de Leopoldo Teixeira Leite, em 1886, ambos republicanos, mas eleitos com a ajuda dos liberais para a Assembléia Legislativa da Província do Rio. Em São Paulo e em Minas Gerais os conchavos políticos desse gênero foram muito frequentes, apesar dos protestos de alguns republicanos puros. Citamos o caso de Joaquim Felício dos Santos. Era um republicano da velha guarda, que ao lado do sobrinho Antônio dirigira, durante vários anos, *O Jequitinhonha*, conhecido jornal republicano de Diamantina. Apresentado candidato, em maio de 1888, à vaga de senador aberta com o falecimento do Barão de Leopoldina conseguiu obter, apesar de menos votado do que o seu antagonista conservador, um número suficiente de sufrágios para entrar na lista triplíce a ser submetida ao Imperador, o qual, como de praxe, se decidiu pelo candidato do Governo. Os republicanos festejaram a inclusão de Felício na lista triplíce como uma “memorável vitória”; mas se é verdade que num certo sentido foi não propriamente uma vitória do Partido, mas do candidato republicano, seria bom não esquecer que êle foi eleito com os votos também dos liberais, que não

dispondo naquela ocasião de um candidato com bastante força eleitoral para *furar* a chapa conservadora, decidiram votar no candidato republicano, já que este tinha probabilidades de sucesso. A vitória, portanto, eleitoralmente falando, foi tanto dos republicanos como dos liberais, muito embora politicamente falando, os verdadeiros vencedores tenham sido os conservadores, no sentido de que a cadeira vaga do Senado continuava a ser ocupada por um dos seus.

Ainda a este propósito pode citar-se a eleição de três republicanos paulistas para a Assembléa Legislativa da Província, em agosto de 1877, um dos quais, Prudente de Moraes, fazia pouco se desligara do Partido Liberal. Essa eleição foi tida como a primeira vitória eleitoral dos republicanos, mas todos sabemos que ela se deveu principalmente aos votos que estes receberam dos liberais, em oposição ao Gabinete conservador do Duque de Caxias. "A eleição de três republicanos para a Assembléa Provincial, observa o historiador George Boehrer, foi a primeira vitória tangível que o Partido [*republicano*] alcançou em todo o País, mas é preciso lembrar que dois dos candidatos tinham também concorrido na chapa liberal, e que um deles declarou que a política não ditaria seus atos na Assembléa"²⁶⁶. O acôrdo era geralmente feito nesta base: os liberais (e por vêzes também os conservadores, quando se tratava de combater os liberais no Poder) prometiam votar nos candidatos republicanos, desde que estes se compromettessem, uma vez eleitos, a não assumir atitudes políticas que contrariassem as linhas gerais do Partido que os elegeisse.

Era o jôgo político de sempre. Se se tratava de derrotar um candidato conservador, eram os liberais que

(266) *Op. cit.*

corriam em ajuda dos republicanos, desde que êstes tivessem uma pequena base eleitoral; e quando se tratava de derrotar um liberal, eram então os conservadores que vinham em auxílio dos republicanos, sempre que êstes apresentassem, com seus próprios votos, possibilidade de furar a chapa liberal. Como os dois partidos constitucionais nem sempre apresentavam a lista completa de candidatos seus, havia um ou dois lugares onde era possível encaixar um republicano. Era, portanto, graças a essa manobra que muito republicano conseguia eleger-se para as Câmaras Municipais e as Assembléias Provinciais.

Quando se tratava, porém, de eleições gerais, para o Senado ou para a Câmara dos Deputados, já a coisa era mais difícil, porque tanto liberais como conservadores preferiam despejar todos os votos nos seus respectivos candidatos.

Daí as sucessivas derrotas que os republicanos sofriam quando tentavam eleger-se para uma ou outra dessas Casas do Parlamento. Foi o caso, por exemplo, de Campos Sales: candidato à Câmara em 1881 não podendo contar com outros votos que não fôsem os de seus correligionários, saiu derrotado. Entretanto, pouco depois, era eleito para a Assembléia Provincial — porque aí teria o apoio dos liberais.

Três anos depois, isto é, nas eleições de 1884, desforrava-se da derrota de 1881 conseguindo eleger-se, com Prudente de Moraes, para a Câmara dos Deputados. Foram os primeiros — e os únicos — republicanos que São Paulo mandaria à Assembléia Geral do Império. Fêz-se muito alarde dessa *vitória* republicana, mas a verdade é que ela se devia, em grande parte, ao apoio que ambos tiveram dos... conservadores. Estavam no Poder, já se vê, os liberais. O acôrdo foi feito nesta base: os conservadores apoiariam os dois republicanos paulistas

nos distritos em que êstes se sentissem fracos; e os republicanos, em troca, dariam seus votos aos conservadores naqueles onde êstes estivessem mais ameaçados pelos liberais. “Está feito o acôrdo com os republicanos, escrevia pouco antes do pleito o Conselheiro Antônio Prado ao Barão de Resende, grande fazendeiro e chefe conservador no 8.º Distrito paulista, no sentido de lhes darmos a votação conservadora, obtendo dêles os votos nos outros distritos”²⁶⁷.

Ao igual de São Paulo, Minas Gerais mandaria, também, nessas eleições de 1884, um representante republicano à Câmara dos Deputados do Império, na pessoa de Álvaro Botelho, mas que ainda mais do que os dois paulistas, seria eleito, pode-se dizer, quase exclusivamente, pelos conservadores mineiros. É que pertencendo a uma tradicional família conservadora de Lavras, seu pai, o velho Coronel Andrade Botelho, chefe político ali, entendera de premiar o filho, saído, fazia pouco, da Faculdade de Direito de São Paulo, com fumaças de republicano, com uma cadeira de Deputado Geral, para o que se aliou a outro chefe conservador do mesmo distrito, o Barão de Boa Esperança. O curioso, no caso, foi que o principal derrotado nessa eleição não foi o candidato liberal, mas o conservador, que perdeu a eleição por apenas um voto.

José Maria dos Santos diz que, como deputado republicano, Álvaro Botelho “significava sobretudo uma paternal fantasia”²⁶⁸ — ou um paternal capricho, diremos nós, sendo certo que a imoralidade, digamos assim, dessa eleição provocou grandes protestos dos próprios repu-

(267) George Boehrer, *op. cit.*

(268) *Op. cit.* — Numa outra de suas obras (*Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*), José Maria dos Santos diz que Álvaro Botelho, “como produto eleitoral, vinha apenas dos votos do pai, grande chefe conservador no Município de Lavras, que por sua influência foi dêle, praticamente, o único eleitor”.

blicanos, entre outros de Lúcio de Mendonça, que se recusaram a considerar o jovem deputado como seu representante na Câmara. A verdade é que tomando assento ali, nunca se manifestaria como republicano, e para castigo dos conservadores que o elegeram, uma só vez teria ocasião de falar — para apoiar o Gabinete liberal que estava no Poder...

*

O escandaloso dessas eleições estava sobretudo no fato delas resultarem de conchavos políticos entre republicanos e conservadores, os quais se presumia ao menos que estivessem em pólos opostos, politicamente falando, se é que havia um mínimo de honestidade política em seus respectivos ideais. Os republicanos ainda podiam ser desculpados, porque o que êles queriam, afinal, era eleger-se, não lhes importando à custa de quem ou com a ajuda de quem. O que se explicava menos era a atitude dos conservadores, concorrendo para a eleição daqueles que se propunham, nada mais nada menos, destruir as instituições que os outros tinham o dever de defender, e das quais dependia, afinal, sua própria subsistência como partido político²⁶⁹.

Já a mesma censura não se podia fazer aos liberais, porque êstes, enfim, podiam bem entender-se com os republicanos, sabido que a maior parte das aspirações políticas de uns e de outros em certo sentido se completavam; e, como já salientamos, salvo na questão de forma de govêrno, a qual não era, aliás, condição *sine qua non*

(269) O mesmo despudor, digamos assim, com que os nossos intitulados conservadores e liberais de hoje — pessedistas, udenistas, trabalhistas — têm aceitado quando não solicitado êles mesmos os votos dos comunistas, os quais, por sua vez, não se importam nada em lhos darem, já que não se podem eleger a si próprios, mas fazendo-o sem que isso modifique em nada o profundo desprezo em que sempre tiveram aquêles.

para muitos liberais, como Silveira Martins, por exemplo, como Osório, como Rui Barbosa e tantos outros, em muitas coisas mais êles pensavam do mesmo modo e se batiam pelos mesmos princípios. Daí uma certa comunhão de sentimentos que havia entre uns e outros, sobretudo em Minas Gerais, onde existia uma acentuada tradição liberal-republicana, a ponto de se confundirem liberais e republicanos e se tornar por vêzes difícil saber-se exatamente quem era ali liberal e quem era republicano. Ainda porque muito mineiro se considerava uma e outra coisa, e o fato de pertencer ao Partido Liberal não significava, necessariamente, não ser ou não poder ser republicano. Isso explicava porque muitos liberais, mantendo-se embora fiéis ao Partido, faziam abertamente causa comum com os republicanos; ou republicanos da mais pura água associando-se a liberais, fazendo política com êles e com êles se unindo nas disputas eleitorais²⁷⁰.

Compreende-se, assim, porque Joaquim Felício dos Santos, republicano da primeira hora, aceitava ser eleito com a ajuda dos liberais. Outro exemplo era o filho do Visconde de Ouro Preto, o futuro Conde de Afonso Celso, eleito deputado pelo Partido Liberal Mineiro sem que fôsse preciso renegar, antes reafirmando com o maior realce as suas convicções republicanas. O mesmo se passaria com o pai do autor destas linhas, Pereira de Lyra, chefe republicano em Goiana, fundador, ali, do Centro Republicano, elegendo-se para a Assembléa Provincial de Pernambuco com os votos *também* dos liberais, que para tanto alegavam tratar-se de um dos

(270) Essas alianças de liberais com republicanos chegaram a tal ponto que acabaram provocando um começo de reação, embora tardia, de alguns republicanos ortodoxos, quando da instalação do partido em Ouro Preto, em 4 de junho de 1888, e foi ali aprovada uma recomendação no sentido de os republicanos não se aliarem "aos partidos monárquicos, a nenhum dêles, para nenhum efeito, e que isso fique consignado claramente" (João Dornas Filho, *op. cit.*).

mais conhecidos abolicionistas pernambucanos, isso numa ocasião em que abolicionismo e republicanismão formavam parcelas de um mesmo todo.

Era essa tolerância dos liberais para com os republicanos que explicava, não propriamente a entrada de Lafayette para o Gabinete Sinimbu, mas o gesto deste chefe liberal indo buscar o seu Ministro da Justiça no campo dos republicanos, sem exigir que êle renunciasse ao seu credo político. O fato vinha provar que se podia ser ao mesmo tempo republicano e Ministro da Coroa, desde que se fizesse parte, é claro, de um Gabinete liberal.

Mas se essa identidade de sentimentos que aproximava e até certo ponto confundia liberais e republicanos nunca fôra um problema quando ambos se encontravam na opposição, porque aí se tratava sobretudo de combater o inimigo comum que eram os conservadores, já o mesmo não se dava quando os liberais se tornavam Governo e se propunham, como era natural, executar as reivindicações por que ambos, liberais e republicanos, se batiam. Foi justamente o problema que se criou com a subida ao Poder de Sinimbu, em janeiro de 1878. Apresentou-se então o dilema: como deveriam proceder os republicanos? Dando o seu apoio à política do Gabinete? Opondo-se a ela? Se apoiassem, seriam acusados de se tornarem uns simples caudatários dos liberais, uma espécie de subpartido dêles, com todos os prejuízos para a sua autonomia de ação. Se se opusessem, pior ainda, porque se veriam na contingência de fazer causa comum com os conservadores em opposição, obrigados assim a renegar os seus próprios ideais.

Por outro lado, quer procedessem de um modo, quer do outro, arriscavam perder grande número dos seus partidários. Porque, no primeiro caso, muitos dêles diriam que uma vez que se estava apoiando o Governo

liberal e fazendo causa comum com êle, melhor fôra então passarem-se de vez para êsse Partido, o que lhes daria ao menos os empregos do Govêrno, sem prejuízo de suas convicções republicanas. Foi, aliás, o que muitos fizeram, a começar pelo próprio Lafayette desfalcando com isso o Partido Republicano de um grande número de seus membros. E no segundo caso, já que as contingências políticas os obrigavam a fazer o jôgo dos conservadores, abjurando os seus próprios ideais, não valia então a pena continuarem republicanos, estarem a bater-se por aspirações que não sòmente não eram suas como contrariavam as que êles próprios tinham; melhor, então, abandonarem de vez a política. Colocados em face dessa alternativa, muitos republicanos voltaram, de fato, ou se passaram para o Partido Liberal, enquanto outros, não querendo seguir o mesmo caminho, abandonaram os seus ideais políticos e, desiludidos, descrentes ou desanimados, quando não simplesmente revoltados, se recolheram às suas ocupações profissionais. Foi o que se deu com a subida dos liberaes, em 1878. A deserção foi enorme nas fileiras republicanas, reduzindo ainda mais os quadros já bem minguados do Partido. Uma verdadeira sangria, que se iria prolongar durante os sete anos seguintes de situação liberal, para só estancar em 1885, quando os conservadores voltariam a ser govêrno com o Gabinete Cotegipe.

Pelo que temos exposto está-se a ver o que valia, realmente, o republicanismo no Brasil nesses últimos anos da Monarquia, a fôrça que êle de fato representava, quer em prestígio político quer em fôrça eleitoral. Tinha, pois, até certo ponto razão João Alfredo em não se preocupar muito com êle, em não lhe dar a importância que pretendia ou parecia ter. Tinha razão em dizer que crescesse, aparecesse, para poder ser levado a sério. Como Chefe do Govêrno e político dos mais traquejados

do País, êle bem sabia o pouco que valiam êsses republicanos, os limitados recursos de que dispunham e o que significavam na realidade as apregoadas vitórias eleitorais de que faziam tanto alarde. E tanto tinha razão em não lhes dar muita importância, que a República seria implantada dentro de pouco mais de um ano sem que êles concorressem para isso com a sua tão apregoadá propaganda. Iria nascer como produto exclusivo de um pronunciamento militar, de origem e evolução que nada tinham a ver com essa propaganda, ou melhor, com o republicanismo. "Foi preciso, dirá Oliveira Viana, uma força estranha, gerada fora da evolução do determinismo republicano para, agindo à maneira de uma concausa, operar a queda do Segundo Império e, com ela, o advento do nôvo regime".

Porque a verdade é que sem o concurso da Força Armada, que no caso foi apenas o espantinho da farda, os republicanos não teriam podido acabar com o regime monárquico. Pelo menos naquela altura. Se a República tivesse que vir por seus próprios pés, fôsse pela conquista da opinião pública fôsse pela conversão da maioria política da Nação, ela não seria certamente uma realidade antes de talvez uns cinquenta anos; ou teria, na melhor das hipóteses, que esperar até à morte do Imperador, quando a dificuldade de se inaugurar um Terceiro Reinado lhe daria possibilidade de nascer, como reconheciam, aliás, muitos dos próprios republicanos, — Quintino Bocaiúva entre outros —, quando dizia que tôda a equação do problema estava "circunscrita à vida do atual imperante"²⁷¹. E como pensavam, inclusive os estrangeiros que nos visitavam ou viviam entre nós.

(271) Escrevendo a um amigo pouco depois da Lei 13 de Maio, reconhecia Prudente de Moraes a existência de "uma certa frieza entre os republicanos", que êle esperava até que aumentasse "com a exploração que os áulicos estão fazendo da Abolição em favor da Monarquia e especialmente da Princesa". Mas acreditava que essa frieza passasse, ajudada

Charles B. Trail, por exemplo, Encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Rio, assim escrevia para Washington em abril de 1887: “Não é possível imaginar-se uma mudança na forma de governo enquanto viver o Imperador, devido ao respeito e admiração geral em que êle é tidô, tanto pelos brasileiros como pelos estrangeiros”. Por sua vez o nôvo ministro norte-americano, Tomas J. Jarvis, dizia em agôsto do ano seguinte: “O Imperador é muito estimado e querido pelo povo e tôdas as classes, e enquanto êle viver não se farão esforços para efetuar qualquer mudança ou experiência no presente sistema de governo”²⁷².

*

Era, de fato, a convicção geral. Mesmo porque, de que outras possibilidades podiam acaso dispor os republicanos para precipitarem a implantação da República? Não era certamente do apoio das chamadas “elites” do País — políticos, em geral, funcionalismo público, fazendeiros, classes conservadoras, classes liberais, burguesia qualificada; nem da ajuda prôpriamente popular — populocho das cidades, negros e mulatos das fazendas. Porque nem uns nem outros possuíam o mínimo sequer de disposição para se associarem a qualquer tentativa revolucionária visando a mudança do regime, pois que ainda a essa altura, quer dizer, nas vésperas da implantação da República, parecia a todos uma arriscada e malfadada aventura. Oliveira Viana dirá que o ideal republicano era “um ideal vago, insulado num recanto da consciência

pela própria extinção da escravidão e pela morte de Pedro II, que parece inevitável e próxima, quando então não haverá mais monarquistas, porque “todos serão bons republicanos” (Carta de 18 de maio de 1888, cit. por Gastão Pereira da Silva, *Prudente de Moraes*).

(272) Arquivo do Departamento de Estado em Washington.

nacional, com um raio de ação muito reduzido”; e que embora a fé nas antigas instituições houvesse desaparecido, “o sentimento republicano não estava de modo algum generalizado na consciência das elites — e, muito menos, na consciência das massas, incultas na sua quase totalidade, e também na sua quase totalidade dispersas na barbárie das matas e dos sertões”, de nada valendo como “centros de idealidade política”²⁷³. Para Leôncio Basbaum nunca houve tradição republicana no Brasil, “como querem alguns autores”, sendo este um dos mitos de que impregnaram a nossa História. Para esse autor, “a República não era uma aspiração popular, pois a grande maioria do povo não se interessava pelos partidos e clubes republicanos”²⁷⁴, dos quais se ocupava apenas uma parte mínima da população do País. O resto, a grande maioria, inclusive as classes tidas como “pensantes”, as chamadas “elites” de hoje, não lhes davam nenhuma importância, quando não os levavam simplesmente em derrição; achavam, e com razão, que se a República só pudesse contar com eles para se tornar uma realidade no Brasil, ter-se-ia que esperar, e pacientemente por algumas dezenas de anos; muita água iria ainda correr sob a ponte. Falar-se, pois, ainda hoje, em “idealismo a que se deve o fim da Monarquia e a implantação da República”, como quer João Neves da Fontoura²⁷⁵, é pura fantasia, sem nenhum fundo de verdade histórica.

*

Num estudo sobre as várias classes que formavam então a nação brasileira (15 milhões de almas, das quais,

(273) *O Ocaso do Império*.

(274) *História sincera da República*.

(275) Prefácio a *Páginas do Passado*, de Serzedêlo Correia.

em 1888, 800 mil escravos). Leôncio Basbaum salienta que um número bem reduzido dêsses milhões se ocupava de política ou se interessava por formas de govêrno; e menos ainda votava. Mesmo porque muita gente, não tendo embora convicções monárquicas, aceitava, em parte por interêsse, em parte por comodismo ou por indiferença, as instituições vigentes.

Dentre aquelas classes figurava, como a mais poderosa e, portanto, a mais influente, quer sob o ponto de vista político como social e econômico, a dos chamados “fazendeiros”, entre os quais se incluíam os plantadores de café de São Paulo, de Minas Gerais e da Província do Rio, os senhores de engenho do Nordeste (plantadores de cana-de-açúcar) e os estancieiros do Rio Grande do Sul (criadores de gado). Eram os senhores da terra, a chamada “aristocracia rural”, a classe dominante, à qual pertencia a elite política, “que se revezava no poder”²⁷⁶. Eram os *donos* do país, do qual viviam e

(276) É preciso, porém, não exagerar o papel que essa “aristocracia rural” desempenhou no govêrno do país, como o fazem alguns autores — Leôncio Basbaum entre outros, mas sobretudo Gilberto Freire (*Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso*), êste defendendo a tese de que “quase sempre os chefes do Govêrno brasileiro durante a Monarquia” eram senhores de engenho do Nordeste e fazendeiros de São Paulo e da Província do Rio. Não vem ao caso debater aqui problemas de regionalismo político ou social, mas apenas mostrar que o Govêrno, no decurso do 2.º Reinado, não foi monopólio dos chamados “aristocratas rurais”, fôsem êles de onde fôsem, para o que basta percorrer a lista dos principais estadistas que nos governaram (Presidentes do Conselho de Ministros) nesse período da nossa história. Assim, se é verdade que Itaboraí, Cotegipe, Olinda, Sinimbu, Dantas e João Alfredo pertenciam ou eram aparentados com essa aristocracia rural, os demais provinham de modestas e mesmo de humildes famílias burguesas, sem nenhuma espécie de parentesco com fazendeiros ou senhores de engenho. — A começar pelos dois mais eminentes estadistas da Monarquia, que marcaram, por assim dizer, a sua época: o Marquês de Paraná, que foi o político que teve a maior soma de poder nas mãos, e o Visconde do Rio Branco, o que se manteve por maior espaço de tempo à frente do Govêrno. Ora, nem um nem outro pertenciam à “aristocracia rural”. Honório Hermeto, o futuro Paraná, descendia de uma família mais do que modesta de Jacuí, em Minas Gerais. Tendo lutado com as maiores dificuldades financeiras para estudar, sempre conseguiu formar-se em Direito, ingressando pouco depois na magistratura

mercê do qual prosperavam. Já se vê que não tinham nenhum desejo e muito menos interêsse de se despojarem dos privilégios de que gozavam, em favor de uma incerta e imprevisível República, mesmo aquêles que por instinto de vingança se mostravam simpáticos ao republi-

da sua Província natal, de onde se passou, como tantos outros magistrados dêsse tempo, para a política, onde fêz a carreira triunfal que todos sabemos. Nunca foi, que se saiba, senhor de engenho. O outro, Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, teve uma origem ainda mais modesta. Órfão de pai em tenra idade, desprovido, quase, de meios de subsistência, foi mantido e educado por um tio, oficial do Exército, que o matriculou na Escola de Marinha e, pouco depois, na Escola Militar. Entrou depois para o professorado e o jornalismo, onde o foi buscar o Marquês de Paraná para encaminhá-lo na política. Tendo passado quase tôda a vida na Côrte, nunca foi igualmente senhor de engenho. — Outro grande estadista dêsse tempo foi Paulino Soares de Sousa, futuro Visconde de Uruguai. Também não pertencia à chamada "aristocracia rural" ou melhor, não provinha dessas nossas famílias feudais. Era filho de um pacato mineiro de Paracatu, êste descendente de açorianos pelo pai e de bandeirantes de Sabará pela mãe. Tendo o pai reunido um pequeno pecúlio, seguiu, ainda moço, para cursar medicina em Paris, onde casou, ainda estudante, com uma senhora francesa, com quem teve um filho, que foi o futuro Visconde de Uruguai. Pais e filho foram depois para o Maranhão, onde Paulino completou os estudos de humanidades, seguindo depois para formar-se em Direito em Coimbra. De volta ao Brasil foi para a Côrte, tornou-se magistrado, e aí se casou com uma cunhada do futuro Visconde de Itaboraí, já então chefe político na Província do Rio, pela mão do qual Paulino fêz carreira, para se tornar mais tarde um dos mais poderosos chefes de partido. — Outro estadista do primeiro plano foi Limpo de Abreu, depois Visconde de Abaeté. Êste nem era nascido no Brasil, mas em Portugal, de onde viera para o Rio de Janeiro com o pai, um Coronel de Engenharia, que por falta de recursos obteve que o filho fôsse educado às custas do Estado. Formado em Direito foi ser magistrado em Minas Gerais, ali ingressando e fazendo carreira na política. Outro mineiro, êste de nascença, foi Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto, também de família pobre, o que o obrigou a lecionar para poder fazer seus estudos de Direito. E até entrar para a política, viveu de empregos públicos. Como os demais, não tinha nem teve nenhuma ligação com senhores de engenho. — Finalmente, os dois baianos: Zacarias de Góis e José Antonio Saraiva. Êste último era órfão de pai em tenra idade, sendo educado pelos tios, gente humilde. Começou por ser caixeiro no Engenho de Quitandá, onde estudou humanidades com um negro professor. Formado em Direito em São Paulo, voltou para a Bahia para ser magistrado, daí se passando, como os outros, para a política. Mais tarde, à força de economias, compraria um engenho na Bahia. — o Pojuca, — onde costumava passar as férias parlamentares, único traço que o ligava à terra. Quanto a Zacarias de Góis, era filho de um capitão de Valença, na Bahia. Órfão de pai aos 5 anos de idade, foi educado pelo irmão mais velho, graças ao qual obteve, logo depois de formado em Direito, ser eleito deputado, início da sua brilhante carreira política, que o levaria, por três vêzes, à chefia do Governo. Também como os demais, nunca teve ligações de parentesco ou de interêsses com a chamada "aristocracia rural".

canismo, depois que a Lei 13 de Maio os expoliara de seus escravos²⁷⁷.

Havia depois a “burguesia mercantil das cidades” — e quando se diz “cidades” quer-se apenas referir às cinco principais, as únicas que contavam politicamente falando, isto é, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Recife e Belém do Pará. Porque o resto eram apenas “meras expressões geográficas ou administrativas: algumas casas rodeando a igreja, nascidas às vizinhanças das maiores concentrações rurais, vivendo delas”. Mas essa burguesia era constituída, em grande parte, de estrangeiros, principalmente portugueses, ingleses e franceses. Não participavam da vida política, o que não impedia, entretanto, de terem opinião e de se manifestarem sobre a conveniência ou não de se mudarem as instituições do país que os abrigava e lhes consentia ganhar a vida. Mas a igual dos fazendeiros, mesmo que tivessem simpatias republicanas, preferiam que tudo ficasse como estava, isto é, que a Monarquia “continuasse”, porque a classe “era conservadora e, com o bom senso do comerciante, preferia o que existia ou que estava para vir, por melhor recomendado que fôsse. Não trocava o certo pelo duvidoso.

Ao lado da burguesia mercantil, que era formada em sua quase totalidade de *patrões*, vivendo com ela e num certo sentido a ela subordinados, havia os empregados no comércio, muitos dos quais também estrangeiros, portugueses em sua maior parte, ou filhos de portugueses mas ainda na dependência dos pais. Os que eram brasileiros, empregados no balcão ou nos escritórios, participavam, até certo ponto, da vida política do País. Havia entre estes quem professasse ideais republicanos, mas cuja atividade política se resumia em comparecer aos

(277) L. Basbaum, *op. cit.*

comícios e passeatas republicanas. Como não dispunham de renda suficiente — suficiente para serem eleitores, é claro — não votavam²⁷⁸. Assim, a contribuição que podiam trazer para a “campanha republicana” era praticamente nula.

Havia ainda a classe média propriamente dita, residente igualmente nas cidades, porque, como acentua Leôncio Basbaum, classe média rural não existia. Era aquela constituída de funcionários públicos, de militares, de magistrados e dos membros das chamadas profissões liberais — advogados, médicos, engenheiros, jornalistas, professores e estudantes. Era a classe que votava, que contava, politicamente, para a eleição dos membros do Parlamento. Constituía a parte mais importante (por seu número) da população alfabetizada. De uma maneira geral tinham idéias liberais, muitas das quais consideradas “avançadas”, e dentre estas, naturalmente, as republicanas. Mas, embora fôsem em sua grande parte eleitores, eram republicanos mais *pensantes* do que *atuantes*, pois que sendo quase todos funcionários públicos, e apesar da completa liberdade de pensamento que existia no Império, nem sempre ousavam externar seus ideais políticos. Assim que “nos ócios das atividades administrativas faziam sonetos, discutiam e resolviam [*entre eles*] os problemas nacionais e compareciam aos comícios e às galerias da Câmara dos Deputados para aplaudir os *grandes oradores*, que naquela época eram símbolos de perfeição intelectual. A República não chegava a ser para eles uma reivindicação importante e fundamental, e o republicanismo era mais uma

(278) A. Coelho Rodrigues, *A República na América do Sul*. Pela Lei Saraiva, de 1881, para ser eleitor era preciso ter uma renda anual mínima de 200\$000 (cerca de Cr\$ 50.000,00 na moeda atual), o que restringia enormemente o direito de voto num país de pobres, como era então o Brasil. Um pouco como ainda hoje.

atitude do que uma convicção política". Alguns aparentavam posições "de esquerda para fingir que pensavam"²⁷⁹.

Finalmente, os estudantes. Era, de tôdas as demais classes da Nação, a que mais sensível se mostrava às idéias republicanas. "Mas quem faz caso de estudantes?", perguntou o Imperador quando, na hora de embarcar para o exílio lhe acenaram com o perigo de manifestações hostis da mocidade das Escolas. Na exteriorização de seu republicanismo, os estudantes se limitavam a assistir os comícios e ovacionar os oradores; ou então a promover desordens nas ruas e nas Escolas. Uns poucos eram filiados ou participavam dos clubes republicanos, mas apenas com a sua presença. Leôncio Basbaum diz que a sua contribuição para a propaganda republicana "era perfeitamente desprezível: não chegava a ser uma convicção, não passando muitas vêzes de *"idéias loucas da mocidade inquieta"*".

Bem, e o povo? O povo, o que se chama hoje na fraseologia comunista "as massas", estas não contavam para nada, politicamente falando. Era uma classe (uma *classe?*) que a bem dizer não existia. Antes de 13 de maio de 88 era formada, em sua grande parte, de escravos, que depois da Abolição passaram a ser os "libertos", gente em geral sem profissão definida, que vivia uma vida de miséria e de privações. Analfabetos. Nos campos, eram trabalhadores de enxada. Nas cidades, empregavam-se nos misteres mais baixos na escala social.

*

Pelo exposto, bem se vê quanto era limitada, para não dizer insignificante, a contribuição que as várias

(279) Leôncio Basbaum, *op. cit.*

classes da Nação podiam dar aos republicanos, não só no sentido de propaganda e irradiação da idéia como, sobretudo, para qualquer tentativa revolucionária que se quisesse fazer no sentido de precipitar a queda do Império. Para o bom-sucesso de uma tal tentativa, não falando no concurso da Fôrça Armada, a que os republicanos atribuíam grande importância dadas as idéias positivistas que se haviam infiltrado em suas fileiras²⁸⁰, só restava mesmo o recurso de um golpe parlamentar, ao igual do

(280) Tem-se querido atribuir ao Positivismo, como doutrina política, um papel preponderante tanto na propaganda republicana nos últimos anos do Império, como na implantação e organização do novo regime. Nada, porém, menos verdadeiro. O que se sabe de certo a este respeito é que as duas únicas vitórias, digamos assim, dos positivistas, na organização do novo Governo, foram o lema enxertado na nova bandeira — *Ordem e Progresso*, e o fecho — *Saúde e fraternidade* da correspondência oficial, sendo que o primeiro ainda se mantém até hoje, apesar das várias tentativas que se fizeram para suprimi-lo, e o segundo foi abolido por iniciativa do Barão do Rio Branco, quando assumiu a Pasta das Relações Exteriores, em 1903. Fora dessas duas coisas, em nada mais se fizeram sentir as idéias positivistas quando da instalação da República, apesar da presença no novo Governo de dois dos seus principais adeptos, Benjamim Constant e Demétrio Ribeiro. E não somente eles não conseguiram imprimir feição positivista à organização do regime republicano, como foram repelidos na tentativa feita nesse sentido. De fato, pouco depois da sua instalação no Rio de Janeiro, o apostolado positivista apresentou ao Governo Provisório uma série de sugestões “urgentes” sobre “a organização política que convinha dar à nova República”: conservação, a título permanente, da ditadura republicana; acumulação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na pessoa do ditador, livre este de escolher o seu sucessor; abolição do regime parlamentar, do ensino oficial e de quaisquer privilégios; Câmara única, exclusivamente orçamentária; separação da Igreja do Estado. Eram as principais. “Um aglomerado de idéias francesas, feitas para a França, que se queria impor ao Brasil, diz o historiador Leôncio Basbaum (*op. cit.*), na sua quase totalidade deixadas de lado pelo novo regime, sendo que as poucas que foram aproveitadas, como a separação da Igreja do Estado e supressão do regime parlamentar, não eram de inspiração positivista, vinham sendo defendidas desde muitos anos não só pelos republicanos como pelos próprios liberais monarquistas. “Há evidente exagero, escreve Oliveira Viana (*O ocaso do Império*) referindo-se aos positivistas, em relação a essa suposta influência por eles exercida sobre as nossas instituições. Muitas dessas liberdades, que eles julgavam conquistas suas, já estavam nas preocupações dos nossos velhos liberais, desde os progressistas de 1862 aos radicais de 1868. Por outro lado, a aspiração federativa teve uma origem inteiramente fora do campo de influência do apostolado positivista”. — Quanto à sua atuação na fase propagandística da República, também pode dizer-se que foi a mais limitada possível, circunscrita que ficou à ação individual de uns poucos de seus adeptos, que se haviam tornado republicanos em virtude justamente das idéias positivistas que haviam abraçado. Isso se verificou sobretudo entre a

que fizeram os liberais maioristas, em 1840, para anteciparem a entrega da chefia do Estado ao menino Imperador. Um golpe branco, dado pela Câmara dos Deputados, declarando extinta a Monarquia e instituindo a República. Mas, para isso, precisaria, antes de tudo, que os republicanos tivessem, já não diremos maioria, mas, ao menos, um número substancial de representantes no Parlamento dispostos a promoverem uma tal solução. Solução que não seria, aliás, rigorosamente falando, um golpe de Estado, de vez que pela Constituição Imperial, como já acentuamos, nada impedia que o Parlamento, desde que munido dos indispensáveis poderes pelo corpo eleitoral da Nação, declarasse extinta a Monarquia e proclamasse a República. Em discurso feito no Senado em 1883, Ouro-Prêto referiu-se a essa possibilidade, isto é, da Câmara dos Deputados *votar* a mudança do nosso regime político, o que provocou um aparte do Barão de Cotegipe, perguntando se êle achava que a Câmara tinha realmente uma tal capacidade. “A Câmara atual não, respondeu-lhe Ouro-Prêto; mas uma outra que haja recebido poderes para tal fim certamente que o poderá

mocidade militar. Mas mesmo aí, como entre o elemento civil, foram muito mais numerosos os republicanos indiferentes ou mesmo contrários às idéias de Augusto Comte. Era o elemento chamado democrata que, devido à sua formação política, não queria nem podia aceitar a doutrina positivista de govêrno, de cunho ditatorial e oligárquico. Oliveira Viana salienta, com todo o fundamento, que os positivistas brasileiros estavam muito mais próximos dos monarchistas liberais do que os democratas republicanos; que “a sua ditadura republicana não era senão uma sorte de Monarquia eletiva, aliás muito menos impregnada de princípio democrático do que a Monarquia eletiva dos liberais, pois nesta é o povo quem elege o nôvo chefe vitalício, e na República comtista é o próprio chefe quem designa o sucessor, à maneira dos Césares romanos. Era qualquer coisa análoga à concepção republicana de Mazzini, da qual se disse que não difieria da Monarquia senão que comportava uma dignidade a menos e um cargo a mais” (*Op. cit.*). — A verdade, com relação à influência positivista na propaganda republicana, é que ela foi quase nula, não só devido à falta de receptividade entre os adeptos do nôvo regime, mesmo de certa repulsa a essa doutrina, como ao pouco número de seus chamados discípulos. Apesar de já antiga no Brasil havia mais de trinta anos, os positivistas brasileiros não passavam, no fim da Monarquia, de uma meia centena, “que cabiam folgadoamente no salão do Clube Militar”, como diz ainda Oliveira Viana.

fazer". Mas, para isso, precisaria que os republicanos dispusessem de um numeroso eleitorado, coisa que não tinham nem teriam certamente tão cedo. "Se os republicanos tivessem de esperar até alcançarem um número bastante de representantes, para proclamar a República, escrevia Leôncio Basbaum em 1957, ainda seríamos hoje provávelmente Monarquia"²⁸¹.

(281) *História sincera da República*. — Muito embora reconhecendo que o corpo eleitoral republicano era realmente muito pobre, o autor diz que essa pobreza não exprimia desinteresse ou má vontade pelo regime republicano ("não era uma questão de regime"), senão um índice de atraso político, resultado do atraso econômico e da pobreza do próprio país, onde "apenas uma classe votava, a dos senhores de terra, os latifundiários, a burguesia feudal dos engenhos, das fazendas e das estâncias, votando com eles, pressionada por eles, uma pequena, débil, paupérrima classe média". E, abaixo desta, "a imensa maioria da população sem terra, gozando direitos puramente teóricos, impedida, na realidade, de manifestar sua opinião — se a tivessem". — Num certo sentido esse autor pode ter razão, pois na verdade quem fornava então o corpo eleitoral era a chamada elite do País, constituída pelas classes por ele citadas. E isso não somente pela nossa falta de cultura como também pelas restrições impostas pela lei eleitoral, limitando o número de eleitores a determinadas classes de indivíduos. Mas nada disso destrói a tese que defendemos, e é que no corpo eleitoral brasileiro que, bem ou mal exprimia o que se costuma chamar "opinião pública", insignificante era o número dos que se diziam partidários da República, dos que tinham simpatia pelas idéias republicanas ou aspiravam a uma mudança de regime político. Quer dizer: o País não era positivamente republicano. Aliás, é esse próprio autor que reconhece "que o povo brasileiro, em sua maioria, só se tornou republicano quando a Família Real [Imperial] embarcou rumo à Europa, e as possibilidades de sua volta se haviam extinguido" (*Op. cit.*).

O Império era o Imperador

Dir-se-á que se a implantação da República em 1889 se deve ao golpe de Estado de Deodoro, deve-se aos republicanos, em todo o caso, a preparação do ambiente favorável à eclosão desse golpe. Mas, também, isso não é verdade. Antes de tudo porque o golpe dado por Deodoro, como todos sabemos hoje, não visou a Monarquia, mas unicamente o Ministério que estava no Poder, a fim de obrigá-lo a retirar-se. E para a sua realização, tanto no que se refere à preparação, como depois, para a sua deflagração, em nada contribuíram os republicanos, que dêle só se inteiraram três dias antes, quando tudo já estava praticamente feito e planejado pelos militares. Depois, se é verdade que os republicanos se aproveitaram desse golpe para acabarem com a Monarquia, encontrando, para isso, um terreno em tudo favorável, deve-se tal coisa, sobretudo, senão unicamente, ao desprestígio a que descera a Monarquia, à indiferença geral que se tinha por ela e à crença generalizada de que não podia mais durar, de que estava finda a sua tarefa e de que tinha, assim, os seus dias contados. Crença que provinha do fato de que a Monarquia no Brasil, como concepção de govêrno e regime político, estava encarnada na pessoa de um só homem — Dom Pedro II, e a tal ponto, que não se compreendia a exis-

tência ou sobrevivência dela sem êsse homem²⁸². Donde o sentimento de que uma vez êle desaparecido, a Monarquia perdia a sua razão de ser, no Brasil.

“Nada separava a República da Monarquia, — dizia, Eça de Queirós — senão o Imperador. E o Imperador se tinha a tal ponto desimperializado, que entre a Monarquia e a República não havia realmente senão um fio — tão gasto, tão frouxo que, para o cortar dum golpe brusco bastou a espada do Marechal Fonseca”. E concluía: “Nada verdadeiramente se entrepunha entre a Monarquia e a República — senão a pessoa do Imperador. E de há muito se combinara cortezmente que, para derrubar a Monarquia se esperasse a morte do Monarca”²⁸³.

O Reinado era o Imperador, disse Joaquim Nabuco. De fato, tudo ou quase tudo que se fazia então no Brasil, tudo o que se pretendia fazer, tudo o que servia de norma de procedimento na vida pública, não só para os políticos como para o geral da Nação; tudo que se passava ou acontecia entre nós tinha que obedecer, tinha que seguir o pensamento e, até um certo ponto, a vontade do Monarca. Daí o ministro inglês dizer que o Brasil estava sujeito ao Reinado “despótico” do Imperador. Despótico apenas no sentido de que eram a sua vontade e o seu sentir que prevaleciam, ainda quando êle mesmo nada fizesse para os impor; ao contrário, não poucas vêzes até cedia em sua opinião ou transigia em seus atos, sobretudo em política e administração pública, em favor da opinião de outros. Mas é certo que, de

(282) Referindo-se ao papel absorvente do Imperador na vida pública do Brasil, dizia Domet de Vorges, Encarregado de Negócios de França, em Officio de 4 de dezembro de 1871: *On se plaint que son influence dans le Gouvernement soit un peu plus considérable que ne le comporterait la théorie constitutionnelle, mais il faut bien constater que tout ce qui a été fait de bon et d'utile ici depuis vingt ans vient de son initiative.*

(283) *Op. cit.*

uma maneira geral, o seu pensamento é que prevalecia, e que o Brasil do seu tempo, o *seu* Brasil, obedecia, por via de regra, à linha de conduta que êle naturalmente não impunha, mas que todos seguiam, persuadidos de que correspondia ao que êle pensava e ao que êle desejava — e ao que devia ser.

Daí dizer-se que êle absorvia praticamente a vida da Nação; e a tal ponto, que se podia bem ampliar aquêlê conceito de Nabuco e repetir êsse outro do Barão de Cotegipe, isto é, que não sòmente o Reinado, mas o próprio Império era o Imperador. Como o Imperador era o Império. E, para muitos, até o Brasil — como expressão política e geográfica. A ponto de não poucos estarem persuadidos de que, desaparecendo o Monarca, o próprio Brasil desapareceria. Pelo menos não subsistiria na sua unidade política e geográfica, fragmentando-se em vários pequenos Estados (republicanos, naturalmente), a igual do que se dera com o antigo império colonial espanhol por ocasião do movimento de independência da América. Era uma opinião partilhada por muita gente, não só no Brasil como no Estrangeiro. Os positivistas brasileiros, por exemplo, pelo menos os chamados ortodoxos, assim pensavam, prognosticando, pela voz de Teixeira Mendes, que o Brasil, “no futuro, se há de dividir em Repúblicas independentes, confederadas moralmente pelos laços de uma mesma crença e de uma mesma origem sociológica”, que deviam ser, já se vê, positivistas. Pouco mais adiante, nessa mesma obra²⁸⁴, êle voltava a vaticinar que as nossas Províncias “formariam uma Federação moral, de costumes e de origem, que será o imortal característico das futuras Repúblicas em que se há de dissolver o Brasil”.

Não se diga que fôsse essa uma opinião sectarista, produto exclusivo de uma doutrina filosófica, porque

(284) *A Pátria Brasileira*, apud João Cruz Costa, *op. cit.*

outros, no Estrangeiro, que não eram prisioneiros dessa doutrina, também assim pensavam. Basta referir os sombrios prognósticos que fariam, entre outros, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, por ocasião da queda da Monarquia. Em carta a Tomás Ribeiro, de 10 de dezembro de 1889, Camilo diria que destruído o Trono e desterrado o homem que tinha cometido o crime de, como soberano constitucional, amar demasiadamente a Liberdade, o Brasil seria “desmembrado em Repúblicas dissolventes da unidade e da fôrça que dá a sacratíssima palavra Pátria”. Eça de Queirós ia além. Para êle, desaparecido o Império, desapareceria também o Brasil, que passaria a ser “um antigo nome da velha geografia política”; e que “daqui a pouco, o que foi o Império estará fraccionado em Repúblicas independentes, de maior ou menor importância”²⁸⁵.

Não era outra a opinião de Henri Gorceix, um francês que lecionava na Escola de Minas de Ouro Preto. Segundo êle, uma vez desaparecido o Imperador, o Brasil “cairia em pedaços, o Norte devendo necessariamente separar-se do Sul, cujos interêsses são tão diferentes”²⁸⁶. O mesmo temor que iria se apoderar dos meios financeiros de Londres quando se teria ali conhecimento da implantação da República, isto é, de o Brasil ficar subdividido em pequenas Repúblicas independentes, “pois neste caso surgiriam dificuldades para a distribuição proporcional da dívida do Império”²⁸⁷. Ainda nessa ordem de idéias se expressava o Ministro da Bélgica no Rio. Admitindo a possibilidade da proclamação da República pouco antes da sua implantação entre nós, êle dizia que aquela traria “fatalmente a divisão do Império”. E pouco depois, quando já constituído o nôvo regime, voltaria a

(285) *Op. cit.*

(286) Cit. pelo Barão Hubner, *Diário*.

(287) *Times*, de 22 de novembro de 1889.

prognosticar a fragmentação do País, dizendo que pela fôrça o Governo Provisório não poderia jamais manter a união entre os novos Estados, mesmo se contasse com a fidelidade das Fôrças Armadas, porque era preciso ter em conta as distâncias e a falta de comunicação terrestres que os separavam. *Quelle que soit l'opinion qu'on puisse avoir sur les chances de voir subsister l'intégrité de l'Empire, — terminava, — tout le monde est unanime à reconnaître que le resultat ne peut être obtenu que par l'entente et non par la contrainte*²⁸⁸.

Ora, se o Império era, a êsse ponto, o Imperador, e se o próprio Brasil tinha a sua existência como Nação na dependência da vida dêsse homem, é fácil compreender o desassossêgo e a ansiedade que se apossaram do País no comêço do ano de 87, quando o Imperador caiu doente e pareceu iminente a sua morte. Num certo sentido o Ministro de Inglaterra dizia a verdade quando, escrevendo por essa ocasião para Londres, se referia à onda de apreensões que invadiu o Brasil, e que a seu ver provinha não de um sentimento de devoção ou de afeição pelo Monarca, mas do receio de que êle desaparecendo, o País caísse num verdadeiro estado de anarquia, numa desorientação geral, uma vez que o Imperador era “o *pivot* em tórno do qual girava tôda a vida do Império”.

Era essa subordinação da existência do Império à própria vida do Monarca, a impossibilidade, para muita gente, de a Monarquia sobreviver sem êle, que fazia acreditar que os dias das instituições monárquicas estavam contados. Se a Monarquia, como diz José Maria dos Santos, “não se apresentava tolerável senão com Dom Pedro II”, sua presença entre nós era o derradeiro obstáculo para chegar-se à República²⁸⁹. Daí a quase

(288) Offício de 20 de outubro de 1889.

(289) *A Política Geral do Brasil*.

nenhuma fé que se tinha em seu destino, sentimento que se traduzia, em uns por uma espécie de indiferentismo pela sorte do regime, em outros por uma resignada convicção de que não valia mais a pena fazer o que fôsse para salvar uma instituição já praticamente condenada. “Para nós, — dizia Antônio de Sousa, a Monarquia era o Imperador Pedro II, e bem poucos monarquistas, ainda os que eram por convicção ou por gratidão, olhariam calmamente para o advento do 3.^o Reinado”²⁹⁰. Era um sentimento que de fato existia em quase todos os setores da opinião pública, e do qual partilhavam os mais categorizados personagens do Império, mesmo aquêles mais chegados ao Trono. A começar pelo próprio Imperador.

(290) *Dom Pedro II. Conferência.* — “O Império era defendido apenas como coisa de utilidade no momento; ou então por sentimento de fidelidade e de amizades pessoais ao Soberano” (João Camilo de Oliveira Tôres, *O Positivismo no Brasil*).

“Monarca à fôrça”

Não se pode dizer que o Imperador fôsse um descrente da Monarquia no Brasil; pelo menos da missão que, no seu entender, cabia ainda a ela desempenhar entre nós, portanto da necessidade de ser mantida por alguns anos mais. “Cumpre que se convençam, disse êle certa vez a Sinimbu, e hão de convencer-se, que o nosso sistema de govêrno é o mais conveniente para o estado em que se encontra o Brasil”²⁹¹.

Quando Alexandre Herculano lhe escreveu recusando, por uma questão de princípio, a Ordem da Rosa com que êle pretendia condecorá-lo, o Monarca respondeu-lhe dizendo que a igual do historiador português, também êle não era partidário “em absoluto” de nenhum sistema de Govêrno, mas que também acreditava que “o de nossas nações é o que mais convém às neo-latinas, cujos sentimentos ardentes exigem que se infunda o respeito ao princípio dêsse Govêrno por atos de maior interêsse e, mesmo, de abnegação”. E acrescentou “que na sua opinião de homem e de Monarca, o melhor sistema de Govêrno para o Brasil devia ser uma República de presidente hereditário”²⁹² — como era, afinal, o próprio Brasil de seu tempo, com êle no trono, apesar de rotulado

(291) Notas, no arquivo da Casa Imperial.

(292) Minuta s/d, possivelmente de agôsto ou setembro de 1872, no Arquivo citado.

de Império. “Foi-se a única República da América!” exclamaria Rojas Paul, Presidente da Venezuela, ao ter notícia da queda da Monarquia brasileira.

Para Tristão de Ataíde, o regime que se instalou no Brasil em 15 de Novembro de 89 não foi senão a continuação, com outro nome, do mesmo que já existia entre nós. “O 15 de Novembro, diz êle, foi apenas uma data, uma convulsão aguda, porque a República, ou melhor, o espírito republicano vinha de tempo mais remoto. Aquêlle jôgo normal das instituições, o equilíbrio, a paz exterior, a nobre figura de Pedro II abdicando cada vez mais de seu caráter imperial, a liberdade crescente de opinião, o abolicionismo inflamado, todo o idealismo republicano que, bem ou mal, germinou e floresceu nesse período de ordem e de tranqüilidade, em que o Brasil marcou, como em nenhum momento de sua História, os traços essenciais de sua figura moral — tudo indica que a Monarquia tinha cedido à República, e que as formas do passado apenas se prolongavam por inércia. A mudança de 89 não representou inteiramente um regime nôvo. Não foi grande, por assim dizer, a solução de continuidade nos homens e nas idéias. E o Brasil apenas perdeu, em 1889, um quadro de disciplina e um exemplo de moralidade, que só mais tarde veio a deplorar, platônicamente. É inexato, portanto, atribuir ao 15 de Novembro uma importância excessiva. O País aceitou silenciosamente a República, pois já vivia em República”²⁹³.

Democracia coroada, era como Vicente Quesada, ministro argentino no Rio, chamava o Império. Ágripino Grieco observa, não sem um fundo de verdade, que o Imperador foi, talvez, “o único republicano que o Brasil já teve, pela sua liberalidade, pela sua aversão à pompa

(293) *Política e Letras*.

palaciana e pelo seu amor ao povo”²⁹⁴. Essa aversão, diz Agripino, que êle sempre tivera pelos apanágios da realeza, ao lado de uma confessada simpatia pela forma republicana de govêrno, levaram muita gente a considerá-lo republicano, ainda que não abrindo mão de suas prerrogativas majestáticas. Chegaram até a inventar que, numa de suas visitas a Victor Hugo, se gabara de ser republicano, o que êle implicitamente desmentiu, referindo-se ao seu propalado republicanismo: “Nunca o disse, porque jamais gostei de bravatas. Desejaria, repito, que a civilização do Brasil já admitisse o sistema republicano, que para mim é o mais perfeito, como podem sê-lo as coisas humanas. Creiam que só desejaria contribuir para um estado social em que a República pudesse ser *plantada*, para assim dizer, por mim, e dar sazoados frutos. Como seria ela uma produção natural, não poderiam preocupar-me os direitos de minha filha e netos”²⁹⁵.

André Rebouças, que privou um pouco de perto com êle nos últimos anos do Reinado, conta, em seu *Diário*, que certa vez, na estação de Petrópolis, o Imperador lhe declarara ser republicano: “Sou republicano, todos o sabem. Se fôsse egoísta, proclamava a República para ter as glórias de Washington. Sòmente, sacrificava o Brasil à minha vontade”. Pode ser que êle tivesse dito, em outras palavras, mais ou menos o que aí está, isto é, no sentido de mostrar sua preferênciã pela forma republicana de govêrno; mas nunca com as expressões reproduzidas por Rebouças, por essa forma dogmática e pretenciosa de dizer as coisas que nunca foi sua. E nada mais contrário ao seu feitio modesto e quase hu-

(294) *Evolução da prosa brasileira.*

(295) Nota do Imperador no exemplar *Império e República ditatorial*, de Alberto de Carvalho, existente no Instituto Histórico Brasileiro e citada por Tobias Monteiro em *A tolerância do Imperador*.

milde, senão também à sua impenetrável reserva, do que essa fanfarronice republicana.

Ele podia ter, e tinha com certeza, em princípio, preferências pelo sistema republicano. Mas isso não significava necessariamente que se considerasse republicano, nem que pretendesse implantar a República no Brasil, visto como sempre entendera que o País não tinha ainda condições políticas e sociais para adaptar-se com sucesso a essa forma de govêrno. Ainda porque tendo sido pôsto, pelo destino, à frente de uma Monarquia, achava da sua obrigação honrar e prestigiar a coroa, no cumprimento de seus “deveres” de cidadão brasileiro. Acusado, certa vez, de não querer contrariar os partidos políticos pelo receio de ser deposto, defendeu-se dizendo em seu *Diário*: “Eu não tenho mêdo de nenhum partido, e obro conforme, e só conforme, o que julgo exigir o bem do País. Que mêdo poderia ter? De que me tirassem o Govêrno? Muitos melhores Reis do que eu o têm perdido, e eu não lhe acho senão o pêsô de uma cruz que carrego por dever. Tenho ambição de servir o meu País; mas quem sabe se não o serviria melhor noutra posição? Em todo o caso jamais deixarei de cumprir meus deveres de cidadão brasileiro”.

Uma vez, em Montevidéu, um político uruguaio chamou-o de “Príncipe ilustre e grande republicano”, cuidando, com isso, prestar uma homenagem aos sentimentos liberais do Monarca. A que Silveira Martins, ali presente, observou, muito a propósito, que o Imperador do Brasil era um homem de bem e não podia, portanto, ser a um tempo republicano e Monarca. E citou o exemplo do Rei Jorge III de Inglaterra, que felicitado por uma dama francesa pelos triunfos que os republicanos norte-americanos alcançavam sôbre as fôrças inglêsas, pensando ser agradável aos sentimentos liberais do Rei, êste lhe respondera, com grande presença de espírito:

Madame, mon métier à moi est d'être royaliste. “O Imperador do Brasil não é somente monarquista de profissão, concluiu Silveira Martins; é principalmente pelas idéias, pela família e pela tradição”²⁹⁶.

Mas fôsse ou não monarquista: o certo é que era o homem menos talhado dêste mundo para o papel de Imperador, tal, pelo menos, como então o entendiam. Tanto por natureza como pela educação que recebera de seus primeiros mestres, por suas idéias, por sua tolerância, que chegava às vêzes à renúncia de si mesmo, por sua repulsa e quase hostilidade a tudo o que fôsse privilégios de casta ou de realeza, êle era no trono um homem inteiramente deslocado. *Descontente resignado*, é como o chama Vicente Quesada. “Como monarca, diz, carecia dos preconceitos da estirpe e do temperamento especialíssimo que engendra o exercício da realeza durante várias gerações”. Para o ministro argentino, o Imperador não passava de um “Monarca à fôrça”, contrafeito e contrariado por ter que se ocupar de coisas do Governo, que o entediavam e tiravam de seus lazeres prediletos e da suave placidez de sua existência de filósofo amador²⁹⁷. “Imperador violentado”, foi como êle próprio se intitulou ao chegar a Lisboa, já exilado, satisfeito, num certo sentido, de se sentir desafogado e aliviado das tenazes que o haviam prendido, durante tantos anos, ao trono e a todos os encargos da realeza²⁹⁸.

*

Aliás, êsse inconformismo seu com a posição que ocupava não era de agora. Vinha já de muito longe. Em 1861, jovem ainda de 35 anos de idade e com apenas

(296) J. J. da Silveira Martins, *Silveira Martins*.

(297) *Mis memorias diplomaticas*.

(298) André Rebouças, *Diário*.

duas décadas de Governo, confessava-se um desencantado do trono e dizia, em seu *Diário*, que preferia, quanto à *ocupação política*, ser Presidente da República ou ministro; e com um sentimento de grande desconsólo acrescentava: “Se ao menos meu pai imperasse, estaria eu, há onze anos, com assento no Senado; e teria viajado o mundo!”²⁰⁰. Com o correr dos anos e à medida que aumentavam seus encargos de Chefe de Estado, essa espécie de tédio que sentia pela função majestática só aumentaria. Os deveres de tôdas as horas no zelar pela causa pública, os despachos com os ministros, que se prolongavam por vêzes horas e horas pela noite a dentro, os concursos a que tinha que assistir, as viagens a fazer pelo seu vasto Império e as dezenas de pessoas que recbia diariamente na célebre *varanda* de São Cristóvão, em suma, êsse jamais acabar de coisas enfadonhas e cansativas, só serviriam para absorver-lhe quase todo o seu tempo e muito pouco lhe deixava para desfrutar o que êle mais gostava no mundo, que eram as suas leituras prediletas no refúgio tranqüilo da sua biblioteca.

Nos últimos anos da Monarquia, com a carga de quarenta anos de Governo e mais os sessenta de idade, pode ser que êle acabasse, afinal, conformado com a sorte, que aceitava filosoficamente, à sua maneira, com uma grande dose de cepticismo. Também já não acreditava mais em nada, dizia Vicente Quesada, nem mesmo em sua coroa. Um dia desabafara com o argentino: “Estou cansado de vida oficial!” Quesada achava que êle não tinha mais fé na duração das instituições monárquicas, “e se mantinha sem se preocupar maiormente com o dia de amanhã”, o que levava a Condêssa de

(299) *Diário do Imperador* no arquivo citado. Como se sabe, pela Constituição do Império, o herdeiro da Coroa devia ter assento no Senado logo que atingisse a maioridade civil.

Barral, sua amiga e confidente de sempre, a passar-lhe uma espécie de *pito*: “Vai parecendo, escrevia ela de Paris, referindo-se ao Brasil, que breve teremos mais uma República na América do Sul. Sei que Vossa Majestade por si não se importaria; mas é seu dever cuidar da sua Dinastia e fazer respeitar a pessoa do Soberano”³⁰⁰.

Como tanta gente no Brasil, êle também devia estar persuadido de que a Monarquia não duraria muito tempo entre nós; e ainda, como tantos outros, devia acreditar que no dia em que fechasse para sempre os olhos, ela difficilmente poderia ser mantida. “A máquina está bem montada, dizia êle ao Barão Hubner, quando êste andava entre nós, aí pelo ano de 82; poderá trabalhar algum tempo, assegura-nos o futuro. Mas que futuro? É o que não sei”. Não sabia. Ou não ousava dizer. Porque o que êle sabia, e não tinha, aliás, ilusões a respeito, era que os republicanos, os chamados moderados, que não pretendiam chegar à República por meios violentos, como os do grupo Quintino Bocaiúva, não esperavam outra coisa, para implantarem o nôvo regime, embora nem sempre o confessassem, senão a morte do Imperador, que, dado o seu precário estado de saúde, esperavam não estivesse muito longe. Referindo-se a êsses republicanos, Hubner dizia que êles começavam a mostrar-se publicamente, conquanto afirmassem que desejavam esperar. “Esperar o quê?”, perguntava o austríaco. “A morte do Imperador, o que não dizem, mas é subentendido e tôda a gente assim o compreende”³⁰¹. Três anos antes da queda da Monarquia, o Imperador confiava ao Grão-Duque Alexandre da Rússia, então no Brasil, que “por enquanto” os brasileiros se agitavam — “se agitam muito em favor da República”.

(300) Carta de maio de 1882, cit. por Mozart Monteiro.

(301) R. Mendes Gonçalves, *op. cit.*

-- Pois bem, acrescentava — que a tenham, se a querem. Conheço de sobra o meu povo para não provocar inútilmente derrame de sangue, e deixo aos futuros presidentes da República a tarefa de descobrirem o segredo da paz interior do Brasil”³⁰².

(302) Alexandre da Rússia, *Quand j'étais Grand-duc*.

A tolerância do Imperador

Que a tenham, se a querem... Sim, que o País seguisse o seu destino e escolhesse, como entendesse, a forma de ser governado. Dêle é que não partiria nada, uma palavra, um gesto, um ato qualquer visando tolher ou contrariar essa vontade. Timbrava, como disse uma vez a Saraiva, em não ser nunca um embaraço para que se realizasse a vontade da Nação. “Se o procedimento errado dos partidos monárquicos der a vitória aos republicanos, escreveu êle, que provará isso? O Monarca não deixará de ser o homem honesto e desinteressado, não do bem da Pátria, que para êle não pode existir fora da Constituição”. Joaquim Nabuco, que cita estas palavras, observa, muito a propósito, que “essa dependência voluntária, íntima, da boa vontade do País é tal que, deposto do trono, não afirmará uma só vez o seu direito de reinar, em virtude de qualquer dos antigos pactos — da Independência, da Constituição, do 7 de Abril, da Maioridade e, muito menos, do direito tradicional português”³⁰³.

Guilherme Ferrero achava que Dom Pedro II era um Imperador voltairiano, que à fôrça de estudar ciências e filosofias, havia perdido a consciência do Monarca. Sentindo-se um homem semelhante a todos os seus concidadãos, considerava-se o primeiro republicano do Brasil;

(303) *Op. cit.*

e por isso resignou-se à República “com uma serenidade que provava como êle não estava persuadido de ter o direito de exercer uma tão desmedida autoridade”³⁰⁴. Nabuco diz que a moléstia, que desde 1887 começara a enfraquecer-lhe o cérebro, o tornara um tímido, quase vexado de reinar na América à moda da Europa, querendo parecer uma espécie de Arconte-rei, como José Bonifácio sonhara Dom Pedro I, um Benjamim Franklin coroados³⁰⁵.

Não tinha consciência do sentido social da Monarquia, assinala Tristão de Ataíde. “Imbuído de liberalismo, do Romantismo político que frutificou tão profusamente no Século XIX, não oferecia resistência à propaganda dissolvente, o que talvez lhe prolongou o Trono até 89, seja dito de passagem. Queria ser um justo e não um chefe. Visava o equilíbrio e não a direção. E a acusação de poder pessoal, que por meio século nunca deixou o ambiente, parece-nos hoje illusória ou pelo menos inexata. Não era a vontade de servir pelo amor do mando que o animava, mas a vontade de conciliar, de encaminhar, de reter ou apressar os problemas, de respeitar quanto possível a evolução natural dos fatos e dos espíritos. Pedro II não tinha o espírito criador. Não procurava guiar os acontecimentos. Era um receptivo. Um contemplativo. Espectador antes que ator, não abdicava de suas prerrogativas, mas cingia-se por natureza a um sistema de contrapesos, que polia as arestas da evolução política, mas sem apressar a solução dos problemas”.

*

(304) Cit. por João Ribeiro, *História do Brasil*.

(305) *Op. cit.*

Teria êle algum pressentimento das conseqüências que poderiam resultar dêsse seu desapêgo à coroa, dessa espécie de indiferença e de abandono pela sorte do regime? Estaria, acaso, com semelhante atitude, preparando conscientemente um terreno favorável para a mudança das instituições num futuro que lhe parecia próximo, talvez ainda no decurso da sua vida? Podia ser. Certo, êle não pretendia provocar, com tal atitude, a vinda da República; não queria, sobretudo, precipitá-la, o que só traria prejuízos para o País, dado o estado de impreparação em que êle estava para adoção de uma tal forma de govêrno. Mas sabia que essa sua atitude de desinterêsse pela Monarquia, essa tolerância com quantos a combatiam, só podia servir de estímulo aos adversários do regime, certos, como estavam êstes, de que nunca partiria dêle o quer que fôsse para embargar-lhes os passos. Mas, que lhe importava isso, se era de fato desejo dos brasileiros adotarem a forma republicana de govêrno? Que a tivessem! Dêle é que não partiria nada para impedir a realização de um tal desejo. Saraiva confirmaria, certa vez, essa disposição do Imperador, dizendo ao genro de Cotegipe que o Monarca era um homem profundamente honesto: se se convencesse de que o País queria a República, largaria imediatamente o trono e ir-se-ia embora com sua Família³⁰⁶. Como, de fato, iria fazê-lo, sem um protesto, sem uma palavra ou sequer um gesto em favor de *seus* direitos de reinar. Aliás, essa tolerância sempre foi um dos traços marcantes da sua personalidade. Compreensivo e extremamente sensível à natureza humana, aos seus caprichos, suas contradições — mas sobretudo à sua vontade, êle levava o respeito à opinião alheia a um ponto tal, como raramente se terá visto ou se poderá ver igual entre nós. E nada ilustra melhor êsse traço da

(306) Cit. por Wanderley Pinho, *Pedro II, aspectos de sua personalidade*.

sua personalidade de que o episódio que nos conta Múcio Teixeira, ocorrido por ocasião da morte de Victor Hugo, em 1884, quando o Monarca o aconselhou a reunir em volume algumas poesias do grande poeta traduzidas para o português, inclusive as mais violentas, de caráter revolucionário, mesmo as de sentimento marcadamente republicano. E não só sugeriu que se fizesse essa publicação, como se ofereceu para custeá-la de seu bôlso particular. Interessou-se, apenas, por que se modificasse um verso de autoria de Múcio contra o Papa, e que seria incluído no fim do volume. Múcio respondeu que sim: modificaria não só êsse verso, como também um outro, do mesmo poema, contra o Rei. O Imperador deixou-se ficar um momento a refletir. Depois disse: “Olhe, sabe o que mais? Conserve-os como estão”³⁰⁷.

Esse episódio faz lembrar um outro, citado por Rui Barbosa, e se resume no incidente provocado por Moreira Pinto, lente da Escola Militar da Praia Vermelha, que por “haver estigmatizado, ante o Conde d’Eu, o crime de um de seus maiores, na sinistra noite de São Bartolomeu”, foi ameaçado de demissão; ou pelo menos obrigado a jubilar-se, uma vez que ficara provado o seu propósito de ferir o marido da Princesa Imperial. “Sua Majestade opôs-se peremptoriamente a ambas as soluções”, diz Rui Barbosa³⁰⁸.

Salvador de Mendonça conta um fato que se deu com êle, e que confirma quanto o Imperador respeitava a opinião daqueles que se confessavam republicanos e hostilizavam por isso o regime monárquico. Estavam êle e Francisco Otaviano assistindo a um concêrto no Conservatório de Música quando, num intervalo, se aproxima o Imperador, também ali presente. Salvador era, nesse

(307) Múcio Teixeira. *O Imperador visto de perto*.

(308) *Queda do Império*.

tempo, o redator principal do *A República*. Voltando-se para êle disse:

“Por que não aparece? Não o tenho visto há muito tempo, já o mandei convidar para as nossas palestras literárias³⁰⁹. Apareça”.

Salvador, meio confuso, desculpou-se alegando estar sempre muito ocupado com os seus afazeres da imprensa, a que o Imperador respondeu que o vinha lendo, e que o que êle escrevia não o incompatibilizava com as “nossas palestras literárias”. Voltando-se depois para Otaviano: “Sr. Otaviano, leve-o consigo para a semana”. Apesar de prometer ir, Salvador evitou sempre aceitar o convite “por amor da língua dos maldizentes, que estimariam ter tão bom tema como o freqüentar um republicano militante as palestras do Paço, embora apenas literárias”³¹⁰.

*

Outro aspecto da tolerância do Imperador era a sua honestidade política, a consciência que sempre tivera de seu verdadeiro papel de Rei constitucional, que o levava a colocar os deveres e as obrigações de seu cargo acima de suas preferências, de seus interêsses, de suas simpatias ou de suas antipatias. E entre os deveres do cargo, êle tinha como o principal ou um dos principais, o mais absoluto respeito pela opinião pública. Daí o empenho em que ela não fôsse contrariada ou simplesmente perturbada; em que nada se fizesse para constrangê-la ou cerceá-la, não importando onde, nem quando, partisse de onde partisse ou visasse a quem visasse, inclusive êle próprio, como homem e como Monarca.

(309) Reuniões semanais que se faziam no Paço de São Cristóvão, presididas pelo Imperador, e onde se discutiam temas literários, artísticos e científicos.

(310) Carlos Süssekind de Mendonça, *Salvador de Mendonça*.

“Entendo que se deve permitir tôda a liberdade de manifestação, recomendava êle à filha antes de sua primeira partida para o estrangeiro, em 1871, quando não se dê perturbação da tranqüillidade pública, pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas, ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes, menos no excesso. Os ataques ao Imperador, quando êle tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados como pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário”³¹¹.

Foi êsse sempre o seu pensamento. E não sòmente entendia não lhe caber o direito de cercear a liberdade de opinião, como exigia que assim também procedessem quantos tivessem em mãos uma parcela de poder público, recomendando a todos que não contrariassem em nada, e muito menos com o uso da violência, a vontade popular — desde, é claro, que manifestada dentro da ordem e de conformidade com as leis em vigor. André Rebouças se refere, em seu *Diário*, à data de 2 de janeiro de 1889, à repreensão que o Imperador passou em Ferreira Viana, Ministro da Justiça, por haver êste consentido em que a Polícia tentasse impedir uma conferência feita pelo agitador republicano Silva Jardim. Como sempre, diz Rebouças, o Imperador sustentou a doutrina: não matar, deixar discutir.

(311) *Conselhos à Regente*, no Arquivo da Casa Imperial.

Descrência da Monarquia

Essa tolerância, possivelmente excessiva, com quantos procuravam atacar ou destruir o regime, a par do seu desapêgo à coroa e às instituições monárquicas, era certamente um bonito exemplo do espírito democrático com que êle nos governava; e numa América Latina sufocada por tiranetes da pior espécie, era para nós um motivo de orgulho podermos-nos apresentar ao mundo civilizado europeu com êsse grau de cultura política, embora, sob muitos aspectos, meramente aparente. Mas, por outro lado, do ponto de vista interno, só podia concorrer, como de fato concorria, para desacreditar o regime aos olhos da Nação, no sentido de tirar-lhe o crédito de que êle gozara durante vários anos, tanto no seio da opinião pública como no dos seus próprios estadistas, quer dizer, dos homens que o serviam e que tinham por princípio o dever de prestigiá-lo. O resultado é que não se via mais, nesse fim do Reinado, a Monarquia inspirar a mesma fé de anos atrás, aquela esperança que levava duas gerações de homens públicos a enaltecer-lhe os méritos e baterem-se pela sua manutenção no Brasil, a despeito de tudo que ela pudesse significar de excrescência ou fora de propósito numa América totalmente republicana.

O Conselheiro Antônio Prado, pertencente a uma velha família monarquista de São Paulo, monarquista êle mesmo e conservador, que fazia pouco fôra ministro

do Gabinete João Alfredo, encontrando-se no Rio de Janeiro com o Visconde de Taunay, numa tarde de junho de 1889, dizia-lhe que os dias da Monarquia estavam, a seu ver, contados, e que os conservadores (Taunay era como se sabe, conservador) deviam tomar “a peito fazer a transição para a República, sem abalos nem efusão de sangue”³¹². Ao que Taunay, que até o último momento confiou na vitalidade do regime, objetou que também se dizia isso na Maioridade, e sem embargo a Monarquia já havia vivido 50 anos mais. E acrescentou: “Não é com duas razões, nem com duas dúzias delas que se derroca uma instituição que tem tantas raízes entre nós”³¹³.

Mas Taunay era, como dissemos, um dos poucos monarquistas que tinham fé inabalável na solidez do regime, levado, talvez, por sua velha e fiel amizade ao Imperador. Porque entre todos os demais políticos do tempo, liberais como conservadores, bem poucos alimentavam a mesma ilusão, e a grande maioria, que não era dos que chamamos hoje derrotistas, fazia as mais restritas reservas quanto à solidez da instituição, mesmo aquêles tidos como sinceramente ligados ao trono. Uns não acreditavam que ela pudesse manter-se ainda muito tempo no Brasil, sobretudo depois da morte do Imperador, planta exótica que era num continente republicano. “Exceção anacrônica num mundo republicano, como dirá Ramón J. Cárcano, cuja existência era difícil de conso-

(312) A idéia de que cabia aos conservadores preparar o País para a passagem, sem maiores abalos, da Monarquia para a República, não era só de Antônio Prado: vários outros de seus correligionários políticos pensavam o mesmo, e mais adiante iremos ver um outro conservador, embora menos ortodoxo do que Prado, o Barão de Lucena, propor a Coteipe que o Partido promovesse sem mais tardar a federação das Províncias, preparando, assim, desde logo, o terreno para a mudança das instituições, e adiantando-se de certo modo, os propósitos de muitos liberais, de Saraiva e de Rui Barbosa entre outros, senão mesmo dos próprios republicanos.

(313) Taunay, *Diário*.

lidar com o tempo”³¹⁴. Outros não lhe tinham simplesmente fé, dados os vícios que a marcavam e a tornavam cada vez mais vulnerável aos ataques de quantos procuravam destruí-la.

Era essa descrença que levava um homem como o Conselheiro Saraiva, tido, no entanto, como um dos mais sinceramente afeiçoados à Monarquia, a escrever ao seu amigo Barão de Penedo, nosso ministro em Londres, dizendo que os vícios, como êle dizia, do regime, não estavam somente nos homens que o serviam, mas na própria instituição, o que valia pela sua mais formal condenação. De outra vez era também um monarquista, tão sincero e tão leal quanto Saraiva, que escrevendo a Silveira Martins lamentava que os políticos que tinham por dever defender e zelar pelo regime, fizessem ouvidos de mercador aos erros, que se apontavam, dos nossos partidos, e os meios de corrigi-los. “Pior para êles, acrescentava, pior para todos, porque está sendo tarde, infelizmente, para tomar juízo”. E terminava vaticinando que “quando os homens da idéia avançada [*os republicanos*] se decidirem, vão encontrar as portas abertas”³¹⁵. Isso escrevia êle em 1876, quer dizer, treze anos antes da derrocada do regime.

Pouco antes de morrer, ou seja em 1878, o velho Nabuco, já dizia que não tendo a dedicação dos partidos, dos chefes políticos e de nenhuma classe, e mais com o desapêgo do Imperador a quaisquer interêsses dinásticos, a Monarquia lhe parecia exposta a um colapso. Preocupava-o, sobretudo, vê-la posta em dúvida pelas gerações novas, sem que houvesse nas outras a fé robusta e a sabedoria que a salvaram nos dias tormentosos da Maioridade. Isso êle declarava em 1878, e de então

(314) *Mis primeros 80 años.*

(315) J. J. da Silveira Martins, *op. cit.*

para diante as coisas só haviam feito piorar. Já pouco antes tinha havido a célebre Questão dos Bispos, cujo desfecho, com a condenação e a prisão dos dois prelados, havia levado o clero a desinteressar-se da sorte da Monarquia. Viera depois a Abolição da Escravatura, que tendo sido feita sem a esperada indenização para os senhores de escravos, afastara dela a numerosa classe dos fazendeiros — numerosa e poderosa, pois sôbre ela assentava então tôda a economia do País, vale dizer, tôda a riqueza da Nação. E para agravar ainda mais êsse estado de coisas, essa irritante e pernicioso "questão militar", que só servia para indispor com a Monarquia as novas gerações de oficiais do Exército, que envenenados pela filosofia comtista advogavam aberta e afrontosamente a vinda da República.

Foi levando em conta tudo isso, que Vicente Quesada dizia ser a Monarquia no Brasil uma instituição insustentável. Notava que lhe faltava um partido militar que a pudesse manter e defender dos perigos que a ameaçavam. Por outro lado, ela não soubera ou não quisera formar uma aristocracia vitalícia, que unida e solidária com a Família Imperial, se tornasse um sustentáculo do trono. O que havia, concluía Quesada, era apenas uma caricatura de aristocracia, e penalizava-o contemplar de perto essa "símile-Monarquia, com a sua símile-nobreza, e onde tudo parecia similar"³¹⁶.

Em suma, era um regime que agonizava. Abandonado, por assim dizer, à sua sorte, já ninguém mais se preocupava com êle, indiferentes à morte que o aguardava. Achavam que não valia a pena fazer qualquer esforço para prolongar-lhe a existência quando o Monarca, que sempre o encarnara, era um homem já no fim da vida, velho e decadente, e todos sabiam que uma vez

(316) Vicente Quesada, *op. cit.*

êle desaparecido, não haveria meios nem modos de se salvarem as instituições. Essa descrença, êsse abandono ou essa indiferença pela sorte da Monarquia, não partia sòmente daqueles que a combatiam ou lhe eram simplesmente adversos: também de seus próprios partidários, daqueles que estavam ou se presumia que estivessem associados à sua sorte, detentores que eram das posições políticas e de uma parcela ainda que mínima do Poder. “A decadência da Monarquia não faz senão acentuar-se, escrevia o Conde d’Eu ao pai, o público está-se apercebendo de que o Imperador, por melhor boa vontade que tenha, não pode mais, em virtude dos cuidados que requer sua saúde, governar como fazia antes de sua moléstia”³¹⁷.

Quando algumas Câmaras Municipais votaram Moções em favor de uma mudança de regime político, que fêz o Govêrno? Mandou, é verdade, que fôssem responsabilizados os vereadores em causa. Mas, processados êles, o Poder Judiciário deixou de pronunciá-los, e todos foram depois reintegrados em suas cadeiras. Interpelado o Chefe do Govêrno, na Câmara dos Deputados, sôbre a atitude que contava assumir ante a corrente republicana que engrossava de dia para dia, que disse êle? Não duvidou em confessar simplesmente a sua impotência; e em vez de responder, era êle que a seu turno perguntava: “Que há de fazer o Govêrno?”. Um deputado, dizendo-se republicano, recusava prestar juramento de fidelidade à Monarquia. Longe de ser chamado à ordem, era a Câmara que modificava o seu regimento para satisfazer a êsse e a outros deputados que se confessassem também contrários ao regime. Um outro deputado, antigo Ministro do Imperador e Presidente do Conselho de Ministros, Martinho Campos, confessava-se

(317) Alberto Rangel, *op. cit.*

envergonhado de ser monarquista, e isso sob risadas e ditos de pilhéria de quase tóda a Câmara. No Senado, Silveira Lôbo declarava-se republicano, mas ninguém ali se atrevia a convidá-lo a renunciar à cadeira vitalícia que recebera das mãos do Imperador.

Sim, era bem a fase da dissolução, como dizia Joaquim Nabuco.

Demissão do Gabinete João Alfredo

Com a abertura das Câmaras em maio de 1889, João Alfredo voltou a insistir com o Imperador no seu pedido de demissão. Fêz-lhe ver que não lhe era mais possível governar sem uma maioria substancial no Parlamento. A menos que a Câmara fôsse dissolvida e êle obtivesse essa maioria por meio de uma consulta à Nação. Era o recurso constitucional. Mas conseguiria êle maioria quando tinha contra si, além da dissidência conservadora, tôda a massa dos liberais, os republicanos e a grande classe dos fazendeiros, que não lhe perdoavam a solução revolucionária que êle dera à questão da escravatura? O Imperador, em seu íntimo, estimaria que João Alfredo não se retirasse. Mostrava-se "muito favorável" a êle, diz Taunay em seu *Diário*. Mas só lhe daria a dissolução se êle pedisse, quer dizer, se o Chefe do Governo tomasse a responsabilidade de consultar o eleitorado.

João Alfredo hesitava. Hesitava porque receava as conseqüências dessa consulta numa ocasião como aquela, o que a muitos parecia até uma verdadeira aventura, de resultados absolutamente imprevisíveis. Aceitar uma luta eleitoral nas circunstâncias em que se encontrava, ponderava o Ministro de Portugal, que acompanhava com o maior interêsse a crise que se abria no Governo, seria um grande êrro "na opinião de todos os homens sensatos e imparciais, de que resultariam as mais graves

conseqüências”. Seria, dizia o ministro, abrir luta “com o grosso do Partido Conservador, com o Partido Liberal e com o Partido Republicano coligados entre si, e reforçados pelos fazendeiros que, sentindo-se ainda profundamente feridos nos seus interesses pela Lei de 13 de Maio, não poupariam esforços para derrubar o Govêrno que a propusera e a referendara. Era essa luta uma verdadeira loucura, como a classificavam alguns jornais, e nela não só sucumbiria o Gabinete como, talvez, a própria Monarquia”³¹⁸.

Para o fim unicamente de se manter no Govêrno, João Alfredo não correria certamente o risco das eleições. Desencantado que estava no Poder, todo o seu desejo era ir-se embora, voltar à sua cadeira no Senado e usufruir um descanso que lhe parecia bem merecido, um verdadeiro *otium cum dignitate*. Mas também não queria ser apontado como o coveiro do seu Partido, pois a tanto valia uma recusa sua a consentir na dissolução da Câmara. Na hesitação em que se debatia, não faltou quem o acusasse de cobardia, chegando mesmo a correr a versão de que uma tal acusação partira do próprio Imperador. “Alguns amigos íntimos do Presidente do Conselho, informava o Ministro de Portugal, asseveram que Sua Majestade o argüira de cobarde, por êle mostrar repugnância em aceitar a luta eleitoral”. Pôsto, assim, em brios, acabou João Alfredo por concordar com a dissolução da Câmara. Mas, ouvido, a respeito, o Conselho de Estado, êste opinou em contrário. Nessas condições, foi forçoso ao Monarca dar, embora a contragosto, a demissão do Gabinete.

O pouco desejo que tinha o Imperador em conceder tal demissão exprimia tanto o seu interêsse em conservar João Alfredo no Govêrno quanto o receio de expor o

(318) Offício de 17 de junho de 1889.

País a uma mudança de situação política, isto é, de os conservadores serem obrigados a deixar o Poder, pois, bem ou mal, êles iam dando conta do recado e resolviam a contento os problemas que surgiam em virtude da Lei 13 de Maio. Não porque o Imperador fôsse inenso a que os liberais voltassem aos Conselhos da Coroa depois de três anos de ostracismo; mas é que receava a volta dêles num momento como aquêle, isto é, que uma mudança de orientação política pudesse prejudicar o reajustamento do País à nova ordem de coisas resultante da Lei da Abolição. Para não falar na espinhosa questão militar, que João Alfredo soubera amortecer com o afastamento do Marechal Deodoro para Mato Grosso.

Dentro, assim, dessa ordem de idéias, tentou êle resolver a crise mantendo no Poder a situação conservadora. Chamou, primeiro, o Conselheiro Manuel Correia, senador pelo Paraná, o qual, porém, recusou, alegando motivo de saúde. Recorreu, depois, ao Visconde de Cruzeiro, senador pela Província do Rio, que declinou igualmente a incumbência³¹⁹. Apelou, então, para o Visconde de Vieira da Silva, senador pelo Maranhão. Êste ainda tentou, com esperança de sucesso, formar um Gabinete com o apoio das duas facções dissidentes do Partido Conservador. Mas nada conseguiu. O Visconde de Taunay diz que êle falhou porque “ouviu de mais” a

(319) Alegou, para excusar-se, o seu “estado valetudinário”, como êle diria no Senado, o que não era senão um pretexto, atendendo sobretudo a que tinha boa saúde e não havia ainda alcançado os sessenta anos. A verdade é que se excusou pela impossibilidade de formar um Governo “em duas hipóteses”, como êle mesmo confessaria ao Visconde de Taunay e êste publicaria em *Homens e Coisas do Império*: “ou a ditadura, sem a qual não é possível governar êste País, ou a união e o acôrdo sincero dos dois partidos constitucionais”, quer dizer, uma nova “Conciliação”, a qual poderia, possivelmente, prolongar por alguns anos mais a vida da Monarquia. Mas ditadura, com o Imperador no trono, era coisa de nem pensar; e uma nova política de “fusão”, como fôra a de Paraná em 1853, era o que havia de menos viável no ambiente parlamentar de 1889. Pois se não era sequer possível conciliar as duas facções conservadoras, como pensar numa fusão dos dois Partidos Constitucionais?

João Alfredo e a Paulino de Sousa, os chefes das duas referidas facções. E enquanto o primeiro queria “a todo o transe” que Vieira da Silva constituísse um Gabinete “que nada mais fôsse do que um prolongamento do seu”, Paulino procurava “inutilizar essa aspiração”³²⁰. Tornando-se, assim, um joguete entre *alfredistas* e *paulinistas*, Vieira da Silva viu-se obrigado a confessar-se vencido, o que valia perder a última chance de manter o Partido Conservador no Poder.

À versão dada por Taunay, para justificar a impossibilidade de Vieira da Silva formar um Gabinete, vem-se juntar uma outra, que nos fornece Nogueira Soares, Ministro de Portugal, e pela qual o senador maranhense desistiu de constituir o novo Governo por não querer satisfazer uma indicação do Conde d’Eu, no sentido de que as pastas da Guerra e da Marinha fôsem confiadas a “oficiais superiores” dessas duas corporações militares³²¹. Que o Conde d’Eu se tivesse ou não interessado pela inclusão de militares nesse Gabinete, é o que nunca se soube até hoje. Taunay não se refere a isso em seu *Diário*, quando nos conta todos os passos dados por Vieira da Silva para a constituição de seu Ministério, o que é tanto mais de estranhar quanto, sendo seu amigo e correligionário e, além do mais, muito chegado ao Conde d’Eu, devia certamente ter sabido de qualquer coisa, se o fato fôsse realmente verdadeiro. Tudo o que diz é ter sido intenção de Vieira da Silva convidar Maracaju para a Pasta da Guerra, mas reservando a Marinha para si próprio, o que prova que pelo menos quanto àquela pasta, êle não era contrário a que fôsse confiada a um militar.

(320) Visconde de Taunay, *Diário*.

(321) *Ofício* citado.

Mas fôsse como fôsse, o que é certo — e quanto a isso não há dúvidas — é que o motivo que o levou a desistir de formar Governo não foi essa suposta intervenção do Conde d'Eu, mas a impossibilidade de obter o apoio da facção dissidente do seu partido, chefiada por Paulino de Sousa, e sem a qual não lhe seria possível governar — “à vista do retraimento da dissidência conservadora, diz Taunay, era impossível formar Gabinete”.

Foi em vista disso que o Imperador se viu na contingência de apelar para o Partido Liberal, pedindo ao Conselheiro Saraiva que tentasse, êle, a formação do nôvo Gabinete. O próprio Vieira da Silva foi encarregado de ir chamá-lo ao Hotel Vista Alegre, em Santa Theresa, onde então residia. Semelhante decisão do Monarca provocou, como era, aliás, de esperar, os mais veementes protestos dos conservadores, *alfredistas* e *paulinistas*, inconformados com a perspectiva de um longo ostracismo político. Os primeiros acusaram o Imperador de os ter “mistificado”³²², fazendo crer a João Alfredo, quando êste se via na contingência de ter que se demitir, que lhe concederia a dissolução da Câmara para, logo depois, negar-lhe, sob pretexto de ter que se conformar com o parecer do Conselho de Estado, a que não estava entretanto, constitucionalmente obrigado. Por outro lado, os paulinistas censuraram-no por êle não haver consultado os Presidentes das duas casas do Parlamento a respeito da crise ministerial, como era de praxe nessas ocasiões, indo procurar políticos que êle devia saber não tinham possibilidade de obter o apoio das duas facções conservadoras, condição indispensável para a organização de um Gabinete viável. Culparam-no sobretudo de não ter querido chamar o Conselheiro Paulino

(322) Foi o que disse o Padre João Manuel, amigo íntimo e espécie de secretário de João Alfredo, no discurso que pronunciou na Câmara dos Deputados, declarando-se republicano.

de Sousa, que sendo o Presidente do Senado e o mais prestigiado chefe conservador, poderia ter mantido o Partido no Poder, se era êsse, de fato, o desejo do Monarca. O Ministro de Portugal resumia assim a situação:

“Se havia circunstâncias em que o Chefe de Estado devia ouvir os presidentes das Câmaras Legislativas sôbre a solução de uma crise ministerial, eram evidentemente as que ocorriam no País. O Partido Conservador tinha grande maioria na Câmara dos Deputados e, unindo-o, podia tê-la também no Senado. A solução mais acertada e mais conveniente ao País e à Monarquia, seria a formação de um Ministério de conciliação [*com as duas alas conservadoras dissidentes*] que adotasse algumas providências tendentes a atenuar os prejuízos e o descontentamento que a Lei 13 de Maio causara aos fazendeiros. Se o Imperador tivesse consultado os presidentes das duas Câmaras, talvez conseguisse esta solução, e em todo o caso o Partido Conservador não teria razão de queixa. Mas, chamando homens que não tinham autoridade nem competência para formar um Gabinete de conciliação, entre as duas facções dissidentes do Partido Conservador, e deixando de ouvir o Conselheiro Paulino, Presidente do Senado e o mais autorizado chefe do mesmo Partido, Sua Majestade indis pôs também contra si os numerosos amigos políticos dêsse estadista”³²³.

(323) Offício citado. — Louvando-se nos comentários feitos por Campos Sales, que sendo republicano, podia não ter isenção de ânimo, e no que dissera Paulino de Sousa, despeitado, e com razão, por não ter sido ouvido nessa ocasião pelo Imperador, R. Magalhães Júnior deixa entender, no seu livro sôbre Deodoro, que o Monarca, renovando “o velho jôgo da reversão das situações políticas”, arrehatou o Poder das mãos dos conservadores para entregá-lo aos liberais, “sem ponte e por motivos velados”. Ora, pelo que deixamos dito, com relação aos esforços do Imperador para que fôsse constituído um outro Gabinete conservador, fica patente o engano do eminente historiador. É possível que êste se tenha deixado levar também por Oliveira Viana, que no seu livro *O ocaso do Império* acusa, igualmente sem-razão, o Monarca de ter aplicado, nessa ocasião, a sua “política de rotação”, isto é, de mudança de Partido, deixando de “chamar ao Poder, não outro Gabinete conservador, como seria das praxes parlamentares, mas um Gabinete liberal, destruindo, com êsse simples gesto, a sólida situação do velho Partido Imperial”. Aqui cabe notar que Oliveira Viana se engana duplamente: nem o Imperador deixou de

“chamar”, como êle diz, outro Gabinete conservador, nem a situação dêste Partido era “sólida”, e a prova é que não conseguiu constituir um outro Ministério. — Ainda nessa ordem de idéias, não é sem propósito referir aqui os comentários feitos por Saraiva a Salvador de Mendonça, a propósito justamente da chamada dos liberais ao Poder por ocasião da retirada de João Alfredo. Saraiva entendia que agindo assim, isto é, entregando o Poder aos liberais (no caso a Ouro-Prêto, já que êle mesmo não havia conseguido formar um Gabinete), o Imperador só fazia reincidir no êrro de inverter “a obra dos partidos no Brasil”. E acrescentava: “Se a Coroa não incumbisse sempre [o “sempre”, aí, não correspondia à verdade, porque o próprio Saraiva, chefe liberal, fôra o executor da reforma eleitoral, desde muito reclamada pelo seu Partido] os conservadores de levarem a efeito as idéias propugnadas pelos liberais e deixasse a cada partido o papel que lhe cabia, os liberais e não os conservadores deveriam ter feito a Abolição da Escravatura, e neste momento o Partido Conservador e não o liberal seria o incumbido naturalmente da defesa do trono. Tudo, porém, se tinha invertido, e o Partido Liberal era agora chamado a combater a sua própria vanguarda [a facção federalista do Partido], procurando, sem probabilidade de êxito, derrotar os republicanos” (Salvador de Mendonça, *A abdicação do Sr. Dom Pedro II*). Saraiva, em principio, podia ter razão, mas êle esquecia que o Imperador bem que havia tentado manter os conservadores no Poder, mas que êstes se haviam mostrado incapazes de organizar um nôvo Ministério. E não fôra, aliás, por outro motivo que o chamara, a êle, primeiro, e depois a Ouro-Prêto. Aliás, há uma certa contradição entre essas palavras de Saraiva e outras que êle confiara ao mesmo Salvador de Mendonça, e que veremos logo adiante: assim que por um lado êle entendia que os conservadores deviam ter sido mantidos no Poder; mas por outro lado achava que a situação política só se podia resolver, no sentido de sustar a vinda da República, com a federação das Províncias. Ora, sendo esta uma medida preconizada pelos liberais, era claro, pelos próprios argumentos de Saraiva, que só a êstes cabia executá-la. Se era assim, como entender então que os conservadores deviam ter continuado no Poder?

Federação com ou sem a Coroa

Muito embora pouco interessado em ser governo nessa ocasião, ainda porque não era promissor o seu estado de saúde, não quis, entretanto, Saraiva, deixar de atender ao convite do Imperador. Foi, assim, procurá-lo em Petrópolis a 6 de junho, já com idéias formadas sobre a difícil situação política por que passava o País e os tropeços de tôda a ordem que teria de enfrentar se acaso viesse a ser o chefe do nôvo Ministério.

Com relação aos conservadores, êle bem que previra a sua impossibilidade de se manterem no Poder, obtivesse ou não João Alfredo a dissolução da Câmara. Numa conversa que tivera por essa ocasião com Salvador de Mendonça, seu vizinho no anexo do Hotel Vista Alegre, Saraiva expusera as dificuldades em que aquêles se encontravam: não podiam retroceder à situação anterior à Abolição, nem tampouco continuar a política que João Alfredo estava realizando. Por outro lado, o elemento reacionário do Partido, o chamado escravocrata, tendo à frente Paulino de Sousa e Francisco Belisário, estava em marcha para a República; e o elemento adiantado, presidido por João Alfredo, tinha as suas fôrças esgotadas, as quais provinham, aliás, muito mais da confiança que lhe dispensava a Coroa do que pròpriamente da opinião pública. Nessas condições, argumentava Saraiva a Salvador, o único remédio para obstar ou pelo menos adiar o advento da República, perigo maior, era um programa

democrático baseado na federação das Províncias, que afastando a eventualidade de um movimento revolucionário impedisse todo abalo capaz de atingir a Nação nos seus centros produtores, onde a desorganização do trabalho era mais evidente e maior o descontentamento³²⁴.

Imbuído dessas idéias Saraiva foi, como dissemos, avistar-se com o Imperador em Petrópolis. Encontrou-o estirado numa *chaise-longue*, tendo parte do corpo e as pernas envolvidas numa manta de lã. Estava-se no mês de junho, quer dizer, em pleno inverno, quando as casas daquela cidade se tornavam geralmente desconfortáveis por falta de aquecimento, e a residência da Família Imperial ali não se diferenciava, a êste respeito, das demais. O Imperador recebeu-o com “manifesta satisfação” (palavras de Saraiva). Fazendo-o sentar-se a seu lado, dispôs-se a ouvi-lo com tôda a atenção. Natureza pouco inclinada a sensibilizar-se por gestos ou palavras de cortesia, refratária a tôdas as formas de aulicismo, o Imperador tinha especial predileção pelo feitio frio e distante de Saraiva, pela sua habitual franqueza e a honestidade com que emitia sempre as suas opiniões, sem qualquer preocupação de ser agradável ou conquistar as simpatias do interlocutor, mas querendo unicamente ser compreendido e, quanto possível, acreditado. Neste particular êle se diferenciava do geral dos políticos baianos, homens faladores, de grandes gestos, largos sorrisos, interessados antes de tudo em conquistar as simpatias de quantos lhes faziam círculo, e dos quais era um exemplo o Conselheiro Dantas.

Expôs, assim, Saraiva, com tôda a franqueza, ao Monarca, o que pensava da situação do País — da difícil situação que êle atravessava e dos recursos de que se dispunha para enfrentá-la com sucesso. A República,

(324) Salvador de Mendonça, *op. cit.*

para êle, estava perto; teria certamente que vir, mas no País nada se fazia para recebê-la. Preocupava-o, sobretudo, a possibilidade de uma anarquia, consequência desse estado de impreparação, fazendo-se, pois, urgentes, medidas que fôsem ao encontro do nôvo regime, único modo de se evitar os abalos que êle por certo traria quando implantado no País.

“E minha filha?” perguntou-lhe o Imperador, interrompendo a exposição que êle fazia.

“O reinado de vossa filha não é dêste mundo”, respondeu Saraiva, acrescentando, para justificar essa ousada afirmativa, que ela não era estimada pela Nação por seu “devotamento ao clericalismo”; e que, “além do mais, o Príncipe consorte é muito impopular, achando o povo impróprios do Príncipe os negócios das chamadas estalagens em que êle anda metido”³²⁵.

Sem contestar as acusações de Saraiva, nem se melindrar com a sua rude franqueza, limitou-se o Imperador a perguntar-lhe o que aconselhava então que se fizcsse.

“Democratizar o Império e não liberalizá-lo à moda de Napoleão III”, respondeu Saraiva querendo evidentemente aludir à política preconizada por Ouro-Prêto, que para muitos devia ser o organizador do próximo Ministério.

(325) Quando foram publicadas essas declarações de Saraiva, anos depois, elas seriam contestadas, entre outros por Múcio Teixeira, um poeta que desfrutara, nos últimos anos do Império, de uma certa facilidade de acesso junto ao Imperador. Segundo Múcio, Saraiva “não seria capaz de se tornar o eco odioso da vil calúnia com que espíritos menos refletidos procuravam tisanar os gloriosos bordados da farda de uns dos nossos mais inclitos marechais; nem a sua fina educação lhe permitiria dizer ao Imperador essas repugnantes coisas em expressões tão pouco palacianas”. Mas que se, apesar de tudo, tivesse ousado externá-las, “Sua Majestade saberia imediatamente corrê-lo da sua presença, quando não com palavras de merecida retaliação, ao menos por um gesto de visível contrariedade, dando-lhe as costas” (Múcio Teixeira, contestação publicada no *Imparcial* do Rio de Janeiro, em 1913, sob o título *Para a História*. Mas Salvador de Mendonça, que dera publicidade àquelas palavras de Saraiva, voltou à imprensa para confirmá-las, dizendo que as ouvira, de fato, de Saraiva. “Não sei ao certo se o Sr. Conde d’Eu tinha ou não estalagens e cortiços,

“Pois, Sr. Saraiva, quero que se encarregue de formar o nôvo Gabinete”, rematou o Monarca dando por finda a entrevista.

Saraiva ainda ponderou que só poderia aceitar êsse encargo se lhe fôsse consentido declarar no Parlamento que estava autorizado por Sua Majestade a realizar tôdas essas reformas — inclusive a federação das Províncias, necessárias, segundo êle, para preparar a Monarquia a receber sem maiores abalos a República, e esta poder ser proclamada no Parlamento, numa espécie de Constituinte para êsse fim eleita, perante a qual o Imperador abdicaria seus poderes, coisa que seria inédita nos anais da História e digna do seu Reinado, dos seus serviços e do patriotismo do Monarca brasileiro.

“Dou-lhe carta branca”, foi a resposta do Monarca³²⁶.

disse êle, mas sei positivamente que o Conselheiro Saraiva falou nisso ao Imperador, pela simples razão de me haver dito que o fizera”. E acrescentou que “ao lado de muita veneração ao velho Monarca, a quem sempre falara a linguagem da verdade, Saraiva nutria certo desdém em relação aos príncipes, aos quais o ouvi mais de uma vez chamar *êstes berinjelas*” (*A abdicação do Sr. Dom Pedro II*, segundo artigo de Salvador de Mendonça em tôrno dêsses fatos, publicado no citado *Imparcial*). Sem querer apurar se Saraiva se referiu ou não ao Imperador, no correr dessa entrevista de 5 de junho de 1889, aos chamados “cortiços” do Conde d’Eu, cabe dizer que era por todos sabido que êle possuía, de fato, no Rio, essas casas de habitação coletiva, as quais alugava a gente pobre, pessoas de condição humilde, por preços que os seus detratores diziam extorsivos, mas que deviam ser os correntes na época, mais ou menos os mesmos cobrados por outros proprietários de tais imóveis, que os havia e não poucos no Rio e outras cidades brasileiras. Nesse tempo só mesmo pessoas de condição muito humilde ocupavam essas casas de habitação coletiva, porque as demais moravam ou em suas próprias casas ou em casas alugadas. E só muito mais tarde é que iriam também habitar coletivamente, quando os antigos “cortiços”, melhorados, do ponto de vista de construção, de higiene e de apresentação, passaram a ser as “casas de apartamentos” de hoje.

(326) Salvador de Mendonça, *op. cit.* — Essa a versão dada por Salvador de Mendonça. A. Coelho Rodrigues, em sua obra *A República na América do Sul*, repete mais ou menos a mesma coisa, isto é, que Saraiva teria dito ao Imperador, por ocasião dessa entrevista, que o advento da República lhe parecia próximo, e que se tornava necessário “preparar o País para ela, fazendo a federação das Províncias e abdicando em seguida a coroa nas mãos do Parlamento”. Foi então que o Imperador perguntou: “E minha filha?”. Ao que Saraiva respondeu: “O reino de Sua Alteza não é dêste mundo”.

Ao descer de Petrópolis, recordando e pondo em ordem todos êsses fatos, Saraiva ponderou a si mesmo que o encargo que lhe dera o Imperador, apesar do desprendimento e da rara superioridade moral com que o fizera, pouco valia diante das idéias, dos desejos e das vistas da Princesa Imperial, que eram bem diversas das do pai; que êle mesmo, Saraiva, se merecia a mais larga confiança do Monarca, não inspirava os mesmos sentimentos à filha, a qual, naquele mesmo momento, segundo êle estava informado, tinha as suas preferências já voltadas para o Visconde de Ouro Preto (Saraiva diz que ela “já estava de inteligência com o visconde”), trabalhada que vinha sendo nesse sentido por Tito de Morais, do serviço de sua casa, e pelo Barão de Loreto, de sua intimidade.

Em tais condições, como poderia êle assumir a chefia do Governo e dar início ao seu programa de reformas quando sabia que nem êle nem êsse programa inspiravam um mínimo de confiança à herdeira do trono? Seria arriscar-se a ver amanhã a sua autoridade reduzida a nada. Sobretudo se se desse o caso, bem possível, de a Princesa Imperial assumir novamente a Regência do Império, por um agravamento dos males do Imperador. O programa de governo de Saraiva era, como se viu, preparar o País para a vinda mais ou menos próxima da República. Ora, como poderia êle pensar sequer em tal coisa com a oposição da Princesa, que em nenhum caso iria dar-lhe o seu apoio quando êle partia do pressuposto de que o reinado dela “não era dêste mundo”? Voltou, assim, a Petrópolis, no dia seguinte, para declinar a honra de ser o organizador do nôvo Ministério, decisão que ainda mais se firmou em seu espírito quando, antes de ser recebido pelo Monarca, se encontrou com a Princesa numa das salas do Palácio, e esta se limitou a fazer-lhe um cumprimento sêco, deixando ver, assim, que

conhecia os termos da conversa que êle havia tido na véspera com o Imperador.

Declinando da incumbência que recebera, encarregou-lhe o Imperador de chamar o Visconde de Ouro Preto. Passou êle então, dali mesmo de Petrópolis, um telegrama ao senador mineiro, convidando-o, em nome de Sua Majestade, a comparecer ao Paço Imperial de Petrópolis com a maior urgência³²⁷.

*

Do exposto se conclui que o Imperador não pôs objeção a que Saraiva dissesse no Parlamento, caso conseguisse organizar o Ministério, que estava autorizado por êle a promover a federação das Províncias. Ora bem. Pergunta-se, então: queria isso significar que o Imperador se tinha, afinal, convertido, nessa altura, à idéia federalista, o que significaria um passo à frente em direção à República? Era, pelo menos, o que se devia crer.

Sem embargo, uma resposta afirmativa arriscaria não corresponder rigorosamente aos fatos. Porque a verdade é que nunca se soube exatamente qual era, afinal, a opinião do Imperador a respeito da federação, e o único indício que se tem sôbre isso é um pedaço de conversa do Monarca com André Rebouças na estação de Petrópolis, em março de 1889, e por êste transcrito em

(327) Disse-se que tendo o Imperador perguntado a Saraiva quem, no seu entender, podia encarregar-se, com sucesso, de organizar o futuro Governo, aquêle lhe indicara o nome do Visconde de Ouro Preto. Há, porém, engano: o Monarca limitou-se apenas a dizer-lhe que mandasse chamar o senador mineiro. Nem era, aliás, o caso de Saraiva indicar-lhe um nome para futuro organizador ministerial. A praxe no regime era o Monarca fazer essa indagação ao Presidente do Conselho demissionário, neste caso ao Conselheiro João Alfredo, o que, porém, não vinha mais a propósito, por se tratar agora não apenas de uma mudança de Gabinete, mas de uma situação política, isto é, de a chefia do Governo passar das mãos dos conservadores para as dos liberais.

seu *Diário*, pelo qual se pode concluir que o Monarca receava que “as pequenas Províncias não tivessem (não têm) pessoal para a federação, e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação”. Mas daí não se deve deduzir com tóda a certeza que o Imperador fôsse realmente contrário à idéia federalista. O próprio Visconde de Ouro Preto, que se presumia ter referido êsse assunto nos diversos encontros que tivera com o Monarca nos cinco meses que durou o seu Governo, nunca pôde saber qual era exatamente o seu pensamento a êsse respeito. Tanto assim que já depois da queda do Império, quando ambos estavam exilados em Paris, entendeu de escrever uma carta ao Monarca, mas que longe de esclarecer o assunto só serviu para torná-lo ainda mais obscuro. Essa carta não foi conhecida durante muitos anos, e só foi tornada pública quando o autor dêste livro, tendo-a descoberto no arquivo da Casa Imperial, a estampou em sua obra *História de Dom Pedro II*, publicada em 1940. Tem a data de Paris, 18 de fevereiro de 1891, e diz assim:

“O Sr. Saraiva disse últimamente no Congresso, que Vossa Majestade estava resolvido a realizar a federação no Império, o que aliás dera a entender anteriormente, quando explicou ao Senado a parte que teve na crise ministerial de junho de 1889. Eu contestei essa afirmativa, mas como apreciação ou crença minha, o que não tem a fôrça de negativa formal e autorizada. Aguardarei as determinações de Vossa Majestade Imperial a respeito. [...] Além de que a solene manifestação não se deu³²⁸, o Sr. Saraiva, se compreendi e me recordo do que ouvi, não falou a Vossa Majestade em Federação”.

O Imperador ficou de responder por escrito a essa carta logo que tivesse lido o discurso de Saraiva, o que não foi, entretanto, possível, por não ter sido o

(328) Uma manifestação pública, no Brasil, pelo seu corpo eleitoral, a favor da Federação.

mesmo publicado até ao falecimento do Monarca, sobrevivendo meses depois de êle receber a carta de Ouro-Prêto³²⁹. Disse, entretanto, verbalmente, a êste último que era exato tudo o que nela se continha, conforme ouviu o autor dêste livro do Conde de Afonso Celso, filho do antigo Presidente do Conselho e com êle também em Paris naquela ocasião.

Que Saraiva falou, de fato, ao Imperador em federação e que obteve dêste autorização para apresentá-la ao Parlamento, como programa seu de govêrno, é o que não padece dúvida, não só pelas declarações de Saraiva a Salvador de Mendonça como por outras que êle fêz a Antônio Azeredo, mais tarde Senador da República e então diretor da *Gazeta de Notícias*, jornal onde Rui Barbosa escrevia, e que fôra a Petrópolis justamente para entrevistar Saraiva a respeito do seu encontro com o Imperador. “Foi o Senador Saraiva mesmo quem o declarou (dirá anos depois Rui Barbosa) quando em conversa com o Sr. Azeredo, ao almoço, antes de estar com Sua Majestade, revelou ao nosso companheiro de imprensa que *apresentaria ao Imperador como programa as idéias do nosso amigo e chefe Rui Barbosa*”³³⁰.

Ora, as *idéias* de Rui Barbosa nessa ocasião, pelas quais êle se debatia nas colunas da *Gazeta*, eram justamente em favor da Federação. As mesmas que defendera no voto em separado que dera no Congresso Liberal dêsse mesmo ano, e que se haviam tornado, desde então, uma verdadeira obsessão para o político e jornalista baiano. Federação com ou sem a Coroa, era a tese por êle defendida: “Com a Coroa, se esta lhe fôr propícia, contra a Coroa, se ela lhe tomar o caminho”³³¹. Quer

(329) O Imperador faleceu, como se sabe, a 5 de dezembro de 1891.

(330) Entrevista de Rui Barbosa, publicada no *O Imparcial* do Rio de Janeiro sob o título *As iniciativas do militarismo*.

(331) *Discursos e conferências*.

dizer, Rui sobrepunha a adoção da federação a qualquer preferência sua por regimes políticos. Federação com ou sem o Império. Com ou sem a República. Com a República, como nos Estados Unidos da América, ou com a Monarquia, como no Império alemão. Era, aliás, o que o separava dos republicanos em geral, os quais, através da pena de Quintino Bocaiúva, nas colunas do *O País*, se batiam também pela federação — mas somente com a República. E o que o separava de Joaquim Nabuco, que advogava o federalismo — mas unicamente com o Império, porque somente a Monarquia, a seu ver, daria às Províncias a proteção e tôdas as garantias necessárias para o desenvolvimento da sua autonomia, enquanto uma federação republicana traria sempre a “séria e grande ameaça ou de confiscação da autonomia local [*como se veio, aliás, a dar e mais do que nunca em nossos dias, absorvida que vem sendo pelo Governo Federal*], ou de desmembramento da União”³³².

Rui queria a federação, como êle dizia, “à americana, tendo por modêlo os Estados Unidos da América, salvo a hereditariedade do Chefe de Estado e os atributos da sua posição compatíveis com o nôvo regime”. E acrescentava: “Não temos simplesmente que reintegrar as Províncias no que o Império absorveu e conceder-lhes o que o Império possa dispensar. As exigências da federação, pelo contrário, é que hão de fixar o que ao Império caberá”³³³.

No que se refere à “aquiescência” (que foi aliás implícita), que o Imperador teria dado ao programa federalista de Saraiva, no caso em que êste formasse Governo, é de salientar que essa aprovação ou essa “carta branca”, dada ao estadista baiano, se limitava apenas ao

(332) Discurso de J. Nabuco na Câmara dos Deputados.

(333) Entrevista citada.

desejo dêste, isto é, de declarar no Parlamento que estava autorizado pelo Monarca a realizar a federação das Províncias, mas que a sua adoção ficava dependendo, era óbvio, da aprovação das Câmaras e do consenso geral da Nação. O Imperador podia ser pessoalmente contrário à federação, e acreditamos que o fôsse realmente mas se o Govêrno, que no caso seria o Ministério em via de se constituir, com o apoio do Parlamento e da maioria do País a adotasse, não lhe caberia, não seria êle que iria estorvar essa aspiração. Era, aliás, o que se concluía de suas próprias palavras, ditas anteriormente a Saraiva quando êste lhe dera conta do voto em separado favorável à federação, subscrito por Rui Barbosa no Congresso do Partido Liberal, com o apoio de cerca de 18 congressistas: “O Sr. sabe, foram as palavras do Imperador, melhor do que ninguém, que eu nunca serei embaraço à vontade da Nação”. Aceitaria assim a federação, embora pessoalmente não a quisesse, como já havia aceitado a eleição direta e anos antes o perdão dos dois bispos do Norte, quer dizer rendendo-se à vontade do País manifestada através do voto do Parlamento.

Se a federação, portanto, não se fêz nessa ocasião, ou antes, se não foi apresentada ao Parlamento como programa de govêrno, foi porque Saraiva não pôde ou não quis organizar um Ministério, cabendo essa tarefa ao Visconde de Ouro Preto, o qual lhe era sabidamente contrário, pelo menos nos moldes reclamados por Rui Barbosa. “Se a federação deixou de se realizar com a Monarquia, dirá êste mais tarde, não foi porque o Imperador a rejeitasse, mas porque, tendo-a abraçado³³⁴

(334) Rui Barbosa insistiu sempre em dizer que o Imperador tinha “abraçado” a idéia da federação, o que em rigor não era exato, porque entre ter “abraçado” essa idéia e consentir que ela fôsse incluída no programa de govêrno de Saraiva, caso êste conseguisse organizar Gabinete em junho de 1889, o que de fato não se deu, ia uma enorme distância, e Rui, melhor do que ninguém, sabia disso.

o Partido Liberal por êle chamado ao Governo, se recusou a efetuá-la, contra a convicção, o voto e o conselho do mais eminente dos seus chefes" (Saraiva). Decepcionado por não terem as suas idéias saído vencedoras, Rui Barbosa voltou-se pessoalmente contra Ouro-Prêto. Mas como em muitas das suas campanhas políticas, também aí não tinha razão, ou não tinha completamente razão. Porque Ouro Prêto, subindo ao Poder, não procurou senão cumprir as resoluções aprovadas no Congresso do Partido Liberal que se havia reunido na Côrte havia apenas dois meses. E entre essas resoluções estava justamente a desaprovação das idéias de Rui em favor da federação, com a aprovação do voto que optava pela eletividade dos presidentes de Província (que eram, como se sabe, nomeados pela Coroa sob indicação do Gabinete), com escolha posterior pelo Imperador. "Reforma hesitante e híbrida, classificou-a Rui Barbosa, uma eletividade de presidentes castrada pela seleção do Imperador"³³⁵.

É verdade que apesar da maioria do Congresso Liberal se ter oposto à federação, pelo menos como a reclamava Rui Barbosa, ficou também ali assentado que "o primeiro organizador de Gabinete estaria livre, conforme as circunstâncias o aconselhassem, de optar entre a federação e a autonomia das Províncias, nos têrmos votados pelo mesmo Congresso"³³⁶; e foi sobretudo por isso, isto é, por não se ter decidido por ela quando formou o seu Gabinete, — e podia fazê-lo sem ir de encontro às deliberações do Congresso Liberal, — que Rui Barbosa se voltou violentamente contra Ouro-Prêto, classificando a política por êste adotada, de hesitante e de híbrida.

(335) Entrevista citada.

(336) Declaração de Ouro-Prêto a Tobias Monteiro e por êste referida em *Pesquisas e depoimentos*.

Podia ser hesitante. Podia ser híbrida. E podia ser *castrada*, como dizia Rui. Mas o que ela era, era simplesmente cautelosa, não deixando de ser, ao mesmo tempo, um passo adiante no caminho da federação, a qual viria certamente mais tarde, a seu tempo, sem maiores abalos nem perigos para a unidade nacional. Concedendo uma relativa autonomia às Províncias, digamos mesmo uma larga autonomia, com o direito de elas mesmas elegerem o seu primeiro magistrado, caminhava-se, era evidente, para o federalismo, com as cautelas precisas para não quebrar a estrutura da Nação, já que a maioria das Províncias não tinha ainda a madureza política necessária para se passarem repentinamente do regime rígido, unitário e centralizado a que estavam submetidas desde a Independência, para a mais larga e mais ilimitada das autonomias.

Alegavam, em seu favor, os partidários extremados da federação, que esta idéia não era nova no Brasil; e que estava, portanto, suficientemente amadurecida para poder ser adotada. Certamente que a idéia em si não era nova, no sentido de que era tão antiga quanto o próprio Império. Já figurara, por exemplo, no programa do Partido Liberal de 1831³³⁷, podendo-se mesmo dizer que a Revolução Pernambucana de 1824, de onde se originara a Confederação do Equador, mais do que uma reação contra a dissolução da Assembléia constituinte, fôra uma afirmação federalista. O mesmo se poderia dizer da Revolução dos Farrapos, irrompida em 1835 no Rio Grande do Sul, que apesar de republicana e separatista, tivera, sobretudo, o cunho federalista.

Mas se a idéia da federação já vinha de antes, o certo é que ela só tomou forma e foi estruturada a

(337) "O Governo do Brasil será uma Monarquia federativa", rezava o projeto liberal de reforma da Constituição, elaborado em seguida à abdicação do primeiro Imperador.

partir de 1868, isto é, depois do chamado golpe de Estado do Imperador apeando o Partido Liberal do Poder para satisfazer Caxias, então comandante-chefe no Paraguai. Foi a primeira reação séria contra o poder centralizador da Coroa, o chamado *poder pessoal*, “essa força poderosa e incontrolável, como diz Oliveira Viana, que de quando em quando tirava os políticos liberais das gratas comodidades das situações do Poder, para as injustificáveis incomodidades de um ostracismo forçado”³³⁸.

*

De então para diante a idéia da Federação foi ganhando cada vez mais terreno, conquistando novos adeptos, num rápido e considerável movimento, talvez até maior do que o republicano. Gileno de Carli diz muito bem, ao referir-se ao ideal dos republicanos sob o Império — que muito mais do que republicano, êle era federativo; e o que todos visavam ou procuravam “era realizar aquilo que a Monarquia teimosamente se recusava, apesar das tentativas de Rui Barbosa”³³⁹. O fato é que tendo invadido o campo dos liberais, o federalismo começava a penetrar também em certos setores conservadores, que persuadidos, afinal, de que êle era não somente compatível com o Império, como podia até ser útil para afastar ou atenuar a idéia republicana, prolongando assim por uns poucos anos, a vida da Monarquia.

Cabe aqui referir, a êste propósito, o que nos conta o Barão de Lucena, chefe conservador pernambucano: vendo o seu Partido em dificuldades para manter-se no Poder, se de fato caísse o Gabinete João Alfredo, lembrou-

(338) *O Ocaso do Império*.

(339) *J. Q., Brasília e a Grande Crise*.

se de que os conservadores poderiam fugir ao ostracismo se lhe injetassem uma espécie de sangue novo, o qual seria justamente o programa federalista defendido por Joaquim Nabuco, liberal e como êle pernambucano. Assim persuadido, resolveu lançar a idéia numa reunião havida em casa de Cotegipe, à Praia do Flamengo, em 24 de maio de 1889, quer dizer quinze dias antes da queda do Gabinete João Alfredo e da retirada dos conservadores do Poder. Lucena acentuava que essa idéia era não somente do interêsse do Partido, como no da própria Monarquia, para quem podia ser uma verdadeira "tábua de salvação", no sentido de adiar, pelo menos, a vinda da República. Amigo de Deodoro, afirmava êle que se os conservadores abraçassem a idéia da federação, muito possivelmente obteriam o apoio do marechal, o que valia afastá-lo da tentação republicana, com que procuravam atraí-lo os sobrinhos, a jovem officialidade do Exército e alguns civis republicanos. A igual de vários liberais, como Saraiva, por exemplo, Lucena estava convencido de que a federação das Províncias era o único recurso que ainda restava para a salvação da Monarquia, ou, pelo menos, para prolongar-lhe a existência. Mas a sua proposta não teve êxito, e entre os presentes o único que lhe deu apoio foi o Conselheiro Rodrigues Alves (futuro Presidente da República), apesar de Cotegipe entender que, a ter que vir a República, ela devia ser feita pelos conservadores, porque, se o fôsse pelos liberais, desunidos e desorientados como estavam, não seriam capazes de "manter a integridade dêste colosso, a qual vale mais do que a sua forma de governo"³⁴⁰.

A verdade é que a idéia da Federação não estava ainda madura para poder ser aceita integralmente pelos dois partidos constitucionais. Mesmo os liberais, só lhe eram francamente favoráveis os que integravam a ala

(340) A. Coelho Rodrigues, *op. cit.*

radical do Partido, como Rui Barbosa. Os demais, embora reconhecessem certas vantagens na sua adoção, quando menos não fôsse para acabar com a rigidez do regime unitário e sua excessiva centralização, alvo de tantos ataques, entendiam que era ainda cedo para adotá-la. Quanto aos conservadores quase todos se mostravam cépticos no que se referia à possibilidade de combiná-la com o regime monárquico estabelecido na Constituição, e, para muitos, o exemplo do Império alemão não passava ainda de uma experiência.

De uma maneira geral havia num e noutro partido o receio, talvez com certo fundamento, de que a federação, dando uma completa autonomia às Províncias, inclusive o direito de elegerem os seus presidentes sem qualquer interferência do Governo Imperial, poria em risco a unidade nacional. Esse receio era tanto maior quando todos sabiam que havia ainda, em algumas das nossas Províncias, apesar dos anos decorridos, partidários do separatismo, (em especial) em Pernambuco, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, os quais se sentiriam, naturalmente, encorajados com o afrouxamento da política de centralização, cuja finalidade, ao ser estabelecida na Constituição, fôra justamente “criar laços vigorosos entre os elementos componentes da Nação”, como acentua Clóvis Beviláqua³⁴¹, mantendo e fortalecendo assim a unidade nacional. Dir-se-á que essa unidade já se podia considerar assegurada nesses anos do fim do Império, isto é, depois de quase cinqüenta anos de regime unitário, e que dificilmente poderia vir a ser afetada. Não era bem assim, e a prova é que adotado o regime federativo com a Constituição de 1891, iríamos enfrentar, por mais de uma vez, nos anos seguintes até aos nossos dias, a ameaça do separatismo.

(341) *Centralização crescente.*

Gabinete Ouro-Prêto

O Visconde de Ouro Prêto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, nôvo Presidente do Conselho, podia ser tido então como uma das mais brilhantes figuras do Partido Liberal, fértil, aliás, em homens de valor, tais como Saraiva, Dantas, Sinimbu, Lafayette, Silveira Martins e outros mais, alguns em plena maturidade nesses últimos anos da Monarquia. Senador pela Província de Minas Gerais (de onde era originário) desde 1879, conselheiro de Estado desde 1882, Ouro-Prêto fôra Ministro da Marinha em 1866, no terceiro Gabinete Zacarias; Ministro da Fazenda em 1879, no Gabinete Sinimbu; e Ministro da Guerra em 1882, no Gabinete Paranaguá. Tratava-se, assim, de um veterano na política e na administração pública, e no Partido Liberal figurava como um de seus principais chefes.

Era então um homem na fôrça da idade, com cêrca de 52 anos, e vinte e cinco de vida parlamentar, pois entrara para o Parlamento em 1864, como deputado pelo 7.º Distrito de Minas Gerais. Grande caráter, excelente orador, firmara-a sua autoridade desde quando, rapazola ainda com menos de 30 anos, fôra Ministro da Marinha com Zacarias de Góis, em plena Guerra do Paraguai, e contribuíra com o seu inexcedível zêlo, patriotismo e grande competência, para o sucesso das armas brasileiras nas águas paraguaias.

Tornou-se, desde então, conhecido pela altivez do seu temperamento e a independência de suas atitudes, e nada estampa melhor êsse traço do seu caráter do que o seguinte bilhete que escreveu certo dia ao Imperador, em resposta ao que êste lhe mandara lembrando uns objetos que Tamandaré, Chefe da Esquadra, havia pedido: “Os objetos pedidos pelo almirante seguiram ontem. Fique Vossa Majestade tranqüilo, certo da minha vigilância no pronto cumprimento de todos os meus deveres, mesmo quando não nos lembrem”.

Possuía êle, assim, todos os títulos para assumir a responsabilidade do Poder. E a única coisa que cabia indagar era se, nas circunstâncias extremamente delicadas em que se encontrava então o País, com a agitação republicana, cada vez mais ativa, e o mal-estar que se criara entre o Govêrno e os militares, êle teria sufficiente ductibilidade política para enfrentá-las, sem provocar maiores complicações. Como Ministro da Fazenda de Sinimbu fôra Ouro-Prêto que lançara o célebre e desastrado *impôsto do vintém*, a ser cobrado em cada passagem de bonde e provocara tantos distúrbios no Rio de Janeiro, com a morte de alguns populares — “as primeiras do meu Reinado”, conforme lamentara o Imperador. É possível que a recordação amarga dêsses fatos tenha deixado no espírito do Monarca uma certa prevenção contra êle, fazendo-o talvez hesitar em confiar-lhe o Poder numa ocasião como aquela, quando se precisava de muito tacto, de muita astúcia, ao lado de muita firmeza, mas sem violências nem arbitrariedades — em suma de muita compreensão das coisas — para atravessar com sucesso, o caminho difícil em que se encontrava o País.

É claro que numa situação normal, ou que não fôsse pelo menos tão cheia de sombrias apreensões, um Govêrno nas mãos de Ouro-Prêto só podia ser para o País uma garantia da ordem e da tranqüilidade públicas,

sobretudo para a execução do programa de reformas liberais que êle entendia necessárias para o prolongamento por alguns anos mais da vida periclitante das instituições monárquicas. Mas a situação de agora era muito diferente disso. Mercê da tolerância e do pouco valor que os dois Gabinetes anteriores haviam dado a certos fatores dissolventes da autoridade pública, o prestígio da Monarquia tinha descido muito baixo, e cabia indagar que recursos restavam ainda disponíveis para reerguê-lo, mesmo se êsse largo programa de reformas que Ouro-Prêto trazia fôsse capaz de poder salvar o pouco que ainda restava dêsse prestígio. Escrevendo nessa ocasião ao pai dizia o Conde d'Eu: "Seria pueril dissimular que as tendências da situação política do Brasil mudaram imensamente nestes dois últimos anos. Por ocasião da partida do Imperador, e mesmo nos seis meses seguintes, não se viram nenhuma dessas manifestações republicanas, que se têm multiplicado tanto e sob tôdas as formas durante o período de govêrno do Ministério hoje demissionário"³⁴². O Conde d'Eu impressionava-se sobretudo com o recrudescimento da propaganda republicana, que de fato se acentuara durante o Gabinete João Alfredo, maiormente depois da votação da Lei da Abolição, e que, como êle diz, não se fizera quase sentir quando Cotegipe estava no Poder. Mas muito mais perigosas para a estabilidade da Monarquia eram a desorganização e a indisciplina que reinavam no Exército, e essas vinham de mais longe, a bem dizer do Gabinete Cotegipe. Tinham, é verdade, diminuído durante o Govêrno de João Alfredo, graças sobretudo ao afastamento do Marechal Deodoro; mas não tardaram em se alastrar com a subida de Ouro-Prêto, com as trágicas conseqüências que todos vamos ver.

(342) Carta de 13 de junho de 1889 (Alberto Rangel, *op. off.*).

Republicanism e militarismo eram, assim, os dois principais problemas postos diante do nôvo Govêrno. Cristiano Benedito Ottoni salienta isso, dizendo que subindo ao Poder, Ouro-Prêto se viu logo em face de duas principais dificuldades: o desenvolvimento da aspiração democrática, encarnada no sentimento republicano, que desde o 13 de Maio cada vez mais se acentuava; e o descontentamento do Exêrcito, que, sabidamente, se unia e organizava a resistênciã. O nôvo Presidente do Conselho pensou poder vencer a primeira dessas dificuldades com um largo programa de reformas liberais, e a segunda, com uma ação enérgica e decidida, afastando da Côrte os batalhões suspeitos e criando em tôrno de si uma espécie de guarda pretoriana, destinada a substituir o Exêrcito na defesa das instituições monárquicas³⁴³.

Mas para aplicar com sucesso uma tal política precisiãria, antes de tudo, que o nôvo Presidente do Conselho não fôsse o homem que era, de feitio impulsivo, por vêzes até violento, cheio de impaciências e de espírito de luta. Cabia até indagar como é que Saraiva, uma criatura, afinal, em tudo diferente de Ouro-Prêto, um homem tão prudente, tão moderado e de tanto bom senso, o havia indicado ao Imperador. É verdade, como vimos atrás, que êle justificara essa indicação, dizendo que o senador mineiro era a pessoa que a Princesa Imperial desejava para organizador do Ministério, razão pela qual, êle, Saraiva, não pudera aceitar a incumbência: nesse caso, tendo que indicar um nome, não era possível escolher outro.

Justificando a indicação feita por Saraiva, diz Afonso Celso, filho de Ouro-Prêto, no livro que escreveu sôbre o pai, que uma das razões para isso foi a necessidade de o nôvo Gabinete executar o programa votado no

(343) *O Advento da República no Brasil.*

Congresso Liberal de Maio de 1889, do qual Ouro-Prêto fôra organizador. É uma justificativa, porém, que não convence, porque nesse caso estariam mais indicados para formar o nôvo Govêrno os nomes de Dantas ou de Sinimbu, que foram ambos presidentes do referido Congresso Liberal, e tinham, como liberais, mais projeção política do que Ouro-Prêto. Relativamente a Sinimbu, ainda se poderia alegar — e era certo — que estava muito idoso, com perto de 80 anos, para arcar com a responsabilidade de ser govêrno naquela ocasião. Mas o mesmo não se dava com Dantas, pouco mais velho do que Ouro-Prêto.

Mas, fôsse como fôsse, o fato é que a indicação dêsse nome foi tão inesperada que não deixou de causar a maior estranheza nos círculos políticos do País, inclusive nos meios diplomáticos da Côrte, de que se fêz eco o Ministro de Portugal, mandando dizer, para Lisboa, que o nôvo Presidente do Conselho era sem dúvida “um dos homens públicos mais ilustrados, mais inteligentes e mais enérgicos dêste país, mas que lhe faltava o espírito de conciliação e moderação que as presentes circunstâncias requerem³⁴⁴.

(344) Officio citado.

Os militares no Gabinete Ouro-Prêto

Ouro-Prêto não teve maiores dificuldades para compor o seu Ministério. Alguns dos lembrados para ministro não aceitaram, como o Visconde de Taunay e Rui Barbosa. O primeiro fôra convidado para a Pasta da Guerra. Era conservador, e Ouro-Prêto queria, com isso, convertê-lo, propondo que se passasse para o Partido Liberal. "Faça a evolução", lhe dissera³⁴⁵.

Mas a sedução, mesmo de uma pasta ministerial, não abalou as convicções partidárias do autor da *Retirada da Laguna*. Quanto a Rui Barbosa, que dirigia, havia três meses, o *Diário de Notícias* (onde se manteria até 15 de novembro de 89), não houve pròpriamente um "convite" de Ouro-Prêto. Tendo êste pedido ao Conselheiro Dantas que lhe desse nome de um dos seus amigos políticos para ser incluído no Gabinete, Dantas indicou o nome de Rui. Mas êste, sabedor disso pelo próprio Dantas, apressou-se a escrever-lhe para recusar a honraria, dizendo que não podia ser membro de um Ministério "que não tomasse por primeira reforma a federação"³⁴⁶. Não o convenceram as explicações que lhe deu Ouro-Prêto, isto é, que sendo um homem de partido, tinha

(345) Taunay, *Diário*.

(346) Carta de 7 de junho de 1889, pub. no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro.

que cingir-se, no Governo, ao programa aprovado pelo Congresso Liberal, e isso mesmo dissera ao Imperador, fazendo ver que só aceitava organizar Ministério sob essa condição. Não podia, pois, agora, mudar de orientação, para satisfazer uma exigência de Rui. Mas êste, mostrando-se irredutível, firmou-se no seu propósito de recusa³⁴⁷.

Foi então convidado, em seu lugar, e aceitou o Barão de Loreto, advogado e homem de letras (Franklin Dória), genro do Marquês de Paranaguá e pessoa da intimidade do Paço. Sendo amigo particular de Saraiva, é possível que a indicação do seu nome tenha partido dêste, quando da entrevista que Ouro-Prêto tivera com o chefe liberal baiano antes de levar ao Imperador a lista dos novos ministros. Mas pode ter vindo também, do Paço, Isabel (a Baronesa de Loreto era uma das maiores amigas da Princesa), se era certa a notícia que corra, de ter sido Loreto um dos defensores ali do nome de Ouro-Prêto para Chefe do Gabinete, notícia a que, como vimos, Saraiva dera foros de verdadeira.

(347) Essa recusa de Rui, em virtude de seu apaixonado federalismo, o indispusera desde então com a corrente liberal que ascendia ao Poder, não tendo sido o seu nome incluído na chapa de deputados liberais baianos para as eleições gerais promovidas pelo novo Gabinete, o que muito o estomagou, dadas, sobretudo, as relações cordiais que tinha com Saraiva e as de grande intimidade com Dantas, que eram então os dois principais chefes liberais baianos. "Excluído, como inimigo do trono, do seio dos liberais, dirá êle anos mais tarde (*entrevista citada*), fui pôsto fora da sua chapa na Bahia, mandando-me fechar o Parlamento e apontando-me como inimigo das instituições". — Ainda com relação à entrada de Rui para o Gabinete Ouro-Prêto, vem ao caso referir uma declaração que Eduardo Jacobina fêz a respeito e foi reproduzida por Gilberto Freyre no seu livro *Ordem e Progresso*. Segundo êle, Rui, convidado (aliás indicado) para ministro foi, antes de decidir se aceitava ou não, avistar-se com o Imperador, a quem disse que iria para o Governo realizar a federação dentro da Monarquia, o que provocou, de parte do Monarca, esta exclamação: *O Sr. está maluco?* Em vista do que Rui declinou ser ministro. Ora, semelhante versão não tem sombra de verdade. Primeiro porque todos sabemos que indicado o seu nome pelo Conselheiro Dantas, Rui se apressou em dizer que não aceitava o cargo, por não querer Ouro-Prêto incluir a federação no seu programa de governo. Depois, porque saía fora de tôdas as normas, destoava de tôdas as praxes para chegar às raízas do absurdo que aceitando entrar para o novo Gabinete

Com a recusa de Taunay, lembrou-se Ouro-Prêto (*cogitou*, diz seu filho Afonso Celso) de convidar Floriano Peixoto, para a Pasta da Guerra. Era um amigo de sua família e espécie de protegido de seu irmão Carlos Afonso, que ia ser agora Presidente da Província do Rio. Mas acabou preferindo tê-lo como Ajudante-general do Exército. Foi então convidado para a Guerra o Visconde de Maracaju. Se êste, entretanto, por doença, não pudesse dar conta do recado, então se voltaria a pensar em Floriano.

Para a Marinha foi convidado, e aceitou, o Barão de Ladário.

A designação de oficiais-generais para as pastas militares foi uma grande surpresa, que não deixou de provocar tôda a sorte de comentários, mesmo de cerradas críticas, pois contrariava o costume por assim dizer já tradicional no Império, de se confiar essas pastas a políticos civis, geralmente membros ou ex-membros do Parlamento. O próprio Ouro-Prêto, ao tempo em que era ainda o jovem Deputado Afonso Celso, fôra, como dis-

Rui se tenha permitido ir procurar o Imperador (que não estava, aliás, no Rio, mas em Petrópolis) para dizer-lhe que êle, Rui, ia "realizar a Federação", leviandade tanto maior quanto a promoção de uma tal "realização" não lhe cabia a êle, simples ministro, mas ao Presidente do Conselho, e êste, todos o sabiam, não estava nada com essa disposição. Acresce que admitida como verdadeira essa suposta entrevista de Rui com o Imperador, não é crível que êste lhe tenha proferido aquela frase, não só por ela mesma, isto é, por destoar da conhecida maneira de exprimir-se do Monarca, sobretudo com uma pessoa com quem mantinha relações muito limitadas ou que mal conhecia, como porque o próprio Rui sempre afirmara que o Imperador era partidário da federação, não sendo assim possível que lhe fôsse emprestar a tal frase. Finalmente, cabe acentuar que na introdução à *Queda do Império*, onde Rui nos conta detalhadamente tudo o que se passou com êle por ocasião da subida ao Poder de Ouro-Prêto, não há a menor referência a essa suposta entrevista sua com o Imperador, como também a ela não faz menção o escritor Lourenço Luís Lacombe, no trabalho intitulado *Rui Barbosa e o Imperador*. — Não nos alongaríamos em destruir semelhante versão, nem faríamos, sequer, simples referência a ela, se não tivéssemos já acostumados a ver as mais absurdas balelas aceitas e repetidas, sem maiores indagações ou simples reflexões, por conhecidos escrevinhadores da nossa História, mesmo por verdadeiros historiadores, emprestando-lhes, com isso, foros definitivos de verdade.

semos, Ministro da Marinha de Zacarias, e anos depois Ministro da Guerra de Paranaguá. É verdade que no Primeiro Reinado, na Regência e nos primeiros anos do Segundo Reinado, quando não se tinha ainda adotado o regime parlamentar, foram freqüentes as designações de militares para essas pastas. Mas à medida que se foi aperfeiçoando o regime representativo, elas passaram a ser ocupadas, com raras exceções, por civis, em sua grande maioria membros do Parlamento, senadores e deputados, homens políticos no sentido partidário do termo, mas sem política nas Classes Armadas, o que os deixava fora dos grupos e grupinhos que sempre existiram nessas corporações militares.

Durante o Segundo Reinado, ou melhor, da Declaração da Maioridade até às vésperas da queda da Monarquia, no espaço, portanto, de 50 anos, apenas 13 militares haviam desempenhado o cargo de Ministro da Guerra; ao passo que subia a 25 o número de civis que haviam ocupado esse posto. Na Pasta da Marinha a proporção em favor do elemento civil era ainda maior, pois apenas sete militares, alguns dos quais do Exército, haviam sido ministros da Marinha nesse espaço de tempo, número largamente ultrapassado por ministros civis. O último militar Ministro da Guerra antes de Maracaju fôra o Visconde de Pelotas, em 1880, no Primeiro Ministério Saraiva, portanto nove anos antes; e o último Ministro da Marinha, também militar, havia sido o Almirante de Lamare, em 1862, no Terceiro Ministério Olinda, quer dizer, vinte e seis anos antes.

Podia-se, assim, dizer que era já uma tradição o provimento dessas pastas por elementos civis, e a decisão tomada agora por Ouro-Prêto em contrário dessa tradição deu causa a tôda a espécie de conjeturas, que deixou intrigada muita gente em saber que motivos o levaram para assim proceder. Procurou-se explicá-los com o

feito independente e audacioso do Presidente do Conselho, homem livre de preconceitos, desejoso de imprimir uma feição tôda nova e pessoal à organização de seu Ministério. Mas isso não bastava para justificar a novidade. Ouro-Prêto devia ter tido um motivo qualquer para assim proceder, sobretudo numa ocasião como aquela, quando as pastas militares, sobretudo a da Guerra, se revestiam de uma excepcional importância, não só por causa da indisciplina que reinava no Exército, como das idéias republicanas que se infiltravam entre a jovem officialidade e os alunos das escolas militares.

Outra explicação que se procurou dar para a escolha dêsses ministros militares, foi o desejo de Ouro-Prêto de que as Classes Armadas, através de seus ministros, dividissem com êle as responsabilidades do Govêrno, para que os atos dêste não fôsem depois criticados ou mal-interpretados pelos militares, sobretudo pelo grupo que cercava o Marechal Deodoro, que vinha culpando os Gabinetes anteriores de má vontade sistemática para com as Classes Armadas. Se essa fôra, de fato, a intenção de Ouro-Prêto, não se podia deixar de reconhecer que era altamente política, embora perigosa, pois valia mexer numa fogueira com um ferro em brasa.

A versão do Ministro de Portugal, Conselheiro Nogueira Soares, era outra: a sugestão da entrada de militares para o Govêrno partira do Conde d'Eu, "idéia antiga de Sua Alteza", diz êle, já tentada quando Vieira da Silva fôra encarregado de formar Ministério, razão pela qual êste declinara da incumbência, isto é, "por não querer aceitar a indicação de oficiais superiores para as pastas da Guerra e da Marinha". Não diz quais seriam êsses oficiais superiores, mas com relação ao Ministério Ouro-Prêto, diz que ambos os militares, Maracaju e Ladário, haviam sido indicados "à última hora,

direta ou indiretamente, por Sua Alteza o Conde d'Eu, a quem são muito dedicados”, acrescentando, com uma ponta de maldade que “isso bastaria para não serem bem recebidos pela Câmara”³⁴⁸.

A essa versão do ministro português, de que Vieira da Silva declinara organizar Gabinete por não querer pôr oficiais nas pastas militares, já nos referimos atrás. Quanto à outra parte dessa mesma versão, de que a inclusão de militares no Ministério Ouro-Prêto partiu de uma sugestão do Conde d'Eu, ela foi, na verdade, muito repetida nessa ocasião, tanto na imprensa como nos meios políticos da Côrte, e Cristiano Ottoni a confirma, pelo menos no que se refere à inclusão de Maracaju na Pasta da Guerra, que segundo êle resultou de um pedido (de uma *pressão*, diz êle) do Conde d'Eu, que procurava com isso ganhar as simpatias da facção descontente do Exército, sobretudo do Marechal Deodoro, primo, como dissemos, e muito amigo de Maracaju.

Mas, apesar de tudo, é uma versão que deve ser, ainda hoje, posta em quarentena, não só por causa dos desmentidos de Ouro-Prêto, mas ainda porque o marido da Princesa Imperial não tinha por costume, segundo é sabido, meter-se em organizações ministeriais, coisa, aliás, de que os nossos políticos eram demasiado ciosos para o consentirem. Acresce que para fazer semelhante pedido, ou simples insinuação, precisar-se-ia que o Conde d'Eu tivesse relações muito chegadas com Ouro-Prêto, e todos sabemos que não as tinha. Ao contrário, êste sempre timbrara em se mostrar arredio em suas relações com a Família Imperial, exagerando, até, êsse retraimento. “Nunca vaguei pelas imediações dos Paços da Cidade, dirá êle defendendo-se da acusação de aulicismo, nem nunca me fiz encontradiço na estação de Petrópolis, para

(348) Officio de 17 de junho de 1889.

exibir-me em palestra augusta"³⁴⁹. E quanto às suas relações com o Conde d'Eu e a mulher, dirá que muito pouco frequentou o Palácio Isabel, acrescentando que "para os bailes e partidas que ali se davam, só tive a honra de dois convites, um em 1879, porque era ministro, e outro depois de ser Conselheiro de Estado"³⁵⁰.

*

A verdade é que Ouro-Prêto sempre negou que a inclusão de militares no seu Gabinete se devesse a qualquer interferência do Conde d'Eu, dizendo que êste e a mulher só tiveram conhecimento da composição ministerial tarde, na noite de 7 de Junho, em Petrópolis, depois que êle estivera (pela segunda vez nesse dia e na véspera com o Imperador, e êste lhe dera aprovação definitiva à lista dos novos ministros. Não era, assim, cabível que êle fôsse modificá-la para satisfazer ao Conde d'Eu. E quanto ao testemunho dêste, conhece-se um seu desmentido, pelo menos implícito, dado em carta escrita ao pai uma semana depois de organizado o Ministério, onde diz, de uma certa maneira criticando, que os ministros das pastas militares, "contrariando o costume usado desde muitos anos, são oficiais-generais e não pertencem ao Parlamento". Não pertencem ao Parlamento porque era também tradição, em obediência, aliás,

(349) Como se sabe o Imperador costumava, quando se achava em Petrópolis, no verão, ir tôdas as tardes à estação da estrada de ferro, esperar o trem que vinha do Rio, com os veranistas descidos pela manhã para as suas obrigações diárias na Côrte. Era o trem chamado geralmente dos *diários* ou dos *maridos*. Esse costume, adotado pelas famílias e amigos dêsses veranistas fazia, nessas ocasiões, da pequena estação, um centro de reunião mundana, tornando-se tradicional até ser inaugurada a estrada de automóveis ligando o Rio a Petrópolis. A presença do Imperador na estação realçava ainda mais o significado social e mundano dessas reuniões, e dava lugar a que muito político, desejoso de falar ou de se exibir com o Soberano, o fôsse ali procurar para êsse fim.

(350) *Op. cit.*

aos cânones do regime parlamentar que nos governava, que os Ministros de Estado deviam ser, de preferência, membros do Senado ou da Câmara dos Deputados.

Afastada a hipótese da intervenção do Conde d'Eu resta uma outra, essa muito provável, de que a idéia de se pôr militares nas pastas da Guerra e da Marinha tenha partido do próprio Imperador. Pelo menos no que se refere a Maracaju. Temos sôbre isso o testemunho do Visconde de Taunay, quando diz que a indicação dêsse nome partiu *do Paço*. O testemunho de Taunay não deixa de ter um certo valor, não só por ser êle amigo e colega de Ouro-Prêto, tendo sido até, como se viu, o primeiro lembrado pelo nôvo Presidente do Conselho para ocupar a Pasta da Guerra, como por suas relações pessoais com o Imperador, amigo que êste fôra de seu pai.

A hipótese de uma intervenção do Imperador era tanto mais aceitável quanto sabemos, — ainda por Taunay — que quando Vieira da Silva tentava organizar o seu Gabinete, êste lhe dissera da “conveniência de entrar para a Pasta da Guerra um militar”, e citara precisamente o nome de Maracaju; ao que Taunay ponderara que se tratava de um liberal, “que era e sempre fôra liberal”. — *Não faz mal, replicava Vieira da Silva, é moderado e eu lhe falarei*³⁵¹. Ora, a coincidência de tanto os conservadores como os liberais se lembrarem de Maracaju para a Pasta da Guerra, sem que houvesse uma razão imperativa para isso, deixa supor que êsse nome tenha partido de um terreno neutro, e êste só podia ser, de fato, o Paço, como diz Taunay. Sendo o Paço, e excluída a hipótese do Conde d'Eu ou da

(351) Visconde de Taunay, *Diário*. — Ainda a propósito da intenção de Vieira da Silva, de incluir Maracaju no seu Ministério, dizia Taunay que isso era uma prova de que seu nome fôra “apontado na conferência imperial”, concluindo, daí, que êle devia “entrar por força” na organização do ministério.

Princesa, o único ali com autoridade para fazer tal sugestão só podia mesmo ser o Imperador. Isto apesar d'ele ter procurado sempre abster-se de influir nas organizações ministeriais, deixando isso, tanto quanto possível, a cargo exclusivo dos políticos. Era, aliás, da essência do regime. O que o não impedia, entretanto, de dar, nessas ocasiões, o seu parecer, ou melhor, de opinar sobre a conveniência ou não da inclusão de tal ou qual nome (como fêz, por exemplo, com relação a Rui Barbosa, quando o Conselheiro Dantas pensou em convidá-lo para Ministro), mas acentuando sempre que a responsabilidade final da composição ministerial cabia exclusivamente ao organizador do Gabinete.

*

Menos consistente do que a versão que correu a respeito de Maracaju foi essa outra, que igualmente se espalhou, de que a indicação do Barão de Ladário para a Pasta da Marinha também partiu, para uns do Conde d'Eu, para outros do Imperador. Paulo Filho, confiado no que ouvira de Afrânio Peixoto, êste baseado não sabemos em quem, diz que o primeiro nome cogitado por Ouro-Prêto para essa pasta fôra o do Barão de Tefé, seu parente, o que entretanto não vingou por opposição do Imperador. Tanto que Tefé, ressentido com o Monarca, chegou a pedir a demissão da Armada, coisa que não se efectivou por haver o seu pedido chegado depois da queda da Monarquia, estando o barão nessa época na Europa, em comissão do Governô.

Que a indicação de Ladário não partiu do Imperador, o próprio Ladário se encarregaria mais tarde de confirmar, dizendo que "jamais fui dos que tiveram as proteções do Sr. Dom Pedro II, e d'ele só recebi, e mais não pretendia ter, as atenções que suas qualidades e

posição impunham dispensar-me”³⁵². Quando, na Câmara dos Deputados, o Padre João Manuel repetiu essa versão, Ouro-Prêto se apressou em desfazê-la, dizendo que jamais ouvira uma tal história. E em carta a Paulo Filho, Paulo da Costa Azevedo, descendente de Ladário, igualmente a desmentiu, dizendo que sua indicação para a Pasta da Marinha foi obra exclusivamente de Ouro-Prêto, amigo dêle, por sinal que à sua revelia, pois só tivera conhecimento dessa escolha por uma carta que o nôvo Presidente do Conselho lhe mandou por intermédio de Cândido de Oliveira, Ministro da Justiça do Gabinete que estava sendo formado. Versão que foi confirmada por Ouro-Prêto.

Este, no discurso que pronunciou na Câmara dos Deputados, apresentando o Ministério, procurou defender-se da acusação de que não tivera liberdade para escolher os seus auxiliares de governo³⁵³. Mas defendeu-se limitando-se a dizer generalidades, isto é, que tudo não passava de “balelas da opposição, sem fundamento”. Quanto à inclusão dos dois militares, disse apenas que nada o “proibia de escolher ministros de outras classes que não sejam a dos bacharéis em Direito, a dos doutores em Medicina, dos banqueiros e dos padres”; que “os ministros denominados *casacas*”, quando nas pastas militares, não sendo especializados nelas consultam os entendidos, e que se êsses eram excelentes auxiliares como órgãos de consulta, mais valia dar-lhes autoridade própria, “porque deliberam por si, sem necessidade dos conselhos de quem saiba do seu officio”. Procurando depois ser irônico, acrescentou que um chefe-de-esquadra ou um marechal-de-campo eram mais indicados para as

(352) Discurso no Senado, de 5 de novembro de 1894.

(353) “Acreditou galgar o Poder com um Gabinete formado de acôrdo com os seus amigos, disse o Padre João Manuel em discurso na Câmara, quando teve que submeter-se à vontade da Coroa, que lhe impôs companheiros com que não contava”.

pastas da Marinha e da Guerra do que, por exemplo, um sacerdote, ainda que ardente, como aquêle que acabara de falar — querendo com isso referir-se ao Padre João Manuel, que num discurso inflamado, pronunciado pouco antes, se declarara republicano.

Eram explicações, como se vê, que nada explicavam, e deixavam tudo, portanto, na mesma. Mas há, em tudo isso, um pequeno detalhe esclarecedor que êle não referiu nesse discurso mas que citou no livro que escreveria depois sôbre os sucessos de 15 de Novembro³⁵⁴: foi que após ter descido da primeira audiência que tivera com o Imperador em Petrópolis, no dia 6 de junho, quando não tinha ainda o Ministério composto, fôra consultar Saraiva no seu hotel de Santa Teresa, e êste o aconselhara a “entregar as pastas militares a profissionais”, o que era já, acrescentou, o seu pensamento. Perguntasse: apesar de já ser êsse o seu pensamento, não teria sido Saraiva que o *decidira* a colocar militares nas pastas da Guerra e da Marinha ?

(354) *Advento da ditadura militar do Brasil.*

Agradar ao Exército

O Conde de Afonso Celso, procurando justificar a decisão do pai de nomear um militar para a Pasta da Guerra, diz que essa medida visava, antes de tudo, *agradar ao Exército*, o que num certo sentido confirma o que o próprio Ouro-Prêto dissera ao Visconde de Taunay quando o convidara para a referida pasta, isto é, de que precisava “de um nome simpático ao Exército”; Taunay era, como se sabe, um antigo oficial do Exército. Afonso Celso acrescenta que não só a escolha de Maracaju entrava nesse plano de agradar ao Exército, como outras medidas tomadas então por seu pai com relação a militares, citando a propósito a designação de Floriano Peixoto para Ajudante-General³⁵⁵, a nomeação de oficiais do Exército para presidentes de Província e a volta do Marechal Deodoro para o Rio de Janeiro, com as fôrças

(355) Como militar, Floriano desfrutava de grande conceito, tendo feito com brilhantismo tóda a campanha do Paraguai, de onde viera tenente-coronel. Não tinha, porém, boa saúde, o que o obrigava a afastar-se repetidamente das fileiras. Nascido em Alagoas, onde possuía um engenho, ali se deixara ficar, no gózo de licença, durante tóda a crise da “questão militar”, ou seja, de 1885 a meados de 1888, quando foi nomeado comandante da 2.^a Brigada, cargo que só iria assumir em janeiro do ano seguinte e por pouco tempo, pois com a subida de Ouro-Prêto ao Poder iria ser elevado, em junho seguinte, a Ajudante-General e promovido a Marechal-de-Campo. A intenção de Ouro-Prêto era fazê-lo seu Ministro da Guerra, caso Maracaju não pudesse, por doente, continuar à frente da pasta, o que possivelmente se daria se a Monarquia tivesse durado mais um ano de vida e Ouro-Prêto continuasse à frente do Governo. Neste caso não teria havido 15 de Novembro, porque Floriano, como Ministro da Guerra, teria podido conter os impulsos belicçosos de Deodoro.

que êle comandava em Mato Grosso — fôrças que, observa melancòlicamente o filho do antigo Presidente do Conselho, destituíam pouco depois o pai da chefia do Govêrno e derrubavam a Monarquia...

Era, em verdade, uma maneira muito especial de agradar ao Exército, essa de prestigiar justamente os officiaes que hostilizavam abertamente o Govêrno civil, e dos quaes não se podia esperar outra coisa senão aquilo mesmo que iria acontecer. Um dos officiaes nomeados presidente de Província, aliás contra a vontade do Imperador³⁵⁶, que naquela desorientação geral do fim do Império era dos poucos que ainda tinham um resto de bom senso, apesar de o considerarem às portas da demência, foi êsse Coronel Cunha Matos, conhecido fautor da indisciplina no Exército, homem irrequieto e leviano, o mesmo que chamara a tribuna parlamentar de *irresponsável*: foi nomeado Presidente de Mato Grosso. Dir-se-á que afastando êsse official da Côrte, o Presidente do Conselho se descartava de um dos elementos mais nocivos ao Govêrno. Pode ser. Mas em troca chamava para junto de si o chefe de todos êles, o Marechal Deodoro, que lá se encontrava. Era trocar um cordeiro por um leão.

Aliás, nunca se esclareceu devidamente o verdadeiro motivo pelo qual Ouro-Prêto praticou o grande êrro de consentir na volta ao Rio do Marechal Deodoro, quando tôda a sagacidade política, para não dizer tôda a prudência ou mesmo todo o bom senso, mandava que êle fôsse justamente conservado distante do sítio onde se fizera centro de intrigas e de ameaças contra o Govêrno. Êrro tanto mais imperdoável quanto não faltou quem o desaconselhasse de uma tal medida, a começar pelo

(356) Segundo nota sua, manuscrita, à margem do livro de Ouro-Prêto, *Advento da ditadura militar no Brasil*, no exemplar que pertenceu ao Conde de Mota Maia e está hoje na posse do A.

próprio Imperador, que numa nota que escreveu à margem do livro de Ouro-Prêto sobre o advento da República³⁵⁷, deixou dito que essa volta se fizera contra a sua opinião.

Justificando o seu ato, diz Ouro-Prêto que Deodoro fôra dispensado da comissão em Mato Grosso simplesmente porque não era mais necessária a sua presença ali, dêle e das tropas que comandava, visto a Bolívia e o Paraguai haverem voltado às boas relações de antes, cessando assim o perigo de invasão das forças dêsses países. “Por outro lado, acrescenta, a permanência das forças em paragens tão remotas ocasionava grandes despesas, e havia reclamações por falta de recursos no acampamento”. Maracaju diz mais ou menos o mesmo, isto é, que havendo o Gabinete feito cessar as vantagens que a comissão recebia, por haver terminado o conflito entre aquelas duas nações, considerou-se que não era mais necessária a presença em Mato Grosso das forças comandadas por Deodoro, recebendo êste então autorização para regressar com essas mesmas forças³⁵⁸. Ouro-

(357) Citado em nota anterior.

(358) O que se passou, aliás, não foi bem isso. Deu-se o seguinte: Deodoro achava-se em Mato Grosso com um duplo comando, o das forças de observação na fronteira e o das Armas da Província, quando apareceu ali o célebre Coronel Cunha Matos, para substituir, como Presidente da Província, a Herculano Bandeira, que tinha sido nomeado, fazia poucos meses, pelo Gabinete João Alfredo. Cunha Matos já se tinha candidatado a deputado por Mato Grosso, mas sem sucesso. Apareceu em Corumbá com um officio do Ministro da Guerra dispensando Deodoro do “comando de tôdas as forças de observação”, mas deixando-o, temporariamente, no Comando das Armas (do qual seria exonerado *oportunamente*, dizia o Ministro), quer dizer, subordinado, administrativamente, a Cunha Matos, com tanto maior desprimor para êle quanto o Coronel era um seu desafeto. Inconformado com isso, ato contínuo dissolveu as forças de observação, demitindo-se, ao mesmo tempo, do Comando das Armas, que passou a Cunha Matos. E sem esperar novas instruções da Côrte, largou-se, dias depois, de Mato Grosso, para a capital do Império. Abandonou a Província sem licença do Governo, diz R. Magalhães Júnior, “e só de Assunção é que se comunicou com o Ministro da Guerra, para dar-lhe conta de que estava em viagem. Sua irritação era grande, não só pelos melindres que lhe causara a tentativa de impor-lhe uma subordinação ao Coronel Cunha Matos, em que via um propósito de humilhá-lo, como ainda por verificar claramente que servira de juguete à política imperial” (*Op. cit.*).

-Prêto, parecendo atribuir essa autorização a Maracaju³⁵⁹, diz que não se opôs a ela, sugerindo apenas que fôsse dada uma outra comissão a Deodoro, não esclarecendo, porém, onde nem qual. Maracaju dirá que não se lembrava dessa sugestão de Ouro-Prêto, mas que não hesitaria em dar outra comissão ao marechal se não lhe constasse que êle estava doente e desejava fazer uma estação de águas em Caxambu — o que aliás não fêz.

*

Nesse jôgo de empurra que se fêz depois da queda da Monarquia, sôbre quem tomara a iniciativa de consentir na volta de Deodoro à Côrte, há uma declaração do filho de Ouro-Prêto, dizendo que foi feita “por indicação de Floriano Peixoto”, no intuito de satisfazer o marechal, cujos amigos e parentes diziam que se achava contrariado e enfêrmo em Mato Grosso. Como explicação também não convence. Antes de tudo: Ouro-Prêto não tinha por que ir atrás de um simples desejo de Deodoro ou de seus parentes e amigos, quando era do interêsse do Governo que êle não voltasse para o Rio, pelo menos tão cedo, para não provocar novos dissabores e novas dificuldades com o Gabinete. Depois, se êle estivesse de fato doente e precisasse de melhor clima, que fôsse mandado para uma das Províncias do Sul, ou para Minas Gerais, de condições climáticas bem melhores do que a Côrte. E quanto a atender a um pedido de Floriano, ainda se poderia admitir, partindo como partia da mais

(359) De fato, há uma carta de Maracaju, citada por Magalhães Júnior, dizendo que por não convir, certamente, ao Marechal, “continuar na honrosa comissão pela diminuição da força”, “não duvidei propor a tua exoneração do Comando das Armas, que será assinada no próximo despacho imperial”, e acrescentando que esperava Deodoro e a mulher no Rio, para abraçá-los como primos e velhos amigos. Essa carta, que tem a data de 23 de julho de 1889, dadas as precárias comunicações que havia então entre a Côrte e Mato Grosso (o telégrafo ainda não existia), só deve ter chegado às mãos de Deodoro depois que êste deixou Corumbá.

alta autoridade militar do País. Mas essa decisão, embora de natureza militar, tinha também um aspecto político, mesmo mais político do que militar, e como tal a responsabilidade dela era exclusiva do Presidente do Conselho, fiador da ordem pública e da estabilidade do regime. Cabia, pois, a êste fazer prevalecer aí a sua opinião, e a sua opinião só podia ser contrária à volta de Deodoro, persuadido, como devia estar, pelos precedentes ainda recentes, de que, de nôvo no Rio, êle iria deixar-se envolver outra vez pelo grupo que promovia a indisciplina no Exército e se insurgia contra o Govêrno civil, e do qual Deodoro se prestara, já mais de uma vez, a ser instrumento.

Parece que o Conselheiro Diana, Ministro dos Negócios Estrangeiros, chamou para isso a atenção de Ouro-Prêto, mas êste ponderou que não se devia deixar levar por tais considerações porque — disse — seria de sua parte uma cobardia³⁶⁰. Essa resposta estava, aliás, no feitio intrépido do Presidente do Conselho. Em conclusão, o que se deve deduzir de tudo é que, partisse a iniciativa de quem partisse, com ela concordou Ouro-Prêto, não lhe dando maior importância, ou porque não julgasse Deodoro capaz de sublevar-se contra o Govêrno, ou porque contasse com recursos bastantes para matar no ôvo qualquer tentativa de pronunciamento que êle acaso tentasse encabeçar. Essa presunção, aliás, êle a teria até ao fim, até ao último dia, quase até à última hora do seu Govêrno. A bem dizer, até ao instante exato em que êsse mesmo Deodoro se apresentaria diante dêle para intimá-lo a abandonar o Poder.

Uma outra forma de “agradar ao Exército”, ou melhor, aos militares, que se diz estava nos planos de Ouro-Prêto, era conceder-lhes títulos nobiliárquicos,

(360) J. J. Silveira Martins, *op. cit.*

“tendo em vista não só o merecimento profissional como a lealdade política”; e que dentro de um tal critério, houve um verdadeiro derrame desses títulos no curto prazo de seu Governo, parecendo que o Império queria “escorar-se em muralhas de papel e em colunas de pergaminhos nobiliárquicos!”³⁶¹, o que provocou um violento artigo de Rui Barbosa no *Diário de Notícias*, combatendo essa “profusão de graças repartidas em matulagem entre os que comem e bebem no alguidar oficial [...]; essa nobiliarquia de cabala, fidalguia de baiúca eleitoral”. Fazia lembrar um derrame semelhante havido no reinado de Fernando II de Nápoles, irmão da Imperatriz Teresa Cristina, apelidado *il rè Bomba*: êste, chegando certa vez à janela do seu palácio, reclamado por uma multidão de súditos descontentes, gritou-lhes para amansá-los e chamá-los às boas graças: *tutti sono fatti Marchesi!* Como fazia igualmente lembrar aquela frase de profunda sabedoria política pronunciada por Luís XIV, quando distribuía a granel títulos de duque, para acabar, desmoralizando, com as últimas pretensões da fidalguia francesa: *Je ferai tant de Ducs, qu'il sera honteux de l'être et honteux de ne l'être pas.*

É certo que pelo pouco tempo que estêve no Poder — cinco meses e sete dias apenas — a distribuição desses títulos nobiliárquicos feita por Ouro-Prêto excedeu a média das concessões feitas pelos Gabinetes anteriores. Mas não a ponto de se tornar tão escandalosa quanto se quis depois fazer crer. Para prova disso basta comparar o número de títulos por êle concedidos, com o que foi concedido pelo Gabinete anterior, presidido pelo Conselheiro João Alfredo. Segundo os dados conhecidos, que podem não ser rigorosamente completos mas são,

(361) R. Magalhães Júnior, *Deodoro*.

em todo o caso exatos³⁶², o Gabinete João Alfredo concedeu 129 dêsses títulos, sendo que 84 de Barão, 33 de Visconde, 7 de Conde e 5 de Marquês; ao passo que o Gabinete Ouro-Prêto concedeu 93, sendo 83 de Barão, 9 de Visconde e 1 de Conde. Nenhum de Marquês. Quanto aos agraciados, João Alfredo deu 10 títulos a oficiais do Exército e da Marinha, 15 a oficiais da Guarda Nacional e 104 a civis — políticos, fazendeiros, estancieiros, usineiros, industriais, médicos, advogados etc.; enquanto Ouro-Prêto deu 5 a oficiais das duas corporações militares, 40 a oficiais da Guarda Nacional e 48 a civis.

Comparadas as concessões feitas por ambos os Gabinetes, o que logo salta à vista é o grande número de oficiais da Guarda Nacional agraciados por Ouro-Prêto (40, nos cinco meses de seu Governo, em vez de 15 no ano e três meses do Governo de João Alfredo). Mas é preciso ter em conta que êsses aquinhoados não o foram, pelo menos todos êles, por serem oficiais da Guarda Nacional, mas antes por serem chefes políticos, geralmente do interior, espécie de cabos eleitorais, de cujo apoio Ouro-Prêto precisava para fortalecer a sua maioria na Câmara dos Deputados. A concessão de títulos nobiliárquicos em tais ocasiões, como de patentes da Guarda Nacional, isto é, para fins puramente eleitorais, era uma coisa já tradicional na história política do Brasil³⁶³. E o fato de João Alfredo ter concedido

(362) Barão de Vasconcelos, *Arquivo nobiliárquico brasileiro*.

(363) A distribuição, em grande número, de patentes da Guarda Nacional, feita pelo Ministério Ouro-Prêto, deu motivo a um outro artigo causticante de Rui Barbosa contra êle, dizendo que "uma farda com um decreto de ministro não basta para formar um soldado", sendo preciso que o povo sentisse a bravura guerreira pulsar sob os botões dourados dessa farda. Isso dizia Rui nos últimos anos da Monarquia. Mas é o caso de perguntar se êle diria o mesmo menos de um ano depois, quando seria feito "General" por um decreto do Governo Provisório republicano. Acaso o povo iria sentir nêle, sob os galões dourados do seu uniforme de general improvisado, outra *bravura guerreira* que não fôsem a sua palavra eloqüente e a sua pena vibrante e impiedosa?

um número relativo pequeno de títulos de nobreza a oficiais da Guarda Nacional, em comparação com o “derrame” feito por Ouro-Prêto, explica-se por não ter tido aquela necessidade de recorrer a eleições gerais durante o seu Ministério, governando, como governou, com a Câmara que lhe deixou o seu predecessor, Barão de Cotegipe.

Inutilizar a República

Mas tivesse ou não Ouro-Prêto, com tais processos, a intenção de “agradar” ao Exército, o fato é que êle não escondia a sua disposição de combater aberta e enèrgicamente a corrente republicana — “corrente de idéias falsas e imprudentes”, como disse no discurso de apresentação na Câmara, “cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la não deixando que se avolume”. *Inutilizar a República*, foram as suas próprias expressões. Não com violências ou repressões, mas simplesmente demonstrando a praticabilidade e a elasticidade do Governo monárquico por meio de reformas liberais e urgentes, como a temporariedade do Senado, a transformação do Conselho de Estado num órgão puramente administrativo, a eleição dos presidentes de Província, a reforma da lei de terras. Eram reformas que chegavam a tomar até um caráter revolucionário.

“É o comêço da República”, exclamou o Deputado Pedro Luís, conservador da Província do Rio.

“Não”, replicou Ouro-Prêto, “é a inutilização da República”.

Sim, inutilizar a República: sòmente era mais fácil dizer do que fazer. Ouro-Prêto iria sentir isso nesse mesmo dia da apresentação à Câmara do nôvo Ministério.

Mal terminou a leitura do programa de govêrno, fêz-se um grande tumulto no recinto, quando dois deputados se declararam espetacularmente republicanos, em altas vozes, sob aplausos das galerias e de um grande número de pessoas que haviam invadido a Sala das Sessões. Um desses deputados foi Cesário Alvim, liberal de Minas Gerais, cuja adesão ao republicanismo, feita naquela ocasião, podia ser sincera, mas exprimia sobretudo um ato de hostilidade para com Ouro-Prêto, de quem era desafeto pessoal³⁶⁴; o outro foi o Padre João Manuel de Carvalho, conservador do Rio Grande do Norte, amigo e espécie de secretário particular do Conselheiro João

(364) "A minha educação democrática, — dissera êle pouco antes da subida de Ouro-Prêto ao poder, — faz-me desconhecer as barreiras que separam o Partido Liberal do Republicano; eu, porém, só me declararei republicano se visse a Coroa chamar para o seu Conselho ao Visconde de Ouro-Prêto, porque, então, perderia tôdas as ilusões que tenho de que ella seja capaz de fazer a felicidade do Brasil" (João Dornas Filho, *A propaganda republicana em Minas*). Para Magalhães Júnior (*op. cit.*), Cesário Alvim, ao declarar-se republicano, "agira menos por convicção doutrinária que por fundo ressentimento político". Diz êsse autor que êle ficara "profundamente magoado com o Monarca, não lhe perdoando a impugnação do seu nome para o Senado, principalmente quando, na quinta ou sexta vez em que fôra votado na lista tríplice, furara a chapa conservadora". Essa versão deve ser posta em quarentena, para ser melhor apurada. Porque se Alvim estava, de fato, ressentido com o Imperador, não devia ser por êsse motivo, pois êle certamente sabia que a responsabilidade política pela nomeação dos Senadores, muito embora fôsse isso uma das prerrogativas constitucionais da Coroa, cabia inteira aos Gabinetes, limitando-se o Imperador a nomear o nome que os Presidentes do Conselho lhe indicavam, o que estava, aliás, no espirito do regime parlamentar que nos governava. É verdade que uma vez por outra o Monarca punha objecção a denominados nomes, por lhe parecer que não eram os mais indicados para o cargo, mesmo quando fôsse os mais votados na lista tríplice; mas dizendo sempre que sua atribuição não ia além, cabendo ao Gabinete assumir em todos os casos a responsabilidade política pela nomeação do que fôsse afinal escolhido. Sua opinião a êste respeito ficou bem clara nos chamados *Conselhos à Regente*, dados à filha quando esta assumiu pela primeira vez a regência da Monarquia, em 1871, por ocasião da primeira viagem do Imperador ao Estrangeiro. "Se as eleições se fizessem como todos devemos desejar — disse êle aí — talvez aconselhasse a escolha do mais votado na lista dos propostos para Senadores; porém nas circunstâncias atuais, cumpre escolher o honesto, o moderado, e que tenha mais capacidade intelectual e serviços ao Estado. Porque o Senado não é por sua natureza um corpo onde devam fazer-se sentir as influências partidárias, como na Câmara dos Deputados" (Arquivo da Casa Imperial). — Ora, se Cesário Alvim não devia estar ressentido com o Monarca por

Alfredo. Um prelado muito conhecido em Petrópolis, onde costumava pregar durante o mês de Maria³⁶⁵.

Ao grito de *Abaixo a Monarquia, viva a República!* soltado pelo Padre, “o público (conta o Ministro de Portugal, presente à cena), que estava nas galerias ou que havia invadido o recinto da Câmara, aplaudiu estrepitosamente o orador; e nem o presidente nem os deputados que ainda se diziam monarquistas protestaram, como lhes cumpria, contra tão escandalosa violação das leis. O Sr. Visconde de Ouro Preto ainda quis apelar para os sentimentos monarquistas da Câmara (...), mas as manifestações contrárias do público nas galerias e no próprio recinto da Câmara abafaram as manifestações favoráveis de alguns poucos deputados”. E com uma compreensão verdadeiramente profética dos acontecimentos, assim termina o diplomata português: “Enfim, o que vi e ouvi naquela sessão, confirmou minha convicção de que o sentimento monárquico neste país se acha tão enfraquecido, que qualquer aventureiro audaz que consiga aliciar alguns batalhões do Exército brasileiro, cuja indisciplina é pública e notória, poderá proclamar a República Federal sem provocar grandes resis-

uma questão política, tampouco não devia estar por uma questão pessoal, assim pelo menos parece, pois do contrário não iria hospedá-lo, mais a Imperatriz, em sua casa de Minas Gerais quando da excursão imperial a essa Província no comêço de 89. Aliás, o motivo dado por Alvim para romper com o Gabinete Ouro-Preto foi o ter êste *traído* o ideal da Federação, de que êle se fizera um dos mais entusiastas partidários. “Entendeu de enrolar a bandeira do Partido, — disse — que era a Federação, e arvorar nôvo estandarte, que só podia ser empunhado pelos adversários”. A mesma acusação que Rui Barbosa fazia a Ouro-Preto. Mas ambos não tinham razão, porque se a Federação havia sido, de fato, em tempos, a “bandeira” do Partido Liberal, deixara de o ser desde, pelo menos, meses atrás, quando fôra rejeitada pela maioria do congresso do Partido, muito embora não se “fechasse” a questão. De tôda a maneira Ouro-Preto não estava partidariamente obrigado a incluí-la em seu programa de governo, não sendo portanto o caso de acusá-lo de traição.

(365) Cedo se desencantaria da República. Esta implantada, inconformado, abandonaria a política e iria ser vigário em Amparo, no Estado de São Paulo, onde escreveria, no jornal local, uma série de violentos artigos contra os principais homens da República, a começar por Floriano Peixoto.

tências³⁶⁶. O Visconde de Taunay diz que a Câmara dos Deputados assumiu nesse dia um aspecto “revolucionário”, e Dom Antônio de Macedo Costa, um dos bispos da “questão religiosa”, que tudo presenciara, confessa ter assistido “a uma sessão da Convenção”³⁶⁷.

Isso era apenas uma amostra do que iria ser, para Ouro-Prêto, o seu Governo. Não era tanto a ameaça de uma “revolução republicana” que essa tumultuosa sessão da Câmara anunciava mas, como dizia o Ministro de Portugal, o perigo de que um “aventureiro audaz” pudesse valer-se do ambiente de descrédito que envolvia o regime para dar por terra com as instituições monárquicas. E era então o caso de perguntar-se: poderia Ouro-Prêto contar com o concurso de uma opinião pública esclarecida e compreensiva para evitar um tal golpe antes de poder pôr em prática o seu programa de governo de “inutilização da República”? É o que êle não tardaria a ver.

(366) Offício citado de 17 de junho de 1889. Dando confidencialmente a sua impressão sobre êsses sucessos ao seu colega inglês, dizia o Ministro de Portugal que diante do que vira na Câmara, parecia-lhe que “a Monarquia estava condenada, e ainda que a Princesa Imperial pudesse subir ao trono por morte do Imperador, não se manteria nêle por muito tempo” (Offício do Ministro de Inglaterra, de 13 de junho de 1889).

(367) Campos Sales, que de mistura com uma “grande multidão” se achava também, nesse dia, no recinto da Câmara, diz que a sessão parecia antes um *meeting* em praça pública, com todos os arrebatamentos das “paixões populares”; que “quase sem protestos, levantavam-se gerais e estrepitosas aclamações à República, mostrando-se impotente a palavra mal ouvida do enérgico Presidente do Conselho, que se exauria em esforços inúteis para levantar o prestígio da causa decaída” (*Da Propaganda à Presidência*).

14 de julho de 1889

Menos de um mês depois de tomar posse do Govêrno, começaram-lhe as dificuldades. Aproximava-se a data de 14 de julho, aniversário da Revolução Francesa (cujo primeiro centenário se ia agora comemorar) e dia da festa nacional da França. Aproveitaram então os republicanos da Côrte para, com o pretexto de homenagear a nação amiga, explorarem o significado dessa data. Tentaram a princípio fazer coincidir com êsse dia a realização de um grande prêmio no *Jockey Club*, para o fim de erguerem no Prado de corridas um troféu com as armas francesas (naturalmente republicanas), diante do qual os estudantes desfilariam em saudação. Aparentemente era uma coisa inocente, mas logo ficou evidente a subintenção de homenagear, não pròpriamente a França, mas o seu regime republicano. Alertada pela Legação de França, a diretoria do *Jockey* cancelou a projetada homenagem.

Tentaram depois os republicanos um banquete, também em homenagem à França, com a participação da imprensa e de quantos quisessem associar-se a êsse ato. A tentativa não teve igualmente sucesso, dado o retraimento da colônia e da Legação de França no Rio. Não era difícil prever que espécie de discursos seriam aí pronunciados, de exaltação sobretudo ao regime republicano francês. Convém não esquecer que nesse tempo, a data de 14 de julho tinha um significado tipicamente

republicano, e que a “Marselhesa”, apesar de ser o hino nacional francês, era para muitos um canto revolucionário e antidinástico. Estava mesmo proibido em mais de um país europeu. É bom lembrar também que, à exceção da França e da Suíça, todos os demais países europeus eram Monarquias, e que a forma republicana de governo era combatida sem tréguas em vários dèles.

Mal sucedidos na tentativa do banquete, decidiram então os republicanos (à frente dos quais estavam sempre estudantes das escolas superiores e alunos da Escola Militar) promover uma “marcha cívica” através das ruas centrais da cidade, “para irmos beijar o pavilhão francês, que para nós simbolizava a liberdade do mundo”, dirá mais tarde um dèsses estudantes, Ildefonso Simões Lopes, futuro deputado, senador e ministro da República³⁶⁸. Mas antes realizaram uma sessão no Clube “Congresso Brasileiro” (haviam tentado obter para isso o Teatro Pedro II — depois chamado Teatro Lírico — mas êste foi-lhes negado), presidida por Quintino Bocaiúva e secretariada por Lopes Trovão, onde se fizeram ouvir vários oradores, entre os quais Sampaio Ferraz, que seria o primeiro Chefe de Polícia do Governo republicano, Ciro de Azevedo, futuro ministro diplomático, Erico Coelho, futuro Senador da República, e outros conhecidos republicanos do tempo, tendo a sessão corrido em tom de exaltação patriótica.

Realizou-se em seguida a projetada passeata, partindo os manifestantes, cêrca de 400, quase todos rapazes, do Clube Tiradentes. À frente marchavam os alunos do Clube Republicano da Escola Politécnica, com o respectivo pavilhão desfraldado. “Saímos da Rua do Rosário e fizemos a nossa passeata debaixo das ovações de uns e das assuadas e pedradas de outros”. De mistura com

(368) Discurso de 24 de agosto de 1925, proferido na Câmara dos Deputados.

os estudantes e vários populares, eram vistos uns poucos militares fardados, “nossos amigos”, dirá Simões Lopes, “que defendiam as posições da Rua do Ouvidor”, tenentes e alferes, José Beviláqua, Aníbal e Saturnino Cardoso, entre outros, e Tasso Fragoso, então alferes, que no dia 15 de Novembro será visto tomando a sua parte, embora modesta, na destituição do Chefe do Govêrno. Quarenta anos mais tarde, já general e de idade propecta, êle seria um dos que iriam ao Palácio Guanabara destituir o Presidente da República. Lá diz o ditado: Quem nasce torto. . .

Receando perturbação da ordem, pensou a princípio o Chefe de Polícia, Conselheiro Basson, em proibir a passeata dos republicanos. Mas nem o Imperador nem o Presidente do Conselho consentiram em tal. Ela realizou-se, pois, em plena liberdade, e pode dizer-se que em relativa ordem, apenas alterada no Largo de São Francisco, em virtude da atitude de um major da Polícia que comandava ali um pelotão de cavalaria, mas logo normalizada com a intervenção do próprio Basson.

Mas se tudo correu mais ou menos em ordem nesse dia, já o mesmo não se daria na noite seguinte, com um fato que, não tendo tido maiores consequências, podia bem ter provocado acontecimentos por assim dizer imprevisíveis. Foi o atentado praticado contra o Imperador (o único em todo o Reinado), na Praça da Constituição, quando êste saía cêrca das 11 horas de um espetáculo no Teatro Santana, na companhia da Imperatriz, da Princesa Imperial e do Príncipe Dom Pedro Augusto. Ouvia-se nesse momento um grito de *Viva a República!*, logo seguido de alguma agitação entre populares, provocada sobretudo pela intervenção rápida da Polícia, tentando isolar do público a Família Imperial. “Deixe essa gente sossegada!” disse o Imperador para o delegado que lhe estava ao lado; “que cada um faça

o que entenda"³⁶⁹. Instalada a Família Imperial na caruagem, não tinha esta avançado 500 metros quando se ouviu um tiro de pistola, dado, parece, em direção ao carro onde ia o Monarca, sem contudo atingi-lo. A cena foi rápida e nem todos ouviram o estampido, a começar pelo Imperador, que só se deu conta do acontecido quando a filha lhe disse o que se havia passado e êle teve confirmação na agitação dos cavalos do carro, dominados não sem custo pelo cocheiro.

Foi autor do atentado um rapazola de 20 anos, português, Adriano do Vale, parece que no fundo irresponsável, — pelo menos sem qualquer ligação com os republicanos da Côrte ou com os militares que combatiam o Governo. O próprio Imperador foi o primeiro a não dar importância ao fato, intercedendo até em favor do criminoso. Ao Ministro de França, que o foi felicitar no dia seguinte, com os seus colegas da Alemanha e da Inglaterra, por haver saído ileso do atentado, êle disse, *très calme*, que era o "ato de um louco a que davam muita importância; que êle lamentava a família honesta desse pobre desequilibrado, *auquel on avait monté la tête*, e que, felizmente, não se tratava de um brasileiro"³⁷⁰.

Não querendo aceitar a hipótese de que o rapaz tivesse agido exclusivamente por seu próprio impulso, procurou a Polícia atribuir seu gesto à inspiração de alguns republicanos, Pardal Mallet, Germano Hasslocher e Plácido de Melo, entre outros. Não acreditava que os chefes republicanos da Côrte tivessem armado o braço do criminoso, e é certo que alguns dêles, a começar por Quintino Bocaiúva, logo o condenaram. Mas admitia que a atitude extremada da rapaziada republicana das Escolas, encorajada pelos maiores, e a tolerância do Governo em consentir nas manifestações como a da vés-

(369) Offício do Ministro de França, de 27 de junho de 1889.

(370) Offício citado.

pera, tivessem influído no ânimo do autor do atentado, convencido possivelmente de que assim agindo interpretava o sentimento de tôda a mocidade. Era uma versão tanto mais plausível quanto, não entender da Polícia, ficara apurado que o criminoso estivera bebendo, poucos momentos antes do atentado, num Café nas proximidades do Teatro, sabidamente freqüentado por republicanos, e fôra encontrado em seu poder um revólver que êle dissera haver recebido de Pardal Mallet³⁷¹.

Decidiu então a Polícia tomar medidas enérgicas e imediatas: baixou um edital, pelo qual ficavam proibidos, nas praças, ruas e outros lugares públicos, ou em presença de autoridades, quaisquer *vivas à República, morras à Monarquia, vivas ao Partido Republicano ou gritos e frases igualmente sediciosos*³⁷². “Não satisfeita com isso, diz Rocha Pombo, mandou espalhar pelas ruas da cidade, protegidos por patrulhas de cavalaria, grande número de capangas a gritarem *fora a República! Viva a Monarquia!* como que provocando a reação do elemento republicano, que afinal nada tivera com o acidente da saída do Teatro”³⁷³.

(371) Num “a pedido” de jornal, Pardal Mallet protestou contra uma tal versão, “essa infâmia”, como êle disse, forjada pela Polícia.

(372) Magalhães Júnior, *Deodoro*.

(373) *História do Brasil*. — Por seu lado, o Marechal Floriano, Ajudante-General do Exército, entendeu que devia tomar certas providências, a fim de “frustrar”, como êle dizia, qualquer desacato contra o Imperador. Não deixa de ter um certo interesse, pelas expressões de submissão e respeito ao Monarca que nela se contém, a carta que êle dirigiu ao Chefe de Polícia no dia seguinte ao atentado. Diz assim: “Exmo. amigo Dr. Chefe — O nosso Imperador, bem que estimado e venerado, deve ser vigiado de perto por certo número de amigos de tôda a confiança, que façam frustrar todo e qualquer desacato. Sei que V. Exa. tomará as medidas precisas, mas eu quisera secundá-lo com um pequeno mas forte contingente, que entender-se-á com as autoridades de serviço. Se aceita êsse concurso, peço que a começar de hoje remeta-me um bilhete de cadeira e duas entradas gerais, tôdas as vêzes que S. M. tenha de assistir a representações teatrais. Com V. Exa. irá entender-se o meu delegado. De V. Exa. sempre amigo velho e obrigado (a) *Floriano Peixoto*” (Afonso Celso, *O Imperador no exílio*).

De fato, a reação republicana não se fêz esperar, sobretudo nos jornais que lhe eram sabidamente simpáticos. “Farsa ignóbil posta em ação para comprometer o Partido Republicano e justificar a perseguição que vai ser desenvolvida”, escrevia Saldanha Marinho no *Correio do Povo*, referindo-se ao atentado. “Farsa de um Govêrno áulico”, dizia Aristides Lôbo no *O País*, num artigo intitulado “O grito sedicioso”. Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*, foi de todos o mais incisivo. E também o mais inteligente, porque sem descer a ataques frontais contra o Govêrno, limitava-se a defender as liberdades públicas, mostrando, aliás com carradas de razões, que o edital da Polícia — que êle chamava “um jôgo infantil de disparates”, era uma afrontosa violação dessas liberdades. “Os vivas à República”, dizia, “são uma forma natural, decente, pacífica, da expressão do pensamento. Eliminá-los é mutilar a palavra pública, assim como autorizar as reuniões populares, vedando-lhes a palavra, é aviltar a Nação, destruindo um órgão de solidariedade essencial, onde quer que o público não fôr um estúpido rebanho”. Para êle a República era “uma opinião constitucional”, absolutamente legítima dentro da Constituição Imperial, que autorizando a reforma das nossas instituições políticas, não fazia distinção em favor da Monarquia”. Portanto, concluía, “a discussão da Monarquia, a condenação da Monarquia, a extinção da Monarquia, são idéias tão lícitas, e que tanto direito legal têm à proteção das autoridades nacionais, quanto a defesa, a apologia, a glorificação do trono”.

Quando um Govêrno é realmente forte, seus atos, suas decisões ou mesmo suas imposições podem ser às vêzes desrespeitados pelos que lhe são adversos ou lhe fazem opposição, com risco das mais graves consequências para uns e para outros. Mas êsse Govêrno em nada perde de seu prestígio. Sua autoridade, ainda que vio-

lada, continua indene. Ele pode ser combatido, mesmo com a maior violência, mas nem por isso — ou por isso mesmo — deixa de ser levado a sério e de ser respeitado. Quando, porém, se trata de um Governo fraco, que não inspira sombra de respeito, seus atos de energia, que acabam sendo pura truculência, são levados simplesmente em derrisão, passam a ser objetos de debique. E nada pior para uma autoridade pública, para a desmoralização de um Governo, do que o ridículo em que êle é pôsto ou em que se deixa êle mesmo cair.

Foi o que se passou nessa ocasião com o Governo Ouro-Prêto, a propósito da proibição de se dar vivas à República. Logo se aproveitaram dela os estudantes de Medicina da Côrte, quando a Polícia proibiu que êles comprassem laranjas na praça em frente à Escola, sob pretexto de impedir arruaças que ali se produziam. Organizaram então um cortejo à guisa de protesto, levando cada qual uma laranja espetada na ponta de uma bengala ou de um guarda-chuva, a mulher vendedora das laranjas à frente, uma preta baiana. E, com êsse espetáculo grotesco, saíram a percorrer as ruas centrais da cidade, dando *vivas à laranja*, vivas que, todos compreendiam, não passavam de uma alusão aos vivas à República proibidos pelo Governo.

Viagem do Conde d'Eu ao Norte

Um pouco antes dessas ocorrências, ou mais precisamente em 12 de junho desse ano de 89, partia do Rio para o norte do País o Conde d'Eu, o qual era, entre quantos estavam ligados às altas esferas políticas do Brasil, um dos que se mostravam mais preocupados com o descrédito em que ia caindo a Monarquia e o progresso das idéias republicanas. Escrevendo ao pai em 18 de junho de 1888, justamente um ano antes de empreender essa viagem ao Norte, êle dizia: "É impossível não reparar no desenvolvimento que, nos últimos doze meses depois da partida do Imperador, tomaram nas Províncias as idéias republicanas ou federalistas, muito embora elas não estejam, por assim dizer, representadas nas Câmaras"³⁷⁴.

Foi pensando poder desfazer, pelo menos em parte, a propaganda dessas idéias, que êle decidiu fazer essa viagem ao Norte do País, na esperança de que com a sua presença de marido da Princesa Imperial e futuro Príncipe Consorte, e com os discursos que pretendia proferir em louvor do regime monárquico, pudesse atenuar a expansão republicana. Era, talvez, uma ingenuidade sua, porque se a Monarquia estava perdendo o prestígio no Brasil, a ponto de se pôr em dúvida a possibilidade de um Terceiro Reinado, isso se devia, pelo menos em parte, justamente à presença desse Príncipe

(374) Alberto Rangel, *op. cit.*

entre nós, à pouca simpatia que êle soubera — *malgré lui* — inspirar aos brasileiros, e à perspectiva, que muitos hesitavam em aceitar, mesmo entre os mais afeiçoados ao regime, de o ter como Príncipe Consôrte quando a mulher, por morte do pai, fôsse coroada Imperatriz.

Em todo o caso, inspirado nos melhores sentimentos e possuído dos mais louváveis propósitos, partiu êle nesse mês de junho, estendendo a sua excursão por tôdas as capitais das Províncias do Norte, até à cidade de Manaus, uma viagem que iria prolongar-se por três meses, cheia de incidentes e de peripécias, só tendo voltado à Côrte a 10 de setembro dêsse mesmo ano. “Sua Alteza o Sr. Conde d’Eu, — informava o Ministro de Portugal — resolveu fazer uma excursão às Províncias do Norte, com o intuito de fortalecer o sentimento monárquico nessas Províncias. Mas em vez de embarcar num navio da marinha militar, como convinha à sua posição, embarcou no vapor *Alagoas*, da marinha mercante³⁷⁵. A bordo do mesmo vapor embarcou também o agitador republicano Dr. Silva Jardim, com o propósito de promover comícios e manifestações contrárias à Monarquia e a Sua Alteza em tôda a parte onde desembarcasse”³⁷⁶.

O inédito dessa viagem não estava só no papel de propagandista da Monarquia que se arrogava o marido da Princesa Imperial, fato único no Brasil, mas também na presença a bordo, ao lado dêle, do mais violento e o mais tenaz inimigo dessa Monarquia, no gesto de audácia dêsse jovem republicano, na coragem cívica dêsse homem iluminado por uma idéia política, verdadeiro desafio que lançava à face daquele membro da Família Imperial brasileira. Se o propósito de Silva Jardim, com um tal gesto, fôra anular, com sua presença e a fôrça

(375) Por coincidência, o mesmo vapor que o levaria e a tôda a Família Imperial para o exílio, em seguida à instituição da República.

(376) Ofício de 17 de junho de 1889.

de seu verbo, as manifestações favoráveis que acaso tributassem ao Príncipe e de um certo modo à Monarquia, deve-se dizer que em verdade êle não o alcançaria, ou só alcançaria em pequena parte nos dois primeiros portos de escala do *Alagoas*, Bahia e Recife.

Silva Jardim sempre negou que tivesse sido êsse o propósito de sua viagem ao Norte. E José Leão, seu amigo e companheiro de jornadas republicanas o confirma no livro que escreveu sobre êle, dizendo que essa viagem já estava em suas cogitações desde a sua *Carta política* de 5 de janeiro de 1889; tornara-se uma necessidade para reforçar a sua posição à frente da dissidência republicana, já que os mais entusiastas de seus correligionários eram oriundos do Norte. “O Brasil não era só o Rio de Janeiro e quiçá São Paulo, acentua Leão referindo-se ao grosso dos partidários de Quintino Bocaiúva, e Silva Jardim, “qual outro bandeirante, atirava-se às plagas nortistas, onde as tradições de 1817, 1824 e 1848 estavam ainda vivas nos corações patrióticos”³⁷⁷.

Eram propósitos certamente os mais louváveis; e politicamente certos. Mas a verdade é que longe de corresponderem às suas esperanças, só serviram para aumentarem ainda mais a soma não pequena de decepções que êsse homem, obstinado e iluminado, vinha colhendo na sua curta e já movimentada pregação republicana. De fato o acolhimento que lhe dispensaram nas Províncias do Norte, que ficaram, aliás, limitadas às duas únicas em que estêve, Bahia e Pernambuco, não correspondeu em nada àquelas tradições de liberalismo e de republicanismo a que se referia José Leão.

A começar pela Bahia, o primeiro pôrto de escala do *Alagoas*, onde a recepção que lhe fizeram os seus

(377) *Op. cit.*

correligionários degenerou em ruidosas manifestações pró e contra a Monarquia, e que se verificaram logo à chegada do vapor, levando a melhor, como era, aliás, de esperar, dada a superioridade numérica, os monarquistas. Tudo acabou num verdadeiro conflito, com pancadarias, correrias e, naturalmente, intervenção da Polícia, sendo Silva Jardim obrigado a fugir para evitar ser agredido pelos adversários. E horas mais tarde, quando foi do regresso a bordo do *Alagoas*, teve de ir acompanhado pelo Chefe de Polícia, tal era o estado de ânimo que a sua presença ali havia despertado.

No Recife as reações provocadas por sua presença foram diversas. O elemento propriamente monarquista retraiu-se, deixando que os republicanos se estraçalhassem entre eles mesmos, divididos que estavam entre *quintistas* e *jardinistas*. E foi, de fato, o que se deu, não tendo os primeiros consentido que Jardim se exhibisse em praça pública, como êle pretendia para maior repercussão de suas palavras. Viu-se, assim, obrigado a ir falar num recinto fechado, que foi o Teatro Santo Antônio, à Rua das Florentinas, onde se limitou a fazer uma conferência, presidida pelo Conselheiro Pinto Pessoa, amigo íntimo do chefe conservador da Província, Conselheiro João Alfredo. . . Mas, cercado da fina flor do jardimismo local — Maciel Pinheiro, Martins Júnior, Aníbal Falcão, Pereira de Lyra, Ambrósio Machado, Bernardo Câmara, Gomes de Matos, Ribeiro de Brito e Martiniano Veras. Tendo desistido de prosseguir viagem no *Alagoas*, saiu do Recife para uma curta excursão de propaganda por algumas cidades do interior da Província — Pau d'Alho, Nazaré, Timbaúba, Goiana, Igarapu, Palmares, Vitória, sendo em tôdas bem acolhido.

Sua decisão de voltar para a Côrte, desistindo de prosseguir até ao extremo norte do País, nas pegadas do Conde d'Eu, podia valer como uma confissão de

derrota, tendo em vista os poucos resultados colhidos na Bahia e em Pernambuco. É verdade que José Leão diz que não estava em seu pensamento “seguir o Príncipe impertinentemente até ao Amazonas, embora fôsse isso mais espetaculoso, e sim, o que era de mais resultados, sitiar-lhe a propaganda no centro do Norte, em Pernambuco de modo que ao voltar encontrasse aí já vibrante a massa popular”³⁷⁸. Quer dizer, que ao voltar o Conde d'Eu de sua excursão pelo Norte, não encontrasse no Recife ambiente para a sua pregação em favor da Monarquia. Pode ser. Mas é fato que Silva Jardim havia partido do Rio com o Conde d'Eu dando pelo menos a impressão de que o seguiria em tôda a sua viagem pelo Norte, e que contrariamente a isso voltou inesperadamente do Recife, deixando assim supor que, por isso ou por aquilo, desistira de seu propósito de continuar a viagem de contrapropaganda monárquica à sombra do marido da herdeira do trono.

Quanto aos resultados positivos que êste trouxe dessa viagem, pouco há que dizer. Escrevendo para Londres a êste respeito, o Ministro de Inglaterra se limita a informar que êle foi “bem recebido nas duas cidades [*Bahia e Recife*], e tôdas as tentativas de demonstração em favor da República foram *completely abortive*”³⁷⁹. De um modo geral o Conde d'Eu causou boa impressão por sua atitude pessoal e a forma moderada com que expôs as suas razões em favor da Monarquia, das conseqüências a seu ver desastrosas que resultariam de uma mudança de regime ou mesmo de tôda a política que visasse uma emancipação exagerada das Províncias.

“Fomos em alguns dias dos meses de julho e agosto de 1889 companheiros em excursões numa das Províncias do Norte [*muito provavelmente Pernambuco*], escreve

(378) *Silva Jardim*.

(379) *Officio de 28 de junho de 1889.*

R. S.³⁸⁰ em 1913, no *Imparcial*, do Rio de Janeiro, e sempre o vimos pressuroso em dar conta de sua tarefa, honesto, afável com todos, caridoso, a causar aborrecimentos ao Barão de Corumbá [*Almirante Salgado, seu companheiro de viagem*], dando o que já era, muitas vêzes, escasso às despesas imprescindíveis da viagem; e revelando inteligência superior a muito bem preparado”.

(380) O Conselheiro Rosa e Silva, político pernambucano, que fôra Ministro da Justiça de João Alfredo?

Ouro-Prêto e o Exército

Estava o Visconde de Ouro Preto havia poucas semanas à frente do Governo, quando teve o seu primeiro incidente com os militares³⁸¹, provocado pela aguda susceptibilidade do Presidente do Conselho e seu estado de espírito de prevenção, que emprestava segundas intenções onde havia apenas indiferença ou desleixo no cumprimento de certos pequenos deveres. Foi o caso de um tenente do Exército chamado Pedro Carolino, Comandante da Guarda do Tesouro. Entrando ali numa certa manhã de setembro, encontrou Ouro-Prêto, como êle dirá mais tarde, essa guarda "em completo abandono, porque o comandante dormia e a maior parte das praças estava ausente". Zeloso, como sempre fôra, no cumprimento do dever, entendeu de repreender severamente o tenente, em

(381) Alguns autores, entre os quais Rocha Pombo (*História do Brasil*), louvando-se em fontes suspeitas ou menos autorizadas, quando não repetindo outras, sem maiores indagações, culpam Ouro-Prêto de haver provocado, dias depois de assumir o Governo, um incidente no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em virtude da atitude de três guardas-marinha, considerada desrespeitosa para com o Presidente do Conselho. O fato ter-se-ia dado por ocasião de uma visita que êle fizera àquela praça de guerra. Houve, é verdade, um incidente por essa ocasião, por se terem deixado ficar os referidos oficiais, sentados e cobertos, na sala onde se encontravam o Chefe do Governo e altas autoridades da Marinha, êstes de pé e descobertos, à espera da lancha que os devia transportar para um barco de guerra. Mas, embora estranhasse a atitude dos guardas-marinha, nada fez nem disse Ouro-Prêto, e ainda menos promoveu a punição dos rapazes, como então se espalhou. Ao contrário, quando soube, no dia seguinte ou dias depois, que êles haviam sido punidos, por ordem de seus superiores, por aquela atitude de indisciplina, apressou-se em pedir ao Ministro da Marinha que mandasse cancelar em suas cadernetas as notas desabonadoras, dando assim o incidente como inexistente.

têrmos que não correspondiam, possivelmente, à natureza da culpa, para acabar por mandar prendê-lo, prisão que, em vez de ser de algumas horas regulamentares, foi agravada para oito dias, por ter o official publicado uma notícia sôbre o caso, considerada ofensiva para o Ministro da Guerra, em nome do qual havia sido recolhido à prisão.

Em princípio, não se podia dizer que o Presidente do Conselho não tivesse razão, muito embora mostrando *trop de zèle* onde apenas cabiam umas simples palavras de repreensão. Mas tanto bastou para a imprensa opositora se apropriar do incidente, como fizera com o outro do Arsenal de Marinha, explorando-o em prejuízo do Gabinete; e, como se aproximasse a volta à Côrte do Marechal Deodoro, apresentá-lo como uma prova de má vontade do Chefe do Govêrno para com o Exército e das disposições em que estava de enxovalhá-lo e de diminuí-lo.

Diminuí-lo porque o receava, o temia e não tinha confiança nêle, sobretudo em algumas das unidades da guarnição militar da Côrte. E como não as tivesse em confiança, pretendia, para defender-se delas, reduzir-lhes o mais possível os efetivos, com a transferênciã de vários corpos para Províncias distantes da Capital do Império, ao mesmo tempo que aumentava e reforçava a Guarda Nacional, tornando-a um corpo militar de sua inteira confiança, uma espécie de guarda política ou guarda pretoriana, sòlidamente armada e enquadrada, capaz de substituir as fôrças do Exército ou mesmo de enfrentá-las e aniquilá-las quando isso se fizesse necessário. “Quanto ao Exército, diz Cristiano Ottoni, teve Ouro-Prêto dois pensamentos: 1.º dividi-lo, distribuindo os batalhões pelas Províncias; 2.º reorganizar a Guarda Nacional. Ambos os expedientes eram lógicos e lícitos, mas o segundo era essencialmente moroso, e fôra ingenuidade crer que a

tropa de linha, ameaçadora como se mostrara, esperasse a organização contra ela projetada. A dispersão das forças, começada a realizar-se, foi o que precipitou a explosão, logo transformada em revolução política”³⁸². Pandiá Calógeras acentua que Ouro-Prêto “nunca mascarou sua intenção: diante de um Exército profissional faccioso, em larga proporção nas mãos dos oficiais pelo serviço a longo prazo, alinhar uma milícia nacional, igualmente armada e treinada, na base do serviço pessoal generalizado”³⁸³.

Era essa, aliás, uma opinião corrente, e dela se ocuparia o Ministro da Bélgica quando, depois dos acontecimentos de 15 de Novembro, procuraria explicar ao seu Governo os motivos que haviam dado com a Monarquia por terra, citando justamente esse propósito de Ouro-Prêto, de pôr a Guarda Nacional contra o Exército. *L'armée*, diria êle, *était hostile au Ministère, surtout depuis la création de la Garde Nationale, qui a été réorganisée pour tenir tête à l'armée dont on se méfiait. Dans l'armée, on attribuait au comte d'Eu l'idée de l'établissement de cette Garde Nationale; de là le redoublement de haine contre ce Prince*³⁸⁴. *Malheureusement le dernier Ministère n'a pas eu le temps de compléter l'organisation de la milice citoyenne; les officiers seuls*

(382) *Op. cit.*

(383) *Formação histórica do Brasil.*

(384) O diplomata belga faz aí confusão: o que se atribua ao Conde d'Eu, em algumas rodas do Exército, era um projeto de reorganização e fortalecimento da Guarda Nacional. Esta era uma criação antiga, de junho de 1831, destinada a debelar os motins que se sucederam depois da abdicação do primeiro Imperador. Foi criada como força auxiliar do Exército, e num certo sentido para substituí-lo na defesa da Constituição, da liberdade, da independência e da integridade da nação. Isso quando o Exército pecava por sua falta de organização e deficiência militar. Durante alguns anos a Guarda Militar preencheu, até certo ponto, os seus fins; mas pouco a pouco foi perdendo as suas características militares, sobretudo depois da reforma que sofreu em 1850, foram se reduzindo os seus quadros, à medida que o Exército se organizava e se fortalecia, para acabar se tornando um corpo puramente ornamental e político, com os seus famosos *Coronéis à frente*, em sua quase totalidade cabos eleitorais do interior.

*étaient nommés, les cadres étaient vides ou sans armes. L'hostilité de l'armée était donc connue, mais le vicomte d'Ouro Preto, mal informé, ne voulait pas admettre que le danger fut aussi menaçant, ni une révolte imminente*³⁸⁵.

Ouro-Prêto sempre se defendeu de tais acusações, e era certo que no que se referia à transferência de corpos, pelo menos, apenas um batalhão, o 22.º de Infantaria, seria retirado da Côrte, decisão, aliás, que só seria tomada, ou melhor, executada, nas vésperas de 15 de novembro. E com a circunstância de que a transferência desse batalhão para o Amazonas não partira de uma sugestão ou de uma decisão sua, mas do Ajudante-General do Exército, Floriano Peixoto, o qual seria endeusado pelos republicanos depois da implantação do nôvo regime, mas que naquele momento, pelo menos, estava tão interessado quanto Ouro-Prêto em desfalcicar a guarnição militar da Côrte dessa unidade, considerada suspeita, e portanto perigosa para o Ministério.

Quanto à Guarda Nacional, Ouro-Prêto disse sempre que nunca partiu dêle qualquer idéia de transformá-la em guarda pretoriana, e que tudo que se estava fazendo com ela já tinha sido previsto no programa de reforma do Partido Liberal, há mais de 30 anos, isto é, no sentido de fazê-la um corpo auxiliar de Polícia, da confiança do Gabinete. Não negava que a estivesse reorganizando, ou mesmo reforçando-lhe os quadros; mas desmentia que fizesse isso com a intenção de utilizá-la contra o Exército, acusação tanto mais absurda, segundo êle, quanto ela vinha sendo comandada e instruída por oficiais dessa corporação, que não iriam querer, certamente, usá-la contra os seus próprios camaradas.

Tudo isso podia estar certo, e Ouro-Prêto ter caradas de razões. Mas não era menos certo que êle

(385) Offício de 26 de novembro de 1889.

receava, de fato, não pròpriamente o Exército, mas uma parte dêle, sobretudo a sua nova geração de oficiais, que vinha sendo desvirtuada pela indisciplina e não podia assim inspirar confiança a nenhum Govêrno. E a verdade é que ao tomar conta do Poder, já encontrara uma parte, ao menos, da mocidade militar contaminada de idéias dissolventes, insatisfeita e desassossegada, e num certo sentido mal-intencionada. Sobretudo muito pouco disposta a obedecer, estragada que vinha sendo pela propaganda das idéias republicanas de mistura com princípios de filosofia positivista mal digeridos, que só serviam para deteriorar todos os preceitos de ordem e de obediência militar.

Deteriorar com tanto maior facilidade quanto já encontrava para isso um ambiente de antemão preparado com o relaxamento que reinava nos quadros do Exército; não de agora, mas de alguns anos para cá, e que à mercê da tolerância, do comodismo, da incompetência ou falta de iniciativa dos chefes militares, vinha cada vez mais aumentando. Quanto a isso quase todos estavam de acôrdo, civis e militares, políticos, autoridades públicas e até mesmo as mais altas patentes do Exército.

A começar pelo General Câmara (Visconde de Pelotas), que embora acabasse por ser êle também um dos maiores responsáveis pelo alastramento dêsse estado de indisciplina, com a atitude que tomou na chamada "questão militar", foi dos que mais criticaram o estado de insubordinação que reinava no Exército, num "impressionante discurso", como diz R. Magalhães Júnior, que pronunciou no Senado em maio de 1886, contra o que êle chamou a "incompetência das sucessivas administrações militares, a displicência dos ministros da Guerra, dos presidentes do Conselho e do próprio Parlamento, desatentos ou indiferentes às necessidades do Exército".

Pelotas quis atribuir tôda a culpa às autoridades civis, mas a verdade é que uma grande parte dela cabia também aos próprios oficiais, comandantes e comandados, com os péssimos exemplos de indisciplina que êles davam, e cuja prova nos era fornecida pelo próprio Pelotas, quando dizia que num efetivo de 13 500 homens, que a tanto somava o nosso Exército em 1884, “tinham passado pelas prisões 7 326 homens!” Quer dizer que mais da metade do Exército tinha passado pelas prisões nesse ano, sendo que dos presos, 54 eram oficiais das mais diversas patentes. Pelotas referia-se ao ano de 84, mas a verdade é que o mal vinha de longe, porque quatro anos antes já constatava o General Tibúrcio de Sousa que a disciplina militar era “letra morta” no Exército desde que terminara a Guerra do Paraguai.

Compreende-se, assim, porque Ouro-Prêto não podia estar tranqüilo e ainda menos confiante com a tropa que estacionava na Capital do Império, e que pelo fato de se encontrar subordinada ou sob as vistas das mais altas autoridades do Brasil, inclusive as militares, devia presumir-se que fôsse a mais disciplinada do País, quando na verdade assim não era. Acrescia que o seu Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, sendo embora um militar de comprovada bravura, era sabidamente um fraco na função que desempenhava no Govêrno, um homem de decisões lentas, demasiado tolerante, e ainda por cima doente, incapaz, portanto, de se ocupar integralmente dos assuntos da Pasta. Por outro lado, não desfrutava de bastante prestígio na tropa para poder amanhã sustar a tempo qualquer ato mais grave de insubordinação. E, com tudo isso, os laços de parentesco que o uniam, de um lado ao seu primo e grande amigo o Marechal Deodoro, que desfrutava sôbre êle de não pequena ascendência; e de outro lado o seu irmão o Barão do Rio Apa, que comandava a 1.^a Brigada da

Côrte, como êle de reconhecida bravura, mas de feitio volúvel e moral incerta, não podendo por isso inspirar grande confiança ao Govêrno.

Tudo isso, entretanto, não traria maiores preocupações se não fôsse o estado deteriorado que reinava na Capital do País e a desorientação que lavrava no seio do próprio Gabinete³⁸⁶, atacado que vinha sendo impiedosamente pela imprensa da opposição, tanto conservadora como republicana, quando não por seus próprios correligionários liberais, inconformados com a política do Presidente do Conselho, como era o caso de Rui Barbosa, que não deixava passar o que fôsse sem fustigar o Gabinete com uma das mais violentas campanhas jornalísticas que já se havia feito contra um Govêrno, sobretudo no lançar o Exército contra êle, açulando os militares, chamando-os à indisciplina, à desobediência e à revolta, para o que todos os pretextos lhe serviam, desde os mais absurdos às mais deslavadas mentiras.

(386) "Isto por aqui vai mal, muito mal!" — escrevia o Marechal Floriano ao seu amigo João Neiva, em carta de 9 de agosto de 1889 (*Floriano. Memórias e documentos*, publicação do Ministério da Educação).

Volta de Deodoro à Côrte

Era êsse o ambiente da Capital do Império quando aí chegou o Marechal Deodoro, vindo de Mato Grosso, a 13 de setembro de 1889. Tudo fazia crer que êle voltasse, senão agradecido por o terem tirado de tão longínquas e inóspitas paragens, ao menos satisfeito por se encontrar novamente na Côrte, entre seus velhos camaradas e os membros de sua numerosa família, muito embora entristecido por não mais encontrar ali o irmão Severiano, falecido em março daquele ano. Êle queria muito bem a êsse irmão, mais velho de um ano e meio; como os outros, fizera com êle tôda a Campanha do Paraguai, tendo ambos alcançado o mesmo pôsto na hierarquia militar — Marechal-de-Campo. De todos os seus irmãos era o que êle mais ouvia, sendo, portanto, o caso de perguntar se o Marechal Severiano vivesse em 15 de novembro de 1889, Deodoro teria concordado com a implantação da República. Porque de todos êsses Fonsecas, Severiano era sem dúvida o mais monarquista, como o que mais fiel se mostrava à Família Imperial. Veador da Imperatriz, fôra o único agraciado com um título nobiliárquico, o de Barão de Alagoas, que por sinal lhe fôra concedido dezessete dias antes de seu falecimento, ocorrido súbitamente no Rio de Janeiro. “Era a única pessoa que ainda me podia conter!”, teria dito Deodoro em Mato Grosso, quando soubera do falecimento dêsse irmão.

Quem êle também não iria mais encontrar no Rio seria o Tenente-Coronel Sena Madureira, falecido igualmente no começo daquele ano, e com o qual tanto se identificara na luta que travara do Rio Grande com o Barão de Cotegipe, em defesa daquele oficial. Se a morte não o levasse tão prematuramente, Madureira estaria certamente destinado a ser, por seu valor pessoal e qualidades de homem de ação, um dos militares de maior destaque de quantos tomariam parte nos acontecimentos de 15 de Novembro em favor da implantação da República.

Longe, assim, de haver chegado à Côrte satisfeito e de ânimo tranqüilo, Deodoro voltou contrariado com o Governo, por haver êste despachado o Coronel Cunha Matos para Presidente de Mato Grosso e o deixado ali, a êle Deodoro, ainda que por pouco tempo na sua qualidade de Comandante das Armas, subordinado ao Coronel, com evidente menosprêzo por sua patente de Marechal de Campo³⁸⁷. Contrariado com tanto maior razão quanto Cunha Matos, cuja causa êle defendera com tanto ardor no decurso da "Questão Militar", era agora um desafeto seu, a quem attribuía o boato que haviam espalhado no Rio, evidentemente de má-fé, de haver êle sido assassinado por seus próprios soldados, incapaz que se mostrara de manter ali a menor disciplina.

Outra nomeação que também muito o contrariou foi a de Silveira Martins para Presidente do Rio Grande

(387) Cunha Matos fôra nomeado Presidente da Província em substituição a Herculano de Sousa Bandeira, que estava no cargo fazia apenas poucos meses, nomeado pela situação conservadora. Já se tinha candidatado a deputado por Mato Grosso, mas sem sucesso. Chegou a Corumbá com um officio do Ministro da Guerra para Deodoro, pelo qual se concedia a êste a exoneração de "comandante de tôdas as fôrças de observação" em Mato Grosso. Quanto ao Comando das Armas, seria exonerado *oportunamente*. Inconformado, porém, com uma tal situação, Deodoro não hesitou em demittir-se êle mesmo dêsse comando, no mesmo dia em que recebeu o officio, passando-o para o nôvo Presidente da Província. Feito o que embarcou, dias depois, com suas fôrças, para a capital do Império.

do Sul, quer dizer, do seu talvez maior inimigo, e cujo primeiro ato fôra afastar da guarnição de Pôrto Alegre alguns oficiais seus amigos, um dos quais o Capitão Vespasiano de Albuquerque, que havia pertencido à célebre "comissão militar" que se havia constituído ali em 1887, espécie do que chamaríamos hoje *Soviet* republicano, que tanto havia concorrido, em dada ocasião, para fazer Deodoro voltar atrás na decisão de dar por terminada a questão militar com a demissão do então Ministro da Guerra. Esse Capitão Vespasiano seria mais tarde, já então general, Ministro da Guerra do Presidente Hermes da Fonseca, sobrinho, como se sabe, de Deodoro, e como o outro pertencente, nesses últimos anos do Império, ao grupo dos jovens oficiais que tanto contribuíram para levar o velho marechal a dar o golpe de Estado de 15 de Novembro.

Passando pelo pôrto de Santos, a caminho do Rio, Deodoro dava uma entrevista ao *Diário da Manhã* daquela cidade, tôda cheia de contradições e de um mal disfarçado despeito. Confessava-se *ainda* conservador, mas acentuando que "em política", agira sempre com a máxima liberdade, despido de qualquer preconceito partidário. Era conservador, dizia, porque somente os conservadores protegiam o Exército (afirmação que muito mal combinava com o que êle mesmo dissera menos de dois anos atrás contra os conservadores que formavam o Ministério Cotegeipe). Protegiam o Exército, mas não a êle, acrescentava. E, fazendo ironia, dizia que o seu único protetor fôra Solano Lopez porque, provocando a guerra, fizera a sua carreira. Voltava depois a repetir que era conservador mas, acentuava, votando sempre em homens que estimava: votara em Osório, votara em Pôrto-Alegre (Marques de Sousa), votara em Beaurepaire-Rohan, todos oficiais-generais filiados ao Partido Liberal; como votaria de bom grado em Assis Brasil, Ramiro

Barcelos e Júlio de Castilhos (republicanos gaúchos, o que dificilmente se conciliava com a sua confessada animosidade contra tudo o que tivesse essa côr política). Aspirações, não as tinha. Com mais dois anos de vida e iria chegar ao mais alto pòsto do Exército, quando então cantaria no Império como galo na tórre³⁸⁸, quer dizer, teria voz no capítulo e seria mais ouvido do que vinha sendo até então. Teria voz, diz Magalhães Júnior, far-se-ia ouvir como Caxias e Osório se tinham feito ouvir, “pensamento êsse que estava ligado, como se via, ao da vigência do regime monárquico, que até aí não pensava em destruir”³⁸⁹.

Ao desembarcar no Rio, foi recebido por grande número de oficiais da guarnição da Côrte, numa ostensiva manifestação de solidariedade a tudo que êle, pessoalmente, pudesse significar de luta contra o Poder Civil³⁹⁰. Benjamim Constant, como Tenente-coronel e professor da Escola Militar, — “o Dr. Benjamim Constant”, como era geralmente chamado, escreveu-lhe nessa ocasião uma carta cheia de inocente candura, mas que

(388) Deodoro era, nessa ocasião, marechal-de-campo. Para chegar ao mais alto pòsto no Exército — Marechal de Exército, — teria que ser promovido, primeiro a tenente-general, o que não foi, por ter sobrevivendo a República dois meses depois. Em compensação, feito chefe do Governo Provisório, seria aclamado “Generalíssimo”, patente que não existia, pura improvisação de seus endeusadoes e que êle teve a fraqueza de aceitar, equiparando-se com isso aos conhecidos ditadores hispano-americanos, alguns de péssima fama, — essa fama já então tradicional na América latina — de salvadores de pátrias.

(389) *Deodoro*.

(390) Entre os presentes encontrava-se o Marechal Floriano, não para associar-se aos ressentimentos de Deodoro, diz R. Magalhães Júnior, “mas para, se possível, desfazê-los” (*op. cit.*). Amigo íntimo de Deodoro, não havia por que estranhar a presença aí de Floriano. Mesmo porque Deodoro, não era ainda, apesar do significado em contrário que muitos dos jovens oficiais quiseram emprestar com a sua presença nesse desembarque, um elemento de combate ao Governo. Podia ter queixas dêle. Mas nem antes nem durante sua estada em Mato Grosso assumira qualquer atitude de hostilidade ao Ministério, no qual tinha, aliás, como Ministro da Guerra, o primo e grande amigo. Só depois, e à proporção que se foi abrindo novamente a brecha que havia antes separado os militares do Gabinete Cotegipe, é que Deodoro voltaria a encabeçar o movimento de revolta contra o Governo.

era de uma verdadeira rapôsa política. Começava desculpando-se por não ter ido cumprimentá-lo, por se encontrar adoentado. Contava-lhe depois o incidente que Ouro-Prêto tivera com o tenente da guarda do Tesouro, “acontecimento lamentável”, dizia, que merecia, a seu ver, “um protesto por parte do Clube” [militar]. Acrescentava depois, como que pondo Deodoro em brios: “V. Exa., que é um dos mais belos ornamentos [do Exército], resolverá a respeito”. E concluía com a já conhecida exploração de defesa da classe: “Adiro desde já à resolução que V. Exa. tomar em nome da classe”³⁹¹.

Isso êle dizia como que preparando o espírito de Deodoro. Mas, sabendo quanto êste era, por vêzes, indeciso, e receando, por outro lado, que se perdesse tão boa ocasião para o Clube Militar explorar o incidente do Tesouro, tomava desde logo a iniciativa de juntar à sua carta um “abaixo-assinado” de 40 tenentes, pedindo a reunião do Clube, não só para “tratar de negócios urgentes relativos aos direitos e garantias da classe”, como “do incidente ocorrido na guarda do Tesouro, entre o seu Comandante e S. Exa. o Sr. Presidente do Conselho”.

Dessa vez, porém, e apesar de tôda a sua esperteza, a rapôsa não conseguiu colhêr o fruto. Compreendendo — por uma vez! — o que havia de exploração em tão insólito abaixo-assinado, limitou-se Deodoro a despachar ao lado, com um laconismo que devera certamente desconcertar o seu promotor: “Por ora não há necessidade de reunir-se a sessão pedida”³⁹².

Mas o “Dr. Benjamim” não era homem que se deixasse desanimar por tão pouco. Seu golpe dessa vez falhara, e êle não conseguira colhêr Deodoro nas teias da sua armadilha. O velho, ou se fizera de desenten-

(391) Leôncio Correia, *op. cit.*

(392) Idem.

dido ou fôra mais astucioso do que êle. Mas não importava. Voltaria à carga numa outra ocasião. Sabia quanto era arriscado abordar êsse homem frio e explosivo ao mesmo tempo, quanto era difícil arrancar-lhe uma decisão que não fôsse hàbilmente apresentada ao seu espírito suspeitoso, sem o preparo antecipado de um ambiente que a pudesse provocar. Mas, sabia também como chegar a tais resultados, como explorar a parte de sentimento e de espontaneidade que havia em suas contradições, a dose de ingenuidade que existia nêle, por vêzes de excessiva boa-fé, que, se astuciosamente aproveitada, podia levá-lo a tomar decisões que não correspondiam em nada aos seus sentimentos e que por certo não tomaria se fôssem outras as circunstâncias.

Não desanimou, assim, Benjamim Constant. Antes, o insucesso dessa primeira tentativa deu-lhe novas fôrças para insistir, para êle aparecer onde quer que se apresentasse uma oportunidade de agitar a classe militar contra o Govêrno. Vamos, assim, encontrá-lo daí por diante à frente de todos os descontentes, de mistura com os indisciplinados e os rebeldes, de parceria com todo agitador, civil ou militar, que lhe pudesse ser de qualquer modo útil, insinuando aqui um boato aparentemente inocente, manobrando um desorientado, catequizando um descrente, dando coragem a um tímido, emprestando fôrças a um fraco ou chamando ao *bom* caminho um recalcitrante. Quando não, assumindo êle mesmo uma atitude desassombrada e espetacular, para impressionar e atemorizar um Govêrno já sabidamente debilitado e, por assim dizer, agonizante.

Patriarca da República

Benjamim Constant seria sagrado oficialmente *fundador da República*. Mas todos sabemos hoje que essa homenagem exprimiu menos o reconhecimento dos serviços que êle de fato prestou em favor da implantação do nôvo regime, do que uma perfídia que os inimigos políticos de Deodoro na Constituinte de 1891, Prudente de Moraes à frente, quiseram fazer retirando-lhe a glória daquele título, que os seus endeusadores pretendiam a todo o custo atribuir-lhe e que êle, naturalmente, não se fazia de rogado em aceitar. Benjamim estava, como se sabe, naquele momento, desavindo com Deodoro, e como era o único, da *turma* de 15 de Novembro, que lhe podia disputar aquêlê título, foi o instrumento de que se serviram legitimamente aquêles constituintes para ferirem o amor-próprio e a vaidade do então Chefe do Govêrno. Mas, se Benjamim não foi, de fato, o fundador da República, não se pode dizer que não tenha sido, em todo o caso, um dos seus mais constantes animadores, um dos mais persistentes e dos mais convencidos de seus partidários. E, na noite de 15 de novembro, quando os acontecimentos daquela manhã não se tinham ainda definido e arriscavam cair em ponto morto, se não fôra a sua atitude, a sua iniciativa, a sua decisão e mesmo a sua coragem (porque se precisava de coragem para agir como êle agiu naquele momento de incertezas), a República não teria certamente nascido em tal ocasião.

Quintino Bocaiúva irá dividir com êle as glórias do sucesso alcançado. Não, é claro, por sua *participação* na manhã de 15 de novembro, como se procurou fazer crer na tela de um pintor, onde êle se destaca a cavalo, entrando no Quartel-General atrás de Deodoro, todo espigado na sua sobrecasaca preta e o legendário chapéu mole de abas largas a ensombrar-lhe as barbas nazarenas. Porque a verdade nesse quadro está apenas na sua presença ali, por essa ocasião, sem que isso possa significar que tenha sido parte, ainda que modesta, no desenrolar dos acontecimentos.

Pouco antes, o então Tenente Sebastião Bandeira lembra-se de o ter visto na companhia de Aristides Lôbo e Sampaio Ferraz, a observarem o que se passava da calçada da Escola Normal, que ficava na esquina da atual Avenida Marechal Floriano com o então Campo de Santana. Num dado momento e a pedido de Quintino, Ferraz dirigiu algumas palavras aos populares que os rodeavam, em tom de discurso, terminando com um viva à República. Bandeira soube disso pelo próprio Ferraz³⁹³. Pouco depois Quintino deixava aquêle local, e “montando um cavalo tordilho” dirigiu-se para as proximidades de Deodoro, incorporando-se ao séquito que o seguiu quando entrou no Quartel; como deviam, aliás, ter feito outras muitas pessoas que ali se encontravam, inclusive civis, curiosos, naturalmente, de saber em que daria tôda aquela encenação militar — militar apenas no aspecto bélico que apresentava, porque no mais não passava de um acontecimento de rua como outro qualquer, no gênero de uma parada ou um exercício militar, alvo como sempre da curiosidade pública. Mas estivesse, ou não, ao lado de Deodoro, a pé ou a cavalo, não iria ser essa postura que lhe daria a glória merecida de ter

(393) *Contestação a Suetônio.*

sido um verdadeiro apóstolo da República, mas, sim, todo o seu longo passado de propagandista, tudo o que êle fizera ou vinha fazendo, com uma constância e uma fé nunca desmentidas, em favor da implantação de um nôvo regime no Brasil. Seria essa fé, essa sua velha crença e essa certeza na vitória da sua causa, que lhe daria o justo título de *patriarca da República*, título que nenhum dos outros republicanos, mesmo os de mais remota data, podia com justiça, disputar-lhe. E muito menos Benjamim, sôbre o qual Quintino levava a vantagem da antiguidade — antiguidade não só na inspiração e na idealização como na ação propagandista. Ao passo que Benjamim será, pode dizer-se, um apóstolo da última hora, um adepto de fresca data comparado à antiguidade de Quintino, sabido que a conversão republicana dêle só se fêz depois de uma completa identificação com a doutrina comtista.

Benjamim Constant, antimilitarista

Mas, desde o momento em que se decidiu a abraçar o novo ideal, Benjamim tornou-se um dos mais convencidos e dos mais teimosos dos seus propagandistas, com um fervor, uma persistência e uma tenacidade de verdadeiro cristão novo.

Quintino era, sobretudo, um jornalista, ou melhor, não era senão um jornalista, com os impulsos, os ardores e os ideais dessa profissão. Ao passo que Benjamim era o teórico do republicanismo, o homem do x mais b, como dizia o Imperador, frio e calculista, realista cento por cento, que reduzia toda a sua aspiração republicana a uma simples fórmula, a uma equação e nada mais, para tirar, daí, uma conclusão com uma certeza quase matemática. Imbuído de idéias positivistas, seu republicanismo era essencialmente especulativo, e, por isso, talvez perigoso, porque o colocava não no terreno dos fatos e das possibilidades materiais, por si mesmos vulneráveis, mas enquadrado numa teoria, que ele gostava de debater num terreno particularmente abstrato.

Como todo filósofo, era um subordinado. E, por temperamento e a triste experiência que tivera na vida, um revoltado. Revoltado contra os homens, antes de tudo, contra os injustos que eles eram; e revoltado contra si mesmo, contra a pouca sorte que o perseguira e o fizera fracassar em quase tudo o que se havia metido.

Antimilitarista por temperamento, por educação e pelas idéias que professava, abraçara a carreira das armas unicamente por necessidade, quer dizer, a fim de tirar dela o indispensável para o sustento da mãe e dos quatro irmãos menores, que haviam ficado desprovidos de meios de subsistência com a morte prematura do pai. Ingressara na carreira das armas violentando a própria natureza, diz Ivan Lins, “visto não ter a menor propensão para a farda”³⁹⁴.

Com tais precedentes, era natural que se tornasse, como de fato se tornou, desde cedo, no Exército, um desajustado e um rebelde, refratário a todo princípio de disciplina. Severino Sombra fala-nos da sua “insubordinação” como cadete, arrancando das mãos de um oficial, perante a Escola reunida, uma Ordem do dia que êle se julgava no direito de achar insultuosa aos alunos³⁹⁵. E, pouco antes, justamente quando terminava o curso, em 1858, era encarcerado por insubordinação na fortaleza de Santa Cruz.

Pode-se ver, por tudo isso, o elemento pernicioso que êsse homem devia ser num Exército que sempre desprezara, contra o qual não se incomodava de praguejar contra tudo o que êle pudesse exprimir, contra o que pretendia ser e sobretudo contra a sua própria finalidade, que era a preparação para a guerra, coisa que êle detestava. Armando-se em apóstolo da paz, dizia, entendia que os Exércitos — todos os Exércitos, dizia, deviam ser dissolvidos e as suas armas depositadas num museu, “a fim de que as gerações vindouras pudessem contemplar, com horror, o longo período de barbárie que vem, desde as origens da humanidade, transformando os elementos de progresso em instrumentos de destruição, e a ciência

(394) *Benjamim Constant*. A menos que se diga o contrário, foram extraídas dessa obra as várias citações que se seguem neste Capítulo.

(395) *As duas linhas da nossa evolução histórica*.

destinada ao aperfeiçoamento e bem-estar da Humanidade em fornecedora de elementos de carnificina e destruição”³⁹⁶.

Certa vez, tendo sido repreendido por haver faltado à consideração devida a um coronel, sendo êle um simples major, desrespeitando, assim, os galões que o outro trazia nas mangas da túnica, respondeu com um desrespeito ainda maior, mas, já agora, ofendendo tôda a classe dos oficiais, porque comparava-os a cavalos, — uma vez, dizia, que se distinguiam, como êstes, pelas malhas que traziam no corpo. Num discurso pronunciado no Clube Militar, presente Deodoro, não duvidou em atacar os regimes militaristas, condenando todo aquêle onde o Poder Civil estivesse subordinado ao Militar. “Se no regime democrático, disse êle, é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar abusos e prepotências”. Já nas vésperas da proclamação da República, ou mais precisamente na reunião em casa de Deodoro no dia 11 de novembro, para decidir-se o que se iria fazer uma vez dado o golpe de Estado contra o Ministério Ouro-Prêto, Benjamim diria francamente que a seu ver, o Exército deveria cingir-se unicamente a destruir a Monarquia, recolhendo-se, em seguida, aos quartéis e entregando o Poder aos civis — o que, seja dito de passagem, não foi nada do que iria acontecer com as duas ditaduras militares que sucederiam à implantação do nôvo regime. E, seja dito também de passagem, não se daria com êle próprio, que sendo um militar aceitaria continuar no Governo à frente de uma pasta eminentemente civil, como era a da Instrução Pública, que êle

(396) Discurso proferido por ocasião da manifestação que lhe fizeram os alunos da Escola Superior de Guerra. No seu entender, o Exército devia ser transformado num corpo meramente policial “mantenedor da ordem e da tranqüilidade públicas” (Teixeira Mendes, *Benjamim Constant*).

iria ocupar depois de passar a Pasta da Guerra ao Marechal Floriano³⁹⁷.

Imbuído de tais idéias, está-se a ver que péssimo professor êle devia ser para os seus alunos da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra, a influência maléfica que exercia sôbre êles. Ao invés de incutir-lhes a consciência dos deveres militares, o amor às armas, sem o que não se tornariam nunca bons soldados, fazia tudo para desviá-los delas, para tirar-lhes todo o estímulo guerreiro e despi-los moralmente da farda que traziam. Pois não chegou a declarar no célebre discurso que pronunciou na Escola Militar, à face do Ministro da Guerra e da officialidade chilena, que “a instrução científica, moral e cívica é ainda mais necessária do que a instrução militar?”

(397) Aliás, apesar da fama de incorruptível e de visceralmente honesto com que o endeusavam os seus discípulos positivistas, nem todos o tinham nessa conta. O Sr. Carlos Luís de Vargas Dantas, por exemplo, é um desses: não hesita em apontá-lo como um aproveitador de empregos e de situações, na Monarquia como na República. “Positivista, diz êle, não devendo receber mais do que o necessário para a sua manutenção, em um mês recebia os proventos da patente, da cátedra, de professor da Escola Normal e de diretor do Instituto que hoje tem o seu nome, e no qual tinha casa, comida, cama, criados, luz, etc., para si e sua família”. Não falando nos outros dois cargos de professor que exercia, na Escola Militar e na Escola Superior de Guerra. Acrescenta o Sr. Vargas Dantas que Benjamim, Ministro da Instrução Pública, “concertava com o filho uma petição a êle, ministro, de alunos do Pedro II, no sentido de serem dispensados dos exames do fim do ano — o ano de 1889, os mesmos alunos, a fim de ser, com essa medida, beneficiado o então adolescente aluno Benjamim Constant Filho” (Cit. por Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*). Procurando desfazer essa acusação contra Benjamim, quer dizer, de ter, como Ministro da Instrução Pública, dispensado o próprio filho dos exames do fim do ano, lembra Ivan Lins, com razão, que, em 1889, Benjamim não era ainda Ministro da Instrução, o que só veio a ser em junho de 1890, depois que essa pasta fôra criada, dois meses antes; era Ministro da Guerra, e como tal não podia evidentemente favorecer o filho estudante do Pedro II (Ivan Lins, *Ordem e Progresso, nota d margem do livro de Gilberto Freyre*). Essa acusação pode, assim, ser tida como destruída em face do que diz Ivan Lins; a menos que o acusador se tenha enganado de ano e queira referir-se ao ano seguinte, 1890, quando Benjamim fêz, como Ministro da Instrução, várias reformas de ensino, inclusive do Co'égio de Pedro II, batizado de Ginásio Nacional. Quanto às sucessivas promoções militares que teve no curto espaço de tempo que esteve no Governo Provisório (outra acusação do Sr. Vargas Dantas), Ivan Lins limita-se a dizer que êle só aceitou o generalato constrangido e, num certo sentido moralmente obrigado por Deodoro, ou melhor, para não se

Se não foi o *introdutor* da doutrina positivista entre a mocidade do Exército³⁹⁸ foi êle, em todo o caso, quem mais se empenhou em propagá-la e um dos que mais concorreram para a “paisanação funesta e revoltante desapêgo às nossas tradições militares”, diz-nos um distinto official do Exército, salientando que “a incompatibilidade entre o espírito científico e o espírito militar,

indispor ainda mais com o Chefe do Governo, com quem já andava de relações estremeçadas; tanto que costumava dizer que os bordados de general “lhe queimavam os punhos”. Pode ser, mas é fato que aceitou a promoção, e nesse ponto a acusação (se o caso é motivo de acusação) fica tôda de pé. Quanto aos diversos empregos que exercia, nada diz Ivan Lins, o que vale como uma confirmação. — Eduardo Prado é outro que não perdoa Benjamim Constant, se bem que possa ser tido como suspeito, dada a sabida má vontade que nutria por êle, por ter sido o principal responsável pela implantação da República. Fazendo ironia, diz Prado que Benjamim devia ter trabalhado muito como Ministro da Guerra de Deodoro, pois assumindo a pasta como tenente-coronel deixou-a, ao cabo de cinco meses, como general-de-brigada — quer dizer, a mesma acusação lançada pelo Sr. Vargas Dantas. “Tudo isso, acrescenta Prado, foi conquistado rápida e incruentamente, sem prejuízo dos parentes, que receberam aceleradas promoções e vistosas condecorações”. Um desses parentes citados por Prado era o cunhado Cândido da Costa, que “Coronel a 15 de novembro, ganhou dois postos em três meses, sendo promovido a Brigadeiro e a Marçal-de-Campo, tendo a Grã-Cruz de Aviz e sendo nomeado Governador do Rio Grande”. O outro parente era o próprio irmão, Marcelano (que sublevoa a Escola Militar da Praia Vermelha, em 15 de novembro, e a trouxe para juntá-la às forças de Deodoro), “que ganhou também dois postos em três meses, o de tenente-coronel e o de coronel, sendo nomeado Comandante das Armas de Mato Grosso”. Referindo-se, depois, às idéias de Benjamim quanto às obrigações do soldado, “sem desviá-lo de seus deveres como cidadão, no seio do lar e no seio da Pátria”, diz: “Dos deveres do cidadão no seio do lar, entende o Sr. Benjamim Constant muito bem, e, por isso, promove, nomeia e galardoa irmãos, cunhados e outros parentes. Mas da arte da guerra só sabe o segredo de evitar o fogo” (Ver *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*). Nessas palavras há uma evidente maldade de Eduardo Prado, querendo emprestar a Benjamim a pecha de cobarde, quando todos sabemos que não sendo official combatente, tôda a sua atuação na Guerra do Paraguai teve que se limitar a trabalhos de engenharia militar, como de fato se deu, aliás por pouco tempo, pois havendo adoecido, pediu e obteve licença para regressar à Côrte.

(398) Enganam-se os que pensam que Benjamim Constant foi o introdutor ou um dos introdutores do contismo em nossas Escolas Militares. Ivan Lins, na biografia que escreveu sobre êle, salienta o fato de que Benjamim só teve conhecimento das obras de Augusto Comte em 1857, quer dizer, quatro anos depois do falecimento dêste em França, quando elas já eram conhecidas por várias pessoas, no Brasil. Quanto à sua introdução na Escola Militar da Côrte, a primazia não podia caber a Benjamim, porque somente em 1873 é que êle teria ali ingresso, como repetidor de Matemáticas, quando confessaria pela primeira vez, em

indicada pōr Comte, viciou horrivelmente o ensino em nossas escolas militares, arrancando-lhes o caráter essencial de centros de educação militar, de formação moral e intelectual para a guerra”³⁹⁹. E um outro oficial, Gregório da Fonseca, referindo-se à Escola de Guerra dêsse tempo, diria que mais do que um foco de ciência de guerra, “era um centro social de vasta e profunda filosofia científica”⁴⁰⁰.

público, a sua adesão ao Positivismo; ao passo que desde o ano de 1850 essa filosofia era ali propagada por Manuel Pereira de Sá, com uma tese sōbre estática e Joaquim Manso Saião, com uma outra sōbre os princípios fundamentais dos corpos flutuantes. Três anos depois era Manuel Pinto Peixoto que ingressava na congregação com uma tese sōbre cálculo diferencial, inspirada na filosofia comtista, e, no ano seguinte, era a vez de Antônio Dias Carneiro ser admitido como catedrático com uma tese sōbre termologia, também inspirada em Augusto Comte. Esses é que foram os precursores do Positivismo na Escola Militar da Cōrte e, portanto, no Exército. (João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*).

(399) Severino Sombra, *op. cit.*

(400) Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras.

Cidadão de farda

Rocha Pombo chama a essas Escolas de “ginásios político-literário-militares”, e a verdade é que elas haviam sido invadidas pelo bacharelismo científico, preocupado mais em fazer do oficial um *cidadão*, do que em fazer do cidadão um *oficial*. Entupia-se a cabeça da rapaziada militar com princípios filosóficos mal digeridos e pouco assimiláveis, de sectarismo político e de leituras as menos recomendáveis para a formação de uma verdadeira mentalidade militar. Daí o cadete sair da Escola mais vaidoso do anel com turquesa rodeada de brilhantes, que ostentava no indicador da mão direita, do que da espada que lhe pendia ao lado. Daí, também, a falta de vocação militar das novas gerações de oficiais dessa época, aquela ausência de mentalidade guerreira a que se refere Teixeira Mendes num de seus estudos sobre Benjamim Constant⁴⁰¹, oficiais que, à medida em que iam aumentando os galões nos punhos de suas túnicas, mais políticos e menos militares se tornavam, como tantos futuros Senadores e Deputados da República, que só se lembrariam de que eram militares quando se tratava de receber o sôlido na pagadoria da Guerra; ou quando reclamavam as exceções e os privilégios de que gozavam como tais, mercê da tolerância e da generosidade dos legisladores civis.

(401) *Esboço biográfico de Benjamim Constant.*

Se não foi Benjamim Constant quem inventou⁴⁰², foi êle, em todo o caso, quem introduziu entre nós êsse tipo exótico de *cidadão de farda* — “figura turbulenta”, como a classifica Severino Sombra; militar pelo ofício, diz Oliveira Lima, porém paisano pela ambição de classe; ou *bacharel de farda*, como se intitulava o próprio Benjamim, mais interessado em ostentar a carta de bacharel em Ciências Matemáticas do que o seu uniforme de oficial do Exército. Um daqueles que, no dizer de Oliveira Lima, conheciam melhor as doutrinas de Comte do que a técnica de Von der Goltz. Um militar que nada, ou muito pouco, entendia de sua profissão ou que dela fazia desprezo, e chegara a Tenente-Coronel, não por atos de bravura praticados na guerra⁴⁰³ ou serviços prestados nos quartéis, mas “comandando” uma escola de meninos cegos, isto é, o que havia de menos militar neste mundo. “Vivia das armas com o desgosto delas”, diz-nos João Camilo de Oliveira Tôres.

Rui Barbosa, que não era nem seria jamais positivista, mas que estava imbuído da mentalidade da época, referiu-se certa vez, como vimos atrás, à *farda cívica* do General Osório; como se fôsse possível conciliar essa expressão bacharelesca e tipicamente burguesa, com os feitos guerreiros do grande soldado nos charcos do Paraguai, com os toques de avançar, o troar dos canhões, a explosão das granadas e as cargas de baionetas. Expressão que seria simplesmente grotesca se não exprimisse uma mentalidade que contava e quase dominava entre a oficialidade do fim do Império. “Farda cívica”

(402) José Maria dos Santos (*Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*) diz que foi Quintino Bocaiúva quem criou os termos “cidadão fardado” e “soldado cidadão”, “bacharéis armados”, como os chamava Eça de Queirós.

(403) Benjamim Constant estivera na Guerra do Paraguai apenas um ano e pouco, não como combatente, mas na qualidade de engenheiro militar, encarregado da construção de estradas e de outros trabalhos dêsse gênero.

como dizia Rui Barbosa ou “bacharel de farda” como se intitulava Benjamim Constant, não exprimiam senão, uma e outro, o que na verdade queriam dizer, isto é, o militar político, discutidor e discursador, que punha a sua espada não a serviço de uma causa, de um ideal, de uma gente e de uma Pátria que só podia ser a brasileira, mas de um grupo de cidadãos contra outro grupo, de uma facção contra outra facção, das ambições de alguns contra as ambições de muitos.

No fundo, a teoria daquilo que se chamava *cidadão fardado* não era senão o direito, que reclamavam alguns militares, de se meterem na seara política dos civis e aí fazerem a *sua* política — “ou a sua politicalha, como qualquer civil”, acentua Oliveira Viana. “O soldado, diziam êles, pelo fato de ser soldado, isto é, de andar armado de pistola, ou espada, ou carabina, não deixava de ser cidadão, como qualquer outro, apenas um “cidadão fardado”; tinha, portanto, o direito, que assistia a qualquer outro cidadão vestido de casaca ou de blusa, de meter o nariz em política, de votar em quem quisesse [*e se podia bem acrescentar, de dizer o que entendesse*], e, logicamente, de estar ou não contra a política do partido do Governo”. Oliveira Viana salienta que procurando, com essa teoria, obter a igualdade de direitos com os civis, os militares estabeleciam, em verdade, uma desigualdade, uma “perigosa situação de desequilíbrio entre o cidadão *de farda* e o cidadão *de casaca*, quando um conflito se abrisse entre um e outro. Porque se êste tinha, para ampará-lo, a cana da sua bengala, aquêle encontrava o seu apoio na lâmina da sua espada”; e era fora de dúvida que numa luta entre um instrumento de ferro e um instrumento de pau, o pau teria necessariamente que ceder.

Lógicamente, portanto, termina êle, para que houvesse aquela apregoada igualdade, o que o cidadão de

farda tinha que fazer, quando entendesse se envolver nas lutas políticas dos civis, era despir-se primeiro da farda e das armas de que dispunha. “Sòmente depois dêsse gesto de heróica renúncia, é que êle teria o direito de penetrar no campo da política e dos partidos civis. Mas, penetrando sem despojar-se prèviamente do pêso de seus apêtrechos de combate, o menos que poderia acontecer a qualquer dêsses puritanos agaloados, era pôr em risco a dignidade da própria farda — porque, pelo seu próprio determinismo, a paixão partidária acabaria levando-o a transformar a sua nobre armadura de defensor da Pátria, em cangaço de salteador do Poder”⁴⁰⁴. A verdade é que êsses *cidadãos fardados* só se consideravam tais quando entravam em luta com os civis e se viam ameaçados de levar o pior. Então, sim, se arvoravam em cidadãos mas, acentuando “fardados”, para amedrontarem os outros com o espantinho de suas fardas⁴⁰⁵.

E, se êsse espantinho não surtia efeito, recorriam às armas que êsses mesmos civis lhes haviam confiado para fins bem diferentes. Mas se ainda aí encontravam resistência, lançavam mão de um outro recurso, bem mais impressionante, êsse, porque representava um perigo coletivo, e era o de proclamarem que falavam e agiam em nome da classe, de tôda a classe militar, de cuja *honra* ou de cujos *brios* se arvoravam em defensores. Uma ameaça que tinha muitas vèzes o cunho de *chantage*, da qual lançavam mão tôda vez que um militar se via

(404) *O Ocaso do Império*.

(405) “Desde que, nas discussões com os civis, os militares agiam como *cidadãos* e não como *militares*, as injúrias que porventura resultassem dêsses debates deviam recair lógicamente sôbre êles, não como *militares* e sim como *cidadãos*. Mas o fato é que não acontecia assim, e os “*cidadãos fardados*”, quando ofendidos pelos civis, invocavam logo a sua condição de militares e passavam a agir como tais, na defesa da *honra da farda e da dignidade da classe*” (Oliveira Viana, *op. cit.*).

contrariado ou combatido por civis em suas ambições políticas ou investidas contra o Poder Civil.

Para ajuizar da falta de sinceridade que havia por vêzes nisso, basta referir o caso de Benjamim Constant, um militar que detestava a farda e desprezava a classe, da qual sempre fizera um péssimo conceito, não hesitava em sair a campo para defendê-la, cheio de falsas susceptibilidades, sempre que o Poder Civil pretendia reagir às suas investidas. Pois não o vimos sob um falso pundonor militar pedindo que Deodoro convocasse o Clube Militar para defender a “honra da classe”, só porque um tenente qualquer fôra pilhado pelo Chefe do Govêrno em falta com os seus deveres e recebera, por isso, o merecido castigo? E que autoridade podia ter Benjamim para arvorar-se em defensor dos brios da classe, êle que por seus atos anteriores, por suas palavras e pelo desprezo que mais de uma vez votara à profissão militar, era o menos qualificado para arrogar-se um tal papel? Naturalmente que ninguém pretendia que a classe militar (ou qualquer outra classe, com tanto direito de se considerar digna quanto à dos militares) fôsse atingida em seus melindres ou mesmo ferida em seus brios, e não se mantivesse unida em tais circunstâncias; ainda porque dessa união dependiam, por vêzes, a segurança e a integridade da Nação. Mas servir-se dela como escudo, como ameaça ou como arma de agressão, sempre que um dos seus afastava-se dos deveres profissionais para envolver-se em lutas políticas com os civis, era rebaixá-la a um simples instrumento de ambições nem sempre justas e por vêzes mesmo inconfessáveis.

*

Obra executada nas oficinas da
SÃO PAULO EDITORA S. A.
São Paulo 6, SP - Brasil